

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960).

Antonia Otonite de Oliveira Cortez.

Rio de Janeiro

2000

Sumário

Introdução	03
Capítulo 01 – A herança civilizatória da “cidade da cultura”	21
1.1 - A fundação da identidade cratense	24
1.2 - Civilidade cristã no século XIX: outra face da identidade cratense	43
Capítulo 02 - O Crato “à lua da civilização”	55
2.1 – A regeneração política do Crato: o novo tempo	57
2.2 - Afirmando diferenças: Crato x Juazeiro	66
Capítulo 03 - Representações da “cidade da cultura	100
3.1 – As academias literárias	106
3.2 – O Instituto Cultural do Cariri	109
3.3 – Espaços culturais e espaços públicos	115
3.4 – Tempos festivos	120
3.5 – A historiografia	126
3.5.1 – Irineu Pinheiro	133
3.5.2 – José de Figueiredo Filho	134
3.5.3 – Padre Gomes	137
3.6 – A crença na cultura	139
3.7 – Os usos da tradição	141
Capítulo 04 – A “cidade da cultura” letrada	159
4.1 – O “estusiasmo” pela cultura letrada	159
4.2 – As instituições de suporte da cultura letrada	163
4.2.1 – A rede escolar	164
4.2.2 – Imprensa, impressos e leitores	180
4.2.3 – Rádios e Cinemas	195
Conclusão	199

Introdução

“Só no Crato! Só no Crato mesmo...!” Essas expressões ainda hoje muito usuais no Cariri, e em todo o Ceará, são constantemente invocadas quando se deseja sublinhar no comportamento de outrem o desejo de mostrar-se civilizado, culto, virtuoso, elegante, bonito, higiênico, sábio, enfim superior. Tratam-se de imagens reivindicadas para si e para a cidade, por homens e mulheres de “boas famílias cratenses”, já a partir da segunda metade do século XIX.

Essa invocação que, freqüentemente, denota uma certa ironia por parte de quem a explicita, todavia, de alguns anos para cá, nos despertou a atenção, por nos parecer emblemática, posto que nos possibilita entrever a elaboração de um discurso, no qual aquelas adjetivações compõem um desejo de um grupo de habitantes dessa cidade de serem “distintos” e de que o Crato seja um referencial de superioridade na região do Cariri¹.

Observamos que alguns, fora de qualquer militância político-partidária e, mesmo, sem ocuparem cargos públicos, engajavam-se em lutas no sentido de promover o progresso do Crato. Percebíamos que, àquele engajamento associava-se, nos discursos daquelas pessoas, a invocação muito forte de uma memória indicadora do altruísmo, do patriotismo, do heroísmo e do pioneirismo do Crato e dos cratenses em várias áreas sociais, principalmente no campo da cultura letrada.

Chamava-nos igualmente atenção, a rivalidade com a cidade vizinha – Juazeiro do Norte - que transparecia nas falas cotidianas acerca dessa cidade.

¹ A Região do Cariri está localizada ao sul do Estado do Ceará, compõem-se de 26 municípios dividido em quatro micro-regiões: Cariri (mais conhecida por Vale do Cariri), Chapada do Araripe, Sertão do Cariri e micro-região Serrana de Caririaçu. A primeira abrange os municípios do Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha e Jardim. A segunda, os municípios de: Araripe, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Santana do Cariri; a terceira abrange os municípios de: Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Milagres, Mauriti, Penaforte e Porteiras; e a quarta os municípios de: Altaneira, Antonina do Norte, Assaré, Caririaçu, Farias Brito, Granjeiro, Várzea Alegre. A Região do Cariri é equidistante 600 km das principais capitais do Nordeste. Possui uma população estimada em cerca de um milhão de habitantes (748.181, de acordo com o Censo Demográfico de 1996), distribuídos por 15.934 km². Dados da população em 1996 Cf. *Contagem da População – 1996. Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar. 2 vol. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Divisão de Bibliotecas e Acervos Especiais, 1997, pp. 167-179.*

Essa rivalidade apresentou-se-nos, com maior nitidez, no processo de criação da Universidade Regional do Cariri - URCA, mormente na questão da definição da sua sede (reitoria).

Naquele momento, percebíamos que os elementos, com os quais os representantes das duas cidades lutavam, eram de natureza absolutamente diferentes: os representantes do Crato, liderados pela Professora Sarah Cabral, José Newton Alves de Sousa, e outros, ancoravam a luta na demonstração da tradição de superioridade do Crato no campo educacional. Juazeiro demonstrava a sua força econômica e eleitoral. Apoiados no prestígio de Antonio Martins Filho – “o cratense fundador de universidades” – a URCA foi fundada, estabelecendo-se sua sede no Crato. Vencia a tradição.

Essa vitória, no campo institucional, corroborava aquilo que nos parecia um fato dado: Crato era efetivamente a “cidade da cultura”.

Todavia, algumas questões permaneciam sem respostas convincentes. Quando tudo isso começou? Em que repousava a rivalidade com o Juazeiro? Por que o Crato, outrora considerada capital do Cariri, apesar de ter perdido a supremacia econômica e política na região, gozava de tanto prestígio quando se referia à cultura letrada e à civilidade? Onde residia a força de luta daquelas pessoas que tentavam manter esse prestígio do Crato? Que mecanismos eram usados, efetivamente, para isto?

Ao lidarmos com algumas fontes da história local, por ocasião de dois projetos de pesquisas que realizamos – um sobre a “Comunidade do Caldeirão” e o outro sobre a “Exposição do Crato” - começamos a perceber que havia um discurso das elites cratenses no sentido de demonstrar o progresso e o pioneirismo da cidade. Percebíamos ainda que algumas palavras compareciam com muita frequência nos textos escritos sobre ao Crato e os cratenses: “adiantado”, “civilizado”, “culto”, “pioneiro”, “ordeiro”. “patriótico”, “herói/heroína”, “piedoso”, “liberal”, “espírito cívico”, etc.

Do contato com as fontes, ficou-nos a noção de que a “cidade da cultura” era uma construção ideológica das elites (econômicas e políticas) cratenses. Desmistificá-la, seguindo uma perspectiva teórica precisa, seria, portanto, um trabalho possível para um historiador engajado.

Todavia, naquele momento, as nossas leituras no campo daquilo que se convencionou denominar de “Nova História”, nos indicavam que aquele caminho para compreender a questão poderia não dar conta de sua complexidade.

Ao entrarmos para o Mestrado em História Social da UFRJ, ao longo das discussões promovidas pelas disciplinas daquele curso, os postulados da História Cultural apresentaram-se como molduras teóricas que, pareciam mais consistentes para lermos o material empírico sobre a história local.

Pari passus voltávamos às fontes e documentos. Desta feita, com categorias de análise que se acrescentaram às nossas leituras. Ficamos com uma sensibilidade mais apurada para ler o material empírico, atentos às nuances dos discursos, aos seus suportes materiais, interrogando-os e investigando o sentido do que diziam ou calavam, em quais circunstâncias foram produzidos e por quem.

A pertinácia e a paixão, que identificávamos nas falas de muitos homens e algumas mulheres – intelectuais, políticos e capitalistas - dessa cidade, em suas elaborações das imagens da cidade e dos seus habitantes foram nos seduzindo. Eram fortes demais para as desprezarmos.

Nesse sentido abandonamos um primeiro projeto de dissertação e retornamos às nossas indagações iniciais: compreender o processo de elaboração da idéia de que o Crato é a “cidade da cultura”. Passamos então a pensá-la como uma construção cultural, seguindo as orientações teóricas da história cultural.

Lançamo-nos então a recuperar a historicidade daquela construção. Nesse exercício, fomos, aos poucos, identificando nomes de pessoas que apareciam com muita freqüência nas fontes e documentos. Pusemo-nos a reconstruir as trajetórias daquelas pessoas na vida da cidade, identificando as suas formações intelectuais (acadêmica, clerical ou auto-didatas), os lugares sociais que ocupavam, e recuperando a rede de relações nas quais situações locais foram vividas, seguindo estratégias acionadas por elas. Descortinavam-se, assim, as subjetividades identificadoras daqueles que, como um *grupo*, colocavam suas racionalidades, emoções, visões de mundo, formas de classificação social, seus saberes acadêmicos, enfim suas representações e práticas sociais à serviço do “soerguimento” do Crato.

Aos poucos, fomos percebendo que a construção da “cidade da cultura” era o resultado das estratégias daquele grupo, cuja identidade residia nas partilhas sociais e

culturais dos seus membros, no fato de freqüentarem os mesmos espaços de sociabilidade, e, sobretudo, nos mesmos desideratos em relação à cidade.

Assim, a trajetória daquele grupo - na vida política, econômica e, principalmente, intelectual da cidade - foi ganhando inteligibilidade ao cruzarmos e aproximarmos os dados sobre suas representações e práticas sociais.

Por outro lado, a abundância de textos e outros suportes materiais da memória daquele grupo permitiu-nos percebê-lo em sua diferença em relação aos demais habitantes dessa cidade e, sobretudo, em relação aos habitantes do Juazeiro. Tratava-se, efetivamente, de uma elite que se denominava a si própria “boas famílias” e como tal era e ainda é reconhecida.

Nossa primeira impressão foi a de que por “boa família” designavam-se as pessoas que detinham a posse de capitais econômicos - proprietários de terras, ricos comerciantes e alguns industriais. Todavia, a mesma referência àqueles que não eram possuidoras desse tipo de capital, levou-nos a compreensão de que por “boa família” entendia-se também, e sobretudo, a posse de um capital simbólico - intelectual e/ou moral.²

Confirmávamos, aos poucos, nossa hipótese de que aquele grupo, oriundo de “boas famílias”, engendrou, o movimento de construção do Crato como “cidade da cultura”, baseado na valorização da cultura letrada, da civilidade, mormente da civilidade cristã, de que ele era a própria representação. Percebemos que aquele grupo evocava, em seus discursos, um passado identificado como um tempo em que, no Crato, se estruturou a civilização, da qual se consideravam continuadores.

Por outro lado, os acontecimentos ocorridos, a partir de 1889, no Juazeiro, à época pequeno lugarejo pertencente ao município do Crato, causou rejeição e terror a maioria das pessoas daquele grupo, como aos demais habitantes da cidade. Esses acontecimentos dizem respeito à suposta transformação da hóstia em sangue na comunhão ministrada pelo Padre Cícero Romão Batista à beata Maria de Araújo, popularizados como “fatos extraordinários”. Esses “fatos” provocaram uma grande agitação na região, iniciando-se a história da devoção de sertanejos desta e de outras

² Esse entendimento nos foi possibilitado pelas leituras de notas de aniversário ou de morte veiculadas nos jornais da cidade, nas quais sublinhavam-se aqueles atributos.

regiões ao Padre Cícero, ancorada nas práticas do catolicismo popular. Nascia, naquele momento, a propagação de que ocorriam “milagres” em Juazeiro³.

Aqueles acontecimentos foram percebidos pelas elites cratenses (poucos padres apoiaram a idéia do “milagre”), como ameaça à civilização e desobediência ao catolicismo romanizado, posto que um fenômeno de fanatismo e barbarismo. Nesse sentido, os intelectuais cratenses puseram-se a combater as práticas dos seguidores do Padre Cícero, ampliando-se o raio do combate quando ocorreram as questões político-administrativas envolvendo o Crato e o Juazeiro. Estabeleceu-se uma forte tensão entre os moradores das duas localidades. Tensão que continuaria nos marcos de uma rivalidade, à medida que Juazeiro sobrepuja-se economicamente ao Crato.

Baseado numa lógica de continuidade em relação a um projeto civilizador estruturado a partir, pelo menos, da segunda metade do século XIX, e uma lógica de contraste com o Juazeiro, aquele grupo foi, aos poucos, dotando o Crato de importantes instituições de suporte da cultura letrada e da civilidade: a sede de um bispado (1914), toda uma rede de escola, imprensa, cinemas, teatro, bibliotecas, entidades filantrópicas, associações religiosas, academias literárias, museu, de rádios, faculdades e uma universidade. Foi ainda como resultado dos seus esforços que a cidade ganhou feições modernas com o advento da estação ferroviária (1923), de praças ajardinadas, de hospitais, de ruas calçadas, da energia de Paulo Afonso, etc. Nesse particular emprestaram os seus saberes nas obras de modernização, embelezamento, e de higienização da cidade.

Deram continuidade ao processo de construção da identidade cratense, iniciada desde o século XIX. Nesse sentido, participaram ativamente das comemorações cívicas, elaborando inclusive o calendário cívico da cidade. Ofereceram aos poderes públicos municipais sugestões para as denominações das ruas e praças da cidade, bem como para a edificação de monumentos em memória de “heróis” e “benfeitores” cratenses. A partir da década de cinquenta iniciaram o esforço de elaboração da historiografia da região do

³ Para maiores esclarecimentos sobre a questão do “milagre de Juazeiro” *vide*: BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcante. *A terra da Mãe de Deus*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1988. 329 p.; DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977; MACÊDO, Nertan. *O Padre e a beata*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Renes; Brasília: INL, 1981; LIMA, Marinalva Vilar de. *Narradores do Padre Cícero: do auditório à bancada*. Fortaleza: Edições UFC, 2000, dentre outros citados na bibliografia geral.

Cariri, lendo-a e escrevendo-a a partir do Crato. Ganhava, assim, inteligibilidade, para nós, o movimento de construção do Crato enquanto “cidade da cultura”.

Operamos com conceito de cultura, compreendida como elemento permeante do social, isto é, como elemento da trama vivenciada por sujeitos sociais. A cultura é, nesse sentido, estruturadora das visões de mundo e das relações sociais, econômicas e políticas. Portanto, ela se manifesta para o pesquisador através de sua materialidade, mas sobretudo através das representações e das práticas sociais de uma dada sociedade num dado tempo, ou seja, através dos significados ao tempo em que é estruturada por essas.

Na reconstrução da historicidade do nosso objeto, lançamos mão do conceito de “representação”, tal como foi pensado por Roger Chartier, que assim o define: “*as percepções do social(...) determinadas pelos interesses de grupos que as forjam*”. Essas percepções, diz aquele historiador, são condição de ação de grupos, comunidade, ou de uma coletividade, posto que “*comandam atos*” com vistas a “*construção do mundo social*”⁴. Diz ainda Chartier, que as representações não são discursos neutros: “*produzem estratégias e práticas (...) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas*”⁵.

A leitura de Roger Chartier nos beneficiou também ao oferecer pistas que nos permitiram reconstruir o movimento de construção da “cidade da cultura”, prescrutando as representações que a presidiram. Tentamos seguir as orientações daquele historiador, no sentido de articular as relações do grupo de “especialistas da produção cultural” com a cidade, baseados no seu postulado de que o conceito de representação “*permite articular três modalidades da relação com o mundo social*”, quais sejam:

“o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais, através da qual a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; (...) as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade

⁴ Cf. CHARTIER, Roger. *História cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990. 244 p. Principalmente a “Introdução” dessa obra onde o autor discute os conceitos de representação e apropriação pensadas enquanto categorias históricas pelo seu programa de história cultural. Embora sua idéia central seja a de que os sujeitos, grupos ou comunidades fazem usos diferenciados dos objetos culturais, porque se apropriam desses de formas diferenciadas, com base nesse autor não nos sentimos desencorajadas a pensar que houve um esforço dantesco por parte de um grupo de intelectuais, alguns dos quais políticos, no sentido de impor as suas representações acerca dos habitantes da cidade do Crato, representações essas plasmadas pelos ideais de civilidade.

⁵ *Id. ibid.*, p. 17.

*social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; (...) as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns 'representantes' (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade".*⁶

Podemos afirmar, portanto, que as representações compõem a moldura cultural de uma dada sociedade, num dado momento, posto que são percepções do social que comandam ações e sentimentos dos grupos sociais. Nesse sentido, as representações são partes constitutivas importantes dos imaginários sociais e da memória social.

Pensamos memória social enquanto memória dos indivíduos incluídos em grupos sociais, que partilham uma identidade. A noção de memória social pode incorporar a heterogeneidade da memória, todavia ela é sempre composta de imagens do mundo elaboradas a partir de uma versão acordada do passado⁷. Não significa considerar que o processo de elaboração dessa versão seja algo idílico, mas algo que se constrói em constante disputa entre os diferentes grupos que compõem a sociedade.

Servimo-nos também do *método relacional* sugerido por Pierre Bourdieu⁸. Nesse sentido cotejamos discursos e elementos etnográficos que consubstanciaram a produção do Crato como “cidade da cultura”.

Fizemos uso, ainda, do método genealógico de tratamento dos discursos proposto por Michel Foucault⁹, que nos orientou no sentido de identificar nos acontecimentos, séries, regularidades e condições de possibilidade os “princípios reguladores da análise” do movimento, permitindo-nos formar “séries discursivas” com as quais identificamos a

⁶ *Id. ibid.*, p. 23.

⁷ Cf. FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. *Memória social. Novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1994. p.7 e 8. Esses autores recomendam cuidado com o uso da categoria “memória coletiva”, elaborada por Halbwachs, posto que como discípulo de Durkheim, Halbwachs “concedeu um destaque excessivo à natureza coletiva da consciência social e um relativo desprezo à questão do relacionamento entre consciência individual e o das colectividades que esses indivíduos efectivamente constituíram”. Aceitam a validade de “se prestar plena justiça ao lado colectivo da vida consciente de cada um”, mas recomendam: “não faça do indivíduo uma espécie de autômato, passivamente obediente à vontade colectiva interiorizada” (p.7). Tentamos seguir essas orientações quando invocamos o conceito de “memória social”.

⁸ Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. pp. 23-34.

⁹ *Vide*: FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 3ª ed. 79 p. , principalmente p. 51 e seguintes, nas quais esse autor discorre sobre a questão do método proposto por ele. Embora esse método tenha sido proposto como instrumento para identificação e compreensão de saberes elaborados numa dada sociedade, apropriamo-nos dele para compreendermos a base axiológica que informou o nosso objeto, e as ações concretas dos sujeitos que deram vida àquele movimento.

gênese do movimento em exame, assim como as regularidades discursivas que o presidiram.

Nesse exercício alguns dados se impuseram pela regularidade dos seus elementos: eventos, palavras, objetivos explícitos ou sub-repticiamente colocados nos textos escritos e falados.

À luz de Pierre Bourdieu, percebemos que a dimensão materializada daquela construção cultural, era argamassada, isto é, tinha como estruturante uma dimensão simbólica, ao mesmo tempo em que era também estruturada pelos suportes materiais. Esses elementos permitiram aos sujeitos daquela construção demarcar a diferença do Crato em relação ao Juazeiro do Norte nos termos de uma superioridade “cultural” do Crato na região do Cariri, permitindo-a exercer, destarte, um *poder simbólico*¹⁰ sobre as demais cidades da região.

Utilizamos a noção de produção simbólica de Pierre Bourdieu, a fim de recuperarmos a trajetória daquele grupo como “especialistas da produção cultural”¹¹ do Crato enquanto “cidade da cultura”, uma vez que se tornava claro que aquela produção era resultante das suas capacidades engenhosas e estratégicas nos seus vários campos de ação - político, econômico, religioso e sobretudo simbólico.

Compomos o quadro desses “especialistas da produção cultural”, através da visibilidade que tiveram na crônica da cidade veiculada pela imprensa, e pela sacralização de seus nomes nos espaços públicos, assim como pelas referências a eles feitas pelos idosos. Nesse sentido, visualizamos as trajetórias daqueles homens e mulheres no cotidiano da cidade, e, é claro, em momentos extraordinários – comemorações, inaugurações, sessões solenes - nos quais a produção, a que vimos nos referindo, ganha visibilidade ainda maior.

Isto posto, fica claro que a ênfase deste trabalho recai na análise de uma produção cultural, na qual as representações e práticas sociais dos “especialistas da produção cultural”, organizaram e perspectivaram as condutas, as instituições, os lugares de

¹⁰ Cf. BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, em especial o capítulo I - *Sobre o poder simbólico*. p.7-16.

¹¹ Com base em Pierre Bourdieu, identificamos como “especialistas da produção cultural” o grupo de intelectuais - clérigos ou laicos - políticos e capitalistas cujas representações nos permitiram perceber, nos seus atos individuais ou grupais (por exemplo o Instituto Cultural do Cariri), o esforço no sentido de instituir uma memória identitária dos cratenses. *Pari passus*, atuaram/atuam no sentido de “soerguer” o Crato, imiscuindo-se na fundação de instituições de suporte da civilidade e da cultura letrada nessa cidade, e ainda enfatizando, nos seus discursos, a superioridade do Crato na região do Cariri, nomeadamente, frente ao Juazeiro do Norte. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Id. ibid.*, passim

memória da cidade. É pois uma produção que estruturou e foi estruturada por uma configuração social¹² reproduzida pelas tomadas de posição dos “especialistas”.

Não desconhecemos a relevância de uma análise da recepção da produção cultural do Crato como “cidade da cultura”. Todavia apreender o consumo cultural dos grupos que não participaram daquela produção pareceu-nos um exercício difícil. Seguindo Roger Chartier, deveríamos pensar o consumo como apropriação, ou seja, como usos diferenciados. Ou ainda segundo Michel de Certeau¹³, deveríamos ter em conta as subversões e inventividades dos consumidores.

Procuramos pensar, na medida do possível, a recepção dessa produção cultural quando analisamos a ordem semântica dos textos que lhe deram suporte, procurando perceber os sentidos que os produtores desejavam produzir nos leitores.

Pela natureza deste trabalho, privilegiamos as representações daqueles “especialistas da produção cultural”, ou os discursos sobre eles. Alguns desses ainda estão ativamente engajados nessa construção cultural.

Não foi nossa pretensão estabelecer o estatuto de verdade dos discursos que dão conta da superioridade de Crato, mas compreender como as representações que consubstanciaram aquela produção cultural constituíram-se em condição de ação de homens e mulheres que residiram e ainda residem na região do Cariri e especialmente, nessa cidade.

Os nomes dos “especialistas da produção cultural” estão à farta nos jornais, revistas, nomes de ruas, de escolas, de logradouros públicos, praças, fundação, etc. Nas últimas décadas do século XIX, e início do século XX, podemos encontrá-los escrevendo textos para os jornais da cidade, exercendo os seus ofícios e sendo notícia na cidade. Encontramo-los combatendo os acontecimentos do Juazeiro, em torno do Padre

¹² Para o exame da discussão do conceito de configuração social, *vide*: Elias, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução, Ruy Jungman; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993-1994. 2 v., principalmente “Apêndice. Introdução à edição de 1968”, pp. 214-251, onde o autor critica as idéias de indivíduo e sociedade como “*fenômenos com existência separada*” Esse autor conceitua “configuração social” como a rede de interdependência entre “indivíduos” e “sistema” ou “totalidade”. Esse conceito, segundo o autor “*expressa mais clara e inequivocamente o que chamamos de “sociedade” que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um “sistema” ou “totalidade” para além dos indivíduos mas a rede de interdependência por eles formada*” (p. 249).

¹³ *Vide*: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I. Artes de fazer*. 3ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, 351 p.

Cícero Romão Batista, e/ou investindo na valorização da cultura letrada, na civilidade e na modernidade do Crato¹⁴.

Mais à frente encontramos-os empenhados na produção de lugares de memória, na elaboração de um tempo festivo, de símbolos cívicos, e de um discurso que se torna marca da intelectualidade cratense, recuperando símbolos do passado no exercício da construção de uma base identitária para o Crato.

Recuperar a historicidade do movimento de construção do Crato como “cidade da cultura” nos permitiu perceber as múltiplas determinações que a ensejaram e o movimento de instauração de uma tradição¹⁵. Ora, a instauração dessa tradição acabou por naturalizar aquilo que, na verdade, é uma construção social, permitindo-se *ipse facto* que dela se fizessem usos que reproduziram incessantemente a crença na superioridade cultural do Crato dentro da região.

As fontes de que nos servimos para recuperar a historicidade do nosso objeto foram periódicos produzidos e que circularam na cidade, principalmente jornais e revistas. Dentre esses privilegiamos os que se constituíram em suportes materiais dos discursos dos “especialistas da produção cultural”. Nesse sentido, a Revista *Itaytera*, produzida pelo Instituto Cultural do Cariri, o jornal *A Ação* e a historiografia produzida no Crato foram muito valorizados neste trabalho. Usamos também documentos de associações religiosas, carta pastoral, e ainda documentos dos arquivos de colégios, principalmente os do arquivo do Colégio Santa Teresa de Jesus. Examinamos também o *Levantamento Sócio-Religioso da Diocese do Crato*, documento elaborado em 1963. Valemo-nos ainda de livros de memória de pessoas que residiram no Crato no final do século XIX e no século XX. Livros produzidos pelos “especialistas” foram também examinados. Eventualmente recorreremos ao exame de leis. Recorreremos, ainda, a entrevistas com alguns dos “especialistas da produção cultural”.

¹⁴ Não é nossa pretensão discutir o conceito de modernidade. Usamo-lo não no sentido teórico-filosófico mas acompanhando a idéia de civilização.

¹⁵ Cf. FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1ª Ed. 14ª Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. Aurélio marca o sinônimo de tradição levando em consideração um processo (meio) e um resultado: como meio: “transmissão oral de lendas, fatos, etc. (...) ou ainda transmissão de valores espirituais através de gerações”; como resultado: “conhecimento ou prática resultante de transmissão oral ou de hábitos inveterados”, ou como processo e resultado ao mesmo tempo: “recordação, memória.” A partir dessas definições e de nossas leituras sobre o conceito de tradição na história social e na história cultural é possível defini-la como: conhecimento adquirido através do processo de constituição da memória e da história, que permite a conservação do passado na memória social.

Esclarecidas a trajetória da construção deste trabalho, os suportes conceituais, os recursos metodológicos e as fontes utilizadas, cumpre-nos discutir o marco temporal que elegemos - o período compreendido entre 1889-1960.

O marco inicial obedece a um imperativo endógeno do nosso objeto, posto que as nossas pesquisas nos indicaram que os acontecimentos sócio-religiosos ocorridos em Juazeiro do Norte, em torno do Padre Cícero, motivou a gênese do movimento aqui analisado.

Com base nas séries discursivas, elegemos a década de 60 do século XX como marco temporal final, embora aquele movimento ainda esteja em construção. Estabelecemos esse marco porque a partir desse momento ocorreram mudanças significativas no discurso dos intelectuais, havendo um deslocamento do enfoque, que antes recaía sobre a cidade, para a região, bem como a canalização das energias políticas para o desenvolvimento regional.

No que diz respeito ao Cariri, elaborou-se, a partir dos anos 60, um discurso regionalista, a reboque da questão regional posta em nível nacional pelos governos desenvolvimentistas. A questão regional, portanto, funcionou como um diluente, que, aos poucos, foi minando a força do movimento de construção do Crato como “cidade da cultura”, a despeito desse movimento não ter cessado completamente. A questão regional ganharia amparo, ainda, no campo artístico, deixando de se cantar “as belezas do Crato”, para se cantar a “fartura do Cariri”, com o que se propunha marcar a identidade da “tribo cariri”.¹⁶

Ademais, a Diocese do Crato, nicho que abrigou importantes “especialistas da produção cultural”, passou por uma profunda mudança a partir de 1961, com a sagração do seu terceiro bispo, Dom Vicente de Paula Araújo Matos. A ação desse bispo orientou-se por uma política de tolerância em relação às práticas religiosas dos devotos do Padre Cícero. Por outro lado, a Diocese promoveu, em consonância com a Igreja Católica, uma inflexão na política de romanização.

A ênfase numa tônica espiritualizante – característica do catolicismo romanizado ou ultramontano - cedeu lugar a uma ação teológica caracteristicamente mais voltada para as realidades terrenas, na linha da “Teologia do Desenvolvimento”. Outrossim,

¹⁶ As duas primeiras expressões aspeadas são extraídas de letras de músicas cantadas na região. A terceira expressão é uma metáfora com a qual estamos nos referindo aos famosos Festivais da Canção, ocorridos no Crato durante a década de 70.

aquele bispado estendeu o raio das políticas sociais por toda a Diocese. Aquela inflexão foi ensejada pelo Concílio Vaticano II (1964-1968), cujas ações já se prenunciavam nas suas sessões conciliares, das quais Dom Vicente participou quando era ainda bispo auxiliar.

Nesse sentido, as questões da educação e organização dos trabalhadores¹⁷, as condições de saúde e higiene do homem sertanejo, o progresso da ciência e da tecnologia e a questão do patrimônio da Diocese compuseram o programa do terceiro bispo.

Esse programa se concretizou através da criação da Rádio Educadora do Cariri, da Organização Diocesana de Escolas Radiofônicas, para alfabetizar adultos à distância; da Escola de Líderes Rurais – ELIRUR – encarregada de uma política preventiva de saúde, e ainda do ensino de trabalhos domésticos e artesanais; da criação de sindicatos rurais que cobriram toda a área da Diocese; de uma seção do Movimento Eclesial de Base e ainda de um Centro de Treinamento.

Portanto, é possível afirmar que ao desenvolver uma ação pastoral que, efetivamente, estendeu o raio das políticas sociais por toda a Diocese, o programa do terceiro bispo funcionou como elemento aglutinador dos municípios da região. Aquela pastoral representava “os novos tempos” da Diocese.

Outra mudança diz respeito à relação dos “especialistas da produção cultural” com a religiosidade dos devotos do Padre Cícero, que continuavam a ser identificados como romeiros. Todavia, não encontramos mais a detração de suas condutas nos discursos daqueles.

Outro elemento importante de mudança foi a aceleração do processo de urbanização, propiciado pelo êxodo rural, o que tornou o tecido social da cidade muito mais complexo.

Ao procedermos a genealogia da construção da “cidade da cultura” recuperamos a historicidade dos intelectuais nessa cidade, a partir da segunda metade do século XIX,

¹⁷ *Vide*: ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo. *Igreja, sindicato e a organização dos trabalhadores*. 1991, 183 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Ceará. Nessa dissertação, produzida à luz do aparelho teórico marxista, o autor discute a organização dos trabalhadores a partir da ação da Igreja Católica, detendo-se no exame da ação teológica da Diocese do Crato. Assertiva que a Teologia do Desenvolvimento (categoria da qual o autor se utiliza para pensar as ações políticas da Diocese) visava impedir a organização dos trabalhadores pelos comunistas. Enfatiza a ruptura entre as lideranças dissidentes da ELIRUR e a Diocese num momento posterior.

haja visto a recorrência dos “especialistas da produção cultural” a um passado no qual teria “florescido” a civilização.

Como tivemos que privilegiar um marco para o exame da gênese dessa civilização, elegemos o aparecimento, em 1855, do primeiro jornal produzido no Crato¹⁸. Trata-se de um periódico semanal, que circulou durante dez anos e era editado na Typografia de Monte & Cia., na Casa do Piza, no Crato.

Fizemo-lo diante da importância concedida pelos “especialistas da produção cultural”, ao surgimento desse veículo de comunicação, compreendido como resultado e instrumento da civilização:

*“No meado do século XIX, tão evidenciado estava o culto das letras em Crato, que João Brígido dos Santos não teve dificuldade em criar e manter O Araripe (...) suas páginas acolheram as figuras mas representativas daquela época (...) autores de escritos não somente apreciáveis, como dignos da admiração de todos os filhos do Cariri.”*¹⁹

Essa foi também a compreensão dos editores daquele periódico:

*“Testemunha da revolução, que a imprensa, esse agente poderoso, tem operado em todo o mundo (...) nós, que temos visto, como diminuem os crimes, se melhorão os costumes, e pela acção da imprensa cahem, como de podres os prepotentes, esses filhos da anarchia e da ignorância, entendendo que, como condição a prosperidade publica, é urgente reforçarmos essas voses robustas, que doutrinaõ as idéias modernas, e assim preparar nossos patricios para os dias felizes, que a providência nos reserva”*²⁰

Figueiredo Filho²¹ propõe a seguinte divisão para o que ele denomina “movimento intelectual ou cultural da região”, que teria obedecido, segundo ele, a “influências distintas”:

“A primeira está vinculada às lutas pela formação dos povoados e vilas, estendendo-se às revoluções independentistas do primeiro quartel do século XIX, incluindo também a chamada guerra de Pinto. A segunda medrou com a criação do jornalismo em terras caririenses, enquanto a terceira surgiu com a

¹⁸ Esse jornal foi o primeiro produzido no interior do Ceará: *O Araripe*, cujo diretor foi João Brígido, jornalista ligado ao Partido Liberal, já nas lides com o jornalismo partidário na cidade de Fortaleza.

¹⁹ Cf. NASCIMENTO, F. S. *Crato: Lampejos Políticos e Culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 1998 p. 92

²⁰ Cf. Editorial. *Jornal O Araripe*, Crato, 7 de Julho de 1855. p.1. A coleção desse jornal encontra-se no Setor de Microfilmes da Biblioteca Pública Menezes Pimental. Fortaleza (CE)

²¹ Consideramos José de Figueiredo Filho, um dos mais arrazoados dentre os “especialistas da produção cultural”, foi aquele que produziu mais textos sobre o Crato. Um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri, foi presidente daquela academia de 1954 até 1973. Foi dele a idéia de criação do Museu do Crato, a idéia de “resgate e preservação” da cultura popular. Figueiredo Filho preocupou-se muito em dar visibilidade ao Crato no país afora, participando de colóquios sobre história regional e se fazendo presente em sessões cívicas de outras cidades. Foi historiador, exerceu o magistério e era farmacêutico por formação acadêmica.

criação dos estabelecimentos secundários de ensino, que hoje pululam nesta zona e inaugurados com o Seminário de São José do Crato”²²

O historiador cratense preferiu considerar como marcos do movimento intelectual ou cultural, aspectos políticos e os referentes à criação de suportes da cultura letrada da região, usando um mesmo léxico para as palavras intelectual e cultural. Ora, sabe-se que um dos fortes conteúdos da civilização era a valorização da cultura letrada, daí ser compreensível o entusiasmo de Figueiredo Filho, como dos demais “especialistas”.

Preferimos agrupar numa só, as duas últimas fases sugeridas por Figueiredo Filho. Quanto à primeira fase à qual se refere, nossas pesquisas não a cobriram, porque não nos foi possível identificar uma série discursiva regular anterior à segunda metade do século XIX. Nossas categorias de apreensão do movimento cultural em destaque, permitiram-nos, então, dividi-lo em dois momentos: o primeiro refere-se à uma herança civilizatória para a construção da “cidade da cultura”. Assim sendo, trata-se de um antecedente: um projeto civilizador que informou as representações e práticas sociais, no Crato, a partir da segunda metade do século XIX .

O segundo momento corresponde ao próprio movimento de construção do Crato como “cidade da cultura”. Por mais que represente uma continuidade em relação ao primeiro momento, posto que dele se serviu, é porém distinto. Nesse segundo momento, os esforços de intelectuais, políticos, religiosos, e capitalistas, consubstanciaram-se também na lógica do contraste em relação ao Juazeiro do Norte, orientando a produção simbólica do Crato como “cidade da cultura” no sentido de uma diferenciação e de uma superioridade cultural do Crato na região, através da valorização de uma cultura letrada e da reprodução dos padrões de condutas civilizadas para homens e mulheres.

Nesse sentido estruturamos este trabalho em quatro capítulos.

O Capítulo 1, trata do primeiro momento a que nos referimos: a questão da herança civilizatória. Analisamos o projeto civilizador²³ elaborado por intelectuais do

²² FIGUEIREDO FILHO, José de. *História do Cariri*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1968. Vol IV. p. 4-5.

²³ Cf. ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. *Op. cit.* Para Elias o processo civilizador é um fenômeno que caracteriza toda a época moderna e contemporânea estruturando uma sociogênese e uma psicogênese identificada pelo autor como uma mudança dos costumes na sociedade de corte e uma mudança na sensibilidade das pessoas e nas formas de perceber-se a si e aos outros, estabelecendo sentidos de vergonha e de moderação, de racionalização das atitudes com vistas a uma previsibilidade das consequências dessas atitudes, ou, ainda, na instituição do público e do privado com o advento dos Estados Modernos que passa a exercer o monopólio da violência e da burocracia, despersonalizando o poder. Esclarecemos que embora o “processo civilizador” ocidental pensado por Elias constitua-se um fenômeno de longa duração,

Crato, pautado nos ideais de civilização e ordem, higienização dos espaços e dos corpos. Esse projeto comportou a reivindicação da criação da Província do Cariri, porquanto entendeu-se que, sendo sede de governo, o Crato teria a garantia da extinção do crime, dado que os agentes judiciais e policiais do Estado seriam mais presentes, assegurando ao Estado o monopólio do controle da violência. Da criação da Província viria também a “animação” dos negócios e a disseminação da instrução, identificada como condição para “ilustrar-se o espírito” e polir as condutas sociais. O Crato pretendia constituir-se em núcleo disseminador da civilização na região. Abordamos a questão da fundação da identidade cratense consubstanciada na instauração de uma memória identitária. Trata, ainda, da civilidade cristã inculcada enquanto ideal de conduta social, sendo essa a outra face da identidade cratense. O capítulo aborda ainda as noções de honra, vergonha, direitos e deveres prevalecente naquela configuração social.

No capítulo 2, tratamos, inicialmente, da construção simbólica no campo da política, analisando um acontecimento que intentou-se memorizá-lo como “o novo tempo do Crato”, identificado com o ideário republicano. Centramos, contudo, nesse capítulo, a nossa atenção nas questões envolvendo o Crato e o Juazeiro quando se estabeleceu entre essas duas localidades uma relação marcada pela lógica do contraste. Nesse sentido, focalizamos a tensão que se estabeleceu entre os clérigos cratenses, de um lado, e o Padre Cícero e seus seguidores, do outro, a partir dos “fatos extraordinários” ocorridos em torno do Padre e os desdobramentos dessa tensão motivada pelas condutas dos seus seguidores em momentos posteriores à sua morte²⁴. Naquele período, instaurou-se um imaginário do terror no Crato, que teve alguns momentos fortes, posto que os modelos de conduta dos romeiros²⁵, foram percebidos como discrepantes em relação àqueles propugnados como modelos ideais por aquele projeto civilizador, de matriz ilustrada, cientificista, e de matriz católica, inspirada nas diretrizes do catolicismo romanizado ou ultramontano.

estamos aplicando algumas noções de Elias a um processo de menores dimensões, uma vez que identificamos questões presentes naquele processo maior em nosso objeto de investigação, a configuração social caririense, ou, mais especificamente, a cratense. Portanto, não é nossa intenção investigar um suposto “processo civilizador” no Cariri, mas pontuar desideratos daquele projeto.

²⁴ Sobre a questão do imaginário dos devotos acerca do Padre Cícero leia: RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O verbo encantado. A construção do Pe. Cícero no imaginário dos devotos*. Ijuí (RS): Editora INIJUÍ, 1998. 160 p.

²⁵ Cf. BARROSO, Oswaldo. *Romeiros*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1989. Esse autor fez um estudo sobre as romarias e os romeiros.

A detratção das condutas dos romeiros e o terror que se apossou do imaginário dos cratenses se desdobrou em acontecimentos de ordem política, dando início a uma rivalidade entre o Crato e o Juazeiro que se fortaleceria na medida em que este último sobrepuja-se economicamente ao Crato.

A partir das questões acima referidas, sublinhou-se a identidade do Crato como “cidade da cultura”, fundamentada na suposta diferença: ao Crato o foro de civilidade, de cultura; ao Juazeiro o foro de barbárie. A herança civilizatória estruturou as disposições que se constituíram em referência para o auto-reconhecimento dos cratenses como indivíduos civilizados, característica de sua identidade como habitantes de uma cidade civilizada. Por contraste, os fenômenos religioso e social de Juazeiro foram detratados pelo olhar cratense, elaborando-se a imagem de seus protagonistas como homens e mulheres fanáticos, incultos e bárbaros.

As representações sobre os habitantes das duas cidades acabaram por forjar representações no imaginário social²⁶ no Cariri, acerca do Crato e de Juazeiro. Evidentemente, por ser portador dos atributos de civilidade, o Crato se propunha continuador do projeto civilizador na região.

Os Capítulos III e IV tratam dos investimentos dos “especialistas da produção cultural” no movimento de construção do Crato como “cidade da cultura”.

O Capítulo 3 analisa as representações fundadoras da produção cultural que presidiu o movimento de construção da “cidade da cultura”, que valeu-se da evocação do passado como indicador de uma herança civilizatória, consubstanciada na valorização de um capital intelectual nessa cidade. Como continuação dessa herança, os “especialistas” identificavam nas marcas de sua distinção social - dentre as quais o entusiasmo para “*cousas alevantadas*” - o cultivo da mente, as sociabilidades intelectuais, a civilidade – a própria marca da “distinção” do Crato.

²⁶ Estamos utilizando o conceito de imaginário social ou imaginação social conforme Bronislaw Baczko para quem imaginário social é “*um aspecto da vida social, da atividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade de seus produtos*”, diz ainda aquele autor que é “*através dos seus imaginários sociais que uma coletividade designa a sua identidade(...) estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns, constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’ através de ‘modelos formadores’ (...)* O imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva, é uma peça efectiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder” (p.305-310) . BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social* IN: Enciclopédia Einaudi Vol. 5: *Atropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, pp. 296-396.

Investiram numa memória identitária dos cratenses, produzindo “lugares de memória”, tais como academias, museu, monumentos, dentre esses, as denominações de ruas, praças, logradouros públicos, fundação cultural que passaram a receber nomes de “filhos ilustres” e “benfeitores” da cidade, em sua maior parte, nomes de intelectuais. Como “lugar de memória” deram início, ainda, à produção de uma historiografia do Cariri, tomando o Crato como referência etnográfica maior.

Por constituir-se em espaço de sociabilidade intelectual de grande envergadura no movimento de construção da “cidade da cultura” valorizamos, nesse capítulo, as representações elaboradas pelos acadêmicos do *Instituto Cultural do Cariri*, recuperando as suas incursões na construção dos “lugares de memória” e na elaboração de um tempo festivo da cidade.

Examinamos, ainda nesse capítulo, a questão da valorização do Seminário São José e da Diocese do Crato, identificados pelos “especialistas” como elementos fundadores da tradição de cultura e civilidade cristã. Nesse sentido, a criação da Faculdade de Filosofia do Crato e a fundação da Universidade Regional do Cariri são os marcos fundamentais dessa tradição. Por fim, o capítulo 3 examina a crença nessa produção cultural, para que, no capítulo seguinte, passemos a nos dedicar à definição da estruturação de uma rede de instituições de suporte, material e discursivo, de valorização da cultura letrada e das normas de civilidade: rede escolar, imprensa, cinemas, rádios e teatro. Nesse sentido examinamos em que medida a estruturação dessas instituições permitiram a reprodução social das “boas famílias” cratenses e, destarte, a produção do Crato como “cidade da cultura”.

Gostaríamos de esclarecer, ainda à guisa de introdução que, o que identificamos como uma produção simbólica do Crato como “cidade da cultura” não foi compreendido aqui como um engodo, uma farsa. Trata-se, logicamente, de um conjunto de estratégias, não menos isentas de caráter ideológico. Portanto, podem até mesmo conter uma carga utópica. Produzem-se, evidentemente, no interior de um jogo de forças, numa tensão, com no mínimo duas frentes de luta: externamente contra o Juazeiro e internamente contra elementos da cultura popular, posto que houve todo um esforço em orientar as condutas e gostos pelos valores da civilidade, da cultura letrada e das práticas religiosas do catolicismo romanizado. Embora nem sempre as falas dos “especialistas” se refiram, com freqüência, aos outros grupos sociais que não se

orientavam por esses valores, fica claro que o próprio esforço de construir uma identidade cratense a partir desses valores significava uma luta contra as práticas da cultura popular.

Trata-se, em suma, de uma produção simbólica produzida nos campos político, econômico, religioso. E é no caráter simbólico que reside certamente o seu poder: a capacidade de instaurar uma tradição acerca do Crato, obtendo legitimidade no imaginário social caririense e a cumplicidade dos habitantes do Crato. Segundo Bourdieu, *“o próprio das produções culturais é que é preciso produzir a crença no valor do produto”*. Nesse sentido, é possível inferir que os “especialistas da produção cultural” do Crato como “cidade da cultura”, conseguiram produzir essa crença.

Alguns dos que ainda militam nesse movimento, mas que arrefeceram, revivem na memória os tempos áureos, quando o Crato se sobressaía em todos os aspectos na região. Outros, a exemplo de Sarah Cabral, Raimundo de Oliveira Borges, Martins Filho, José Newton Alves de Souza, Madre Feitosa, Jurandy Temóteo, dentre muitos outros, preferem incentivar o desenvolvimento do Crato através da valorização da cultura letrada. A certeza de ter contribuído para o “adiantamento” do seu “torrão”, conforta uns, a idéia de que a luta não acabou anima outros.

1 – A herança civilizatória da “cidade da cultura”

Já na segunda metade do século XIX, o Crato se propunha ser o núcleo disseminador de um projeto civilizador para a região do Cariri. Para isto, servia-se do fato de ser o espaço mais povoado e de maior projeção econômica na região: foi a segunda freguesia criada na região (1762); o primeiro povoado a ser elevado à condição de vila (inaugurada em 21 de Junho de 1764, com o nome de Vila Real do Crato); o primeiro a ser elevado ao foro de cidade (17 de Outubro de 1853); a primeira cabeça de comarca no sul do Ceará (criada em 1816). Estava a favor do Crato também o fato de ser o local onde se concentrou o maior número de intelectuais da região, que fundaram em caráter pioneiro, importantes instrumentos de “promoção da civilização”: imprensa, escolas, entidades filantrópicas e associações literárias. A criação do Seminário São José, em 1875, foi, sem dúvida, um grande marco desse projeto civilizador.

Os intelectuais propugnadores e condutores daquele projeto civilizador²⁷ no século XIX, foram: João Brígido dos Santos, José Martiniano de Alencar, Manoel Ludgero de Carvalho Paz, João Marrocos Teles, Carolino Bolivar de Araripe Sucupira, Antonio Luiz Alves Pequeno (houve três com o mesmo nome), Álvaro Bomílcar, Artur Bomílcar, Marcos Antonio de Macêdo, Leandro de Chaves e Melo Ratisbona, Alfredo Bomílcar, Leandro de Chaves e Melo Ratisbona, Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa (Padre Verdeixa), Juvenal Alcântara Pedrozo, Vitória de Santa Maria, Joaquim José Alcântara Bilhar, Padre Joaquim de Alencar Peixoto, Leandro Bezerra Monteiro, Pe. Manuel Joaquim Aires do Nascimento, Fenelon Bomílcar, José Ferreira Lima Sucupira (Padre Sucupira), Pe. Vicente Enrile, Pe. Luiz Gonzaga Boa Vida, Padre Manoel Félix de Moura, Pe. Francisco Lopes Abath, Luisa Frazão, Monsenhor Francisco Rodrigues Monteiro, Pe. Joaquim Sóter de Alencar, Pe. Miguel Coelho de Sá Barreto, Pe. Vicente Sóter de Alencar, Padre Joaquim Severiano de Vasconcelos, Edílson Sucupira, José Carvalho, Vicência Garrido, José Joaquim Teles Marrocos, Joaquim Ferreira de Melo, José Alves de Figueiredo (Zuza da Botica), Diógenes Frazão, José Bezerra de Brito, Padre Pedro Esmeraldo da Silva, Pe. Quintino Rodrigues de

²⁷ BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Crato intelectual (dados bio-bibliográficos)*. Coleção Itaytera. Crato: [s. n.], 1995. 365 páginas. Nessa obra, o autor, intelectual cratense, um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri, arrola 166 nomes de pessoas que segundo ele “conquistaram para a Princesa do Cariri, pelo seu talento e pela sua inteligência, o galardão que condignamente se lhe outorga” (p. 6). O autor lista nomes de intelectuais cratenses ou que residiram ao Crato nos séculos XIX e XX.

Oliveira e Silva, Amélia Pedrosa Benebien Perouse (a segunda mulher a se formar em medicina no Brasil e a primeira do Ceará), José Belém de Figueiredo, Miguel Belém de Figueiredo, Teófilo Artur de Siqueira Cavalcante, Padre Antonio Alexandrino, Antenor Madeira.²⁸

Esses intelectuais eram professores, advogados, padres, jornalistas, tenentes e coronéis da Guarda Nacional, médicos, farmacêuticos, vereadores, deputados, um foi senador, e tinham uma aguda consciência do papel a ser desempenhado por eles na consecução daquele projeto. Muito fizeram os cursos de bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais, Medicina, e Farmácia, principalmente nas faculdades de Recife e Salvador, embora muitos dos nascidos nos últimos anos do século já cursassem o bacharelado na Faculdade de Direito do Ceará. Os clérigos foram ordenados no Seminário de Olinda e no Seminário da Prainha, em Fortaleza, principalmente.

Eles deram visibilidade, através dos jornais *O Ararype*, *Vanguarda*, *A Voz da Religião no Cariri*, *Gazeta do Cariri*, dentre outros,²⁹ ao projeto civilizador que se apresentava como paradigma do século em todo o Ocidente.

No Brasil, o ideal de civilização conjugado ao de ordem presidiram todo o processo de construção da nação brasileira, como também o movimento de construção do Estado Imperial e de constituição da classe senhorial, segundo o historiador Ilmar Rohloff de Mattos³⁰.

O historiador acima citado, ao analisar as semelhanças e diferenças entre Luzias e Saquaremas, diz que esses possuíam uma mesma visão, distintiva e hierarquizada, de política e de sociedade. Segundo aquela visão, a sociedade dividia-se em mundo do governo, mundo do trabalho e mundo da desordem - respectivamente: a “boa sociedade”, os escravos, e os homens livres e pobres. Ser livre, ser proprietário (de pessoas e de coisas), ser instruído pelas Luzes, ter coerência entre aquela visão e o

²⁸ Alguns dos nomes citados, foram intelectuais que iniciaram seus esforços no projeto civilizador ainda no século passado. Nas primeiras décadas do século XX ainda tinham muita visibilidade na crônica da cidade posto que continuavam militando nesse projeto.

²⁹ NASCIMENTO, F. S. *Op. cit.*. Nesse livro, o autor, um jornalista cratense, dá conta da existência dos seguintes periódicos que circularam no Crato no século XIX: *O Ararype* (1855), *O Cratense* (1859), *A Caipora* (1860), *Gazeta do Cariri* (1860), *A Glosa* (1860), *A Camphora* (1862), *A Lyra* (1863), *O Tamborim* (1863), *Omnibus* (1867), *União* (1868), *A Voz da Religião no Cariri* (1868), *Infância* (1869), *A Liberdade* (1876), *Echo do Cariry* e o *Ephoca* (1877), *Cariry* (1884), *Vanguarda*, *O Gênio* e *O Porvir* (1887), *O Cratense*, *O Grilo* e *O Gremio* (1890), *O Artista* (1891), *Correio do Cariri* (1892) e *A Liça* (1895).

³⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. 3ª edição. Rio de Janeiro: ACCESS Editora, 1994. 285 p., principalmente o cap. II: Luzias e Saquaremas; liberdades e hierarquias, pp. 97 a 181.

exercício dos governos, ao lado de habitar no litoral, eram atributos da boa sociedade, a quem cabia assim dirigir o governo da casa e o governo do Estado³¹.

Habitantes do sertão, a elite política, econômica e, sobretudo, a elite intelectual cratense dos séculos XIX e XX não prescindiam do ideal de pertencer e construir uma civilização. A circularidade das idéias alcançou rincões muito distantes do litoral, a despeito dos precários meios de comunicação e de transporte no século XIX. É bom lembrar que, naquela época, uma viagem ao litoral, (Fortaleza ou Recife) durava cerca de oito dias no lombo de cavalos. Mesmo assim, muitos homens e mulheres esforçaram-se por modelar suas condutas sociais pelos códigos de civilidade ali modelados.

Ilustração, cientificismo, nacionalismo, romantismo constituíram os axiomas da versão laica daquele projeto. Trazendo em sua bagagem as matrizes discursivas presentes nas instituições de ensino superior nas quais estudaram, principalmente na Faculdade de Direito do Recife e nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, aqueles intelectuais elaboraram os seus discursos a partir de matrizes científicas orientadas pela lógica determinista do evolucionismo ou do darwinismo social, da medicina social, e, ainda, pela lógica política do liberalismo conservador.³²

Quanto à formação dos clérigos, alguns foram ordenados no Seminário de Olinda, pelo que podemos inferir que possuíam uma formação clerical associada a um espírito liberal e nacionalista. É o caso de Francisco Cerbelon Verdeixa e Joaquim Ferreira de Melo. O primeiro, por exemplo, ficou famoso pela indisciplina - era “*criador de ‘causos’ e mantinha em casa u’a mulher nova à guisa de empregada*”³³. Já o segundo ficou conhecido pelo espírito de disciplina, sendo sagrado bispo de Pelotas (RS), e por isso, seu nome foi inscrito no rol dos filhos ilustres do Crato.

A partir da criação do Seminário Arquidiocesano de Fortaleza (1863), os rapazes da região, vocacionados para o sacerdócio, dirigiram-se em sua quase totalidade para lá. Com a criação do Seminário São José, no Crato, os rapazes puderam realizar o

³¹ “Um Império e três mundos”, in: *id. ibid.*, p. 103 –121.

³² Vide SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p. Principalmente os capítulos 2, 5 e 6. Aqui podemos pensar também os postulados de Pierre Bourdieu acerca da relação existente entre a instituição escolar e a reprodução social. A instituição escolar é, segundo ele, um sistema cuja função é a conservação e a transmissão da cultura legítima, por isso, contribui, poderosamente, para a reprodução social. Vide: BOURDIEU, Pierre. “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”, in: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.) *Pierre Bourdieu. Escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. pp. 41-64.

³³ Cf. BORGES, Raimundo de Oliveira. *Op. cit.*, p. 24

Seminário Menor nessa cidade, transferindo-se depois para Fortaleza, onde faziam o curso de Teologia, ordenando-se em seguida. Podemos afirmar que a grande maioria dos padres que compuseram o clero cratense é oriunda do Seminário de Fortaleza, quando não do próprio Seminário do Crato.

A criação desses dois seminários atendia à política de romanização da Igreja.³⁴ Tratava-se de formar um clero virtuoso, ortodoxo, obediente à hierarquia da Igreja Católica Apostólica Romana, disciplinado e piedoso. Portanto a formação teológica com base no catolicismo romanizado constituiu-se num axioma para os clérigos condutores do projeto civilizador.

Foram as noções emanadas das visões de mundo, laicas ou religiosas, desses intelectuais que determinaram as noções de civilidade que deveriam presidir às vivências de mulheres e homens nos espaços privado e público, os sentimentos e as relações interpessoais, o monopólio do controle da violência - pela polícia e pela justiça - porquanto agentes do Estado³⁵, a higienização dos espaços e dos corpos e a ordem.

1.1 - A fundação da identidade cratense

Percebermos que as representações elaboradas, a partir de 1889, servem-se de um passado cratense convencionado como um tempo em que se construiu uma sociedade civilizada. Esse passado imprimiu-se na consciência dos intelectuais, com seus fatos transformados em fatos históricos, em “disposições duráveis”. O adiantamento cultural do Crato é exemplificado em eventos culturais ou na criação de instituições em caráter pioneiro na região (imprensa, hospital, escolas, ações políticas de cunho liberal, espaços públicos, associações literárias e culturais, faculdade etc.), e também no plano dos ideais a serem conquistados, e, ainda, na prescrição de modelos de condutas para homens e mulheres.

A recomposição da genealogia do discurso de “cidade da cultura”, nos fez perceber que as representações construídas desde a segunda metade do século XIX correspondem ao esforço no sentido de instaurar uma identidade cratense, caracterizada

³⁴ Cf. PINHEIRO, Francisco José. *O processo de romanização no Ceará*. In: SOUZA, Simone (Coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989. pp. 193-204.

³⁵ Cf. Elias, Norbert. *Op. cit.*, vol. 2: “Formação do Estado e civilização”. Esse autor demonstra que um dos fortes elementos do processo civilizador foi a instituição do monopólio da força física, através de órgãos e mecanismos de controle da violência, pelo Estado, gerando, por conseguinte o autocontrole dos indivíduos, que ele designa como “segunda natureza”. Cf. pp. 193-210, principalmente.

por uma face política liberal conservadora e por condutas piedosas, virtuosas e civilizadas.

Esse esforço se manifesta ora identificando a região do Cariri tão somente com o Crato, ora instaurando uma direção ao restante da região. Por isso, podemos afirmar que o esforço foi de instauração de uma identidade cratense, orientada pelos padrões de civilidade, de ordem, de progresso, de modernidade muitas vezes nomeados pelas palavras “adiantamento”, “soerguimento”, “desenvolvimento”, “evolução”, etc. Esse movimento coincide, sem dúvida, do ponto de vista temporal e axiomático, com o movimento de construção da nação brasileira.

Tal como na construção da idéia de nação inspirada no espírito romântico, a saga de homens e mulheres elevados à condição de heróis e/ou mártires de modelos civilizados de conduta também compôs aqui uma galeria local na pena de jornalistas, padres, professores, médicos e políticos. O material por eles legado serve de esteio para sacralizar o Crato como cidade modelo. Daí a referência com que insistentemente é denominada desde o século XIX: “Princesa do Cariri”, “Capital do Cariri”, “cabeça de comarca”.

Nesse sentido, as inquietações nacionalistas e o espírito romântico sugeriram aos cratenses a lembrança comemorativa da contribuição dessa região e, nomeadamente do Crato, nas lutas políticas orientadas pelo espírito liberal de sua elite, na primeira metade do século; lembrança que levou jornalistas e homens públicos a ocuparem as páginas dos jornais com seus libelos em favor das causas liberais.

Nesse esforço para instauração de uma identidade cratense, foi elaborada uma facção do tempo, instaurando uma memória que se pretendia identitária dos cratenses. Assim o passado foi reinventado pela crônica política e pelos “apontamentos para a história”.³⁶ Nesse processo de reinvenção do passado, os intelectuais davam aos cratenses a marca do seu passado, lembrando-lhes constantemente que eram heróicos e patrióticos. Disto já dera mostras o seu “espírito liberal e altruísta”. Elaborava-se um calendário cívico que representava o tempo de luta dos cratenses, datas que não poderiam ausentar-se da memória social.

³⁶ Cf. BRÍGIDO, João. “Apontamentos para a história do Cariri”, in: *Jornal O Ararype*, edições nº 177 ao nº 193. Desses apontamentos se servirá o próprio João Brígido no seu livro *Ceará, Homens e Fatos e a historiografia local*. As lições desses apontamentos sedimentaram-se na memória social.

As lembranças desse tempo de luta eram evocadas, tomando-se emprestados os faustos acontecimentos de 1817 - quando um grupo de cratenses, seduzidos por José Martiniano de Alencar, incorporou-se à Revolução Pernambucana, estando presente inclusive sua mãe, Bárbara de Alencar, e seu irmão, Tristão Gonçalves, dentre outros. No Crato e por boa parte do Ceará, esse grupo tentara arregimentar adeptos para a causa da independência do Brasil e a instauração de uma República. No Crato, em sintonia com o movimento de Recife, Martiniano proclamou a República no dia 3 de Maio, quando, após a missa do domingo, vestido de batina e de roquete à cintura, leu o “Manifesto dos Revolucionários de Pernambuco” e deu vivas à pátria. Os sofrimentos dos revolucionários desencadeados pela contra-revolução, nas viagens para o cárcere, e sobretudo neste, eram narrados com imagens muito fortes pelos intelectuais. Ninguém poderia esquecer.

1822 era outro marco a ser rememorizado, pois foi em 1º de setembro daquele mesmo ano que o Senado da Câmara do Crato, adiantando-se ao restante do Brasil, proclamara a independência no Crato, marcando o dia 7 de setembro para as eleições à Câmara de Deputados.

No movimento de instauração de uma memória identitária, 1824 era rememorado como uma continuação de 1817. Desta feita, várias datas seriam dignas de serem lembradas, desde o dia 28 de fevereiro, data em que a Câmara do Crato manifestou-se contrária à dissolução da Assembléia Constituinte, passando pelo 29 de abril, data em que o cratense Tristão Gonçalves foi escolhido para a presidência da Província do Ceará após a renúncia de Costa Barros, o primeiro como representante dos princípios liberais e o segundo acusado de tentar restabelecer o abominável despotismo. Coube ainda nas folhinhas de 1824 o dia 22 de maio, data em que Tristão Gonçalves, na qualidade de Presidente da Província, convidou o Ceará a juntar-se ao movimento da Confederação do Equador; e ainda o dia 18 de julho, data em que a Câmara do Crato num ato de desobediência ao Imperador e obediência aos princípios liberais recusou-se a jurar por antecipação a Constituição.

Mas fora o fatídico 31 de outubro de 1824 o mais memorável dia dentre todos: nesta data morreu, em combate, Tristão Gonçalves. A crônica desse fato dá conta da barbaridade perpetrada contra o cratense pelas forças imperialistas, da crueldade com que seu corpo foi profanado, vítima do cinismo e da falta de espírito cristão dos seus

algozes que, além do mais, não deram sepultura ao “nosso herói”. Aliás, como todo bom herói, não fugiu à luta, recusando o convite e a oferta das passagens de um inglês de nome Singlost para fugir para o seu país.

1831 foi ainda outro marco, quando se tratou de garantir a liberdade conquistada com a abdicação de D. Pedro. Refregas entre os liberais cratenses e os partidários da restauração da cidade de Jardim capitaneados por Joaquim Pinto Madeira, indispuseram as duas cidades, ou melhor, suas elites políticas. Vencem os cratenses e a revanche segue-se até 1834, quando o “caudilho” Pinto Madeira fora executado em cumprimento à condenação judicial por suposto crime de morte.

Essas datas compunham, ao lado do 21 de Junho (aniversário da elevação do Crato à categoria de vila), um calendário cívico para os cratenses, ritualizando-se o poder da cidade sobre a região nos festejos dessas datas, das quais deveriam orgulhar-se todos os cratenses.

Durante o século XIX, e pelo menos até a década de sessenta do século XX, o calendário cívico dos cratenses foi rememorado e em muitos anos comemorado. O sentimento de brasilidade e de “cratensidade” misturavam-se e, sem dúvida, motivou a disposição de duzentos cratenses a servir à pátria, compondo o corpo de Voluntários da Pátria na campanha contra o Paraguai. Interessante é que a mãe de um deles, Dona Carolina Clarence de Araripe Sucupira, que oferecera seu filho, Carolino Bolívar de Araripe Sucupira, como voluntário da Pátria ao Presidente da Província do Ceará, passou a compor, junto com o filho, o panteón de heróis cratenses, ao lado de Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves, José Martiniano e outros.

Ser liberal, heróico, patriótico era, pois, de acordo com as representações dos intelectuais que plasmaram as marcas do passado cratense, uma característica da sua identidade, posto que os “heróis” daqueles movimentos liberais do século XIX eram cratenses.

Não eram apenas os jornais que investiam na construção dessa identidade, as sessões cívicas das escolas e dos clubes literários, assim como encenações teatrais e os discursos dos políticos também participaram dela. A lição estava ensinada: todos, principalmente eles próprios, deveriam ter consciência de quem eram os cratenses - homens e mulheres de alma liberal, patriótica, destemida, heróica. Essa era a face política da identidade cratense.

A despeito do calendário cívico rememorar ações de caráter liberal dos cratenses, e ao tempo em que se deram essas ações, principalmente 1817 e 1824, constituírem-se em proposituras radicais, valendo aos seus protagonistas a denominação de liberais radicais ou exaltados, as práticas liberais dos cratenses pautaram-se sempre num liberalismo conservador, haja visto o engajamento de um número reduzido de intelectuais na campanha abolicionista e republicana, assim como a manutenção de práticas político-eleitorais conservadoras, voltadas para a manutenção de hierarquias sociais privilegiadoras dos estratos superiores da sociedade. Exemplo disso é o perfil da Câmara Municipal, historicamente composta de proprietários de terra e de engenho, membros dos altos escalões da Guarda Nacional, ricos comerciantes e profissionais liberais destacados pelo *status* inerente à profissão.

Mas nem só de lembranças e comemorações deveriam viver os cratenses do oitocentos. Aquele era também o tempo de construir a civilização, ou, na melhor das hipóteses, de evoluir com ela. O litoral era o modelo, porque era para lá que sopravam os ventos europeus.³⁷ Mas, em que pese a tentativa de imitar os seus congêneres radicados nas capitais litorâneas, os intelectuais cratenses tiveram de enfrentar problemas específicos de uma região marcada pelos códigos da dominação pessoal de uns poucos sobre muitos, da grande ausência do espectro estatal como condutor da vida pública, da grande distância em relação aos centros mais adiantados do país, da falta ou da precariedade dos meios de comunicação e outros mais.

O litoral representava um modelo, tanto por ser ponto de contato com a Europa, modelo maior, como pelas vantagens que aquele espaço brasileiro auferia pelo fato de ser sede de governo e por isso melhor servido pelo Estado, único responsável pela extinção do crime e pelo incentivo ao desenvolvimento livre do progresso econômico e social.

Por isso mesmo, na agenda política dos liberais cratenses houve, durante boa parte da segunda metade do século XIX, e até pelo menos as primeiras décadas do XX, um forte desejo: a criação da Província do Cariri, cuja capital seria o Crato e cuja demarcação territorial, inicialmente, compreenderia porções dos territórios do Ceará,

³⁷ Vide: CASCUDO, Luís da Câmara. *Voz de Nessus: inicial do meu dicionário brasileiro de superstições*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba / Departamento Cultural, 1966. 108 p., principalmente o capítulo VII onde o autor trabalha a idéia de que no sertão houve a preservação do que há de mais arcaico, posto que afastado do litoral. Sobre a questão há uma vasta bibliografia, citamos, mais uma vez, por uma questão de coerência do texto: MATOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.*

Piauí, Pernambuco, Paraíba e Bahia. Desejo transformado em projetos de lei apresentados ao Legislativo Cearense pelas Câmaras Municipais de Jucás, do Crato e de Barbalha e pelo Senador José Martiniano de Alencar, que inclusive chegou a dar entrada nesse projeto no Senado do Império.

Naquele momento, supunham que a conquista da civilização seria garantida por uma divisão político-administrativa, posto que isso garantiria à região a extensão dos benefícios que poderiam advir do fato de o Cariri tornar-se uma província e o Crato, um dos centros administrativos do Império. Caberia ao espectro burocrático-administrativo da capital o monopólio do exercício da violência e não aos “chefetes” locais. Parece até que mesmo a distância dos centros mais adiantados, cujo endereço era o litoral, ficaria encurtada e o sertão viraria mar! Aliás, para aproximar o Crato do litoral, o Partido Liberal criou, em 1860, a Sociedade de Correios do Partido Liberal, competindo com a administração pública. Ademais, a criação da província daria caução ao desenvolvimento econômico da região. Sobre essa questão, assim se refere João Brígido, editor do primeiro periódico cratense e primeiro do interior cearense – *O Ararype*: “*Não traria mais vida e acção a essas populações numerosas, (...) se lhes dêsse uma administração especial que curasse de seos interesses peculiares?*”. E mais adiante:

*“Donde provém o retardamento da civilização dos municípios centrais do imperio, quando florescem os do litoral? Por certo que da falta de administração. Bem sabemos como a afluencia dos negócios, a multiplicidade dos termos distráem o governo de muitas medidas, que a instrucção lhe sugere; e si tratarmos da educação, que praticamente obtem o homem communicando outros mais adiantados, veremos, que a longitude às capitaes influe muito; pois que ellas são os fôcos de civilização das provincias, por isto que para ahi afluê a parte mais intelligente e bem educada da população de cada uma, que a miúde communicada, transmite suas bases, seos costumes e seos modos urbanos ao habitante inculto, que vae do interior. As capitaes são escholas das provincias, e sobre aquellas, que dellas estão mais perto, reflete sua illustração. Aquelle trato delicado que nos vem do habitante do velho continente, é àlli que vai ser bebido. Com a civilização virá a extinção do crime, o retoque de nossos costumes; e a terminação dessa chronica negra (...) A acção do governo é frouxa, morosa sobre os longinquos pontos nas provinciais: Da distancia se socorrem os malfazejos, e é da distancia que se socorre a autoridade iniqua, para prostergar a lei, perseguir o inimigo innocente, e deixar impune o assassino perigoso”.*³⁸

³⁸ Cf. BRÍGIDO, João. “Aos leitores”, in: *Jornal O Ararype*, Crato, 7 de julho de 1855. p. 2. Este jornal, dirigido por João Brígido, ativo membro do Partido Liberal no Ceará, continuará advogando durante todo

Esse projeto foi tratado com muita insistência pelos políticos e pela imprensa liberal durante pelo menos três décadas, porém não logrou o resultado esperado. No início do século XX constituiu-se em pleito de um grupo de intelectuais, animados por José Alves de Figueiredo, ligados ao hebdomadário *Sul do Ceará*, jornal que teve grande circulação em todo o Ceará. Em 1905, uma série de edições desse jornal veiculou libelos assinados pelo professor Antenor Madeira, que conclamavam: “*Povo do Cariry reuni-vos e fazei uma representação de todos os municípios ao Congresso estadual para que conceda vossa autonomia*”³⁹. Naqueles libelos, Madeira fazia acurado estudo sobre os motivos e as reais possibilidades constitucionais, políticas, econômicas e culturais para a criação do Estado do Cariri, cuja capital era “naturalmente” o Crato, a Princesa do Cariry. Propunha como base territorial municípios do sul do Ceará que “*a providência unificou pelas defezas naturaes, pelos costumes, usos, e modos de vida*”⁴⁰, dizia Madeira.

A criação do Estado representou também um pleito da civilização, porquanto movido pelo espírito liberal. Todos aqueles que não comungassem com essa idéia eram, conseqüentemente, anti-liberais. Ora, só nos marcos de uma política liberal se daria a extinção do crime. Isso preocupava aqueles intelectuais, não somente aquele praticado por homens comuns - para o que, aliás, já havia um aparato jurídico e policial apto a coibir – mesmo considerando-se a falta de autonomia desse aparato frente aos chefes políticos locais. Os crimes que preocupavam os intelectuais eram aqueles perpetrados pelos mandatários do poder político vigente nos quadros do pacto oligárquico. Crime que não era somente a morte de alguém, mas o desrespeito aos direitos civis e políticos. Contra isto, conclamava-se: “*se tendes uma arma para ferir o despotismo, porque então não usaes della?*”⁴¹ A arma a que se refere eram as condições econômicas e culturais: “*esse torrão tem vida própria*”.⁴²

Em nome do espírito liberal era preciso ir à combate, pois “*o terrorismo e o bacamarte são as molas do equilíbrio conservador porque este só assim e a muito custo*

o período de circulação daquele jornal, (1855-1865), a necessidade de criação da província do Cariri, nos termos acima referidos.

³⁹ Cf. MADEIRA, Antenor. “Ao Povo Cariryense I”, in: *Jornal Sul do Ceará*, Crato, 28 de maio de 1905. p. 1

⁴⁰ Cf. MADEIRA, Antenor. “Ao Povo Cariryense II”, in: *Jornal Sul do Ceará*, Crato, 4 de Junho de 1905. p. 1

⁴¹ *Id. ibid.*, p. 1

⁴² *Id. ibid.*, p. 1

pode suste-se”⁴³. Combate que “*se os algozes não quizerem ouvir os clamores ou conceder que manifesteis os vossos sofrimentos, prevalecei-vos do meio extremo*”⁴⁴, afinal “*nem no berço gemeste, mas fizeste Portugal gemer*”⁴⁵, dizia Madeira, autor do libelo de 1905, investindo com muita veemência na lembrança dos movimentos liberais de 1817, 1822, 1824, 1832, com o que se pretendia dar continuidade ao movimento de fundação da identidade cratense a partir de uma memória identitária. Dizia ele ainda:

*“Lêde a história de vossos triumphos e então vereis que o Cariry não pode estacionar ou viver retrogrado, opprimido. Foste liberal desde o berço de vossas grandezas e as vossas glorias de 1822 assombraram as demais. Se hontem abraçaste as ideias liberais, não podeis hoje thronisar o conservadorismo. Mirai-vos no espelho crystalino do passado, legando a vossos filhos e netos os mesmos exemplos e lições que recebestes de vossos antepassados”*⁴⁶

Se essa deveria ser uma lembrança a animar os caririenses, muito mais deveria animar aos cratenses, protagonistas maiores daqueles eventos que não deveriam apagar-se da memória. Naquele projeto de criação do Estado do Cariry, ancorado nas idéias liberais, o “*Crato deve servir de estímulo e de exemplo a vós povo que ainda viveis torturado*”, diz o libelo a que vimos nos referindo.

A defesa do progresso econômico continuou sendo feita, agora não mais como algo que seria animado pela ação direta do Estado. O Cariri passaria a não mais pagar as contas do Ceará, posto que representava quase metade da arrecadação do Estado. Novamente esse motivo recomendava o Crato como capital do pretendido Estado, afinal o Crato tinha de longe a primazia econômica na região centro e sul do Ceará, devido à sua agricultura baseada em produtos nobres no mercado interno da região: a policultura de cereais, frutas e matéria primas, tais como maniçoba, mandioca e cana-de-açúcar, esta predominando sobre os demais produtos, além da cultura do algodão (plantado em larga escala no final do século XIX) e da criação de gado.

Dessa produção diversificada beneficiou-se o comércio, que na virada do século já era um ramo importante da economia do Crato, responsável pelo intercâmbio com cidades do Piauí, Paraíba, Pernambuco, Bahia, além, é claro, do Ceará, e responsável

⁴³ *Id. ibid.*, p. 1

⁴⁴ *Id. ibid.*, p. 1

⁴⁵ *Id. ibid.*, p.1

⁴⁶ MADEIRA, Antenor. *Art. cit.*, Crato, 28 de Maio de 1905. p. 1

pelo crescimento comercial e demográfico da cidade.⁴⁷ Não há registros de investimentos industriais de grande vulto antes da década de sessenta desse século, excetuando-se as indústrias de beneficiamento da cana – os engenhos – e as de beneficiamento do algodão e umas poucas indústrias de diminuto porte.

Mas ser o berço de homens liberais, ter a primazia econômica na região não eram os únicos motivos que creditavam ao Crato o estatuto de capital. Havia ainda que se considerar que essa era também uma terra da qual “*famílias inteiras têm-se ilustrado e continuam a se elevar nas letras*”⁴⁸.

Em 1957, ressurgiu a questão da criação do Estado do Cariri, com a capital sendo o Crato, agora liderada por editores de um jornal criado especialmente para esse fim, o *Libertador*. Tinha à frente José Jézer de Oliveira (Zéjezer) e os componentes de um grupo chamado Comitê Central Pró-Estado do Cariri, liderado por Jósio de Alencar Araripe. Esses se fizeram representar pelo então deputado estadual Wilson Roriz que chegou a apresentar o projeto na Assembléia Legislativa. O pleito é motivado pela idéia de que a região é uma espécie de “enteada” do Estado ou dos governos que não agiriam com justiça na distribuição do bolo orçamentário do Estado.⁴⁹

A idéia de criação do estado do Cariri, sofreu uma descontinuidade, sendo retomado recentemente (década de 90) por um grupo de políticos e intelectuais radicados principalmente em Juazeiro do Norte, embora contasse com simpatizantes no Crato. O movimento se autodenominou “Pacto de Cooperação do Cariri” e o tom predominante do discurso era a promoção do desenvolvimento sócio-econômico da região. O Estado do Cariri teria como base territorial os municípios da atual região Sul

⁴⁷ Cf. FIGUEIREDO, José Alves de. “Cidade do Crato”, in: *Jornal Correio do Cariri*, Crato, 15 de abril de 1906 p. 1-2. Esse artigo dá conta de que havia no Crato, em 1861, uma população aproximada de 8 mil habitantes que residiam no perímetro da cidade. Essa população cresceu para 13.449 em 1890, momento em que todo o município contava com 21.440 habitantes. Em 1900 o número de habitantes já havia se elevado para cerca de 33 mil, dos quais 14 mil habitavam o perímetro da cidade. De acordo com o IBGE (Sinopse Estatística do Município de Crato do Estado do Ceará, 1945), o Censo de 1940 indica que o Município do Crato possuía, naquele ano, 40.282 habitantes, 12.567 residindo nas zonas urbana e suburbana. Ainda de acordo com o IBGE, presentemente o município conta com cerca de 95.521 habitantes dos quais 77.899 residem no perímetro urbano. Vê-se que com recuos e avanços foi considerável o número de pessoas que residiam na cidade e que neste século predominou um crescimento da população urbana em relação a população rural, crescimento mais acentuado na segunda metade do século. É preciso ressaltar que as atividades econômicas desse município no século XIX e primeira metade do XX são predominantemente rurais, mas que foram essas atividades que permitiram a geração de um excedente canalizado para o comércio, responsável pelo processo de urbanização.

⁴⁸ Cf. MADEIRA, Antenor. “Ao povo cariryense VI”, in: *Jornal Sul do Ceará*. Crato, 23 de julho de 1905.

p.1

⁴⁹ BORGES, Raimundo de Oliveira. *Op. cit.*, p.192-193

do Ceará e a capital, desta feita, seria o Juazeiro do Norte. Em que pese a força que essa idéia teve desde o século XIX, recentemente não passou de um movimento tímido de políticos e intelectuais simpatizantes com a idéia de tornarem-se governantes desse Estado.

Para os intelectuais que viveram no Crato durante a segunda metade do século XIX, a criação da Província do Cariri era condição *sine qua non* para se alcançar os pódromos da civilização. Além disso, pleiteavam a estruturação de uma imprensa; a existência de uma rede de escolas que difundisse a instrução (tanto melhor se fosse pública) e o cultivo das letras, o asseio dos espaços públicos e privados, o exercício do monopólio da força pelos agentes do Estado, ou seja, o policiamento da cidade, a demarcação das terras de plantio das de criatório a fim de se evitar as contendas entre proprietários de lavouras e criadores. Essa demarcação, de fato, foi estabelecida pela Câmara de Vereadores ainda no século XIX, mas não foi respeitada pelos criadores. Todavia passou a se constituir numa referência para reclamações de parte dos proprietários de lavouras. A questão só seria resolvida com a lei de obrigatoriedade dos cercamentos, abandonando-se a prática do criatório de gado *vacum* e aderindo-se à prática do criatório em roças cercadas de pau-a-pique e, mais tarde, de arame farpado.

A instrução constituía-se uma condição para a promoção da civilização. Daí reivindicar-se escolas. Nesse particular, como em outras reivindicações, fica patente que havia no Crato uma elite intelectual orientada pelos ideais da Ilustração, posto que fez parte da agenda daquele pensamento o combate às trevas da ignorância pela expansão do saber. Vejamos a sintonia que *O Ararype* guarda com esse desiderato:

*“Instrução Pública: a primeira necessidade, a mais urgente, a que, sem dúvida, trará mais glória a quem se incumbir de fazel-a aparecer e, para nós, a da instrução (...) difundindo as luses nesta terra e facilitando a cultura das sciências á uma mocidade imensa”*⁵⁰

Para um “*povo tão cheio de inteligência, que todavia jaz envolto na ignorância mais grassa*”, no dizer de João Brígido, era necessário garantir-se o ensino público. Escolas particulares ou mantidas pela boa vontade de mestres abnegados a serviço da instrução (o próprio João Brígido foi preceptor) já existiam e aumentaram em número durante toda a segunda metade do século XIX, sendo as mais conhecidas a escola de “Seu” Penha e principalmente a do Padre Felix, onde “*nada se pagava para aprender a*

⁵⁰ Cf. “Editorial”, in: *Jornal O Ararype*, Crato, 17 de Maio de 1856. p. 1

ler (...) o educandário se entopiu de alunos de todo tamanho, feitio e cor”⁵¹, o Colégio Venerável Ibiapina, sob os auspícios do Professor José Marrocos, e a escola de Edilson Sucupira, todas para o sexo masculino.

Em 1887, o jornal *Vanguarda* dá conta de que também as meninas estavam servidas de instrução nesta cidade. Havia duas escolas para meninas, cujos exames naquele ano ocorreram sob a presidência do Juiz Municipal do termo, no impedimento do inspetor escolar, sendo algumas alunas aprovadas com distinção e outras plenamente⁵².

A criação do Seminário São José, no Crato, em 1875, representou uma grande conquista: estava garantida a cultura letrada para um bom número de meninos e rapazes não só do Crato, mas de uma extensa área do Ceará e Estados limítrofes, pois pelo menos durante os anos nos quais suas portas estiveram abertas, no século XIX, o ensino primário e o secundário foi ministrado e não somente as primeiras letras.

As famílias aquinhoadas não teriam mais que enviar seus filhos em tenra idade para fazer o curso complementar nas capitais, poderiam fazê-lo no Crato e só depois dariam continuidade aos seus estudos nos cursos de bacharelado das Faculdades de Recife, Salvador e, no final do século, Fortaleza, após fazerem “os preparatórios”. De ordinário, decidindo-se pela carreira eclesiástica, transfeririam-se para o seminário de Fortaleza.

O Seminário passou por interregnos nos quais suas portas foram fechadas, motivados principalmente pelas secas. Assim, suas atividades se limitaram aos seguintes períodos: de 1875 a 1877, quando ficou sob os auspícios de padres lazaristas italianos; os anos iniciais da década de 1880, quando foi confiado ao Padre Manuel Felix; de 1889 a 1891, sob a direção do Monsenhor Francisco Rodrigues Monteiro; de 1893 a 1897, sob a direção do Padre Quintino. Foi reaberto como Colégio São José, em 1909, funcionando como tal até 1913.

Fechado como casa de formação sacerdotal em 1897, e como colégio em 1913, foi reaberto como Seminário Menor e instalado o Seminário Maior em 1922, mantendo-se ininterruptamente aberto até hoje. De 1922 a 1933, funcionou também como Seminário Maior, quando muitos moços da região puderam ali ser ordenados.

⁵¹ Cf. MENEZES, Paulo Elpídio. *Crato do meu tempo*. 2ª edição. Fortaleza: Edições UFC, Coleção Alagadiço Novo, 1985. p. 41.

⁵² Cf. Jornal *Vanguarda*, Crato, 8 de Dezembro de 1887. p. 2.

A abertura inicial e as sucessivas reaberturas foram assistidas com entusiasmo pelos habitantes da cidade, posto que eram respostas aos reclamos “*dos foros de civilização da cidade*” e às exigências da região.

Mas as escolas por si só não garantiam a modelação de condutas civilizadas. Por isso, essas condutas também estavam presentes nas páginas dos jornais, nos sermões dos padres e outras instituições foram criadas no sentido de sedimentá-las. Havia, pois, um esforço no sentido de fundar uma identidade cratense marcada por essas condutas, as vezes tomando-as como “naturais dos cratenses”.

E, assim, ia imprimindo-se uma orientação aos homens e mulheres cratenses: cultivo da mente pela instrução e modelação das condutas pelo auto-controle das pulsões, moderação dos atos, racionalização, espírito cívico como parte do sentimento nacionalista e de “cratensidade”, progresso econômico, defesa da honra, vivência profunda da religiosidade sob a chancela da Igreja; vivência correta de papéis sociais rigidamente hierarquizados entre os sexos, subordinação de homens e mulheres à interdependência de modelos ideais pautados, para os homens, nos códigos da racionalidade, e, para as mulheres, na afetividade. Portanto, vivências sociais coerentes com aquilo que era entendido como atributos naturais do homem e da mulher civilizados. E ainda é possível relacionar: vivência correta dos papéis sociais de acordo com a classe que cada um ocupava na sociedade, observância ao Estado de Direito, participação na vida política do país nos moldes do liberalismo conservador.

Ora, o esforço pela inculcação desses modelos era amplamente justificável, tendo em vista tratar-se de uma região marcada pelo exercício do poder pessoalizado e pela ferocidade com que as querelas eram resolvidas, posto que o braço do Estado pouco alcançava. A realidade teimava em reproduzir-se, desafiando os esforços daqueles intelectuais.

Tomemos como ilustrativos os fatores que preocupavam aquela elite: primeiro, vejamos as anotações de um viajante inglês, George Gardner quando de sua estada nessa cidade, por volta de 1838-39. Embora a natureza tenha lhe causado “deleite”, posto tratar-se de “*um distrito rico e risonho*”, enquanto que o restante do Ceará era “*pouco melhor que um deserto*”⁵³, não é, certamente, deleite que sente ao observar o cotidiano da população do Crato. No seu dizer, era uma cidade pobre que possuía

⁵³ Cf GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975. p. 92

apenas duas igrejas, uma cadeia pública e onde habitavam pessoas de costumes reprováveis: *“as mulheres passavam o dia sentadas em redes comendo, fumando e bebendo água fria (...) e os homens de todas as classes passam o dia ocupados no jogo de cartas nos passeios à sombra da rua.”*⁵⁴

Causou estranheza ainda, àquele inglês protestante, o mau hábito do vigário local, pai de sete filhos naturais, como igualmente o comportamento de um homem público, o Senador Alencar, que embora fosse uma figura eminente e respeitada, também tinha uma amante que lhe dera dez filhos. Diz ainda Gardner: *“raramente os homens da melhor classe vivem com suas esposas (...) substituem por mulheres moças (...) sem se prenderem por vínculos do matrimônio (...) vivem nessa situação o juiz de direito, o juiz de órfãos e a maior parte dos comerciantes.”*⁵⁵

O Crato é apresentado como um “esconderijo de assassinos e vagabundos”⁵⁶, e onde os criminosos de morte andavam livremente pelas ruas tortuosas da vila cuja população não excedia a dois mil habitantes. Essa terra de tão indecentes condutas e nenhuma previsibilidade com relação à defesa da vida era, paradoxalmente, católica. Cumpria-se os rituais sagrados do culto à imagem da Virgem e de Jesus, dos quais Gardner relata as procissões com luminárias, disparo de foguetes, banda de música e fogos de artifício em sinal de regozijo católico. Fala ainda do comparecimento dos fiéis à missa, surpreso pelo fato de que toda a congregação era de mulheres, referindo-se aos presentes à missa. Os homens faziam parte do ritual católico, mas na rua. Eram eles, e somente eles, que participavam da procissão. Mas, apesar de tudo, Gardner diz ter feito muitas amizades e ter vivido em intimidade com os habitantes do Crato.⁵⁷

Impressões semelhantes teve o Freire Alemão, quando esteve no Crato por volta de 1860. Com os olhos de burguês alemão (portanto europeu, branco), assim descreve a cidade e seus habitantes:

“A pobreza, por indolência vive miseravelmente, porque a terra é muito produtiva. A gente branca é pouca, mas o que chamam cabras são em grande número e me parece gente de boa índole; no entanto as rixas são comuns e facadas e mortes. Dá-se por estes sertões pouco aprêço à vida alheia. As cadeias estão cheias de assassinos e facinorosos; diz-se porém que isto tem melhorado muito; em outros tempos mesmo aqui dentro da vila se cometiam descaradamente assassinatos (de viagem os figurões, ou os que querem passar

⁵⁴ *Id. ibid.*, pp. 93-94

⁵⁵ *Id. ibid.*, p. 94

⁵⁶ *Id. ibid.*, p. 94

⁵⁷ *Id. ibid.*, pp. 92-98.

*por tais, andavam sempre com um certo número de homens armados, chamados cangaceiros). A gente é de bom trato, são amáveis e obsequiosos.”*⁵⁸

O relato do Freire Alemão comparado ao de Gardner, nos permite perceber que, no espaço de quase trinta anos, houve algumas conquistas da civilização: o controle e o auto-controle da violência física, inculcado pelo espírito de previsão e a moderação de condutas. As anotações de que as cadeias estavam cheias de assassinos e de que os assassinatos passavam a não ser praticados descaradamente sugerem a idéia de que o aparelho de força da Vila já havia estatizado, ainda que minimamente, o monopólio da violência. O distrito policial do Crato fora criado por Ato Provincial, em 18 de Março de 1842.

Todavia a preocupação dos jornais no sentido de combater o costume de se andar armado deixa entrever que aquele projeto civilizador que comportava a concessão do monopólio da violência às instituições competentes do Estado - justiça e polícia - parecia frustrar-se a cada “*ajustamento de contas*” devido às honras feridas, propriedades desrespeitadas (por exemplo, a questão sempre muito tensa da invasão de lavouras pelo gado), ou a cada decisão de “*fazer-se justiça com as próprias mãos*”, quando um ente querido era assassinado.

Pior ainda era quando membros da própria polícia não combatiam o crime, mas antes o praticavam. Foi o caso, por exemplo, do assassinato de José Gonçalves Landim, cometido pelo delegado de polícia da cidade - que pertencia ao Partido Saquarema - num tumulto de eleição e que ocorreu no interior da Igreja onde funcionavam as eleições para cargos públicos.

Interessante registrar que a insistência com que a viúva, Isabel de Macedo Landim, apela para o Presidente da Província do Ceará no sentido de fazer-se justiça ao assassinato, resulta na transferência do delegado.⁵⁹

A imprensa não desistia de assumir o seu papel de agente civilizador. A partir da segunda metade do século XIX, foi uma prática comum no Crato a interação da imprensa com a sociedade: as pessoas recorreriam aos jornais para apelar pelo socorro das autoridades, principalmente do juiz da cidade e do delegado, a fim de que se

⁵⁸ DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1964, p. 303.

⁵⁹ Cf. Jornal *O Ararype*, Crato, 13 de Agosto de 1856. p.2. A primeira edição a trazer artigo assinado por uma mulher. Até um ano depois do assassinato do esposo de Isabel foram publicados artigos sobre o caso assinados por ela ou falando em seu favor. A vítima era do Partido Liberal.

corrigissem supostas injustiças de que eram vítimas. Nesse sentido, também eram feitas denúncias de abusos cometidos pela polícia, e mais tarde, já na república, denúncias contra a truculência de chefes políticos e suas milícias privadas.⁶⁰

Outrossim, a imprensa interagiu com a polícia na questão da punição dos indivíduos de condutas violentas informando o paradeiro de criminosos a fim de que as autoridades tomassem as medidas necessárias com vistas à manutenção da ordem e segurança públicas. E ainda, anunciando roubos feitos, dando-se inclusive as características dos objetos roubados.

Ora, numa cidade em que todos se conheciam, assim como conheciam os “pertences” uns dos outros, noticiar um roubo era no mínimo constranger o delituoso, prevenindo-se essa prática. Podemos inferir isto devido a raridade desse tipo de anúncio e ainda devido ao fato de que os avisos de roubos praticados geralmente ocorriam por ocasião da passagem de ciganos, a quem quase sempre eram imputados os roubos, principalmente de animais. A despeito de todas essas dificuldades, os roubos existiam, roubavam-se tachos, gamelas, espingardas, animais e até jóias e pertences pessoais.

Quanto à questão das noções de honra e de vergonha como atributos individuais que deveriam se fazer respeitar pelo conjunto da sociedade, aparecem nessa sociedade sob a forma de um senso de preservação da confiabilidade e transparência na palavra empenhada pelo eleitor, pelos negociantes nas relações comerciais, por patrões e empregados nas relações de trabalho e, ainda pelo senso de preservação daquilo que se entendia por direitos, ou seja, por um senso de legitimidade do poder de marido sobre a esposa, de pais sobre filhos e filhas, de ricos sobre os pobres (ou patrões sobre empregados).

As noções de honra e vergonha ganharam visibilidade como sensibilidades que presidiram as práticas culturais na sociedade cratense do oitocentos através de artigos, crônicas e avisos em que as pessoas dizem de si ou dos outros. As obras de ficção veiculadas também nos jornais - contos, máximas, folhetins, poesias - ao tempo que condenavam as práticas desonrosas, emprestando aos seus sujeitos desfechos trágicos, sublinhavam o contrário como dever de pessoas que deveriam ser conscientes e honrar os papéis que lhes eram atribuídos na teia da interdependência social.

⁶⁰ Veja, por exemplo, *Jornal O Ararype*, edição nº 109, Crato 14 de Setembro de 1857 e edições seguintes. Veja-se ainda *Jornal Correio do Cariry*. Arquivo: Instituto Cultural do Cariry – Crato (CE).

Com efeito, o descumprimento de acordo verbal era tão denso quanto quando esse acordo era feito através de um instrumento material, embora esse último fosse valorizado, como exemplo “letras” de reconhecimento de dívidas, o que denominamos hoje de promissória. São freqüentes os relatos de negócios realizados, nos quais uma das partes não honrou compromissos assumidos. Os relatos cobravam em nome da honra a subsunção de débitos, nos quais os acusados de desonra tentam argumentar devolvendo a mácula ao acusador.

Com o intuito de selar compromissos assumidos verbalmente, e em nome da honra, muitos havia que rompiam os limites do mundo privado para o mundo público. Tornou-se comum alguém “vir a publico dar a conhecimento” esses compromissos. É o caso das adesões a uma determinada facção política. Raymundo Silvestre, para combater os boateiros, assim se expressa:

*“venho por este meio, acompanhado de meus filhos, desligar-me de qualquer compromisso que tive em tempos passados, para fazermos nossa franca e sincera adesão ao cel. Antonio Luiz e na capital do estado ao exmo. Sr. Dr. Antonio Pinto N. Accioly.”*⁶¹

Nessa, como em outras situações, por exemplo, reconhecimento ou cobrança de dívidas, a fronteira entre público e privado (particular) se diluía ante o imperativo da preservação da honra.

Os direitos e deveres de ricos (ou patrões) sobre pobres (ou empregados), atravessados pelas noções de respeito à propriedade e pelos princípios da caridade cristã, também foram uma tônica, durante toda a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Nesse sentido, recomendava-se ao patrão: *“ser benigno com os pobres e pagar as dívidas e mercê com promtidão”, e ainda não por toda confiança na riqueza, não aumental-as com usura e não conserval-as com injustiça.*⁶²

Aos pobres, empregados ou “criados” recomendava-se: *“trabalhar com actividade, economia e precisão, conforme as regras d’arte, fazer as obras com toda a deligencia, não reter algum avanço, ainda que pequeno, da fazenda d’outros.”*⁶³

⁶¹Cf. “Adesão Pública”, in: *Jornal Correio do Cariri*, Crato, 2 de Outubro de 1904. p. 3.

⁶² Cf. “Regulamentos offerecidos e publicados pelo reverendíssimo Prefeito da Penha, para depois das Missões”, in: *Jornal O Ararype*, Crato, 29 de Agosto de 1857. p. 3-4. Tomamos o texto dessa edição para ilustração da prescrição de condutas desejáveis no projeto civilizador porque ele resume de forma pontual toda uma série discursiva sobre a questão que se encontra à farta nas fontes pesquisadas.

⁶³ *Id. ibid.*, p. 3-4

À todas as mulheres recomendava-se que fossem “piedosas”, “delicadas”, “modestas”, “acauteladas no falar, no vestir-se, no tratar com homens”, que se “reservassem no recinto de suas casas”, “renunciassem às satisfações sexuais”, “não dessem publicidade aos seus sentimentos”, “detestassem os amores e profanos divertimentos”. Às casadas recomendava-se “obediência, fidelidade e reverência ao esposo”, assim como “tolerar com paciência os seus defeitos”, “ser submissa aos sogros”, “benévola com os cunhados”, “prudentes com todos da família” e educasse catolicamente os filhos. Às viúvas recomendava-se que se mantivessem “puras como as virgens”, “vigilantes como as casadas” e “inimigas dos divertimentos”.⁶⁴

Como pode-se perceber, essas recomendações visavam condicionar e modelar as condutas das mulheres através da instituição de sentidos de vergonha, honra, sensibilidades, inculcação de obediências, auto-controle das pulsões sexuais, portanto, modelos consoantes com os padrões de civilidade, especialmente, de civilidade cristã.

Por outro lado, tornar alguém escravo sem amparo legal era compreendido naquela sociedade como ato desonroso e cruel. É muito comum o jornal *O Ararype* fazer denúncias contra pessoas que assim procediam, envidando inclusive esforços no sentido de devolver a liberdade à pessoa escravizada. Cumpre lembrar que o diretor do jornal em apreço era um membro ativo do Partido Liberal no Ceará.

Em 1887, era editado no Crato o jornal *Vanguarda*, declaradamente a favor da Abolição da Escravidão e da República. Todavia a presença de escravos na economia cariense do oitocentos era diminuta.

A todas as pessoas sujeitas - “súditos”, filhos, esposas - as recomendações nos permitem visualizar a “violência simbólica” implicada na relação de dominação, cuja natureza não é somente de ordem econômica, mas também moral. Com efeito, essas pessoas deveriam respeitar os seus superiores na presença e na ausência, amando-lhes e obedecendo-lhes com prontidão e servindo-lhes com fidelidade, além de sofrer “com silêncio” as suas faltas, isto é, não reclamar e nem dá conhecimento dessas faltas a outras pessoas.⁶⁵

⁶⁴ *Id. ibid.*, p. 3. Por serem muito extensas, optamos por não transcrever as recomendações daqueles regulamentos no que concernem às “obrigações das raparigas”, “obrigações da mulher casada” e “obrigações das viúvas”.

⁶⁵ *Id. ibid.*, pp. 3-4

A higienização da cidade constituía outro norte das preocupações dos administradores civis e eclesiásticos, naquele projeto civilizador. Nesse sentido, os corpos dos mortos mereceu atenção especial. Os corpos deveriam ser sepultados em locais que guardassem uma relativa distância dos espaços ocupados pelos vivos. Em 26 de maio de 1853, foi fundado o Cemitério da cidade, separando portanto templo e cemitério que até então eram abrigados no mesmo prédio. Isso representou um “*inestimável serviço à higiene coletiva*”, diria o Dr. Irineu Pinheiro, quase um século depois⁶⁶. Essa obra decorreu de iniciativa do Coronel Antônio Luís Alves Pequeno (o segundo com este nome), quando ocupou o cargo de Presidente da Câmara. Nesse mesmo sentido, a fim de evitar a “contaminação provocada pelos miasmas”, quando o Crato foi assolado pelo cólera-morbus, foi criado, em 1862, o Cemitério dos Coléricos, na estrada entre a cidade do Crato e o povoado do Juazeiro. Em 1878, outro cemitério foi criado para separar os corpos das vítimas de outra peste, a varíola. A cidade passou a possuir três cemitérios naquela ocasião. Por outro lado, o prédio do Seminário (que estava fechado) servira de hospital de isolamento dos variolosos.

Tentando evitar a contaminação, os administradores do município alertavam para que se respeitassem os locais de banho e os locais para lavagem de roupa e bebedouro dos animais ao longo do rio Granjeiro, que corta a cidade.

Terapias do saber médico popular eram veiculadas pelos jornais: sumo do limão azêdo para combater o cólera e fumaça de esterco de gado para afugentar o sinistro morbo, a varíola. É bem verdade que desde quando a cidade foi assolada pelo Cólera-Morbus, em 1862, o Corpo de Saúde do Exército Nacional enviou para o Crato aquele que viria a ser o seu primeiro médico, o Dr. Antônio Manuel de Medeiros, para cuidar dos coléricos. Contra o cólera já havia vacina, todavia o acesso a ela não era fácil: primeiro devido à falta de distribuição por parte do governo, segundo devido à ignorância acerca dos seus benefícios ou à crença de que a doença era “da vontade de Deus”.

Contra essa visão, os intelectuais argumentavam através do jornal *O Ararype*:

*“a vacina é o único remédio que pode combater o mal, sendo ella uma quase inspiração (...) o homem é obrigado por preceito de Deos, a manter sua conservação: nesta conjectura, para não infringirmos a lei sagrada, devemos procurar precioso remédio.”*⁶⁷

⁶⁶ Cf. PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963. p. 306

⁶⁷ Cf. Jornal *O Ararype*, Crato, 7 de Julho de 1855. p. 3

Seja porque não foi garantido o acesso à vacina, seja porque os intelectuais não tiveram poder de persuasão, os surtos do cólera-morbus vitimaram mais de mil pessoas numa população de pouco mais de oito mil pessoas.

Já a vacina contra a varíola chegou ao Crato em 1879, trazida pelo médico Dr. Antônio Pompeu de Sousa Brasil, encarregado pelo governo da Província para assistir os variolosos. Apesar de que “*muitos não aceitavam lhe introjetassem na pele a linfa salvadora que chamavam FERRO DO CÃO*”⁶⁸, a taxa de mortalidade decresceu, não chegando a duzentas pessoas.

Por outro lado, embora não combatesse o cólera nem a varíola, a “saúde para todos” era vendida por comerciantes que traziam-na de Pernambuco. Trata-se do Unguento de Holloway. Usado em países da América Meridional, Espanha e Portugal, o remédio prometia eficácia para combater desde a “*frialdade ou falta de calor nas extremidades*”, até “*cancros*” e “*supiração putrida*”, dentre muitos outros males.⁶⁹ A julgar pela duração da veiculação nos jornais da propaganda desse unguento, podemos dizer que, no Crato, vencia a civilização azeitada pela ciência!

Muitos anos depois dos surtos epidêmicos, o pavor de novos surtos motivava os intelectuais a recomendarem o asseio corporal e reivindicarem da Câmara Municipal que “*tomasse a peito*” o asseio das ruas, retirando os porcos que, “*revolvendo os monturos, levantando os miasmas adormecidos*”,⁷⁰ constituíam um perigo à saúde da população.

Ora, asseio corporal conjugado aos bons modos no vestir, no falar, no alimentar-se, no arrumar a casa, no comportar-se em público pareciam ser aspectos observados, pelo menos no seio da elite cratense, de costumes refinados. Vejamos o relato de uma festa na residência de um membro dessa elite:

“Domingo, 16 do corrente, o Snr. Tenente Coronel Antonio Luiz Alves Pequeno, por ocasião do batizamento de seu quarto filho, obsequiou aos seus amigos desta cidade com um esplêndido baile que foi assaz concorrido. Esta reunião provou bastante em favor do adiantamento moral do Crato. Não faltou ordem, gosto e delicadeza entre os numerosos convidados. Por sua parte o Snr. Antônio Luiz e sua Exma. Snra. Abundaram em delicadezas e bons modos para com seus hóspedes, que ficaram penhorados de suas atenções. Uma numerosa companhia de senhoras, cujas graças eram mesmo superiores ao

⁶⁸ Cf. FIGUEIREDO FILHO, José de. *Op. cit.*, p.72

⁶⁹ Cf. “Annuncios: A Saude Para Todos”, in: *Jornal O Ararype*, Crato, 29 de Agosto de 1857. p. 4

⁷⁰ Cf. “Colaboração”, in: *Jornal Vanguarda*, Crato, 14 de Julho de 1887, nº 10, ano I, pp. 2 e3

gosto apurado do seu trajar, grande número de oficiais da G.N. ricamente fardados, todos identificados no pensamento de dar ao festim o maior brilho, fizeram bem agradáveis muitas horas dessa noite que veloz parecia correr. Uma bela música, uma companhia escolhida, licores variados e deliciosos, um chá servido com profusão, são sempre cousas que muito agradam, mas cumpre confessá-lo, houve aí algo que mais nos prendeu a atenção; foi a educação apurada que revelaram os convivas, as maneiras delicadas que em todos se observaram. Julgando por essa bela reunião qualquer estranho pode afirmar dos nossos costumes o juízo mais honroso.”⁷¹

Asseio corporal, asseio público e costumes refinados faziam parte do aperfeiçoamento da cidade, na qual várias famílias viviam luxuosamente, tendo as suas casas enfeitadas com mobília de jacarandá, sofás com entalhes, mesa de centro e consolos com pedra de mármore e pés belamente torneados.

Disso dá conta Figueiredo Filho tentando provar que houve um adiantamento social do Crato a partir da década de 50 do século XIX, perceptível ainda na melhoria dos prédios residenciais, inclusive com construção de luxuosos sobrados. Para aquele historiador, esse adiantamento fora influenciado pela migração de icoenses bem aquinhoados que se radicaram no Crato, quando do declínio econômico daquela cidade. *“A par do aperfeiçoamento das construções urbanas, a partir da década de 1850, refinavam-se os costumes”⁷²*

As calçadas das residências constituíam-se em espaços de sociabilidades, assim como as reuniões cotidianas nos cafés, bodegas e nas boticas de Teófilo Siqueira e de José de Figueiredo, o Zuza da Botica. Essas duas boticas eram espaços de letrados e políticos da cidade, sendo que a segunda perdurou como tal durante pelo menos a primeira metade do século XX. Já o costume de reunir-se parentes e amigos nas calçadas para um bom dedo de prosa, perdura até hoje.

1.2- Civilidade cristã no século XIX: outra face da identidade cratense.

Luxo, asseio e costumes refinados - sociabilidades profanas - não eram garantias de virtudes que se julgavam imprescindíveis no projeto civilizador em voga no Crato naquele século. A identidade cratense construída no bojo daquele projeto não tinha

⁷¹ BRÍGIDO, João. *Jornal O Ararype* Crato, 27 de Agosto de 1857. APUD: FIGUEIREDO FILHO, José de. *Op. cit.*, p. 65-66.

⁷² FIGUEIREDO FILHO, José de. *Op. cit.*, p. 65

apenas uma face política liberal proposta por intelectuais e políticos ligados ao Partido Liberal, ou uma exterioridade social requintada.

Houve um esforço no sentido de imprimir nessa identidade as virtudes cristãs. Somente elas eram âncoras seguras para a vivência dos papéis sociais pautados na honra, no respeito e no limite, asseguradores da ordem, da paz social denominada “sossego”, e da felicidade na terra e no céu.

Mas as práticas religiosas dos católicos apontavam para problemas que deveriam ser resolvidos a fim de garantir-se o padrão de civilidade cristã pretendida.

O primeiro deles era a questão do respeito aos templos sagrados, já que as eleições para cargos públicos ocorriam nesses recintos, conforme afirmamos anteriormente. Isso constituía-se num problema, numa profanação. Mas a questão exigia uma legislação contrária, não dependia do clero.

Essa questão ensejou um ofício do Visitador da Província, Antonio Pinto de Mendonça, ao vigário do Crato, lamentando que as Igrejas se tornassem em dias de eleições “anfiteatros e campos de batalha”. Refere-se às mortes e ferimentos ocorridos na Matriz do Crato no pleito eleitoral, a que já nos referimos. E esse era outro problema, posto que as eleições eram sempre cercadas de muita violência por parte dos chefes políticos e mesmo das autoridades constituídas. A igreja poderia ser e efetivamente foi, no Crato, palco de violência física e homicídio.

Na tentativa de proteger símbolos sagrados, em 14 de Julho de 1864, D. Luís Antônio dos Santos, bispo do Ceará, escreveu uma Carta Circular ordenando que no dia anterior ao da eleição:

*“transportassem, processionalmente o Santíssimo Sacramento da igreja matriz para outra igreja, ou consumissem as sagradas partículas no caso de não haver na localidade outro templo, transportasse para a sacristia ou outro lugar decente as imagens, pedras de ara, etc..”*⁷³

A questão da profanação dos templos não se resumia à transformação da casa de Deus num campo de batalha ou à exposição num mesmo espaço de elementos sagrados e profanos. Afinal profanação não significava apenas a violação do sagrado, mas também a irreverência diante do sagrado. Em alguns casos os irreverentes foram punidos:

⁷³ Cf. PINHEIRO, Irineu. *Op. cit.*, pp. 142-143.

“Em janeiro de 1871, fechou D. Luís Antonio dos Santos, primeiro bispo do Ceará, as portas da igreja S. Vicente porque, na expressão episcopal, seculares levaram o arrôjo a ponto de, servindo-se de uma capela pública, fazerem ali atos do culto público presididos por outros seculares que se prestaram a tal profanação com estrondos e instrumentos musicos e ostentação de criminosa desobediência, sem nenhuma atenção aos avisos de seu pároco. Menos de três meses depois (...) mandou D. Luís se abrissem as portas da capela por se terem arrependido os autores de ‘tais irreverências’, no dizer do bispo.”⁷⁴

Mas as irreverências diante do sagrado ocorriam muitas vezes, no cotidiano, de forma imprevisível. Por isso eram, freqüentemente, denunciadas na imprensa. Vejamos uma dessas denúncias:

“abuso cometido por pessoas irrefletidas que se aglomeram junto ao arco da Capela do Sacramento com as costas viradas para o altar, aonde existe o Senhor Sacramentado. Ali se dão palestras profanas não se tendo aquele respeito que nossa Religião nos impõe. São usos sugeridos pela libertinagem e corrupção do século.”⁷⁵

Como podemos perceber, se o tempo era de construir uma civilização cristã no Crato, havia todavia a consciência de que *peessoas irrefletidas* eram receptivas à *corrupção do século*, ou seja, à falta de peias em matéria de religião.

Se alguns se mostravam irreverentes porque irrefletidos ou corrompidos, havia outros bem comportados de quem, todavia, a devoção não era confiável, pois suas práticas religiosas tinham mais um caráter ostentatório do que devocional. Em 1887, um jornalista de nome John (provavelmente um pseudônimo), chamava a atenção para dois fatos *“ambos de muito interesse para o Crato (...) cidade florescente, populosa e civilisada”*, um deles é o *“carolismo”*, diz ele:

“Todas as manifestações exteriores são extravagantes e ostentosas. O palavriado pretencioso deixando uma indicação de virtude sobre o mesmo individuo que falla, uma visita cotidiana à matriz, para que todos vejam e digam que tal é religioso, n’isto, somente n’isto, cifra-se a religião da nossa terra. Há excepções honmrossíssimas que folgamos de reconhecê-las (...)A devoção não é sincera (...) pois deixa de havel-o toda vez que se celebra um acto que demande um pouco de esforço da parte do devoto e tire de seus commodos, sem trazer o mérito da extrema publicidade.”⁷⁶

⁷⁴ Cf. PINHEIRO, Irineu. *Op. cit.*, p. 433

⁷⁵ Jornal O Arraiope, Crato, 1º de Dezembro de 1855. p. 3.

⁷⁶ Cf. “Colaboração”, in: Jornal Vanguarda, Crato, 14 de Julho de 1887. p. 2 e 3.

Diante do exposto, é possível pensar, apoiados em Michel de Certeau, numa tensão existente entre os mecanismos de vigilância e punição, ou seja, as estratégias, de um lado, e, de outro, as “maneiras inventivas de apropriação”, ou seja as táticas⁷⁷. No caso a que estamos nos referindo, a tensão se operou em relação às atitudes diante do sagrado: a penúltima citação dá conta do uso de *instrumentos musicais* no culto público *presidido por seculares*. A segunda citação mostra o uso da calçada da Igreja para conversas acerca do mundo profano. Cabe aqui notar tratar-se do uso de um espaço aprazível, fresco, em pleno coração da cidade. Na terceira citação pode-se perceber uma capitalização de *status social*, na prática daquilo que deveria ser a caridade e a piedade.

Certeau realizou estudos sobre os usos que os consumidores fazem dos bens culturais que lhe são postos, elaborando um modelo teórico e metodológico com o qual critica e supera a lógica do “consumo-receptáculo”, ou seja, a idéia de que os consumidores são imobilizados, reduzidos, passivos em relação aos produtos que consomem. Essa lógica, segundo ele, distingue e privilegia os “produtores” (dominantes) e desconsidera a “criação” dos consumidores (dominados).

O modelo proposto por Certeau, permite romper a dicotomia produtor-consumidor, dominantes-dominados, na medida em que os objetos culturais só ganham sentido com a atividade de quem o recebe. Em outras palavras, Certeau postula a idéia de que o consumo é sempre produtivo. Esse postulado não implica a ruptura com a noção foucaultiana da existência, no interior da sociedade, de mecanismos discursivos de vigilância e punição através dos quais o poder se estrutura. Esses mecanismos ou dispositivos são pensados por Certeau como “estratégias”, mas, acrescenta ele ao programa de Foucault, a necessidade de compreender que frente às estratégias se insurgem as “táticas”, que são as produções dos consumidores:

*“Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa rede da ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam a ela a não ser para alterá-los”.*⁷⁸

A produção dos consumidores constitui-se em práticas subversivas ou criadoras, que se apropriam do espaço organizado pelos “produtores” e obedecem a uma lógica própria da cultura que improvisa “nas brechas da produção dominante”. As práticas dos

⁷⁷ Vide. CERTEAU, Michel. *Op. cit.*

⁷⁸ *Id. ibid.*, p. 41.

consumidores, embora se realizem sempre dentro do campo de possibilidades sociais, alteram assim as estratégias através de dispositivos dispersos e de ações criativas que se apropriam do espaço organizado pelos “produtores”.

Diante da insistência com que alguns temas do discurso moralizador e disciplinador se apresentaram como modeladores das condutas sociais no Crato, durante o período que examinamos (1855-1960), parece-nos correto afirmar que as práticas cotidianas de homens e mulheres - e até crianças - indicavam a necessidade de reforço dos mecanismos disciplinadores. Esses tanto tomaram a forma do discurso proferido por clérigos ou leigos, ou ainda em casos extremos, de punição, pelas autoridades, às inventividades dos consumidores.

Por tudo isso é que eram freqüentes as invocações à obediência aos mandamentos de Deus e aos preceitos da Igreja romanizada⁷⁹, para o que se serviam os clérigos de sermões, da própria imprensa escrita e das escolas, no que eram auxiliados pelos intelectuais leigos. As invocações caracterizaram-se por um forte apelo espiritualizante, em defesa da civilidade cristã.

Padres houve que tiveram muita ascendência no imaginário cratense como verdadeira autoridade. É o caso do Padre Quintino Rodrigues: *“o superior sisudo, enérgico e prudente, sabia alliar a uma disciplina inteiriça a paternidade de um verdadeiro educador. Era suave e forte.”*⁸⁰

Quintino veio para o Crato em 1889 para lecionar no Seminário São José. Em 1900, já era conduzido à substituição do Monsenhor Antonio Alexandrino de Alencar, como Cúria da Paróquia do Crato, onde permaneceu por quinze anos, ascendendo ao cargo de bispo quando foi criado o bispado do Crato.

Havia uma simbiose entre a quase totalidade dos letrados religiosos e leigos, com exceção de alguns poucos (como é o caso de José Alves de Figueiredo). Mesmo tendo que se deslocar morro acima:

“à capela do seminário, no meio da grande massa popular, afluía o que o Crato tinha de intelectual, naquele tempo, para ouvir a palavra docil e erudita

⁷⁹ Os párocos da freguesia do Crato, a partir da segunda metade do século XIX, foram, em sua maioria, ordenados no Seminário Diocesano de Fortaleza, criado em 1863, portanto numa instituição da Diocese do Ceará (criada em 1859) instituída no movimento de romanização da Igreja Católica. Os padres Félix, Antonio Alexandrino, Quintino de Oliveira, Manuel Feitosa, Juviano Barreto e outros. Eram de uma formação teológica e filosófica muito profunda, posto que a preparação do clero era uma das pedras angulares do processo de romanização, ao lado da moralização dos costumes.

⁸⁰ Cf. Jornal *Gazeta do Cariri*, Crato, 4 de janeiro de 1930.

do Padre Enrile, cujo saber se fora vendível, não havia dinheiro que o comprasse – diziam os letrados de então.”⁸¹

Os elaboradores do *Álbum do Seminário*, organizado em 1925, em comemoração ao seu Jubileu de Diamante (75 anos), assim se referem ao resultado do trabalho do Pe. Enrile: “*Não há, de certo, velho que não bendiga o nome do Padre Enrile, este modelo de sacerdote catholico que reunia aos vastos conhecimentos da sciencia, uma piedade sólida.*”⁸²

A erudição não era uma qualidade que se pudesse apregoar apenas ao Padre Enrile, a julgar pela formação teológica dos demais clérigos. Também o eram muitos leigos, afeitos à leitura dos clássicos da literatura brasileira, da história, das ciências.⁸³

Todavia, no século XIX, o analfabetismo grassava no Crato, mas a cultura letrada parecia ser um valor, e a leitura um desejo mesmo dos analfabetos. É possível inferir que a leitura fazia parte do cotidiano de muitos homens e mulheres da cidade que, sentados sempre às mesmas calçadas ou no interior de certas casas residenciais, compunham um público leitor. Através da audiência a uma leitura oralizada em voz alta essas pessoas tomavam conhecimento de textos, principalmente de jornais, revistas e de breviários, oráculos e outros textos do gênero religioso. Lia-se em calçadas das ruas do Fogo, do Comércio, da Pedra Lavrada e das Laranjeiras. Lia-se ainda nos cafés de Mané Pança, de siá Puça, de Luiza Gogó; nas mercearias de Zé André e de Dr. Henrique e, sobretudo, na botica de Zuza e na do Coronel Joaquim Secundo Chaves.

Podemos inferir isto pelas referências que idosos os fazem: “minha avó me contava que..”, isto é, pela referência à memória da cidade; podemos inferir ainda pelo número de cartas e avisos veiculados nos jornais que, em muitos casos, são inclusive “assinados” por pessoas declaradamente analfabetas. De outro lado, muito do conteúdo de oráculos e breviários foram memorizados (lembremos que a essa época as missas eram rezadas em latim). O vocabulário daqueles oráculos, sabe-se, guarda distância do vocabulário ordinário, mesmo referido a orações. Muitas das orações que chegaram até os nossos dias são sumamente marcadas pelo pieguismo, pela penitência, pelo apocalismo e pela culpabilidade, que marcaram o vocabulário Tridentino e de Romanização da Igreja. Nisso nada há de extraordinário, dir-se-ia. De fato, o que há de

⁸¹ Cf. FIGUEIREDO FILHO, José de. *Op. cit.*, p. 94. Trata-se de pessoa familiarizada com as “histórias” do Crato, cujos relatos e discussões ouvia cotidianamente na botica do seu pai.

⁸² Cf. LEMOS, Padre Emídio. *Álbum do Seminário*. Crato: [s. n.], 1925. p. 52.

⁸³ *Id. ibid.*, p. 43-44

extraordinário é o vocabulário memorizado, embora muitos dos oradores não compreenda o seu significado e nem mesmo saiba pronunciá-lo corretamente.

Voltemos um pouco mais ao Seminário São José, “*celeiro de intelectuais que se projetaram por todo o Brasil*”, no dizer do jornalista Antonio Vicelmo, da Rádio Educadora do Cariri.

A criação do Seminário São José, do Crato, atendeu não somente à necessidade de difundir a cultura letrada entre meninos e rapazes, mas sobretudo à necessidade de formação de padres para conduzir rebanhos nos cânones da Igreja católica romanizada. Sobre a questão assim se pronunciavam os elaboradores do Álbum do Seminário: “*manda a justiça que dediquemos algumas paginas deste Album aos prestimosos cavalheiros que, movidos pelo zelo da religião e amor ao adiantamento intelectual dos nossos moços concorreram para a edificação do Seminário.*”⁸⁴

Adiantamento intelectual andava de braços com o zelo pela religião, nessa configuração social.

Concorreu para sua edificação o prestimoso cavalheiro Antonio Luiz Alves Pequeno (o primeiro de uma série de três com o mesmo nome), que doou, juntamente com a esposa, Maria Pinto Nogueira Pequeno, o terreno onde o casarão foi construído. Outro cavalheiro que poderia constar no Álbum como tendo concorrido para o empreendimento seria Cícero Romão Batista, posto que teria sido sua, segundo se conta, a sugestão ao Bispo do Ceará para que se mandasse erigir no Crato o referido seminário.

Criado pelo primeiro bispo do Ceará, o seminário articulou a região do Cariri ao programa de romanização que se iniciou no Ceará. Sobre essa questão tem-se que:

*“A Província do Ceará será área de romanização por excelência. A começar pelo período de organização de sua Diocese, criada em 1959(...) ocorre no período inicial do processo de romanização (...) e para completar este quadro tipicamente romanizado, foi nomeado como o primeiro Bispo D. Luiz Antônio dos Santos (...) formado num dos mais famosos centros de romanização do país.”*⁸⁵

Segundo Francisco Pinheiro⁸⁶, objetivava-se lançar as bases do programa da romanização no Ceará, permitindo-se combater um clero liberal e nacionalista. Com

⁸⁴ Cf. *Id. ibid.*

⁸⁵ Cf. PINHEIRO, Francisco José. *Op. cit.*, p. 195

⁸⁶ *Id. ibid.*, p. 197

efeito, a formação de novos clérigos foi uma preocupação central de Dom Luiz, que fundou dois seminários no Ceará: um em Fortaleza (1863) e outro no Crato (1875).

A romanização ou ultramontanismo⁸⁷, também denominado de movimento ultramontano, iniciado no início do século XIX, teve como corolário o Concílio Vaticano I (1869-1870). Esse movimento consubstanciou o discurso e as práticas da Igreja Católica até pelo menos o advento do Concílio Vaticano II (1964-1968), quando se redefiniu uma nova política para a Igreja.

Tratava-se de uma reação da Igreja ao mundo moderno, laicizado, no qual saberes e instituições liberais apresentavam visões de mundo, teorias para explicar a natureza, o homem e a sociedade a partir de axiomas distintos e contrários àqueles sustentados pela tradição católica até então. Um mundo marcado por ideologias materialistas prestigiadoras das ciências, em detrimento da fé (liberalismo, positivismo).

Por outro lado, o crescimento do protestantismo, da maçonaria, das religiosidades populares, igualmente preocupavam a Igreja. Tratava-se de recristianizar a sociedade.

Para tanto, a Igreja reestruturou, expandiu e tentou moralizar o clero, assim como tentou instaurar a unidade da Igreja através da supervalorização da autoridade hierárquica, doutrinária e moral do Papa. Nesse sentido, insistiu naquela que seria sua marca maior do ponto de vista da organização do seu espectro eclesiástico: a centralização dos negócios religiosos no Vaticano, cujo residente maior tivera a sua “primazia” e “infallibilidade” garantida pelas constituições votadas em 18 de Julho de 1870 - *Pastor Aeternus*.⁸⁸

Do ponto de vista doutrinário, tratou-se de renovar, nos cristãos de todos os continentes, a dedicação ao evangelho e à Igreja, ratificando o discurso Tridentino, com ênfase na tônica espiritualizante, na valorização da família como núcleo de domesticação dos indivíduos - principalmente, a cargo das mães - valorização dos grandes momentos da vida cristã e das condutas pautadas no rigor moral e nas virtudes cristãs.

⁸⁷ Sobre o tema *Vide*: COMBY, Jean. *Para ler a história da Igreja II. Do século XV ao século XX*. São Paulo: Edições Loyola, 1994, pp. 103-206; OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. “Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro”, in: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 36, 1976. Do mesmo autor lê ainda: “A romanização do catolicismo brasileiro”, in: *Religião e dominação de classe*. Petrópolis: Vozes, 1985. pp. 279-296

⁸⁸ Cf. COMBY, Jean. *Op. cit.*, p. 124

Tratava-se de uma reedição da programa de Trento, agora com novos elementos de combate, quais sejam, o clero nacionalista, as ideologias liberais, as ideologias materialistas, os perigos advindos da corrupção dos costumes nos tempos modernos.

A criação de seminários objetivava estimular as vocações sacerdotais com o fim de ampliar o aparelho eclesiástico, condição essencial para a evangelização das massas e para a conversão de católicos, onde houvesse conversões a realizar-se. Ora, não se tratava de converter apenas aqueles confessadamente ateus ou protestantes, mas também os católicos cujas práticas religiosas discrepavam daquelas estabelecidas pelos cânones da Igreja Romana.

Nesse sentido, o fato de haver no Nordeste populações inteiras ou pessoas que seguiam as orientações religiosas de beatos e beatas ou de padres identificados com uma “igreja nacional” – clero nacionalista - constituía-se um indicativo de que se tratava de pessoas que deveriam ser convertidas à observância aos preceitos do catolicismo romanizado. Este propugnava ser o Papa o único orientador; ser o aparelho eclesiástico identificado com o clero romanizado o único aceito; serem as liturgias e formas de celebração oficiais as únicas a que se poderia seguir.

O Cariri constituía-se uma preocupação para Dom Luiz Antônio dos Santos, o “bispo restaurador e reformador da Igreja no Ceará”, no dizer de Luitgarde C. Barros, posto que foi essa região uma das escolhidas pelo Mestre Padre Ibiapina para missionar na década de sessenta. É essa mesma autora que assere:

*“o elemento que irá despertar desconfiança mais acentuada dos métodos do pregador será a instituição, por ele, das ordens de beatos e beatas, sem autorização das autoridades eclesiásticas, que consideram essa autonomia uma desobediência às prescrições canônicas.”*⁸⁹

Por isso cuidou o bispo de “desautorizar” a ação missionária de Ibiapina no Cariri, quando recomendou ao Rev. Manuel Joaquim Aires do Nascimento, Pároco Colado da Freguesia do Crato, através de ofício datado de 19 de Julho de 1869, que “*não permita nem consinta que missionário algum de qualquer título e ordem que seja missione na sua paróquia sem licença nossa por escrito*”⁹⁰. Ainda como estratégia de controle institucional, o mesmo bispo recebeu das mãos de Ibiapina, quando este se mudou do Cariri, em 1872, as Casas de Caridade do Cariri Novo, que ele havia edificado com o

⁸⁹ BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcante. *Op. cit.*, p. 104.

⁹⁰ *Apud.* BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcante. *Id. ibid.*, p. 99.

concurso de ricos e pobres da região, mas que se destinavam ao abrigo e educação de moças e meninas órfãs.

Pode-se também depreender que a restrição com que Ibiapina era tratado se devesse ao fato de Dom Luiz enxergar naquele um representante do clero nacionalista, porque identificado com as questões nacionais, cujo núcleo de ordenação era sobretudo o Seminário de Olinda, onde Ibiapina fora ordenado mesmo que sem formação seminarista.⁹¹ Ou, ainda, pelo fato de sua ação pastoral ser identificada com o catolicismo popular, que, como se sabe, caracteriza-se por uma relativa autonomia frente à hierarquia eclesiástica, como propõe Cavalcante Barros⁹².

Já os cratenses o viam como um civilizador, uma vez que seu apostolado, voltado para a oração e o trabalho deixou um rastro de benefícios espirituais e materiais na região: quatro Casas de Caridade no Cariri, sendo uma delas no Crato, inaugurada em 7 de Março de 1869, “*entre regosijos e festa*”, que contou com “*banquete popular debaixo do fruteiral daquela casa, comparecendo mais de mil pessoas*”⁹³, segundo Figueiredo Filho.

O Cariri foi ainda beneficiado pelos mutirões organizados por Ibiapina, dos quais resultaram construção de cemitérios, cacimbas e açudes. Mais beneficiada ainda foi a Diocese de Crato, que herdou o patrimônio da Casa de Caridade, a casa propriamente dita e o sítio onde estava localizada – Sítio da Caridade.

Fosse pelo fato de Ibiapina ser identificado com o catolicismo popular, ou com o clero nacionalista, a intolerância de Dom Luiz indica claramente que os tentáculos da Igreja Romanizada chegaram até o Crato e todo o Cariri. A criação do Seminário São José é disto um forte indicador.

Mas antes mesmo de Ibiapina chegar, antes mesmo da criação do Bispado do Ceará, que se deu em 1861, já se faziam recomendações nitidamente orientadas pela romanização, nas quais prevalece uma tônica espiritualizante.

Em 1857, uma matéria na primeira página d*O Ararype* esclarecia o que eram as missões católicas, quem poderia missionar e para que serviam. O espaço concedido nos jornais leigos às matérias veiculadas pelo clero nos permite constatar a simbiose entre esses intelectuais, conforme já o dissemos.

⁹¹ Vide: PINHEIRO, Francisco José. *Op. cit.*, pp. 193-204

⁹² Vide: BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcante. *Op. cit.*, passim

⁹³ FIGUEIREDO FILHO, José de. *Op. cit.* p. 63

As recomendações feitas por ocasião das missões, na verdade, constituem um discurso que identificamos, conforme as fontes e documentos pesquisados na totalidade dos textos pertinentes à temática da vida religiosa dos cratenses. Denominamos esse discurso de projeto de civilidade cristã.

Seus componentes mais fortes nos permitem sintetizar a perspectivação das condutas desejadas por esse projeto:

1º Intentava-se capitalizar a espiritualidade católica, através dos fins ordinários do sagrado ministério exercido pelos pastores residentes nas localidades e através das missões católicas, momentos de otimização dessa capitalização.

2º Objetivava-se redimir homens e mulheres do pecado pela observância aos princípios das Sagradas Escrituras, através do arrependimento e da prevenção, “*dando-lhes força e coragem para faserem todo o sacrificio necessario para segurança de sua salvação.*”⁹⁴

3º Admoestava-se todas as formas de contrariedade aos princípios cristãos, ao mesmo tempo em que se estimulava, com a promessa do gozo espiritual e da salvação eterna, todas as práticas de piedade e de virtudes cristãs, como se pode atestar no discurso abaixo, publicado no jornal *O Ararype*:

*“áqueles grandes e escandalosos peccadores, que passam uma vida grosseiramente imoral, ou que desprezo inteiramente todos os deveres religiosos, senão também áquelles cristãos, os quaes são em muito maior número que os primeiros, que são infelizmente cegos para ver o estado real de suas almas, lisongeando-se de que tudo vai bem, porque são moderadamente exactos em observar as praticas exteriores da Religião; porque tem uma certa aparência de bondade, e evitão as grandes irregularidades; entretanto que seus corações estão cheios de soberba, de ambição, de avaresa, de ira, de inveja, e de um sem numero de maos pensamentos e desejos, e suas vidas são manchadas por muitas infidelidades, as quaes lhes causão pouca perturbação.”*⁹⁵

Contra aqueles “grandes e escandalosos pecadores”, as missões e mesmo o exercício ordinário dos párocos pouco podiam. A cidade era visitada pelas Missões pelo menos três vezes ao ano.

Recomendava-se um sério ritual de preparação dos católicos para receber as missões, que, segundo o artigo a que estamos nos referindo, eram: “*o envio de alguma pessoa, ou pessoas, com autoridade de instruir os peccadores*”.

⁹⁴ Cf. “Missoens Catholicas”, in: *Jornal O Ararype*, Crato, 29 de Agosto de 1857, p. 1

⁹⁵ Cf. *Art. Cit.*, p. 1

De acordo com o projeto de civilidade cristã, as virtudes católicas – piedade cristã, caridade, honestidade, trabalho e obediência – permitiriam, além da santificação da alma, a paz social pela observância correta do exercício de funções sociais que compunham uma teia de interdependência, na qual homens ricos ou pobres tinham a supremacia sobre as mulheres, que lhes deviam obediência e fidelidade e a quem deviam proteção e respeito. Patrões e pessoas ricas tinham a supremacia sobre “súditos” e pobres, mas deveriam tratá-los com justiça e caridade. O filho família ou “qualquer pessoa sujeita” deveriam considerar os pais e patrões como representantes de Deus. Os negociantes deveriam pautar-se pela honestidade nos negócios.

O Senhor Paulo Elpídio, nascido no Crato em 1879, em suas memórias sobre o Crato, escritas em 1949, lembra que “na cidade de Dona Bárbara de Alencar, não se queria ateu. Nem como visitante.” Sobre a assistência às Santas Missões, diz que “*verdadeira multidão ali acorria*”.⁹⁶ Traça em seguida o quadro de pedagogia do terror adotada nas pregações daquelas missões, das quais uma ficou em sua lembrança:

*“Enfurecia-se (o pregador), eloquentemente, contra aqueles que desobedeciam a Deus. Abordava (...), com admirável verve, os trechos do Apocalipse, em que São João fala de um monstro, uma besta que, do Céu, ameaça acabar com o mundo. De súbito a multidão, em arrancada desordenada, abandona o orador, sem lhe atender aos gritos. E não houve mais quem a detivesse.”*⁹⁷

Pelo exposto percebe-se que o sermonário do clero romanizado reeditava ou melhor, dava continuidade, como já afirmamos, ao sermonário barroco que caracterizou as pregações do clero tridentino.⁹⁸

Nessa cidade, até mesmo durante as brincadeiras irreverentes do entrudo, “*para evitar diversões tendentes à licenciosidade o padre trazia o olho sempre bem arregalado*”.⁹⁹ Diz ainda Paulo Elpídio que de ordinário “*o que caracterizava os costumes, na cidade caririense, era o esforço dos sacerdotes, no sentido de controlar a conduta de seus habitantes*”.¹⁰⁰

⁹⁶ MENEZES, Paulo Elpídio de. *Op. cit.*, p. 55

⁹⁷ *Id. ibid.*, p. 55

⁹⁸ Sobre a questão das práticas religiosas da Igreja Tridentina, vide VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados. Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 393 p., principalmente o capítulo 1: A Contra-Reforma e o Além-Mar. pp. 7-45.

⁹⁹ MENEZES, Paulo Elpídio de. *Op. cit.*, p. 31

¹⁰⁰ *Id. ibid.*, p. 71

Portanto, esses eram os elementos que compunham o projeto civilizador cristão, defendido pela Igreja romanizada, que reponta como matriz discursiva do clero cratense, composto por sacerdotes que “reuniam aos vastos conhecimentos da ciência, uma piedade sólida”.

Esse clero recomendava e vigiava homens, mulheres e crianças no sentido de assegurar a vivência das virtudes católicas e a observância das práticas religiosas dentro dos cânones oficiais permitidos pela Igreja. Esse projeto era, pois, a outra face da identidade cratense, cujas bases foram lançadas no século XIX.

2 – O Crato “à lua da civilização”

A gestão intelectual da civilidade cratense contava, a partir do início do século XX, com homens formados pela Faculdade de Direito e Farmácia do Ceará, o que nos parece correto afirmar que essa não guardava grandes diferenças em relação às de Recife e Salvador, centros de formação acadêmica ainda preferidos pelos estudantes, ou por seus pais. É possível também inferir que o adiantamento do Crato continuaria contando com os mesmos elementos.

Todavia um fator exógeno, qual seja, o movimento sócio-religioso e político ocorrido em Juazeiro do Norte em torno da figura do Padre Cícero Romão Batista, provocou alterações no cotidiano dos cratenses. Por outro lado, aquela herança civilizatória constituiu-se em referencial para o olhar dos cratenses sobre os seguidores do Padre Cícero.

Os clérigos que compunham a intelectualidade cratense eram, em sua quase totalidade, formados e ordenados no Seminário de Fortaleza, que, conforme já afirmamos, caracterizava-se pela consecução de uma política eclesiástica e doutrinária orientada pela romanização.

A formação seminarista no Seminário São José do Crato seguia a mesma orientação de seu congênere de Fortaleza. Foi reaberto em 1922 pelo primeiro bispo da Diocese do Crato, D. Quintino Rodrigues, quando passou a funcionar naquela

instituição o Seminário Menor e o Maior. Sendo que, este último, conforme já afirmamos no capítulo anterior, funcionou apenas por dez anos.

O processo de urbanização ensejado com o desenvolvimento das atividades mercantis continuou muito lento até, pelo menos, a década de sessenta do século XX.¹⁰¹ Ao lado de um extrato ascendente de comerciantes, o poder econômico continuava concentrado nas mãos das famílias proprietárias de terras e de engenhos, sendo as principais: Pinheiro, Teles, Frazão, Gonçalves, Esmeraldo, Belém Figueiredo, Barreto, Norões, Abath, Milfont, Tavares Bezerra, Brito, Monteiro, Lobo, Melo, Alves Pequeno, Alencar, Araripe, dentre outras. Cada uma dessas famílias possuía sua casa ampla na cidade, em alguns casos apenas para passar as temporadas da festa de Nossa Senhora da Penha, das missões e ainda para semanalmente virem à feira. Requite e luxo eram características do interior dessas casas, como de resto, dos casarões dos “sítios”. Candelabros de marfim, louça inglesa, móveis de jacarandá compunham o mobiliário dessas casas.

A cidade contava com poucas ruas, das quais as mais importantes eram a rua do Comércio, Formosa, do Fogo, Pedra Lavrada, Laranjeiras, Califórnia e Travessa dos Ourives. Não possuía calçamento, saneamento e nem mesmo praças.

O fim da escravidão não provocou maiores alterações na economia cratense. A julgar-se pela pequena quantidade de escravos existentes no município, o escravo não era de fato a mão-de-obra principal. Em 1857-58, havia 1.326 escravos para uma população geral de 18.230 habitantes¹⁰². Esse número de escravos certamente foi declinando no compasso do que acontecia no restante do Brasil, ao abrir-se o período de transição para o trabalho livre.

Todavia, em que pese a marca da continuidade no perfil da intelectualidade, no poder econômico, no requinte das elites agrárias e dos ricos comerciantes, a virada do século, coincidiu com a eclosão e disseminação do fenômeno religioso de Juazeiro, em torno do padre Cícero. Aquele movimento, com seus desdobramentos sociais, políticos e econômicos provocou a emergência da construção simbólica do Crato como “cidade da cultura”. Essa é a grande mudança observada no Crato, já a partir da virada do século.

¹⁰¹ Vide p. 67 onde demonstramos dados demográficos sobre o processo de urbanização do Crato e de Juazeiro.

¹⁰² Cf. SOUSA, Thomaz Pompeu. *Dicionário Topográfico e Estatístico da Província do Ceará*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Lemmert, 1861.

Essa construção foi argamassada pelos seguintes elementos: 1) a sacralização do passado cratense, como um passado de civilidade, de altruísmo e de ordem de seus habitantes; 2) o esforço no sentido de manter o Crato nos trilhos da civilização e do adiantamento frente às outras cidades da região, assegurando esse adiantamento através de um discurso propugnador da distinção e da superioridade; 3) a criação de suportes materiais da cultura e da civilidade; 4) a orientação de condutas sociais referenciadas nos códigos de civilidade e de piedade cristã ditados pela Igreja romanizada; 5) a valorização da cultura letrada; 6) a admoestação das práticas sociais e culturais dos habitantes de Juazeiro e, no limite, a rivalidade com essa cidade. Esse elemento permeou todo o processo da construção simbólica a que estamos nos referindo.

Esses elementos formaram as “disposições constitutivas” das representações e das práticas que, durante o período que vai de 1889 a 1960, informaram a construção da “cidade da cultura”. A partir da década de sessenta, novos elementos entraram nessa construção.

2.1. A regeneração política do Crato: o novo tempo.

“Crato digno a par do Crato heróico, povo cioso de suas glórias” (Correio do Cariry – 18/9/1904)

O advento da República foi saudado pelos intelectuais cratenses defensores do ideário liberal e positivista (agora não mais todos os mesmos homens, mas praticamente todas as mesmas idéias) como uma solução de continuidade no processo civilizador. Assim, do ponto de vista político, os esforços dos velhos e novos intelectuais estruturaram uma nova linguagem para o seu discurso político. Enfatizaram as novas formas de relacionamento do poder público com a sociedade, inscritas no modelo republicano. Compreendiam esse modelo como intrinsecamente propulsor da ordem, do desenvolvimento, e, sobretudo, do resguardo ao direito de proteção do Estado ao cidadão e do direito de participação na vida política da cidade.

Concretamente, a deposição do Coronel Belém, em 1904, Intendente Municipal e chefe do Partido Republicano Cratense, constituiu-se num marco celebrativo da conquista do poder pela civilização ancorada nos ideais liberais. Belém havia conduzido

os destinos do Crato por quatorze anos. O poder foi conquistado por um outro homem do mesmo partido, o Coronel Antonio Luiz Alves Pequeno.

As datas, nas quais ocorreu e se consolidou a deposição do Coronel Belém, passaram a ser comemoradas por muitos anos - 29 de Junho e 03 de julho. A primeira lembrava a tomada do poder pelos adeptos do Coronel Antonio Luiz, a segunda lembrava a legalização da deposição, com o reconhecimento, pela Assembléia Legislativa, da câmara municipal que havia sido sufragada pelo voto. Contra a mesma, o Coronel Belém havia contraposto uma outra, valendo-se, ao que se conta, do procedimento de manipulação da ata de apuração.

Esse movimento político acrescentou, portanto, datas ao calendário cívico cratense.

As representações desse movimento investiram fortemente na construção da identidade cratense, sublinhando uma característica política que seria a sua: um espírito republicano de matriz liberal. Segundo aquelas representações, o Crato deu um “exemplo de luta e triunfo contra o conservadorismo”, nome com que se denominava a truculência dos métodos políticos na barganha eleitoral adotados pelo Coronel Belém, representado no discurso político dos intelectuais como déspota e sanguinário: “*o homem que se constituiu n’esta terra um elemento de completa desordem e terror*”¹⁰³ Ou ainda: “*bastilha de carne que aprisionava o espírito de liberdade dum povo, (...) matava o progresso e reprimia os surtos de seu engrandecimento*”¹⁰⁴ Já o seu opositor, foi representado como “*propugnador do progresso, defensor dos nossos direitos, o tutelar de nossas famílias, o anjo da paz, da bonança, da prosperidade.*”¹⁰⁵ Portanto, mais afeito aos ideais republicanos e civilizadores.

Podemos perceber uma ambigüidade nessa representação do caráter liberal cratense, posto que legitimava a personificação do poder. Mais ambígua ainda quando comparamos as representações sobre a vida política da cidade, naquele que foi denominado “o novo tempo do Crato”, cujo marco fora a tomada do poder *manu militari* pela guarda militar e adeptos do Coronel Antonio Luiz, com as representações do período do mando do Coronel Belém.

¹⁰³ Cf. *Jornal Correio do Cariry*, Crato, 25 de setembro de 1904, nº 03, ano I, p. 3.

¹⁰⁴ Editorial: “A Imprensa no Cariry” in: *Jornal Correio do Cariry*, Crato, 11 de setembro de 1905. p. 1

¹⁰⁵ *Id. ibid.*, p. 1

Não percebemos diferenças substanciais no que diz respeito à questão da participação do cidadão na vida política da cidade, ou na relação do poder público com a sociedade. Havia uma personificação do poder, sedimentada historicamente e que a república não logrou alterar.

O bem-estar social, ao tempo de Belém ou de Antonio Luiz e tantos outros, foi concebido como obra dos chefes políticos e dos homens do governo. A citação do parágrafo anterior ilustra o que estamos afirmando. Não eram diferentes as representações dos intelectuais adeptos do Coronel Belém, ao tempo do seu mando. Se não, vejamos:

*“Tudo desliza suavemente á sombra da lei. É um verdadeiro diapasão da harmonia E dessa harmonia é que provem os melhoramentos e a prosperidade desta bella e gloriosa porção do Cariry. E tudo isto devemos ao nosso inclyto e preclaro chefe Exm^o Coronel José Belém.”*¹⁰⁶

Todavia, em que pese a marca da continuidade nas relações de poder político, o discurso intelectual cratense, nos anos iniciais da República foi contaminado pelo forte entusiasmo do novo regime¹⁰⁷. Na verdade esse sentimento não foi exclusivo dos intelectuais cratenses, mas podemos afirmar que, no Crato, aquele sentimento foi mais duradouro do que na capital da República. Na segunda década do regime, os intelectuais ainda adotavam o lema “tudo pela República que é o mesmo que tudo pela pátria”, e diziam-se dispostos a “evangelizar a opinião”. Soriano Albuquerque, intelectual pernambucano que se radicou no Crato, onde exerceu o cargo de Juiz Substituto da Comarca, foi talvez o mais entusiasmado dentre eles. República para ele era governo do povo.

Ora, Soriano e nenhum outro intelectual teve problemas de ordem ideológica, diante de uma possível incongruência entre o seu discurso liberal e sua prática política. Corroboraram com o mando dos coronéis, que, por sua vez, davam sustentação às oligarquias, porque estavam convencidos de que: *“a oligarquia que existe entre nós como em outros Estados é a representação natural dos elementos mais hábeis e vigorosos que trabalham pelo bem do paiz pela solidificação do regimem.”*¹⁰⁸

¹⁰⁶ Cf. “O Crato e a Política”, in: *Jornal Cidade do Crato*, Crato, 5 de Abril de 1902. p. 1

¹⁰⁷ Vide: CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989. 196 p. Desse mesmo autor, vide ainda: *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990, 166 p.

¹⁰⁸ APUD. “Editorial”, in: *Jornal Correio do Cariry*, Crato, 5 de Fevereiro de 1905. p. 1

Afinal, esta era quase uma máxima da república oligárquica que o jornal cearense *A República* reverberava.

Os coronéis, chefes políticos locais, também constituíam-se em “representação natural... do povo”. Ademais, a República teria possibilitado, na visão dos intelectuais cratenses, uma mudança na política do Crato. Refletindo sobre a questão em apreço, diz Soriano:

*“era nossa política, em certo tempo, uma facção desordenada em cháos, as nossas liberdades e garantias um sonho, as nossas ideias e aspirações um pesadelo; constituíam enfim, um troço de pugilistas a se degladiarem num campo de lucta, sem outro afan que o esphacelamento mutuo, sem outra opposição que a resistência de cada um, porque as convicções e crenças mais desencontradas se haviam amalgamado, formando um mixto confuso de ambições pretenciosas... Mas subido mudou-se o aspecto das coisas, definiram-se as posições e começou uma phase de ordem e desenvolvimento. Abateu-se a prepotência, extirparam-se os abusos, corrigiram-se os erros consolidaram-se os principios, unificando-se as acções. Não mais reina a celeuma, nem se confundem os ideaes.”*¹⁰⁹

Regeneração: essa é a idéia que se impõe diante das representações daqueles intelectuais, dos quais Soriano é um exemplo. Continuidade das práticas políticas: essa é a noção que podemos construir acerca da vida política da cidade, marcada até hoje por forte conservadorismo e pelo poder suprapartidário de indivíduos, que não raro, leiloam, pela compra de votos, o direito do eleitor de se fazer representar no poder político.

Havia na fala de Soriano uma nítida idealização do presente, no que certamente era auxiliado não somente pela leitura dos teóricos da Ciência Política, mas também pela leitura dos republicanos históricos¹¹⁰, cuja produção chegava através dos jornais. Afinal, “viver em dia com os acontecimentos” constituía-se grande preocupação dos intelectuais. Para tanto, *“duas vezes por semana os jornais derramavam notícias na cidade, trazidas pelas malas postas vindas do Iguatu, em costas de burro”*¹¹¹.

¹⁰⁹ ALBUQUERQUE, Soriano. Editorial “O Crato e a Política”, in: *Jornal Cidade do Crato*, Crato, 5 de Abril de 1902. p. 1

¹¹⁰ O exame dos editoriais e artigos produzidos no Crato, pelo intelectuais republicanos, permite-nos perceber as afinidades de suas visões de mundo com discursos políticos e científicos em voga. Nesse sentido, identificamos uma perfeita sintonia com o pensamento republicano liberal e positivista. Temas como representação política, patriotismo, civismo, bem estar da humanidade, Estado de direito, ordem social, progresso econômico, progresso científico, benefícios do casamento civil, foram, dentre outros, objetos de reflexão daqueles intelectuais.

¹¹¹ Cf. FIGUEIREDO FILHO, José de. *Meu mundo é uma farmácia*. 2ª Edição. Fortaleza: Casa de José de Alencar / Programa Editorial, 1996. p 20. O autor refere-se as notícias dos acontecimentos mundiais que eram objeto de acaloradas discussões na “roda” de políticos e intelectuais que se formava todos os dias na Farmácia Central, de propriedade do seu pai José Alves de Figueiredo.

Retomemos a questão da deposição do Coronel Belém. Os protagonistas desse movimento reivindicaram a autoria da construção do marco temporal entre a velha e a nova política no Crato. Não deixaram, todavia, de afirmar que tal deposição só foi possível nos quadros de uma república. Nesse sentido, o espírito republicano levantou os ânimos dos cratenses, posto que se tratava de um povo: *“de tradições honrosas, qualidades heróicas herdadas de seus antepassados, tudo isto formando como fundo de altivez na consciência dos cratenses, permanecendo latente na sua grande alma.”*¹¹²

Trinta e oito anos depois, a deposição do Coronel Belém, continuava sendo lembrada como marco entre a velha e a nova política, essa propiciadora de um novo tempo no Crato.

Rendendo uma homenagem ao “herói” – Horácio Jácome Pequeno - Vilar de Alencar dizia, numa visão retrospectiva, o que era o Crato sob o poder do Coronel Belém: *“o direito conculcado, a lei violada, a inocência oprimida, os fatos adulterados, a mentira oficial, a defesa erigida em crime, a honra, a vida, a propriedade sem a menor segurança e garantia – eis o Crato de quarenta anos passados!”*¹¹³

Belém era republicano e, tanto quanto o seu sucessor, integrado à oligarquia Accioly. No entanto, passou a representar, naquele discurso, a síntese da velha política cratense. As acusações, sobre o exercício do poder daquele, se servem do arsenal conceitual e teórico das reflexões sobre a república, sobre o direito de participação dos cidadãos na vida política da cidade e, sobretudo, sobre o Estado de direito. Trata-se de reflexões embasadas na ciência política e, sobretudo, no ideário liberal e positivista da república.

Assim assevera o jornal *Correio do Cariry*: a república é o “governo do povo”. De forma que o povo cratense não poderia viver *“retrogradando por força de caprichos pessoas”*. Louvava-se, no novo regime de governo, a sua forma federativa como sendo a única forma possível de *“não se viver atravancado pela centralização anárquica”*, posto que *“cada antiga província passou a agir com os seus próprios elementos, a fazer ressaltar todos os recursos de que pode dispor, a ter consciencia de sua propria força, o que é tudo até no menos florescente dos municipios”*¹¹⁴. Ao que parece, a expectativa era a de que, nessa nova forma de governo, o Crato muito teria a ganhar por ser: *“uma*

¹¹² Cf. “Editorial: A Imprensa no Cariry”. *Jornal Correio do Cariry*, Crato, 11 de Setembro de 1905. p. 1

¹¹³ ALENCAR, Vilar. “O Crato a 40 anos atrás”, in: *Jornal A Ação*, Crato, 23 de Novembro de 1941. p. 2

¹¹⁴ Cf. *Jornal Correio do Cariry*. Crato. Edições de 7 e de 20 de Novembro de 1904

terra legendária: nunca se teve inerte nas ocasiões supremas da vida nacional. (...) rico de habitantes e uberrimo nas riquezas naturais.”¹¹⁵

A república com suas novas leis, mormente a que instituiu o casamento civil, a Lei Hipotecária e o Regulamento Eleitoral, era a “*garantia e segurança da família brasileira, base principal onde deve assentar o grande edifício de nossa civilização moderna*”.¹¹⁶

Belém foi ainda acusado de trazer o desassossego para a população cratense: “... *na época em que atuou o Cel. Belém não havia garantia de espécie alguma.*”¹¹⁷ O sr. Djacir Menezes, escrevendo em 1949 sobre o Crato ao tempo em que aí viveu, lembra que ao “tempo do Coronel Belém”, os espancamentos eram frequentes e disto dá exemplos:

“o professor público, Manuel da Penha de Carvalho Brito apanhou de facção em um domingo à tarde, quando as ruas encontravam-se cheias de gente (...). Atribuíram-lhe a autoria de um artigo, publicado em certo jornal de Fortaleza, no qual Belém era apontado como o Ferrabrás do romance Carlos Magno; Otoniel Maia, senhor de engenho e membro de uma das principais famílias do Cariri; João Carvalho, arrancado da sala de jantar de sua casa, em manga de camisa, levado debaixo de rabo-de-galo até à cadeia, onde continuaram a surrá-lo, já sem voz para gritar; a viúva e Mestre Aires, alfaiate, que, em vida, gozou do melhor conceito entre as famílias cratenses. A sua porta foi aberta a troco de coronhadas de bacamarte, à meia-noite. A surra foi dada na cama, onde se encontrava dormindo. Aos que comentassem esses acontecimentos terroríficos, eram aplicados os mesmos castigos.”¹¹⁸

Portanto, o governo do Coronel Belém representava a negação da vivência das virtudes intrínsecas do regime republicano. Seria esse regime que regeneraria pela “*elevação do talento, do mérito e da probidade*”¹¹⁹ a cultura política do Crato, “*localidade em que imperam costumes antiquários e politicagem feita de trapanças, perseguições e favores.*”¹²⁰

Com a deposição de Belém, o Crato entrou em sintonia com a república e reencontrou a civilidade política, de acordo com aquele discurso. Comemorando aquele fato, diz o Correio do Cariry, em seu editorial intitulado “A Alma Cratense”: “*estava*

¹¹⁵ *Id. ibid.*, Crato, 29 de Janeiro de 1905.

¹¹⁶ *Id. ibid.*, Crato, 4 de Junho de 1905.

¹¹⁷ Cf. MATOS, Celso Gomes de. “O Cel. José Belém de Figueiredo – Maxixes e Malabares”, in: Revista *Itaytera*, Crato, nº 7, ano VII, p. 129, 1961. O autor, todavia, defende a idéia de que o *modus operandi* do Cel. Belém era apenas um reflexo do seu tempo.

¹¹⁸ Cf. MENEZES, Paulo Elpídio de. *Op. cit.*, p. 69

¹¹⁹ Cf. *Jornal O cratense*, Crato, 17 de Março de 1890

¹²⁰ *Id. Ibid.*

consolidada a obra de regeneração do Crato: o Crato digno a par do Crato heróico, povo cioso de suas glórias.”¹²¹

Interessante observar que o sucessor do Coronel Belém, o Cel. Antonio Luiz Alves Pequeno, também foi acusado de incorrer nas mesmas práticas políticas do seu adversário¹²². Mas as acusações não tiveram ressonância naquele momento em que se intentava marcar um novo tempo no fazer político do Crato.

Antonio Luiz também foi deposto *manu militari* pelas forças do Cel. Francisco de Brito. Conta-se que, após oito anos de mando de Antonio Luiz, Francisco de Brito o enxotou do poder municipal, tomando-lhe a prefeitura:

*“indagado no momento por Antonio Luiz em que se baseava Chico de Brito para assim, de motu próprio, assumir a direção do Município, respondeu ele, batendo no chão o coice do rifle calibre 44 que conduzia: ‘com esta lei...’. O episódio caiu no gosto do povo, e, daí em diante até hoje, quando se alude a qualquer violência, ou arbitrariedade, dizem, simplesmente, aqueles que sabem da história: ‘agiu de acordo com a lei de Chico de Brito.’”*¹²³

Os métodos truculentos de ação política utilizados por Antonio Luiz e por Francisco de Brito ficaram registrados na memória, mas, àquele tempo, não ganharam visibilidade nas páginas escritas. Certamente apostou-se no desgaste que o tempo poderia provocar na memória e, contrariamente, no poder que a escrituração poderia assegurar acerca das representações daquilo que se convencionou denominar “o novo tempo do Crato”.

Recentemente, o intelectual Raimundo Borges empenhou-se em, segundo ele mesmo, fazer “*um juízo certo sobre a personalidade do Coronel. Belém*”, e acrescenta: “*Creio que já é tempo de ir-se retificando no que for possível, a má fama com que entrou na História do Cariri o Coronel JOSÉ BELÉM DE FIGUEIREDO.*”¹²⁴

Como afirmamos anteriormente, as representações sobre o “novo tempo” exerceram um poder de persuasão, principalmente porque aquele movimento também rendeu um “herói” ao Crato: Horacio Jácome. Em 7 de novembro de 1904, a edição do *Correio do Cariry* publicou um encarte em homenagem a Jácome, em papel mais resistente do que o papel usado no restante do jornal. Assim o sacraliza como herói:

¹²¹ “Editorial: A Alma Cratense”, in: *Jornal Correio do Cariry*, Crato, 18 de Setembro de 1904. p.1.

¹²² Vide BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Coronel Belém do Crato. O injustiçado* Fortaleza: ABC, 1998.

¹²³ *Id. ibid.*, p. 102.

¹²⁴ *Id. ibid.*, p. 11

“morto no desempenho dos deveres cívicos sentiu-se commovido ante o scenario angustioso que envolvia o torrão de seu nascimento (...) luctou com moderação e denôdo, alicerçando uma obra imensa cuja base era a consciencia publica, cuja construcção era a salvaguarda de um povo(...) A morte é o crysol por onde se purufuca o amor patrio, é a ‘prova provada’ do mais luminoso e inimitavel desprendimento pela prosperidade publica é o complemenmto da grandeza e magnanimidade dos grandes heroes (...) deu-se em holocausto á conquista da liberdade, da comunhão social (...) lá no mais alto do pantheon cratense, a imaginação distingue o vulto iminentissimo do sublime herói Horacio Jácome Pequeno.”¹²⁵

O aniversário de morte de Jácome continuou por muitos anos seguintes sendo reverenciado. Em 1905, o foi com salvas, missa, reunião popular no clube literário “Romeiros do Porvir” e visitas ao túmulo do mártir da “liberdade cratense”, cujo nome passara ainda a denominar a banda de música da cidade.

Nas crônicas sobre a vida política da cidade, Jácome realmente foi projetado no panteon dos heróis cratenses, sendo insistentemente comparado a Tristão Gonçalves:

“hoje, 38 anos passados, o Crato culto, o Crato belo, o Crato deslumbrante, o Crato progressista, repugna crimes hediondos (...), repugna a escravidão e reverencia a memória do grande Horácio Jácome Pequeno, o seu filho mártir da política de 1903 e gloriosamente morto pela sua liberdade.”¹²⁶

Horácio Jácome foi assassinado pela guarda do Coronel Belém enquanto fazia uma contestação política “em prol da liberdade no Crato”, juntamente com outros dezoito companheiros. Interessante notar que a estratégia de contestação insere-se totalmente dentro do espírito romântico: uma serenata para a cidade. Daí se desencadeou a crise que culminou com a deposição do Coronel Belém.

O esforço de memorização do calendário cívico da cidade encontra-se no auge no início do século. As comemorações cívicas passaram, a partir de então, a ser muito mais festivas, com programações que duravam até três dias.

Assim, para a produção simbólica do Crato como “cidade da cultura”, os “especialistas da produção cultural” se serviram do mecanismo de celebração do passado cratense, reinventando-o, a partir de marcos “históricos”, de personagens valorizadas, de condutas-modelos e idéias valiosas para a conquista da civilização.

¹²⁵ Cf. ALENCAR, Ayres. “Homenagem a Horacio Jácome”, in: *Jornal Correio do Cariry*, Crato, 7 de Novembro de 1904.

¹²⁶ ALENCAR, Vilar. *Art. cit.*

Marcos, personagens, condutas e idéias foram usadas pelos “especialistas” como forma de apoderar-se do imaginário social, servindo-se e reproduzindo uma “comunidade de imaginação”¹²⁷, no sentido de perceber-se o Crato como cidade modelo.

Aqueles “especialistas” elaboraram, num incessante movimento, a partir da última década do século passado e por todo o século XX, a marca de uma distinção cultural do Crato em relação às outras cidades da região do Cariri, “*a cidade-padrão que dita lei às localidades circunvizinhas*”, no dizer de Figueiredo Filho¹²⁸.

¹²⁷ Cf. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*, in: *Op. cit.*, pp. 297-332. A noção de comunidade de imaginação ou comunidade de sentido é trabalhada por esse autor como um conjunto de experiências, utopias, temores que constituem uma dimensão essencial da realidade vivida por uma sociedade. A existência ou não dessa “comunidade de imaginação” concorre poderosamente para a instauração de um imaginário, é uma condição pré-existente. Contudo, dependendo da eficácia dos dispositivos usados, um dado imaginário pode fundar uma “comunidade de imaginação”, desde que leve em consideração as aspirações coletivas. *Vide* páginas 320-330.

¹²⁸ Cf. FIGUEIREDO FILHO, José de. *Op. cit.*, p. 19

2.2 – Afirmando diferenças: Crato x Juazeiro

A distinção do Crato como cidade civilizada e culta foi fortemente marcada no imaginário social dos cratenses a partir do fenômeno religioso e social que eclodiu em Juazeiro, em torno do Padre Cícero, no final do século XIX, estendendo-se pelo primeiro quartel do século XX. Podemos afirmar que somente a partir daquele fenômeno houve um forte investimento estrategicamente orientado no plano discursivo e no plano das ações, no sentido de marcar uma distinção social e uma superioridade do Crato, por parte dos intelectuais e políticos cratenses, que doravante passaremos a denominar “especialistas da produção cultural” do Crato como “cidade da cultura”, ou simplesmente “especialistas”.

Essa distinção foi ancorada na reivindicação do reconhecimento de que o Crato era detentor de um capital cultural identificado com condutas civilizadas e uma cultura letrada. Essa reivindicação se impunha como um auto-reconhecimento e como um reconhecimento pelos habitantes das outras cidades da região, principalmente pelos habitantes de Juazeiro.

O movimento de distinção foi encetado pelos intelectuais, seja no exercício das suas funções de padre, médico, professor, jornalista, historiador, advogado, etc., seja nas funções inerentes aos cargos políticos que ocuparam - prefeito, vereador, deputado e senador.

Portanto, foi somente a partir daquele fenômeno do Padre Cícero, de Juazeiro do Norte, que os cratenses passaram a denominar o Crato “cidade da cultura”.

A produção do Crato como “cidade da cultura” não foi, evidentemente, resultante de uma ação planejada a priori por aqueles “especialistas”, mas um movimento que recebeu o influxo do projeto civilizador. Com este, foi produzido o arsenal conceitual e mesmo a configuração mental com os quais a intelectualidade cratense percebeu as condutas sociais em Juazeiro como discrepantes em relação a uma estética social tida como “normal”, bem como forjou a intolerância para com essa discrepância.

Com efeito, foi exatamente a partir dessa configuração social, inspirada no ideário liberal, no cientificismo, no positivismo e no catolicismo romanizado que tornou-se o fenômeno de Juazeiro como um referente de negação. A condenação do comportamento dos romeiros que passaram a habitar em Juazeiro - representados no discurso da intelectualidade cratense como fanáticos, supersticiosos, atrasados, incivis,

delinquentes, criminosos - sedimentou a produção cultural do Crato como “cidade da cultura”, estabelecendo-se nesse movimento uma rivalidade entre os habitantes das duas cidades. Essa rivalidade foi se estabelecendo horizontalmente e verticalmente na sociedade cratense.

Horizontalmente, entre os membros que compunham a intelectualidade e a política, várias associações foram criadas no sentido de contribuir para o “progresso cultural” do Crato. São exemplo disso as associações literárias “Romeiros do Porvir”, a “Academia dos Infantes”, o “Instituto Cultural do Cariri”, este criado em 1953, e os grupos de ações pragmáticas: a “Associação dos Amigos do Crato”; o “Grupo de Ação Comunitária”, criado em 1974 e ainda hoje existente. Sobrevive também o “Instituto Cultural do Cariri”.

Verticalmente, todas as estratégias de celebração do passado conjugaram o esforço de construir uma identidade cratense sublinhando a sua superioridade em relação a Juazeiro. Esforço compensador, pois podemos inferir que houve, embora não em todos os estratos sociais, uma recepção compatível com essa produção. A pretensão de superioridade do Crato que aquele discurso pretendia inculcar, como marca da identidade cratense, estruturou o sentimento de superioridade no seu auto-reconhecimento.

Com efeito, é ainda notório o sentimento de superioridade dos cratenses em relação aos juazeirenses. Isso pode ser facilmente observado na fala cotidiana de muitos dos cratenses com mais de sessenta anos de idade.

Mas trata-se, efetivamente, de um discurso produzido pelas elites intelectuais, políticas e econômicas do Crato, e que talvez por isso mesmo, só parcialmente foi inculcado nos estratos inferiores da sociedade cratense. A ironia posta na expressão “só no Crato!” denuncia o deboche feito a esse discurso por esses estratos, o que todavia não lhes retira a possibilidade de apropriar-se, sempre que oportuno e/ou necessário, daquela construção, para mostrar-se superior¹²⁹.

Nesse particular, percebe-se uma luta com duas frentes: a primeira, entre dominantes e dominados cratenses: à produção dos primeiros, os segundos respondem com a ironia, com o deboche; a segunda, uma luta entre duas identidades culturais –

¹²⁹ Trata-se, efetivamente de uma criatividade no uso dos objetos culturais, ou seja, de uma tática dos dominados, tal como a pensou Michel de Certeau. *Vide*: CERTEAU, Michel de. *Op. cit.*, principalmente “Introdução geral” (pp. 37-53), cap. II “Culturas populares” (pp. 75-90) e cap. III “fazer com: usos e táticas” (91-106).

cratenses x juazeirenses: para este caso, o discurso dos dominantes torna-se utilitário, mesmo aos dominados cratenses. Todavia, faz-se mister anotar-se que esses estratos dominados detratam o Juazeiro e os juazeirenses, mas nunca o Padre Cícero, em quem muitos crêem¹³⁰ e outros respeitam.

A partir do fenômeno religioso e social ocorrido em torno do Padre Cícero, tornou-se comum a detração do Juazeiro e dos juazeirenses pelos cratenses. Romeiros, fanáticos, mal educados, sujos são as imagens dos juazeirenses. Esses revidam denominando os cratenses “piqueiros”, em alusão a uma árvore nativa da Serra do Araripe, que produz um fruto comestível denominado vulgarmente de piqui, que é um ingrediente da culinária da região, principalmente do Crato. Convém lembrar que o piqui se caracteriza por um forte odor e que faz parte principalmente da dieta alimentar dos pobres e, ainda, que não é preciso plantar (trabalhar) para colhê-lo.

Também foi comum, até bem recentemente, dizer-se aos cratenses para não fazerem compras no comércio de Juazeiro, a fim de não alimentar o inimigo, o que era, de resto, falta de amor pelo Crato. Corria à solta que o comércio de Juazeiro praticava preços menores que os do Crato porque aquele sonegava impostos. Igualmente se aconselha ainda hoje que os cratenses não votem, nas eleições para deputado, em candidatos de Juazeiro, assim como em nenhum outro que não seja da terra.

Essa rivalidade não está motivada apenas na discrepância dos modelos de conduta da maioria dos habitantes de Juazeiro, que nas primeiras décadas deste século horrorizaram as elites políticas e intelectuais cratenses. Embora esse fator seja fundante, foi o crescimento de Juazeiro, durante todo esse século, o combustível que alimentou a rivalidade entre as duas cidades.

Todavia, pode-se inferir que, à medida em que o Juazeiro se desenvolveu economicamente, a classificação de todos os habitantes de Juazeiro como romeiros-fanáticos, feita pelos “especialistas”, sofreu uma inflexão.

Em romance-história produzido na década de trinta, José de Figueiredo Filho conta a história da emigração nordestina para Juazeiro em decorrência da seca,

¹³⁰ A crença dos cratenses no Padre Cícero, pode ser datada da aparição dos primeiros “milagres” (1889-1891). Em 1889, se deslocou em procissão para o Juazeiro cerca de três mil pessoas, acompanhando o Monsenhor Francisco Monteiro, Reitor do Seminário do Crato e o primeiro a propagar como milagrosos os fatos extraordinários ocorridos em Juazeiro. A crença no Pe. Cícero pode ainda ser comprovada pela quantidade de cratenses, geralmente dos estratos inferiores da sociedade, que se vestem de preto em sinal de luto, no dia 20 de cada mês, aniversário de morte do padre. E ainda pelo afluxo de cratenses ao Horto durante as celebrações da Semana Santa.

momento em que os romeiros intensificavam a procura de proteção e o aconselhamento do Padre Cícero. Distingue (classifica) os habitantes de Juazeiro em “fanáticos” e aqueles que compunham a “melhor sociedade”.

Na primeira classe há os romeiros-fanáticos. Tratam-se de pessoas que já se radicaram na cidade (como o personagem Semeão), ou que vêm em romaria mas instalam-se em hospedarias, ou ainda, os que levam uma vida de trabalho e de devoção, digamos, menos radical ao Padre Cícero. Mas há ainda os sertanejos-imigrantes-romeiros-fanáticos. *“Era a ralé do fanatismo. Mendigos cobertos de andrajos e beatas trajando luto, com as faces maceradas em consequência dos frequentes jejuns”*¹³¹

Descrevendo a estadia e as peripetias pela cidade, de um casal de romeiros (Semeão e Isabel), diz Figueiredo Filho:

“sentados num banco, passaram horas e horas a presenciar o movimento da cidade(...) Automoveis de quando em quando cruzavam as ruas. As lampadas elétricas acenderam-se e de pouco a pouco, começaram a afluir para os passeios moças e rapazes, trajando de acordo com os últimos figurinos. A melhor sociedade daquele imenso aglomerado humano. Filhas de negociantes, empregados no comércio, estudantes, finalmente os representantes da melhor classe da localidade e gente completamente isenta do vírus do fanatismo”.¹³²

Como se pode perceber, a “melhor sociedade” era classificada a partir de uma distinção econômica (negociante), ocupação (empregado do comércio), investimento intelectual (estudante) e ser mentalmente saudável (isenta do “vírus do fanatismo”). Apesar de possuir um estrato social que podia ser classificada de “melhor sociedade”, com o qual os “especialistas” mantinham relações cordiais, predominou a detração dos habitantes de Juazeiro no discurso dos cratenses.

Se havia uma “melhor sociedade”, ela era, como vimos, decorrente da ascensão econômica de Juazeiro nos quadros da economia regional, e até de uma modernização (veja-se a referência à luz elétrica, automóveis e trajes da “melhor sociedade”). Mas foi justamente essa ascensão que deslocou para o plano de uma rivalidade a relação entre as duas cidades.

Para se ter uma idéia da rapidez do desenvolvimento demográfico e econômico do Juazeiro, lembramos que em 1872, quando Padre Cícero lá chegou como capelão, aquele povoado contava aproximadamente duas mil almas. Em 1909, já contava 15.050

¹³¹ FIGUEIREDO FILHO, José de. *Renovação. Romance de aspectos sociais do Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Livraria Editora Odeon, 1937. p. 34

¹³² *Id. ibid.*, p. 30

habitantes e, em 1940, 38.145, quase se equiparando ao Crato, que naquele ano contava 40.282 habitantes. Em 1940, a população urbana e suburbana de Juazeiro já era bem maior do que a do Crato: 24.155 habitantes, enquanto a zona urbana do Crato contava apenas 12.567 habitantes.¹³³

Em 1950, a população de Juazeiro salta para 56.146 habitantes, enquanto que a do Crato vai para 46.408, mantendo-se a grande maioria dos habitantes do Juazeiro na zona urbana: 42.821, enquanto no Crato a maioria ainda habitava o campo, residindo na zona urbana apenas 16.776. Em 1960, a população de Juazeiro era de 68.494, dos quais 54.170 residiam na zona urbana, enquanto no Crato havia 59.464 habitantes, dos quais 29.308 habitando a zona urbana.¹³⁴

O crescimento do Juazeiro tem se alimentado das romarias desde o final do século passado. Desde então, a população tem se alocado preferencialmente na zona urbana. Isso explica o desenvolvimento de atividades econômicas de caráter urbano: comércio e indústria, principalmente artesanal. Enquanto no Crato as atividades agrícolas e pecuárias continuaram sendo preponderantes na economia desse município, observando-se a alteração para um perfil mais urbano somente a partir da década de sessenta.

Ainda de acordo com o censo de 1940, naquele ano, Juazeiro possuía 3.916 estabelecimentos industriais e 1007 estabelecimentos comerciais, enquanto o Crato possuía apenas 768 e 609, respectivamente¹³⁵. Seria enfadonho continuar apresentando os números, mas registre-se que a superioridade econômica do Juazeiro é sensível a partir da década de quarenta.

Superando o poder econômico do Crato na região, e constituindo um forte poder de barganha política junto aos governos estadual e federal, Juazeiro elaborou para si os adjetivos de “cidade da fé e do trabalho”, “metrópole econômica”, mas nunca pôde ser adjetivada de cidade civilizada ou culta. Esses foram atributos do Crato, estratégias discursivas com as quais os “especialistas da produção cultural” passaram a defender, conscientemente, a superioridade do Crato na região, à medida que Juazeiro a superava no plano econômico e político.

¹³³. Cf. Sinopse Estatística do Município do Crato Estado do Ceará, e Sinopse Estatística do Município de Juazeiro do Norte Estado do Ceará: Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948.

¹³⁴ Censo demográfico do Estado do Ceará de 1950 e de 1960. Fonte: IBGE.

¹³⁵ Cf. Sinopse Estatística do Município do Crato e Sinopse estatística do Município de Juazeiro. *Op. cit.*

Para tanto, os “especialistas da produção cultural” recorreram, conforme já afirmamos, à evocação celebrativa do passado, para o que a historiografia cratense, ou regional, mas escrita por cratenses, constituiu-se um forte instrumento, ao lado das festas cívicas, e da demarcação de lugares de memória, como por exemplo as denominações das ruas da cidade¹³⁶. Junto às representações celebrativas do passado heróico, os “especialistas” somaram a propalação de uma erudição dos cratenses, assim como do fausto e, principalmente, do pioneirismo da cidade. *Pari passu*, empenharam-se aqueles especialistas, num esforço político dantesco, em dotar o Crato de instituições de suporte da cultura e da civilidade.

Todos esses elementos constituíram um capital simbólico fundador de uma tradição de que políticos e intelectuais do Crato se serviram nas várias ocasiões nas quais tiveram que enfrentar a oposição de Juazeiro, ou seja, em momentos nos quais as duas cidades entraram em lutas concorrenciais abertas.

A título de exemplo, lembremos as mais importantes dessas lutas: a questão da sede do bispado que seria criado na região, a questão em torno da definição da cidade onde se localizaria a estação ferroviária e a questão da sede da Universidade Regional do Cariri. Em todas essas o Crato foi privilegiado. Não obstante, em torno das duas primeiras questões, o Padre Cícero tenha se empenhado pessoalmente em favor do Juazeiro, usando inclusive o prestígio político que detinha - inigualável na região - nos quadros da política oligárquica do Ceará. A terceira questão é um caso típico de instrumentalização pragmática da tradição. Retornaremos adiante a essa questão.

Pelo exposto até aqui, podemos já inferir que a representação do Crato como “cidade da cultura” é o resultado de uma verdadeira produção cultural.

As partilhas sociais e culturais que aproximaram, no Crato, intelectuais laicos e clérigos, políticos, capitalistas, homens e mulheres, em torno da produção do Crato como “cidade da cultura”, permitiram-nos apreendê-los como sujeitos de um mesmo movimento, e, pois, como especialistas de um mesmo campo de produção simbólica pela “imposição do veredicto” da superioridade do Crato.

Esses especialistas pertenciam a campos distintos, mesmo que intercambiáveis: o campo intelectual, o campo religioso, o campo político e o campo econômico. Estamos aqui utilizando o conceito de campo em Bourdieu, que assim o define: “os campos são

¹³⁶ Vide: AQUINO, J. Lindemberg. *Roteiro biográfico das ruas do Crato*. 2ª edição. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Casa de José de Alencar, 1999. Coleção Alagadiço Novo. 263 p.

universos sociais relativamente autônomos (...) nos quais profissionais da produção simbólica enfrentam-se em lutas que têm como alvo a imposição de princípios legítimos de visão e de divisão do mundo natural e do mundo social".¹³⁷ Ou ainda: *"um espaço social de relações objetivas"*¹³⁸

A eclosão e a vigência do movimento religioso e social de Juazeiro - que surgiu com os "fatos extraordinários", isto é, a suposta transformação da hóstia em sangue, em 1889 - foi o marco inicial das representações que atribuíram ao Crato o foro de civilidade e de cultura através da lógica da negação das condutas sociais dos seguidores do Padre Cícero. Conforme já afirmamos, esses foram percebidos como pessoas ou comunidade inferior. Aquelas pessoas foram percebidas como ameaça à ordem social na região.

Não havia, todavia, naquele momento, uma deliberação consciente de marcar uma superioridade do Crato. Mas a partir dos fenômenos religioso, social e político, ocorridos no Cariri na última década do século XIX e na primeira metade do século XX, foi fundado no Crato um imaginário do terror acerca dos seguidores do Padre Cícero, denominados "romeiros".

2.2.1) O imaginário do terror e a detração das condutas dos "romeiros"

Até 1911, Juazeiro era um lugarejo pertencente político-administrativamente ao Crato e Padre Cícero era um cratense. Foi nomeado capelão de Juazeiro, onde chegou para o exercício em 11 de Abril de 1872. Tratava-se de um povoado com cerca de dois mil habitantes. Sua vida econômica, política, social e religiosa era completamente integrada ao Crato. Padre Cícero foi o quarto capelão a ser enviado para lá.

Ao tomar conhecimento dos "fatos extraordinários" ocorridos em Juazeiro, em 1889 e que se repetiram em 1891, os intelectuais do Crato se dividiram. Alguns defenderam o fenômeno segundo a interpretação de que se tratava de um milagre. Foi o caso de José Joaquim Teles Marrocos, do padre Joaquim Peixoto de Alencar, do Padre

¹³⁷ Cf. BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas (SP): Papyrus Editora, 1996. p. 83.

¹³⁸ Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. *Op. cit.* Para a teoria do campo e de habitus, *vide* principalmente o capítulo III: "A gênese dos conceitos de habitus e de campo", pp. 59-73. *Vide* ainda: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. *Op. cit.*, pp. 53-89 e 137-161, dentre outras obras do autor.

Quintino, do Monsenhor Francisco Rodrigues Monteiro, do padre Manuel Félix de Moura, do médico Marcos Rodrigues de Madeira, dentre muitos outros.

Todavia, com exceção de Joaquim Marrocos e do Padre Alencar Peixoto, todos os demais cratenses repensaram a sua disposição de acreditar na idéia de milagre. Os clérigos residentes no Crato passaram não só a desacreditar, como a combater a crença entre os católicos. Essa disposição dos clérigos ocorreu diante da Decisão Interlocutória pronunciada pelo bispo Dom Joaquim, em julho de 1891, na qual decidiu rejeitar os fatos de Juazeiro como milagre e sobretudo após a Carta Pastoral de Julho de 1894, do mesmo bispo. Naquela carta, Dom Joaquim lança as bases eclesiásticas e teológicas com as quais a Igreja do Ceará deveria travar o combate contra a crença e a propagação dos fatos de Juazeiro como milagre, em completa sintonia com as deliberações da Sagrada Congregação do Santo Ofício para a questão¹³⁹.

Com aquela decisão, Dom Joaquim tentava cercar a Igreja da ameaça de um cisma, ao tempo em que zelava pela observância dos princípios de organização eclesiástica e teológicos inspirados na romanização.

Instalou-se uma forte luta concorrencial pelo monopólio do sagrado, ou pelo menos por parte dele, entre - de um lado - clérigos apoiadores do Padre Cícero e seguidores leigos desse e - do outro lado - representantes da Igreja Oficial, o Bispado do Ceará que, naquela luta, contou com a irrestrita colaboração dos clérigos cratenses (excetuando o Padre Peixoto). A hierarquia clerical chamou para si a tutela sobre o sagrado e o eclesial: os direitos sacerdotais do Padre Cícero acabaram sendo suspensos e o suposto milagre passou a ser pensado pela hierarquia eclesiástica como um embuste.

A idéia de que os fatos extraordinários eram embustes foi reforçada quando do desaparecimento, em 1892, da urna contendo as provas materiais do milagre (os panos ensangüentados), da Igreja Matriz do Crato, para onde fora conduzida por determinação do bispo do Ceará. O furto foi atribuído a José Marrocos, a quem os especialistas da produção cultural do Crato passaram a atribuir a concepção intelectual e técnica do “milagre”¹⁴⁰.

Desde que teve os seus direitos canônicos suspensos, o Padre Cícero e seus apoiadores desencadearam uma forte luta no sentido de reaver os direitos do padre.

¹³⁹ Cf. DELLA CAVA, Ralph. *Op. cit.*, p. 66-88

¹⁴⁰ *Vide*, por exemplo: ARAÚJO, Pe. Antonio Gomes de. “O Apostolado do Embuste”, *in*: Revista *Itaytera*, nº 2, ano II, 1956. pp. 3-37

Luta que se deu no plano do Direito Canônico, para a qual Padre Cícero se utilizou do seu poder político e econômico e continuou contando com defensores cratenses, embora já em número muitíssimo reduzido. Padre Cícero teimou, bem como seus seguidores, no sentido de não ser expropriado daquilo que era compreendido por ele como uma missão delegada por Deus: conduzir o rebanho que lhe fora confiado. Rebanho composto de homens de bem – ricos ou pobres - mas sobretudo por pobres, desafortunados, pecadores, mal-feitores, prostitutas, ladrões, assassinos, que o padre assegurava poderem ser regenerados na terra da Mãe de Deus.

Não entraremos na descrição etnográfica ou discussão teórica daquele movimento¹⁴¹. Cumpre-nos apenas perceber as representações feitas pelos intelectuais cratenses naquele momento, ou que *a posteriori* evocaram-no, posto que essas representações marcam a gênese da construção simbólica do Crato como “cidade da cultura”

Destacamos, todavia, que as representações acerca das práticas religiosas naquele movimento, empreendidas pelo clero, foram elaboradas, é claro, com base em convenções teológicas, bem como no imperativo da preservação da hierarquia eclesiástica.

Todavia, aquelas representações ultrapassaram o campo religioso e foram também inspiradas num discurso cientificista e civilizador que detratava os comportamentos desviantes mediante a razão criadora da des-razão, ou seja, criadora da patologia social¹⁴². Houve, com efeito, a patologização das práticas religiosas e sociais dos seguidores do Padre Cícero, identificados como fanáticos. Leigos e clérigos letrados assim conceberam aquelas práticas.

Ora, o fanatismo foi e é ainda sinônimo de excesso, paixão e exaltação cega, portanto completamente incompatível com a noção de civilidade e de racionalidade. Nesse sentido, as representações sobre o movimento de Juazeiro foram informadas pela

¹⁴¹ Para o exame da questão vide, conforme já indicamos CAVALCANTE BARROS, Luitgarde Oliveira. *Op. cit.*; DELLA CAVA, Ralph. *Op. cit.*; SILVA, Antenor de Andrade. *Cartas do Padre Cícero (1877-1934)*. Salvador: Escolas Profissionais Salesianos, 1982; do mesmo autor, *Padre Cícero: mais documentos para sua história*. Salvador: Escolas Profissionais Salesianos, 1989; ANSELMO, Otacílio. *Padre Cícero, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

¹⁴² Vide: FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, especialmente os capítulos 1, 2 e 4. pp. 3-78. Do mesmo autor vide ainda: *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1977.

intersecção de diversos campos e dos diversos *habitus*¹⁴³ neles implicados, sobretudo o campo intelectual (de inspiração científica) e o religioso, que se interagiram na construção da idéia de inferioridade das práticas religiosas e sociais dos “romeiros” de Juazeiro.

Examinemos o relatório do Monsenhor Alexandrino¹⁴⁴, vigário do Crato, incumbido pelo bispo do Ceará de tornar públicas, em visita ao Juazeiro, as deliberações da Sagrada Congregação e o conteúdo da 2ª Carta Pastoral daquele. Alexandrino inicia o relato dizendo que, desde os preparativos para a viagem, “*chegavam a cada momento ameaças de toda sorte se eu tivesse a audácia de ler a referida Pastoral*”. Segue dizendo da sua firmeza para cumprir o que lhe havia sido delegado (ele também deveria transferir a beata Maria de Araújo para o Crato), assim como das dificuldades e do temor que sentiu: “*verberei com toda indignação os embustes d’ali, os sacrilégios, profanações e irreverências ao SS. Sacramento em termos claros declarei que tudo no Juaseiro era embuste*”. Na casa da beata, para onde Alexandrino foi convidado a ir pelos irmãos da mesma a fim de se convencer da impossibilidade de transferi-la para o Crato, o Monsenhor encontrou: “*a casa repleta de mulheres, talvez umas duzentas, e no terreiro e imediações... quinhentos e tantos homens entre os quais alguns armados*”. Ali encontrou, assim, forte resistência para cumprir as obrigações de que foi incumbido. Saiu de lá “*desapontado para Crato por causa da vaia que deram*” e em profundo desassossego de espírito. Quanto a Juazeiro, diz o relato, “*d’então para cá – Juaseiro tem estado completamente conflagrado*”. Diz ainda que o povo de Juazeiro, “*não crê em papa, Bispo(...) o Padre Cícero para eles é tudo, esta turba ignara composta de criminosos e homens de todo jaez são capazes de tudo. Sou informado de que os comerciantes açulam contra mim romeiros e moradores novos no Juaseiro*”. Por fim sugere: “*parece uma medida necessária pôr interdito na Igreja do Juaseiro*”.

No Crato, como de resto em todo o Ceará, veiculavam-se as notícias sobre as visões e êxtases das beatas, que corriam pelas ruas segurando crucifixos que sangravam!

¹⁴³ Pierre Bourdieu pensa os *habitus* como os condicionamentos culturais, ou seja, um conjunto de disposições duráveis, de estruturas que são interiorizadas nos indivíduos e nas instituições. Essa disposições organizam todas as formas de ações e de percepções, posto que se constituem em princípios ordenadores de práticas e representações que tendem a reproduzir as estruturas que as determinam. Não há, todavia, nessa noção uma lógica determinista, porquanto em Bourdieu, o conceito de *habitus* comporta a idéia de reinvenções, adaptações, que se dão dentro do “espaço de possíveis” de uma dada configuração social e cultural. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*

¹⁴⁴ Cf. DELLA CAVA, Ralph. *Op. cit.*, p. 75-76.

Fortalecia-se com essas notícias a idéia do embuste. Tratava-se de mulheres “*perigosas, maldizentes e intrigantes*”, nas palavras do relato de uma testemunha ocular. Juazeiro é apresentado nesse relato como lugar de superstição, “*cidadela do sectarismo e do fanatismo*”.¹⁴⁵

Quanto mais se propagavam os fatos extraordinários de Juazeiro, mais o povoado crescia demográfica e economicamente. Praticamente todos os dias Juazeiro recebia romeiros que vinham purgar-se de pecados cometidos, curar-se de males físicos, arrumar suas vidas segundo o aconselhamento do padre.

Para os cratenses aquele povoado tornou-se, a partir daquele fenômeno, não apenas uma “*cidadela de sectarismo e fanatismo*”, mas um ergástulo de forasteiros, miseráveis e delinquentes. Tratava-se de homens e mulheres cujas condutas eram completamente imprevisíveis e ameaçadores da ordem. Cavalcante Barros observa que o universo de seguidores do Padre Cícero era formado não somente de homens de bons costumes - embora famintos, perseguidos e pobres -, mas de criminosos foragidos, bandidos e cangaceiros legendários na história do banditismo e do cangaço no Nordeste.¹⁴⁶

Esses seguidores fizeram surgir na intelectualidade cratense, afeita ao modelo de estética social pautado nos cânones da civilização e do cientificismo, um imaginário do terror acerca do Juazeiro. Imaginário esse que foi alimentado através do púlpito pelos clérigos, através dos jornais pelos intelectuais leigos, e nas conversas informais pelos vários extratos da população.

Os habitantes de Juazeiro causavam medo nos cratenses, pelo que aqueles tinham de extemporâneo no seu comportamento religioso e amedrontador nas suas práticas sociais. Compreendia-se que a ordem pública das cidades da região estava ameaçada pela presença de malfeitores cujo histórico contemplava todos os tipos de crime contra a vida, a propriedade, a honra e os costumes.

Escrevendo suas memórias, Martins Filho assim descreve as lembranças do tempo em que residiu em Juazeiro, por volta de 1910-1911:

¹⁴⁵ Cf. SOBRINHO, Fausto. *Apontamentos sobre o fanatismo no Juazeiro* (relatório). APUD. DELLA CAVA, Ralph. *Op. cit.*, p. 118. O autor anota que esse relatório foi feito fundamentando-se numa visita feita ao Juazeiro entre outubro de 1902 e janeiro de 1903 e enviado, ao que tudo indica, ao Padre. Quintino Rodrigues, vigário do Crato.

¹⁴⁶ Cf. BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcante, *Op. cit.*, p. 270-271.

*“eu contava aproximadamente sete anos e me sentia um tanto apavorado naquela terra estranha e muito esquisita, onde iríamos conviver com beatos e cangaceiros, que se diziam afilhados da figura central da povoação – O Padre Cícero Romão Batista.”*¹⁴⁷

Mais à frente, lembra o progresso econômico e urbano que rapidamente adveio àquele povoado e diz:

*“Não obstante a nossa adaptação ao novo ambiente não foi nada fácil naquele povoado barulhento, cheio de fisionomias estranhas e agressivas, pessoas geralmente descalças e com rosários ensebados pendurados nos pescoços, também sujos e encardidos”*¹⁴⁸ (...) *“o pior, no entanto, eram aquelas cantigas lamuriantes, de uma tristeza que enervava, prolongadas, intercaladas com rezas e gemidos, que passei a ouvir, quase todas as noites... fui informado de que se tratava dos penitentes (...). Essa recordação apavorante nunca se apagou de minha memória, quando me detenho nos momentos mais atormentados de minha infância em Juazeiro”*.¹⁴⁹

São recordações muito ilustrativas do imaginário do terror. Evidentemente trata-se de um processo de recategorização, uma vez que o autor escreveu suas lembranças de criança e adolescente, em 1948, quando já tinha 44 anos. Todavia elas nos interessam por ser aquele intelectual um dos “especialistas da produção cultural” do Crato como “cidade da cultura”. O livro em apreço foi escrito num período em que os “especialistas” já tinham consciência da necessidade de *soerguer* o Crato.

Conforme já assinalamos, o clero cratense contribuiu para esse imaginário, como igualmente a imprensa e os boatos que passavam de boca em boca. O terror diante das práticas religiosas dos “romeiros” se explica, posto que se promovia a analogia daquelas práticas com as idéias e imagens apocalípticas que fazem parte do imaginário cristão. Há ainda que se considerar que o discurso ultramontano, enquanto reedição do discurso tridentino, serviu-se de uma prática de evangelização que a historiografia ocidental denominou “*pastoral do medo*”, referida à tradição missionária ocidental.¹⁵⁰

Mas não foram apenas as práticas religiosas que aterrorizaram os cratenses. Podemos observar que nesse imaginário do terror se misturam muitos elementos: primeiro, o medo que causavam as personagens religiosas e suas práticas, em tudo

¹⁴⁷ MARTINS FILHO, Antonio. *Memórias menoridade 1904-1925*. 3ª Edição. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 1992. p 34

¹⁴⁸ *Id. Ibid.*, p. 40

¹⁴⁹ *Id. Ibid.*, p. 46

¹⁵⁰ *Vide*: DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800. Uma cidade sitiada*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 471 p.; *vide* ainda: VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados. Op. cit.*

discrepantes das personagens e práticas consideradas “normais” no âmbito da religiosidade oficial; segundo, a estética do lugar: cheia de tipos humanos estranhos, repugnantes, sujos; terceiro, o medo da convivência com pessoas sobre as quais a previsibilidade da ordem estava garantida apenas e na medida em que o Padre Cícero intercedesse pessoalmente.¹⁵¹

Não é por acaso que, à época, a imprensa cratense insistisse tanto nas vantagens da ordem. Vejamos o tom com que a questão da ordem era apresentada:

*“Deve ser sempre a preocupação de todos os espíritos reflectidos e sensatos a manutenção da ordem. Esta é a pedra de toque em todas as aspirações grandiosas na vida culta dos povos, è o baluarte sobre que assenta a estabilidade das instituições civis e religiosas è incentivo e garantia para todas as empresas, grandes e promissoras, úteis ao interesse particular e publico e que tanto influem no andamento do progresso local.”*¹⁵²

A ordem poderia advir da disciplinarização das práticas religiosas e sociais dos “romeiros”, para o que o clero solicitava insistentemente o empenho do Padre Cícero, e até o punia por não atender algumas solicitações. Essas recaíam na questão do combate às romarias, aterrorizadoras pelo potencial de desordem que representavam, na questão das doações materiais feitas pelos romeiros (a Igreja do Crato, ao mesmo tempo que tentava desestimular essa prática, reivindicava o direito sobre as doações em poder do padre), na questão do uso de medalhas com insígnias do padre e de outros objetos e práticas simbólicas da veneração dos romeiros.¹⁵³

Coube ao clero cratense a tarefa ingente de combater as romarias e disciplinar as práticas religiosas de Juazeiro, em cumprimento às determinações emanadas de Roma ou do Bispado do Ceará. Monsenhor Antonio Alexandrino, Pe. Quintino, Pe. José Esmeraldo e outros mais se empenharam nessa tarefa e ainda na de desautorizar, à luz da Teologia, as idéias apregoadas, no bojo da crença nos milagres, da iminência do Juízo Final e da segunda Redenção.

As estratégias disciplinares adotadas pelo clero para coibir o movimento religioso foram as seguintes: transferência da beata Maria de Araújo para o Crato; suspensão das

¹⁵¹ Cf. OLIVEIRA, Amália Xavier de. *“Beatos e cangaceiros”*. Rio de Janeiro: Typographia Revista dos Tribunaes, 1920. p. 178. Essa autora, contemporânea do Padre Cícero e que privou da sua amizade, dá conta de que Padre Cícero ia pessoalmente dissolver os conflitos e os duelos entre os habitantes de Juazeiro.

¹⁵² Cf. Pompeu. *Jornal Correio do Cariry*, Crato, 16 de Outubro de 1904. p. 3

¹⁵³ Cf. SILVA, Antenor de Andrade. *Op. cit.*, p. 44 a 50 (correspondência entre Dom Quintino e o Padre Cícero).

ordens eclesiásticas do Padre Cícero; sua expulsão de Juazeiro; proferência de sermões com vistas a erradicar o problema; privação dos sacramentos aos romeiros que, por alguns anos, não puderam recebê-los na capela do povoado, que foi fechada; ameaças de excomunhões aos que cressem nos “fatos extraordinários” e os propagassem como milagre, até mesmo o Padre Cícero; nomeação de párocos da inteira confiança do Bispado do Ceará e, posteriormente, do Bispado do Crato, para ocupar o lugar de vigário em Juazeiro.

Devido à incumbência que teve o clero do Crato na questão religiosa, uma vez que o bispado do Crato foi criado em pleno calor dos acontecimentos, a cidade passou a ser identificada pelos juazeirenses como grande responsável pelos reveses sofridos pelo Padre Cícero e seus seguidores, indispondo a partir daí os seguidores do Padre ao Crato.

É bem verdade que algumas figuras do clero e mesmo da intelectualidade leiga cratenses foram incisivas no ataque ao movimento do Juazeiro, vendo-o como o resultado da ação do Padre Cícero, cujas atitudes demonstrariam um comportamento psicótico, megalomaniaco, ambicioso por riqueza e poder. Talvez o mais célebre propositor dessa perspectiva é o livro *Falta um defensor para o Padre Cícero*, do Padre Antonio Feitosa.¹⁵⁴

Embora o autor anuncie a sua intenção de ficar equidistante das posições assumidas pelos acusadores e pelos defensores do Padre Cícero, seu livro é, na verdade, um libelo contra o Padre Cícero, ou antes, contra aqueles que escreveram com a intenção de defendê-lo das acusações que lhe foram impingidas. Padre Feitosa fez um exaustivo estudo dos textos sobre o Padre Cícero e desconstruiu os argumentos a favor, lançados pela historiografia e pelos biógrafos do Padre.

O Padre Feitosa tece seus argumentos com base em pressupostos da Teologia, do Direito Canônico, da Psicologia, e ainda em argumentos construídos da confrontação de dados etnográficos coletados em fontes primárias, jornalísticas e na própria historiografia. É sintomático que tenha dedicado seu livro a Dom Joaquim José Vieira, “o pioneiro, no Ceará, da ação e doutrinação contra o fanatismo”, e a Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, “que soube ser prudente e intrépido na época em que o fanatismo se mostrou mais perigoso e ameaçador”¹⁵⁵. Lembramos: Dom Joaquim era

¹⁵⁴ Vide FEITOSA, Pe. Antonio. *Falta um defensor para o Padre Cícero*. São Paulo: Edições Loyola, 1983. 310 p.

¹⁵⁵ Cf. *Id. ibid.*, página de dedicatória.

bispo do Ceará quando eclodiu a questão religiosa em torno do Padre Cícero, e Dom Quintino foi o primeiro bispo da Diocese do Crato, criada em 1914, em plena vigência da questão religiosa.

Alguns, porém, foram ambíguos em relação ao Padre Cícero. Viram-no como uma pessoa “enganada” ou ingênua, diante das diatribes de José Marrocos, mas não deixaram de imputar-lhe responsabilidade nesse ou naquele momento do movimento de Juazeiro. É o caso, por exemplo, do Padre Antonio Gomes, que interpreta a questão religiosa do Juazeiro como um embuste, cuja concepção intelectual e técnica seria da autoria de José Marrocos. Todavia, no mesmo livro, o Padre Gomes imputa ao Padre Cícero a responsabilidade pela sedição de Juazeiro, em 1914.¹⁵⁶

Contornando um pouco a questão dos “fatos extraordinários” e discutindo a sedição de 1914, a perspectiva de que o Padre Cícero foi usado é ainda adotada por Irineu Pinheiro. Para aquele médico e historiador cratense (que aliás foi médico do Padre Cícero), o Padre foi envolvido nas estratégias políticas bem articuladas de Floro Bartolomeu da Costa.¹⁵⁷ É essa também a perspectiva de Nertan Macêdo¹⁵⁸

Nunca houve, de parte dos “especialistas da produção cultural” do Crato, um consenso em relação ao Padre Cícero. O consenso residiu em torno das imagens acerca dos seguidores do padre, que permitem a identificação entre romeiros e fanáticos.

Retomemos a questão do imaginário do terror no Crato, que ganhou força nos anos de 1909 a 1911, por ocasião da luta política travada entre o Crato e Juazeiro diante da questão da reivindicação da autonomia política de Juazeiro. Reconstruímos, embora sucintamente, a trama desse movimento¹⁵⁹, posto que foi ele muito decisivo para a instauração de uma rivalidade entre o Crato e Juazeiro, rivalidade que, conforme já afirmamos anteriormente, atravessou todo o século XX, arrefecendo-se apenas nas duas últimas décadas.

¹⁵⁶ Vide ARAÚJO, Pe. Antonio Gomes de. *Op. cit.*

¹⁵⁷ Vide PINHEIRO, Irineu. *O Juazeiro do padre Cícero e a revolução de 1914*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1938.

¹⁵⁸ Vide: MACÊDO, Nertan. *Floro Bartholomeu: o caudilho dos beatos e cangaceiros*. Rio de Janeiro: Agência Jornalística Image, 1970.

¹⁵⁹ Para a reconstrução do movimento nos balizamos principalmente na leitura das seguintes obras: DELLA CAVA, Ralph, *op. cit.*, principalmente os capítulos 5, 6 e 7, respectivamente: “Da religião à política”, “Padre Cícero ingressa na política”, “Joazeiro pede autonomia”. pp.117-174; BARROS, Luitgarde Cavalcante Oliveira, *op. cit.*, especialmente a parte 2: “A questão religiosa e a sedição do Juazeiro”, pp.189-310, do capítulo II: “A religião como concepção de mundo”; PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*, pp. 176-180. Baseamo-nos ainda na leitura das obras citadas nas notas acima indicadas e em algumas edições dos jornais *O Rebate* e *o Correio do Cariry*.

A luta política em torno da questão foi articulada em Juazeiro pelo Dr. Floro Bartolomeu da Costa e o Padre Joaquim de Alencar Peixoto. Na defesa dos interesses da manutenção do Juazeiro como distrito do Crato, ficou toda a elite política e intelectual que, particularmente nessa questão, teve os seus pontos de vista representados na figura do “oligarca mirim” do Cariri, o prefeito Antonio Luiz Alves Pequeno, também apelidado de o “grande eleitor” do Vale. O jornalista político, José Alves de Figueiredo, resumia os temores e aspirações dos cratenses na questão.

Aquela luta teve como principal estratégia o discurso de dois jornais que sustentaram uma acirrada polêmica em torno da questão da emancipação política de Juazeiro: o jornal *O Rebate*, editado em Juazeiro e dirigido pelo Padre Joaquim de Alencar Peixoto com a colaboração do Dr. Floro, cujas provocações aos cratenses eram revidadas pelo Jornal *Correio do Cariry*, dirigido por José Alves de Figueiredo e pelo Dr. Raul de Sousa Carvalho. Não raro, a polêmica entre os dois jornais anunciavam a invasão do Crato pelos “romeiros”, e a invasão de Juazeiro pela polícia, a fim de “bater o fanatismo”.

Enquanto os chefes políticos do Crato, através do seu representante, o Coronel Antonio Luiz, pedia reforços policiais para o combate ao cangaço e ao fanatismo de Juazeiro, este se insurgia contra o Crato, através de greve de trabalhadores domésticos juazeirense que prestavam serviço aos cratenses e através de boicote à economia cratense como um todo, negando-se os juazeirenses a negociar na feira semanal ou fazer compras no comércio do Crato. Também se espalhou a notícia de que o Juazeiro suspenderia o pagamento dos impostos relativos ao ano de 1911.

O imaginário do terror foi fartamente manipulado pela elite política cratense em busca de legitimidade nas suas pretensões de manter o Juazeiro na dependência administrativa do Crato. Foi justamente a partir dessa luta política que se originou a rixa entre Crato e Juazeiro, conforme já afirmamos anteriormente. É verdade que a questão religiosa já havia indisposto os juazeirenses ao clero cratense, identificado como perseguidor do Padre Cícero. Aquela questão criou o pano de fundo para a posterior migração desse olhar de suspeita para o campo da política. O movimento político pela autonomia de Juazeiro, todavia, deu àquela indisposição os foros de rixa, estendida agora a todos os cratenses.

O movimento em prol da autonomia política de Juazeiro tentou obtê-la através da negociação entre o Padre Cícero e o Coronel Antonio Luís Alves Pequeno, então prefeito do Crato. Esgotadas as possibilidades de negociação, diante da relutância do Coronel Antonio Luiz em ceder aos apelos de Juazeiro, os propugnadores da autonomia de Juazeiro radicalizaram o movimento a partir de 1910. A radicalização foi deflagrada, segundo Ralph Della Cava¹⁶⁰, diante da notícia de que havia chegado ao Crato, por solicitação do Coronel Antonio Luiz, um batalhão da polícia do Estado, para “bater o Juazeiro”.

Os argumentos em favor da autonomia de Juazeiro baseavam-se no crescimento demográfico e econômico daquele lugar e nas rendas tributárias:

“É quase uma lenda referir-se ao progresso espantoso por que tem passado esta terra, que, como avalanche imensa, tende cada dia, a pouco e pouco, a suplantar lugares que se lhe antepõem cronologicamente (...) Por que conservar ainda o Juaseiro, quase duas vezes maior do que a cidade do crato, que é considerada a primeira nestes sertões tórridos de 4 ou cinco estados vizinhos, dando ao fisco um rendimento superior ao desta, na sombra do desprezo com alcunha de povoação? Triste antagonismo da sorte! (...) É porque o Crato é o polvo que vai haurindo a seiva do Joaseiro”.¹⁶¹

Como estratégia de buscar apoio dos juazeirenses para a causa, os editores de *O Rebate* instigaram ainda o orgulho e a auto-estima da população que vinha sendo ferida em sua auto-estima pelos cratenses. Essa idéia encontrou respaldo quando da Visita Pastoral do bispo interino, D. Manuel Antônio de Oliveira Lopes, em Setembro de 1909. Naquele momento, o orador da cerimônia, o Padre Antonio Tabosa Braga, teria iniciado o seu sermão fazendo uma provocante diferenciação às duas cidades: *“Povo nobre e altivo do Crato, peço permissão para fallar sobre o povo immundo do Joazeiro, que vive guiado por Satanaz”*.¹⁶²

Em carta de agradecimento pela acolhida dos cratenses à sua visita, Dom Manuel, teceu longo agradecimento pelas *“pompas”*, *“afetuosidade”*, *“fidalguia”* e *“delicadeza”* com que foi recebido pelo *“grande povo”* que é o do Crato¹⁶³. Registre-se as anotações feitas pelo Dr. Irineu Pinheiro acerca da recepção, no Crato, ao Sr. Bispo:

¹⁶⁰ Cf. DELLA CAVA, Ralph. *Op. cit.*, p. 160-161

¹⁶¹ Flávio Gouveia. “Joaseiro”. *Jornal O Rebate*. Juazeiro, 29 de Maio de 1910. Flávio Gouveia era um dos pseudônimos adotados por Floro Bartolomeu. APUD DELLA CAVA, *op. cit.*, p. 161

¹⁶² Cf. BARTHOLOMEU, Floro. *Joazeiro e o Padre Cícero*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p. 57 APUD: BARROS, Luitgarde Cavalcante Oliveira. *Op. cit.*, p. 264

¹⁶³ Cf. PINHEIRO, Irineu. *Op. cit.*, p. 178-180.

“Recebeu-o às portas da cidade uma comissão composta do coronel Antônio Luís Alves Pequeno, chefe político, dr. João Augusto Bezerra, médico, dr. Hermínio de Lima Botelho, juiz de direito, Júlio Alves Pequeno, Luís Teixeira de Alcântara e Antônio Belém Sobrinho, negociantes, ‘os quais trajando casaca, claque e luvas brancas, depois de apresentarem em nome do povo cratense as boas vindas interpretadas pelo dr. João Bezerra em breves palavras cheias de sentimento religioso, convidaram S.Excia. e comitiva para aceitarem as manifestações que o Crato lhes pretendia demonstrar’.”¹⁶⁴

Ora, aquele discurso era de longe o primeiro com esse teor, porém foi proferido num momento em que as tensões entre Crato e Juazeiro já tinham atingido um ponto muito alto e, sobretudo, num momento em que o Padre Cícero fazia uma inflexão em sua vida, passando a converter o seu prestígio como santo popular e conciliador das refregas entre coronéis em um capital político com o qual pretendia reverter as sanções que lhe foram impostas pela Igreja. Àquela época, também já estava instaurada a concorrência pela sede do bispado na região.

A partir de 1909, a discussão pró e contra a emancipação de Juazeiro, sustentada pelos jornais *O Rebate* e *Correio do Cariry*, passou a veicular o ataque virulento às pessoas envolvidas na questão:

“...o Joazeiro ainda permanece na ínfima categoria de aldeia: aí está o que irritaria mesmo os nervos de um infusório se ele os tivesse. E tudo é obra de uma política detestável, mesquinha, egoísta, toupeira (do Cel Antonio Luís que está) no último quartel de suas ambições desmedidas; política que vive a perseguir homens de bem, política que tem as suas raízes no orgulho e na presunção, que vive a explorar o trabalho de milhares de homens!!”¹⁶⁵

O *Correio do Cariry*, por sua vez, sustentava a tese de que Juazeiro iria por “água abaixo” sem a tutela do Crato. Adotou como estratégia a tentativa de dividir os habitantes do Juazeiro em naturais e adventistas, jogando uns contra os outros.

Os editores do *Correio do Cariry*, ciosos de sua superioridade jornalística e literária, ridicularizavam os editores de *O Rebate*, acusados de plágio em seus artigos: *“descobriram os do ‘Correio’ vários plágios do padre Peixoto e os publicaram, documentadamente, em seu jornal, numa coluna o plágio, em outra contígua o trecho plagiado, com o nome do autor e do título do livro”¹⁶⁶*. A observação é do Dr. Irineu Pinheiro, para quem, aliás, o Padre Peixoto foi, de certa forma, culpado pela

¹⁶⁴ *Id. ibid.*, p. 178

¹⁶⁵ Flávio Gouveia. Artigo citado.

¹⁶⁶ Cf. PINHEIRO, Irineu. *Op. cit.*, p. 176-177

animosidade alimentada pelos dois jornais durante o movimento político, visto que a: “*má orientação que imprimiu à campanha o padre Peixoto, homem sumamente atrabiliário, resultou acre polêmica entre o órgão juazeirense e o ‘Correio do Cariry’, do Crato.*”¹⁶⁷

Outra estratégia do periódico cratense foi incentivar os juazeirenses a descrerem na pureza de intenções do Padre Alencar Peixoto naquele movimento, apregoando a notícia de que ele pretendia ser o prefeito, caso o Juazeiro viesse a conseguir sua autonomia, surrupiando o cargo daquele que deveria ser seu ocupante natural, o Padre Cícero.

As refregas só tiveram fim numa reunião na cidade de Juazeiro, provocada por uma comissão liderada pelo Coronel Abdon da Franca Alencar, um dos chefes políticos do Crato, em fevereiro de 1911. Essa comissão negociou os termos da autonomia de Juazeiro com o Padre Cícero, Padre Alencar Peixoto e José André. O Coronel Antonio Luiz não esteve presente na reunião, mas acatou os termos do acordo, com alguns ajustes. Os termos foram os seguintes: 1) Juazeiro tornar-se-ia município autônomo com seus limites territoriais devendo ser fixados por Decreto da Assembléia Estadual do Ceará; 2) Juazeiro comprometia-se a pagar os impostos devidos ao Crato; 3) Os jornais *O Rebate* e o *Correio do Cariry* cessariam a briga.

Em 4 de Outubro de 1911 inaugurava-se o município de Juazeiro, tendo como primeiro prefeito o Padre Cícero. Naquela data, dentro das solenidades de comemoração, foi celebrado o famoso “Pacto dos Coronéis do Cariri”.¹⁶⁸

Pelo exposto, depreende-se mais uma vez que ao imaginário do terror acerca de Juazeiro somou-se nos cratenses uma rivalidade contra aquele povoado, agora elevado à condição político-administrativa de município autônomo. A despeito do temor, alimentado naquele movimento, não houve derramamento de sangue, mas nem por isso as representações sobre os juazeirenses deixaram de ser aterrorizadoras. Os interesses do Crato e de Juazeiro não mais se harmonizariam.

¹⁶⁷ *Id. Ibid.*, p. 176.

¹⁶⁸ *Id. Ibid.*, p. 180. Segundo esse autor ficou pactuado que os chefes políticos do sul do Estado extinguiriam a proteção aos criminosos, evitariam movimentos que perturbasse a ordem das cidades. O documento do pacto foi assinado por dezessete chefes políticos do sul do Estado do Ceará. Sobre o Pacto dos Coronéis do Cariri, *Vide* ainda: JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Coronelismo uma política de compromisso*. 7ª Edição. São Paulo: Brasiliense. Coleção Tudo é História nº 13, 1989. p. 73-78

A Sedição de Juazeiro, em 1913-1914, foi outro momento em que o imaginário do terror ganhou força no Crato, fortalecendo a rivalidade entre as duas cidades. A sedição foi organizada em Juazeiro contra o governo de Marcos Franco Rabelo.

O Padre Cícero foi um dos coronéis que deu sustentação eleitoral à oligarquia liderada, no Ceará, por Antonio Nogueira Aciolly, do Partido Republicano Conservador Cearense. Aquele oligarca, após vários anos no cargo de Presidente do Ceará, foi destituído do governo, no ímpeto das salvaçãoes do governo Hermes da Fonseca, substituindo-o o Coronel Marcos Franco Rabelo. Os exércitos de “romeiros” do Padre Cícero marcharam para Fortaleza e auxiliaram decisivamente para a deposição daquele governo, após o que foi restaurado o poder da oligarquia Aciolly no Ceará.¹⁶⁹

Importa-nos extrair desse movimento aquilo que ele teve de importante para fortalecer o terror e a rivalidade nos cratenses.

Sabendo-se do clima de inquietação que tomava conta de Juazeiro e da presença ali de um grande contingente de cangaceiros, que, de resto, eram presença comum em toda a região, o governo Rabelo enviou para o Crato uma tropa de duzentos soldados com o pretexto de dar cabo ao banditismo na região.

No Crato, havia se rompido a hegemonia do Partido Republicano Conservador Cearense, com a destituição do Coronel Antonio Luiz. Naquela ocasião, era prefeito o Coronel Francisco José de Brito, representante do facção rabelista. Por essa razão coube ao Crato, mais uma vez, sediar as forças contrárias aos interesses de Juazeiro, servindo de base às forças policiais contra a “romeirada rebelionada”. E a presença das forças policiais governistas no Crato foi determinante para fortalecer a rivalidade entre ambas as cidades.

Iniciada a sedição, em 8 de dezembro de 1913, quando o destacamento de polícia foi desarmado em Juazeiro pelas forças chefiadas por Floro Bartolomeu, cresceu, com o seu desenrolar, o clima de medo em toda a região. Nas cidades do Crato e Barbalha, nas quais o rabelismo havia se instaurado em seus governos, o clima de medo foi ainda maior. Crato foi o alvo inicial contra o qual as forças sediciosas de Juazeiro se insurgiram, no seu percurso para a tomada do governo em Fortaleza.

Nesse cenário de medo, logo se espalhou a notícia de que Juazeiro seria destruído pelas forças do governo apoiado pelo Crato. Sobre a questão assim diz Irineu Pinheiro:

¹⁶⁹ PINHEIRO, Irineu. *O Joazeiro do Padre Cícero e a revolução de 1914*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1938.

“Durante a luta contra Juazeiro, proclamaram, sempre, os rabelistas do Crato que a vila revoltada seria arrasada até os fundamentos a dinamite e a tiros de canhão. Com a tomada do Crato, foram encontradas bombas e cartuchos de dinamite, em grande quantidade (...). Quanto ao canhão, trazido ao Crato com aparato e reclamo, foi peça ridícula que nenhum dano causou aos romeiros em armas.”¹⁷⁰

Ao que parece, o medo invadiu também o Juazeiro, embora os seus exércitos fossem movidos pela fé a serviço de uma guerra santa, posto que agiam em defesa de Juazeiro e do Padre Cícero. Este último, em correspondência ao Presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca, solicita providências a bem da ordem constitucional:

“depois do bárbaro ataque a esta localidade pelas forças do coronel Franco Rabelo, têm-se repetido nos arredores diversos ataques a comboios de víveres e a pessoas que para aqui vêm bem como incêndios nas casas e sítios, resultando semelhantes atos vandalismo morticínio e ferimentos.”¹⁷¹

Para os cratenses, vândalos e assassinos eram, na verdade, os exércitos do Juazeiro, compostos de fanáticos e cangaceiros. Em 24 de janeiro de 1914, ocorreu a tomada do Crato pelas forças revolucionárias de Juazeiro. Embora o Padre Cícero tenha dado ordens aos guerrilheiros para que deixassem abertas as estradas do Seminário e do Lameiro, *“a fim de por elas se retirarem as famílias ou as pessoas que não quisessem lutar”*,¹⁷² aquele foi um dia inesquecível para os cratenses. A lembrança daquele dia e dos seguintes deu aos “especialistas da produção cultural” do Crato a certeza de que efetivamente os “fanáticos” do Padre Cícero eram capazes das mais abomináveis barbaridades.

Mas não foram somente os cratenses a serem tomados pela impressão de vandalismo das populações de Juazeiro. As representações acerca dos atos dos exércitos do Padre Cícero, feitas por intelectuais de Fortaleza, foram análogas àquelas feitas pelos cratenses. Diz Rodolfo Teófilo: *“era preciso estar de todo emperdernido pela prática de atos maus, para aprovar o vandalismo dos romeiros do padre Cícero, que desciam do sertão até a Capital do Estado, matando, roubando, incendiando”*¹⁷³.

¹⁷⁰ PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963. p. 511

¹⁷¹ *Id. ibid.*, p. 512

¹⁷² *Id. ibid.*, p. 191

¹⁷³ Cf. TEÓFILO, Rodolfo. *A sedição de Juazeiro*. Fortaleza: Ed. Terra do Sol, 1969, p. 33 APUD: FEITOSA, Pe. Antonio. *Op. cit.*, p. 101

Outro intelectual, Lourenço Filho, anotou sobre aquela sedição: “*a simples enumeração dos fatos confrange a alma de todo brasileiro culto*”¹⁷⁴.

Os cratenses decerto se lembrariam por muitos anos: “*dos assaltos a residências e casas comerciais, portas arrobadas a coice de armas e a golpes de machado*”, “*um séquito de furtos, depredações, saques*”, no dizer de José de Figueiredo. A cidade ficou deserta. Aquele “especialista” assim retrata a desolação da cidade:

*“Havia ruas habitadas por duas ou três famílias. A população se dispersara pelos sítios vizinhos e Estados de Pernambuco, Piauí e Paraíba. Concentrou-se o movimento citadino na tradicional roda da Farmácia Central (...) Nas ruas só se viam homens em traje de cangaço. Rifles, cartucheiras, punhal à cinta...”*¹⁷⁵

Ademais, devido aos furtos e às depredações praticadas quando da invasão do Crato pelos “romeiros rebelionados”, muitos comerciantes dessa cidade experimentaram uma crise econômica, inclusive registrando-se falências de algumas lojas. O mesmo fato ocorreu na cidade de Barbalha, igualmente invadida.

Dois anos depois da sedição, Dom Quintino ainda reclamava, em carta ao Padre Cícero, a intervenção desse no “*gravíssimo cortejo de mortes, saques, roubos, etc.*”¹⁷⁶, que foi a sedição de Juazeiro.

O fim da sedição contra o governo de Franco Rabelo não representou o fim da desconfiança dos cratenses em relação ao que acreditavam ser “natural dos romeiros”: a disposição para atos irrefletidos de fanatismo, barbárie e desordem. Essa imagem dos romeiros construiu-se de acordo com a lógica “darwinista social”, “evolucionista” e com os princípios eugenistas nos quais se orientavam os intelectuais, dada a sua formação nas faculdades do Recife, da Bahia e do Rio de Janeiro, onde imperavam essas lógicas, segundo Lilia Schwarcz¹⁷⁷.

O Cariri, e particularmente o Crato, viveu uma época conturbada. Sobre essa época assim se expressa Irineu Pinheiro:

“Ainda no govêrno de Setembrino, tal a insegurança de vida e de bens no sul cearense, após a rebelião, que o padre (Cícero) solicitou do interventor*

¹⁷⁴ LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*. 3ª Edição São Paulo: Melhoramentos, s/d, p. 177 *Apud*: FEITOSA, Pe. Antonio. *Op. cit.*, p. 100.

¹⁷⁵ Cf. FIGUEIREDO FILHO, José de. *Meu mundo é uma farmácia*. *Op. cit.*, pp. 47-48

¹⁷⁶ Cf. Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, *APUD*. MAIA, Pe. Helvídio Martins. *Pretensos milagres em Juazeiro*. p.102. *Apud*: FEITOSA, Pe. Antonio. *Op. cit.*, p. 101

¹⁷⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*

* O Coronel Fernando Setembrino de Carvalho, Inspetor da Quarta Região Militar (RJ) foi enviado em 1914, pelo Presidente Hermes da Fonseca, para pacificar o Ceará.

enviasse soldados que garantissem a ordem em toda a zona caririense. Tanto mais necessário contingentes policiais numerosos, ali, quanto por motivos políticos se ausentara de Juazeiro dr. Floro Bartolomeu da Costa, único homem capaz de, por sua energia pessoal, fazer respeitadas as autoridades pelos grupos armados, fatores principais do triunfo revolucionário. Sobredas razões teve o padre em pleitear policiamento eficaz e constante do Cariri, e a prova é que, em fins de 1914, por não ter sido ouvido, atacaram em pleno Juazeiro o delegado Quintino Feitosa, mataram-no à bala e mutilaram-lhe o cadáver, arrancando-lhe à faca o bigode, num supremo requinte de crueldade.”¹⁷⁸

Em que pese a obediência dos romeiros ao Padre Cícero, ou aos seus ensinamentos, pode-se inferir, pela nota acima, que o próprio Padre Cícero preocupou-se com a questão da ordem em Juazeiro.

As representações dos “especialistas da produção cultural” acerca da “romeirada” de Juazeiro foram ratificadas no movimento da sedição. A lembrança da barbárie de que, dizia-se, aquela gente era capaz indispos ainda mais os cratenses diante de uma comunidade organizada, por um beato seguidor do padre Cícero, em terras do município do Crato: a comunidade do Caldeirão.¹⁷⁹

Embora não tenha sido a impressão de todos, alguns daqueles “especialistas” elogiaram o Caldeirão, no que diz respeito à sua forma de organização do trabalho, produtividade e disciplina; e, nesse sentido, demonstraram uma certa simpatia para com ela, como foi o caso do farmacêutico e jornalista José Alves de Figueiredo. Mas acerca do Caldeirão, predominou a extensividade das representações que se fazia dos romeiros de Juazeiro.

Aquela comunidade foi liderada pelo beato José Lourenço, um dos muitos romeiros que acorreram ao Juazeiro do Padre Cícero e foram por ele enviados para trabalhar em terras do Cariri, pertencentes aos seus amigos ou a ele mesmo. Fugindo dos espaços físicos de dominação e aqui chegando, os sertanejos que passaram a viver sob a liderança do beato, seja no sítio Baixa Dantas, no Caldeirão ou na Mata dos Cavalos, negaram, na prática, o modelo de organização de trabalho e de poder que os excluía dos benefícios sociais.

¹⁷⁸ PINHEIRO, Irineu. *Op. cit.* p. 525.

¹⁷⁹ Sobre o Caldeirão, vide: MAIA, Veralúcia. *Caldeirão: Uma comunidade cristã de camponeses*. Dissertação de Mestrado em antropologia Social, apresentada na UFRN, 1987; RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Caldeirão um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades*. Fortaleza: EDUECE, 1991. 208p.

Nesse sentido, desenvolveram formas de convívio e solidariedade análogas ao catolicismo primitivo, principalmente no Caldeirão, propriedade do Padre Cícero no município do Crato, onde viveram durante dez anos e de onde foram expulsos após a sua morte.¹⁸⁰ Reorganizaram-se, em seguida, num lugar chamado Mata dos Cavalos, na Serra do Araripe, e lá novamente sofreram os reveses da estigmatização. Como no Caldeirão, e desta vez em escala de violência nunca antes vista na região, foram trucidados pelas forças do Estado, inclusive com bombardeio aéreo.

Durante todo o período em que a comunidade organizada pelo Beato José Lourenço viveu em terras do município do Crato, seus moradores foram desdenhados e temidos pelos cratenses. Já havia adquirido força, no discurso dos “especialistas da produção cultural”, a patologização de “fanáticos”. Por outro lado, o beato foi difamado como um pervertido sexual, além, é claro, de fanático e idólatra¹⁸¹, como os demais.

Dois editoriais do jornal *O Crato*¹⁸² dedicaram suas atenções ao Caldeirão. Por considerarmos que eles sintetizam o que discutimos acerca não só do imaginário do terror, mas ainda da afirmação da diferença entre Crato e Juazeiro, operada no bojo da construção do Crato como “cidade da cultura”, julgamos procedente anotar vários trechos daqueles editoriais. Vejamos o primeiro:

“O fanatismo religioso de Juazeiro, influenciando na psicologia do nosso povo, com grande contingente de sangue negro e indígena portador das taras fetichistas hereditárias, por isso mesmo propendente á credence, a praticas religiosas de ritos grotescos, creou varios tipos que se poderia catalogar entre o grande número de energúmenos que povoam os hospitais, doentes mentais isolados da sociedade como perigosos ou prejudiciais a coletividade. Muitos destes vesanios desapareceram, ceifados pela morte ou fugindo á lua da civilização que os expulsou como corpos estranhos inadataveis e maleficos. Do numeroso grupo de nevropatas que infestavam as ruas de Juazeiro e as adjacencias da casa do Pe. Cícero subiste ainda(...) a figura exótica do beato José Lourenço. É que este velho fanático bronco, servil e analfabeto possuía, ou possui, contrastando com a inércia e a madraçaria dos seus emulos, uma

¹⁸⁰ A experiência social vivenciada pelo Beato e seus seguidores durou de 1890 a 1937. Primeiro no Sítio Baixa Dantas, de 1890 a 1926, depois no Caldeirão, de 1926-1936, e por último na Mata dos Cavalos, de 1936-1937. A historiografia denominou essa experiência de “comunidade do Caldeirão”, ou simplesmente “O Caldeirão”.

¹⁸¹ Dizia-se que José Lourenço e seus seguidores adoravam um boi que o beato havia ganhado do Padre Cícero, enfeitavam os chifres com laços de fita e apelidavam-no de “boi mansinho”.

¹⁸² O editor-chefe desse jornal (1ª fase: de 1935 a 1939) era o Sr. Alexandre Arraes de Alencar e seus diretores eram Antonio Pinheiro Filho e Joaquim Pinheiro Filho. Cf. NASCIMENTO, F. S. *Op. cit.*, p. 136.

qualidade rara nos degenerados ou deprimidos mentais. Foi sempre um homem trabalhador.”¹⁸³

Veja-se, na transcrição acima, que o editorialista invenctiva uma explicação biológica para o fanatismo a partir da leitura científicista do corpo do fanático: o fanatismo só influencia o nosso povo devido às taras fetichistas herdadas de negros e índios, ao que parece, matrizes raciais dos fanáticos, que em outras fontes são fartamente denominados de “cabras”, palavra que, no Nordeste, significa a impureza racial, resultante da miscigenação¹⁸⁴. O fanático foi visto como indivíduo biologicamente predisposto à loucura, ao crime, inadaptável e maléfico à civilização, deprimido, degenerado.

Há, nesse discurso, uma lógica claramente ambígua. A herança racial invocada é inspirada no darwinismo social, mas o fanático é também *analfabeto* e o beato é trabalhador. Portanto, a anomalia psicológica do fanático não seria irrecuperável. A explicação salta para a lógica do evolucionismo social.

As idéias do eugenismo, todavia, atravessam as duas lógicas: os fanáticos são irrecuperáveis porque portadores de taras hereditárias; são recuperáveis, porque frutos de uma sociedade que não os alfabetizou. Numa e noutra lógica, a figura do fanático *desaparece à luz da civilização*, uma vez que ele é estranho, inadaptável e maléfico a ela.

À imagem do fanatismo como uma patologia associou-se a idéia de que ele é também um fenômeno social:

*“Julgamos, que estas excrescencias sociais,(...) são mais da responsabilidade dos governos e do nosso defeituosíssimo sistema educacional, do que dos inconscientes proselitistas de crenças exóticas e dos amigos do tabuco”.*¹⁸⁵

O editorial segue demonstrando, paradoxalmente, com admiração, o resultado do trabalho desenvolvido pelo beato e seus seguidores, assim como a comunhão existente na produção e na partilha de seus resultados, no sítio Caldeirão. Diz ainda da índole

¹⁸³ Cf. “Origem do fanatismo de caldeirão, sua psicologia. O Beato Zélourenço”. Jornal *O Crato*. Crato, 9 de Julho de 1936. p. 2 (grifos nossos)

¹⁸⁴ Vide SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.* Essa autora dá conta de que a miscigenação se constituiu uma questão para o saber médico e mesmo para o saber jurídico no Brasil (1870-1930), posto que, dentro da lógica social-darwinista, acreditava-se ser previsível os limites e as possibilidades dos indivíduos de raças puras. Já os indivíduos resultantes da miscigenação seriam um “obstáculo à perfectibilidade biológica”, portanto uma questão a ser resolvida pela medicina eugênica, segundo as teorias em voga na faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Cf. principalmente os capítulos 5 e 6. pp. 141-238

¹⁸⁵ Cf. *Art. cit.* p. 2

pacífica do beato, que “nem na revolução de 1914 deu mostras de tendências para o crime”. Todavia demonstra a inquietação com a presença daqueles “fanáticos”, por acreditar tratarem-se de *degenerados ou deprimidos mentais*, de incivis, portanto de pessoas das quais não se podia ter a previsibilidade das ações. Por isso, o editorial lança o aviso:

*“Caldeirão bem se poderia chamar uma celula autonoma dentro do municipio. (...) Não pagam impostos, não rendem obediencia a qualquer autoridade, eclesiastica ou civil. O proprio Serviço de Febre Amarela não poude ingressar naquele feudo. É uma organização autonoma, se bem que, por enquanto inoperante, mas talvez, de futuro, em atividade perigosa. Foi assim que se improvisaram todos os núcleos de fanatismo (...) de pacíficos (...) se transformaram em perigosos focos de rebeldia.”*¹⁸⁶

Vejamos no segundo editorial, editado na semana seguinte, as deligências feitas, por forças policiais no Mata dos Cavalos, onde a comunidade tentava se refazer, após sua expulsão do Sítio Caldeirão:

*“Durante a semana que passou a cidade esteve presa de constantes sobressaltos e tragicas emoções. É que, como previramos, e publicamos em varias dições, entrara em ebulição o vulcão social organizado há tempos em torno do beato Zélourenço. (...). Sempre indicámos aquele ajuntamento de fanaticos da mais baixa ralé, escoria e residuo remanecente das crendices de Joazeiro, alimentadas pelo misticismo morbido do Pe. Cicero, como um grande perigo pairando sobre nós como monstruosa espada de Damocles.”*¹⁸⁷

Este editorial constrói uma explicação para a destruição da comunidade: um plano de ataque ao Crato liderado por um dos seus membros e a delação de um companheiro. O ataque objetivaria arranjar armamentos com que pretendiam retomar o sítio Caldeirão, cuja propriedade coube aos Salesianos, por testamento do seu proprietário, o Padre Cícero.

Em seguida retrata aquilo que seria a marca da barbárie nos corpos das “vítimas”- os policiais - que tiveram “*seus crânios quebrados a cacete e foice*”. Já os corpos das pessoas do “*bando*” não inspiraram, incrivelmente, nenhuma imagem da barbárie que, sabe-se hoje, foram praticadas pelos policiais. Mas apenas a imagem confirmadora da lógica social-darwinista: “*Os corpos de três elementos do bando,*

¹⁸⁶ Cf. *Art. cit.* p. 2

¹⁸⁷ Cf. “Os funestos acontecimentos da Serra do Araripe”. *Jornal O Crato*. Crato, 15 de maio de 1937. p. 1. Este artigo ocupa metade de cada uma das páginas 1 e 2 daquela edição.

apresentavam aspecto desolador. Eram uns pobres homens alquebrados, magros e esqualidos (...) miserables criaturas, ralé mais ínfima de uma raça de parias.”¹⁸⁸

Na tentativa de “limpar” o Juazeiro do fanatismo e do banditismo, o Dr. Floro, que era apelidado na Câmara de “o deputado dos fanáticos”, prendeu o beato José Lourenço. Mandou ainda abater o boi “Mansinho” em praça pública, forçando o beato a comer da carne do boi.

A prisão de José Lourenço e o abatimento do boi “Mansinho”, fez parte de um projeto eugenista levado à efeito em Juazeiro pelo Dr. Floro. Sobre esse assim se reporta José de Figueiredo Filho:

“Houve época em que o dr. Flóro Bartolomeu, (...) empreendeu uma série de remodelações para dotar o Joazeiro com feições mais civilizada. O esforço foi titânico para transformar o aglomerado de broncos matutos numa cidade de aspéto moderno. Tornou-se verdadeiro déspota. Não quis unicamente mudar a face material da Méca do fanatismo, como empreendeu tarefa mais audaz. Aquele meio heterogeneo estava contaminado da escoria dos sertões de todo o Nordeste. Qualquer criminoso perseguido das diversas policias, homiziava-se naquele recanto onde as precatorias não tinham o minimo valor. Com a desmoralização do governo cearense em 1914, Joazeiro tornou-se celula autonoma. Nenhuma autoridade estadual possuia a força bastante para desrespeitar os mandões joazeirenses, durando este estado de coisas até a vitoria final dos revolucionarios de 1930. O Flóro, eleito deputado federal, quis demonstrar à imprensa e aos seus colegas da Camara, que a terra que o elegera seria capaz de assimilar a civilização. Empreendeu a luta árdua contra a malta de ladrões e assassinos (...) implantou naquele municipio a pena de morte, fôra de toda a legislação brasileira.. Durante a febre de renovação dos costumes (...), por qualquer delito de roubo, mandava fuzilar um desgraçado e contam-se dezenas e dezenas desses casos. Denuncias mal fundamentadas levavam um pobre homem à execução sumária. (...) sem admitir apelos, o Dr. Floro decidia a sorte de qualquer miseravel sertanejo, conduzido à sua presença pelos guardas locais. Os fuzilamentos se davam em certo trecho da estrada carroçavel que se dirige ao Crato.”¹⁸⁹

Esses crimes, que ficaram conhecidos por “os crimes da rodagem”, são ainda hoje muito decantados na memória dos caririenses idosos.

Dr. Floro foi formado na Faculdade de Medicina da Bahia. Daí poder-se inferir que o seu afã de moralização e “limpeza” da cidade, amputando as suas partes irrecuperáveis e tentando controlar o fanatismo, foi movido por um ideal eugenista, também presente na formação de muitos intelectuais cratenses. Segundo as premissas do

¹⁸⁸ Cf. *Art. cit.* p. 2

¹⁸⁹ FIGUEIREDO FILHO, José de. *Renovação. Romance de aspectos sociais do Nordeste brasileiro. Op. cit.*, pp. 27-28

projeto médico-eugênico, noções como “depuração”, “perfectibilidade”, “higienização”, “amputação”, “prevenção”, “saneamento”, constituíam estratégias necessárias para se ter uma população ordeira, inteligente, saudável e laboriosa e, por conseguinte, uma sociedade na qual a ordem e o progresso estavam salvaguardados.

Nesse sentido, faz-se mister examinar o que diz Lilia Schwarcz a respeito da orientação dos médicos formados na Faculdade de Medicina da Bahia:

“enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater as ‘doenças’, para os profissionais baianos era o ‘doente’, a população doente que estava em questão. Era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade, ou, nos anos 20, se promoviam ‘programas eugênicos de depuração.’”¹⁹⁰

Ora, os fanáticos eram vistos como “portadores de taras hereditárias”, “cabras”, *tendiam a desaparecer à lua da civilização*, alguns eram recuperáveis, outros não. A civilização que se irradiava do Crato poderia recuperá-los, promovendo a depuração das práticas religiosas condenáveis pelo catolicismo romanizado, fazendo-os tementes a Deus e não ao Padre Cícero. Nesse desiderato poderiam conjugar-se os saberes jurídicos, médicos e sobretudo religioso, de que muitos intelectuais cratenses eram portadores.

Mas a civilização poderia enxergá-los como irrecuperáveis, mormente quando aquela que se acreditava ser a face criminoso dos fanáticos amedrontava e ameaçava a ordem constituída.

A destruição da comunidade liderada pelo beato José Lourenço não dissipou o espectro do fanatismo da mente dos “especialistas da produção cultural”, pelo contrário. O cargo de vigário de Juazeiro era tarefa para poucos. É que a Diocese do Crato deu continuidade à política do Bispado do Ceará no sentido de coibir o fanatismo em Juazeiro.

Aquela diocese teve na pessoa do Monsenhor Juviano Barreto um arrazoado colaborador no combate ao fanatismo em torno da figura do Padre Cícero. Juviano foi designado cúria da freguesia de Juazeiro no ano de 1935 e permaneceu como tal até 5 de Janeiro de 1950. Nesse dia, foi assassinado por um “fanático”, em meio a uma cerimônia de bênção da pedra fundamental do Santuário de São Francisco, na presença de Dom Francisco de Assis Pires, então bispo da Diocese do Crato. Juviano era “o

¹⁹⁰ SCHWARTZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p. 190

*padre de mais projeção da Diocese*¹⁹¹, segundo o Monsenhor Montenegro, o que confirma a nossa assertiva de que a nomeação para vigário de Juazeiro era tarefa da qual o bispo se cercava de extremo cuidado. Lamentando o assassinato, diz o Padre Rocha:

*“aquele rebanho sempre necessitou de um guia experimentado (...) Certo é que, impotentes para arrefecerem o zêlo do digno ministro do altar... houve quem lhe votasse sistemática oposição, apontando-o como inimigo dos romeiros e do Juazeiro. Boletins difamatório, propaganda derrotista, tudo preparou satanicamente um ambiente psicológico propício ao inominável crime. (...) O seu martírio foi preparado... por quantos lobos vorazes exploram a boa fé da gente simples da vizinha cidade.”*¹⁹²

Percebe-se que, nas representações do Padre Rocha, os romeiros são boa gente, mas manipuláveis pela má fé de outros juazeirenses, a quem não denomina romeiros. Percebe-se ainda o indicativo de uma luta entre as autoridades eclesiásticas da Diocese do Crato, os padres, e os “lobos vorazes” que exploram (talvez para fins políticos ou econômicos) a fé dos romeiros.

Noutras notas sobre o assassinato do Monsenhor Juvianiano, há uma continuidade do discurso de identificação dos romeiros com criminalidade e fanatismo, o monsenhor foi morto pela: *“sanha de bandidos e fanáticos ... foi uma vítima do dever ...quinze anos de sofrimentos, de lutas sem trégua contra o avanço do mal que ali medra e se propaga com incrível rapidez.”*¹⁹³

Já o jornalista e “especialista” Gomes de Matos contrapõe os fanáticos à ortodoxia da Igreja: *“morrendo no meio da luta este que não transigia com o fanatismo (...) porque queria reerguer em Juazeiro do Norte o altar do verdadeiro Deus.”*¹⁹⁴

O assassinato do Monsenhor Juvianiano pode ser considerado o último ato da luta aberta que travou a Diocese do Crato contra o que foi designado de fanatismo de Juazeiro do Norte.

Enquanto os adeptos do Padre Cícero constituíram elemento de terror, cabendo ao clero disciplinar suas condutas religiosas, no plano secular, a disciplinarização do tecido social de Juazeiro era tarefa para a polícia e para a própria sociedade. É bem verdade

¹⁹¹ Cf. MONTENEGRO, Padre Francisco Holanda. *Os quatro luzeiros da diocese*. Crato: [s.n.], 1999. p. 79

¹⁹² Cf. Padre Rocha. “Alfinetadas: Monsenhor Juvianiano Barreto”. *Jornal A Ação*. Crato, 15 de janeiro de 1950. p. 1

¹⁹³ Cf. “Crônica: “Hecatombe de Juazeiro do Norte – Martir do Dever”. *Jornal A Ação*. Crato, 12 de fevereiro de 1950.

¹⁹⁴ Cf. Celso Gomes de Matos: “Retalhos do Passado”. *Jornal A Ação*. Crato, 12 de fevereiro de 1950.

que, em alguns momentos, membros do clero chegaram a cogitar a necessidade de uma intervenção policial em Juazeiro, como foi o caso do Padre Alexandrino, no decorrer do aparecimento dos “fatos extraordinários”. No caso do Caldeirão, as práticas religiosas dos romeiros acabaram sendo mesmo um caso de polícia, posto que a civilização não prescinde do monopólio da violência.

Em toda a primeira metade desse século, a imprensa cratense deu visibilidade a preocupação dos intelectuais cratenses com relação ao Juazeiro. Regozijavam-se ante os prenúncios de que o Juazeiro caminharia para, a exemplo do Crato, implementar instituições identificadas como bens culturais da civilização. Ao saber, por exemplo, da intenção do Padre Cícero de fundar um museu em Juazeiro, diz o *Gazeta do Cariry*:

*“O padre Cícero vae aproveitar a ideia que há muito nutre o Tenente Dr. José Pinheiro (cratense): a de fundar um museu no Cariry, onde fiquem colleccionados todos os mineraes dos sertões nortistas para estudos phostumos dos entendidos do assumpto. É este um surto progressista no vasto campo das sciencias mineralógicas sobretudo, em uma terra onde existe tanta apathia, mergulhada nas tevas da ignorância(...) Em vista da ascendencia que o Pe. Cicero exerce sobre grande número de sertanejos attendendo as suas vastas relações não duvidamos do desenvolvimento rápido, que vae naturalmente ter a util instituição”*¹⁹⁵

Mas a preocupação com a “barbárie”, que se dizia, “campeava em Juazeiro”, parece ter sido a tônica. Nesse sentido, a imprensa cratense solicitava insistentemente às autoridades policiais o cuidado com a ordem naquele lugar, principalmente nos dias da feira, dias em que os homens de “peixeira na cintura” e “aguardente na cabeça” entregam-se à brigas por pouco mais que nada.¹⁹⁶

Todavia para os cratenses até a polícia de Juazeiro às vezes parecia bárbara: *“repetem-se na cadeia de Juazeiro as cenas deshumanas de lampião. Presos tem suas faces marcadas com fundas feridas”*¹⁹⁷. Os redatores chamam a atenção do Delegado *“a fim de que não se repita esse terrível martírio aos pobres, indefesos e infelizes prisioneiros da Cadeia de Juazeiro”*.¹⁹⁸

¹⁹⁵ Cf. “Juazeiro vae ter um Muzeu”, in: *Jornal Gazeta do Cariry*. Crato, 2 de Agosto de 1917, nº 43, ano II, p. 4.

¹⁹⁶ Cf. por exemplo *Jornal Correio do Cariry*, Crato, 31 de dezembro de 1905, p. 3. Ou, por exemplo: *Jornal do Cariri*. Juazeiro do Norte, 8 de Outubro de 1950 p. 2. O redator deste último era um cratense (Aderson Borges).

¹⁹⁷ Cf. “Notícias”. *Jornal Gazeta do Cariry*. Crato, 15 de Abril de 1933. p. 1

¹⁹⁸ *Id. ibid.* p. 1

Essas notas demonstram o caráter pedagógico de intelectuais cratenses no que diz respeito ao desejo de ensinar normas de civilidade aos juazeirenses. O aprendizado dessas normas parecia ser também uma preocupação da imprensa de Juazeiro:

“Com o maior desprazer a nossa reportagem se vê obrigada a registrar a anarquia na única casa de diversões da cidade. Não é a garotada que assim procede; são os meninos talvez filhos dos senhores da elite. Não são as crianças que atiram pontas de cigarro de encontro a tela, porém elas partem da platéia onde se sentam os que deviam ser mais educados; pois, isto observado pelo forasteiro, é uma nota desafinadíssima para os filhos da terra. A nossa reportagem colheu de viso, a falta de compostura de alguns indiscretos que fazem isto por gauchada talvez. Seria de acerto, que houvesse mais respeito, mais mostra de educação, a fim de não ecoar lá fora tão desagradável nota. Quanto à algazarra esenfreada da petizada, os pais poderiam muito bem cortar, ensinando a seus filhos algo de civilidade, e o modo como se devem conduzir no cinema. (...) Juazeiro já tem cultura e seus filhos almejam seu desenvolvimento em todos o pontos de vista. Vamos acabar com isto de uma vez para evitarmos a censura dos que nos visitam.”¹⁹⁹.

Por vezes a imprensa cratense abandonava o estilo elegante e austero nas críticas feitas ao Juazeiro, substituindo por um estilo jocoso e irônico. Vejamos um exemplo: “O prefeito de Juazeiro revogando a lei de Deus santifica a segunda-feira”. A matéria se refere a um decreto do poder executivo municipal que transfere a feira de Juazeiro, do sábado para o domingo, considerando-se a segunda-feira como dia de repouso. “É o único em todos os recantos do planeta”, considera a matéria aproveitando-se para fazer provocações. Diz ainda que “naquela cidade o prefeito ameaça de prisão o Dr. Juiz Municipal”.²⁰⁰

Pode-se concluir que foram as imagens acerca do fanatismo, elaboradas pela lógica científicista imperante, paradoxalmente apropriadas pela Igreja do Ceará (Dioceses de Fortaleza e do Crato), que informaram o imaginário do terror no cratenses. Para leigos e clérigos, os romeiros eram fanáticos. Consonante com as disposições do campo religioso, inflexionou-se aquela lógica científicista e os fanáticos foram pensados como pessoas que poderiam estar sendo conduzidas pelo Satanás.

As estratégias adotadas pela Diocese não conseguiram estancar o “fanatismo”, identificado pelos intelectuais clérigos e leigos (como vimos) como um grande

¹⁹⁹ Cf. “No Cine Iracema”. Jornal *O Operário*. Juazeiro do Norte, 10 de Dezembro de 1934. (grifos nossos)

²⁰⁰ Cf. “O Prefeito de Juazeiro revogando a lei de Deus santifica a segunda-feira”, in: Jornal *Gazeta do Cariry*. Crato, 29 de junho de 1933, nº 834, ano XVII, p. 1.

problema, um perigo para a civilidade cristã, que era desiderato dos “especialistas da produção cultural”. A questão só foi colocada no limite do suportável pela adoção de uma política de tolerância para com os romeiros. Essa política foi adotada timidamente pelos dois primeiros bispos da Diocese – Dom Quintino e Dom Francisco de Assis Naqueles bispados, essa política implicou, vez por outra, fazer-se concessões de ordem eclesiástica ao Padre Cícero, ainda que mínimas.

Creemos poder-se afirmar que o encaminhamento da questão das romarias e seus desdobramentos pelo terceiro bispo da Diocese do Crato, Dom Vicente Araújo Matos, que assumiu o bispado em 1961, foi orientada por uma estratégia diferente. A política de tolerância adotada plenamente por aquele bispo²⁰¹ caracterizou-se por um esforço de disciplinarização das práticas religiosas dos adeptos do padre Cícero, através, dentre outros mecanismos, da institucionalização das romarias.

É sugestivo ainda o que recomenda o “Levantamento Sócio –Religioso da Diocese do Crato”²⁰², elaborado em 1963, por recomendação do Governo do Estado do Ceará, com o que foi proposta uma parceria entre o Estado e as dioceses do Ceará com vistas a elaboração de programas de desenvolvimento sócio-cultural do Estado. Nesse documento, recomendam-se caminhos para a ação diocesana no plano social e religioso. Em muitos aspectos, o documento em apreço orientou-se numa linha de antecipação às convenções que seriam estabelecidas pelo Concílio Vaticano II, voltado para as realidades terrenas. Para o caso da ação diocesana em Juazeiro, recomenda-se à Diocese do Crato, uma atenção especial. Vejamos:

“Todos sabem que religiosamente Juazeiro se diversifica de Crato. E um dos aspectos mais fortes e significativos desta disparidade reside no clima de misticismo popular, formado e crescido em Juazeiro, há longos anos, à sombra da figura do Padre Cícero”. Em seguida sugere: “A ação missionária é indispensável. E talvez fôsse mais indicada, (...), uma catequese de tipo popular. (...) Os lugares mais indicados são as igrejas (...) as ocasiões: (...) a) domingos e festas locais; b) romarias (...)O ponto de partida para esta catequese popular pode ser, ao que parece, o que já existe, a saber, a devoção a Nossa Senhora das Dores. Como, entretanto, tal devoção se encontrava eivada de sentimentos supersticiosos e de motivações de ordem temporal e biológica, importa que um primeiro trabalho seja feito no sentido de purificá-la. (...)No entanto, cumpre ser evitado: a preocupação apologética e

²⁰¹ Cf. DELLA CAVA, Ralph. *Op. cit.*, p. 261. Esse autor, baseado em uma matéria publicada no Jornal O Povo, de 30 de março de 1964: “Local Proibido em Juazeiro foi visitado por Bispo e Padres durante a semana santa”, fala de uma “reconciliação da Igreja com os ‘fanáticos’, preferimos falar em tolerância.

²⁰² Cf. ROLIM, Frei Antônio. *Levantamento Sócio-Religioso da Diocese do Crato*. Documento Elaborado pela Sociedade de Pesquisas e Estudos Sócio-Eclesias. Guanabara: [n.d.], 1963. p. 15-16

*moralizante, bem como o combate agressivo às superstições. O que importa é transmitir uma mensagem evangélica (...) com isto as superstições desaparecerão. (...) No que se refere às ROMARIAS a Juazeiro, limitar-nos-emos a uma linha religiosa apenas, deixando para os vigários locais e outras autoridades o aspecto social e humano.*²⁰³

Todavia, o nosso trabalho não abarca a pastoral de Dom Vicente, necessitando-se uma pesquisa mais acurada para confirmar as nossas hipóteses com relação não somente ao que denominamos de política de tolerância, como sobretudo para avaliar-se até que ponto as recomendações feitas no “Levantamento” foram seguidas.

Podemos, entretanto, afirmar que o bispado de Dom Vicente, iniciado em 1961, caracterizou-se pela observância das políticas emanadas do Concílio Vaticano II (1964-1968). A ação pastoral de Dom Vicente reflete uma forte mudança nos discursos e nas práticas da Diocese do Crato, voltando-se para as questões políticas e sociais, visando “a promoção integral e harmoniosa do homem nordestino”.²⁰⁴

Podemos também afirmar que, no sentido da disciplinarização das romarias, encaminharam-se políticas municipais de fomento ao turismo religiosos de Juazeiro do Norte, pelo menos nos últimos vinte anos.

Por fim, faz-se mister ressaltar que a rivalidade entre Crato e Juazeiro vem arrefecendo-se nas últimas décadas.

Alguns dos nossos depoentes propõem explicações para esse fato. Para o Dr. Raimundo Borges²⁰⁵ (93 anos) as causas motivadoras estão relacionadas ao fenômeno da quase conurbação que vem se processando entre as cidades do Vale do Cariri – Crato, Juazeiro e Barbalha. Como também pelo fato de que muitas pessoas residentes no Crato trabalham em Juazeiro, inclusive lá estabelecendo-se comercialmente, atraídos pelo seu desenvolvimento econômico.

O livreiro, Senhor Ramiro Maia²⁰⁶ (94 anos), vê o arrefecimento da rivalidade na “mentalidade das novas gerações”. Para este, os cratenses que foram atacados, ou perseguidos na guerra de 1914, já morreram. As novas gerações, por não terem sofrido as consequências daquela guerra, não guardam mágoas dos juazeirenses.

²⁰³ *Id. ibid.*, p. 15-16

²⁰⁴ Cf. *Jornal A Ação*. Crato, 29 de Novembro de 1967.

²⁰⁵ Entrevista concedida em 24 de fevereiro de 2000.

²⁰⁶ Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2000.

Há que considerar-se que a Universidade Regional do Cariri, ao adotar por missão “promover o desenvolvimento regional”²⁰⁷, constitui-se em fator de integração regional, e, portanto, vem funcionando como diluidor da rivalidade entre Crato e Juazeiro. A região geo-educacional dessa universidade abrange noventa municípios, principalmente dos Estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Piauí, constituindo-se *ipse facto* em fator de integração regional.

Por outro lado, muitos “especialistas da produção cultural” do Crato como “cidade da cultura” acabaram por assumir, a partir da década de sessenta, compromissos com a questão do desenvolvimento sócio-econômico regional. Todavia continuam fiéis a utopia do retorno aos tempos áureos do Crato, tentando-se alavancar esse retorno pela sua sacralização como “cidade da cultura”.

²⁰⁷ Cf. Planejamento Estratégico da Universidade Regional do Cariri. Este planejamento foi elaborado como resultado de debates ocorridos entre os anos de 1991 e 1992, em torno de qual deveria *ser o papel e o espaço* da URCA.

3 – Representações da “cidade da cultura”

Este capítulo e o seguinte tentam reconstruir, mais amiúde, o movimento da construção do Crato como “cidade da cultura”. Essa construção, conforme já afirmamos anteriormente, amalgamou-se nas representações dos “especialistas da produção cultural”, estruturadas evidentemente pela configuração social, assim como pelos *habitus* dos campos político, econômico, religioso, intelectual, simbólico.

Essas representações podem ser compreendidas como produções simbólicas na medida em que um discurso elaborado pelos “especialistas da produção cultural” pôde ser identificado na produção escrita, oral e iconográfica, na demarcação dos lugares de memória, em particular nos tempos festivos. Podem ainda ser percebidas na estruturação de instituições que se constituem, por seu estatuto social, em suportes da cultura letrada, expressão de civilidade e de modernidade.

Como o fizemos anteriormente, procedemos, metodologicamente, cotejando os discursos com os elementos etnográficos, a fim de nos aproximarmos melhor das representações inscritas no material empírico.²⁰⁸

A construção do Crato como “cidade da cultura” foi presidida, em relação às condutas e aos espaços da cidade, pelos ideais de: condutas civilizadas e piedosas, espaços físicos higienizados, cidade dotada de instituições de suporte cultura letrada e, ainda, de uma cidade embelezada. Insere-se portanto, claramente, numa lógica de continuidade do projeto civilizador proposto por intelectuais (clérigos, profissionais liberais, funcionários públicos), políticos e capitalistas para a cidade do Crato, desde a segunda metade do século XIX, conforme demonstramos no primeiro capítulo.

A partir de 1889, com a eclosão do fenômeno de Juazeiro do Norte em torno da figura do Padre Cícero e as questões sócio-religiosas e políticas que se seguiram, aquele projeto alimentou-se também da lógica do contraste entre as duas cidades vizinhas – Crato e Juazeiro do Norte - atribuindo-se à primeira o foro de civilidade e à segunda o foro de barbárie, conforme demonstramos no segundo capítulo.

Portanto, podemos afirmar que o movimento de construção do Crato como “cidade da cultura”, foi presidido por esses dois móveis: uma herança civilizatória e

²⁰⁸ Optamos por apresentar elencos exaustivos de nomes e datas, dado o caráter inédito da análise e, nesse sentido, a reformulação da visão de história do Crato e de seus personagens ilustres.

uma lógica do contraste com o Juazeiro. As disposições duráveis do projeto civilizador e as da rivalidade com Juazeiro estão, assim, na ordem das determinações múltiplas – estruturas objetivas - que impulsionaram o processo de representações subjetivas responsáveis pela identificação dos cratenses como um povo culto e civilizado e, pois, de sua cidade como a “cidade da cultura”. Nesse sentido, as representações das quais nos valem neste capítulo são, especialmente, aquelas de um grupo de intelectuais, políticos ou capitalistas cratenses. O critério adotado para a composição desse quadro foi o engajamento na vida cultural do Crato com vistas a marcar a distinção e a superioridade da cidade na região ou, mais precisamente, o envolvimento no movimento que denominamos construção simbólica do Crato como “cidade da cultura”. Denominamos, ainda, “cratenses” aqueles que, nessa perspectiva, assumiram essa identidade, não nos restringindo ao referencial de suas naturalidades civis, conforme indicamos na Introdução deste trabalho.

Por constituir-se em espaço de sociabilidade intelectual de grande envergadura no bojo desse movimento civilizador, valorizamos as representações de intelectuais que, em 1953, fundariam o Instituto Cultural do Cariri, já que constituem uma verdadeira “vanguarda”. Valorizamos ainda as representações de outros intelectuais, assim como de políticos e capitalistas dessa cidade que participaram igualmente daquela construção simbólica, posto que partilharam das mesmas práticas.

Por terem os “especialistas” feito dessa produção quase que o seu projeto de vida como cidadãos e, sobretudo, pela engenhosidade com que a teceram, podemos afirmar que conseguiram imprimir *uma crença no seu produto*. E aqui lembramos Bourdieu: “*o próprio das produções culturais é que é preciso produzir a crença no valor do produto, e essa produção da crença, um produtor não pode jamais, por definição, dominar sozinho; é preciso que todos os produtores colaborem nisso, mesmo combatendo-se.*”²⁰⁹

No movimento de construção da “cidade da cultura”, o esforço de memorização do passado parece, a primeira vista, apontar para uma ambigüidade no que diz respeito à evocação do passado do Crato. Os intelectuais cratenses se esforçaram, desde a segunda metade do século XIX, em pautar as condutas sociais em axiomas civilizatórios. De um lado, identificaram nas instituições de suporte da cultura – imprensa, escolas, nomeadamente o Seminário São José - os elementos comprovadores da existência de

²⁰⁹ Cf. CHARTIER, Roger (org.) *Práticas de Leitura*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1996 (Entrevista de Pierre Bourdieu e Roger Chartier: “A leitura: uma prática cultural”, p. 239

um passado no qual uma plêiade de homens fizeram da cidade um espaço de cultivo das letras. Evocaram, insistentemente, daquele passado, a participação de cratenses nas lutas políticas liberais que se desenrolaram no Crato e que fizeram parte do processo de independência do Brasil, pintando essa participação como indicativa do “espírito patriótico e liberal” do povo cratense - que teria tido uma solução de continuidade no episódio de deposição do Coronel Belém, em 1904, momento que foi denominado de “o novo tempo” da política no Crato.

Com relação às condutas dos cratenses, nomeadamente os das “boas famílias”, valorizaram-se os escritos do passado que fossem indicadores dos padrões civilizados daquelas condutas. Exemplo disso, a recorrência a um texto de João Brígido²¹⁰, veiculado no Jornal *A Província*, em 1857, que relata uma festa ocorrida na residência do Coronel Antônio Luiz Alves Pequeno, em que o autor fala de suas impressões sobre o comportamento dos “patrícios, senhoras e senhorinhas” dessa cidade.

Todavia, a referência aos atrasos do Crato, durante o século XIX, estiveram também presentes no movimento de construção da “cidade da cultura”. Essas referências foram invocadas sempre para demonstrar a superação dos atrasos. É nessa perspectiva que podemos compreender porque as impressões dos viajantes estrangeiros - Gardner e o Freire Alemão - aparecem reiteradamente nos textos dos “especialistas da produção cultural”.

Citemos, nessa perspectiva, o exemplo de uma crônica de Celso Gomes de Matos²¹¹ em que fala do atraso do Crato exemplificado em acontecimentos hilariantes. Gomes de Matos relata que Joaquim Bilhar comprou um relógio e o pendurou na parede de sua casa. Um homem do campo tendo vindo lá “arranchar-se”²¹² à noite, assustou-se com as badaladas do relógio, pulou a janela e dormiu na rua. No dia seguinte, comentava que “aquela voz fanhosa (...) só podia ser de alma do outro mundo”. A crônica fala das superstições e credices que campeavam no Crato, como a de que açoitando-se a rede em que se carregava o defunto com cipós verdes, o defunto ficaria mais leve. Ao final, diz o autor:

“O Crato de hoje, nem parece mais com o Crato antigo (...) é que as cidades não envelhecem como a gente. Trazem em si o dom das perpétuas e das

²¹⁰ Fizemos referência a esses textos no primeiro capítulo deste trabalho.

²¹¹ MATOS, Celso Gomes de. “Fátos das Últimas décadas do século XIX”, in: Revista *A província*. Crato, nº 02, ano II, p 17-19, 1954.

²¹² Termo do vocabulário dos sertanejos do Nordeste, e, particularmente do Ceará, quer dizer hospedar-se.

*sempre-vivas. Quando se falava na estrada de ferro(...) eu desejei viver para ver o Crato provido desse progresso. Vi. E vendo-o agora com um aeroporto, eu faço minha as palavras do velho Semão da Bíblia: ‘Agora, Senhor, podeis deixar o vosso servo morrer em paz’”*²¹³

No movimento de construção da “cidade da cultura”, a posse de um capital intelectual foi sumamente valorizada como uma marca de distinção dos cratenses. Por isso, fez parte da produção simbólica que presidiu aquele movimento a celebração da existência de uma elite intelectual.

Relatando, anos mais tarde, uma visita que fez ao Crato, provavelmente na década de quarenta, Francisco Corrêa de Araújo assim se expressa:

*“pelas ruas irregulares, à luz do sol causticante, formam-se rodas de homens graves, sentenciosos, com ares de quem se consulta reciprocamente sobre questões de monta (...). Ia eu até jurar que haveriam de falar de sementeiras (...) puro engano. Falariam de letras, literatura e artes. (...) Duarte Júnior, prevenido, régulo patriarcal. Dá gosto no apuro e asseio de seu jaquetão de linho, muito branco (...) Padre Antônio Gomes de Araújo (...) seu retrato ficará sempre na minha lembrança como um símbolo, êste historiador modelar que, na feliz expressão de Renato Braga, ‘não copia o Barão de Studart’ mas descobre, por si mesmo, investigando, como verdadeira traça os arquivos’ (...) misto de intelectual e de gentleman; Celso Gomes de Matos, para quem a guerra de 1914 foi feita por Dr. Floro e não pelo Padre Cícero”; Otacílio Anselmo e Silva, belo exemplo de “causeur”, afeito às lutas do passado, guarda de reminiscências imorredoras do velho Cariri (...). Aos intelectuais de Crato, guardas vigilantes de remanescentes de civilização e cultura de nossos povoadores e desbravadores, mormente os editores de A província, é que não devo esta explicação porque sei de seu nível de adiantamento, nesta bela e encantadora Crato (...) princesa de nossas liberdades políticas. Podemos afirmar, com Irineu Pinheiro, que, no Ceará, a independência se fez do interior para o litoral, ou, para sermos mais precisos, do Crato para Fortaleza”*²¹⁴

O enaltecimento de intelectuais, políticos, militares ou artistas nascidos nessa cidade que teriam “se destacado” no cenário político, acadêmico, artístico, jornalístico, e militar do Brasil e até da Europa - ainda que nenhuma contribuição tenham oferecido diretamente ao Crato - foi outro componente do discurso fundador da “cidade da cultura”. Esses homens - e mesmo algumas mulheres - compuseram a galeria de “filhos ilustres” da terra, da qual fizeram parte Leandro Bezerra Monteiro, Manuel Rodrigues de Monteiro, José Martiniano de Alencar, Leandro de Chaves e Melo Ratisbona, Dom

²¹³ Cf. *Art. cit.*, p. 19

²¹⁴ ARAÚJO, F. Corrêa de. “Os Intelectuais do Crato falam sobre o Cariri e suas lutas seculares”, in: *Revista Itaytera*. Crato, nº 1, ano I, pp. 103-106, 1955.

Joaquim Ferreira de Melo, Vicente Leite, Raimundo Gomes de Matos, Eduardo Gomes de Matos, Raimundo Teles Pinheiro, Ida Bilhar, Branca Bilhar, General Pinheiro Monteiro, Hermenegildo Firmeza, Dr. Joaquim Fernandes Teles, Humberto Barreto, dentre outros. Foram enaltecidas ainda, figuras do “meio popular”, cujas produções “correram o mundo”; exemplo desses, o Cego Aderaldo, poeta e cantador.

São abundantes os textos que se referem aos “filhos ilustres”. Um deles, escrito por Raimundo Monte Arraes, se refere ao intelectual Manuel Rodrigues de Monteiro, que “*desde jovem inscreveu-se entre os legionários das letras nacionais, pertencendo à falange dos poetas e escritores cearense de maior aprumo.*”²¹⁵ O artigo dá conta da trajetória e das atividades do Dr. Manuel: saído do Seminário do Crato para o Seminário de Rio Comprido, no Rio de Janeiro, de onde segue para a França, onde fez um curso no Colégio Chevalier de Paris, obtendo o primeiro lugar. Escreveu artigos para o *Paris-Soir*. Voltou para o Brasil em 1908, atuou na imprensa carioca, no *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *A Notícia*, *O País*, *O Norte*. Voltou para o Ceará em 1914, envolvendo-se no jornalismo cearense e no magistério.

Aqueles “filhos ilustres”, quando visitavam a sua terra natal, eram recebidos pelas autoridades em reuniões festivas.

No enaltecimento que os “especialistas” fizeram dos “filhos ilustres” da terra, os intelectuais comparecem com maior freqüência, no intento de demonstrar-se “o culto das letras” no Crato.

Assim, F. S. Nascimento, traça um esboço literário do Crato, em seu dizer – “*o maior centro intelectual da região.*”²¹⁶ Esse autor elencou alguns nomes que, ainda no século passado, “se destacaram” na produção literária, com seus poemas e crônicas: Carolino Sucupira, Vitória de Santa Maria, Fenelon Bomílcar, Luisa Frazão, Edilson Sucupira, José Alves de Figueiredo, Manuel Peixoto de Alencar, José Alves de Oliveira, Amélia Benebien.

Discorre ainda sobre a produção de discursos políticos, citando José Martiniano de Alencar, autor das seguintes obras: *Súplica ao Imperador Pedro I* (1825), *Oração Fúnebre*, recitada na Assembléia Provincial do Ceará (em sinal de consternação pelo

²¹⁵ Cf. ARRAES, Raimundo Monte. “Dr. Manuel Rodrigues Monteiro”, in: Revista *Itaytera*. Crato, nº 5, ano 5, p.117-123, 1959. A citação foi extraída da página 117.

²¹⁶ Cf. NASCIMENTO, F. S. Crato: Lampejos Políticos e Culturais. *Op.cit.*, pp. 91-111

falecimento da Imperatriz Maria Leopoldina), *Preciso dos Sucessos* (1831), *Resposta ao Senado* (1843).²¹⁷

Ao sublinhar a erudição de Martiniano, F.S. Nascimento não se esquece de sublinhar também que foi Senador do Império e Presidente da Província do Ceará, compondo ao lado de Tristão Gonçalves e todos os demais envolvidos na Revolução de 1817 (quarenta e dois nomes ao todo) e na Confederação do Equador (1824), um grupo de “assinalados varões”. Foi através desse grupo, segundo Nascimento, que “*o Crato enfeixou em livro de ouro as suas batalhadas glórias (...) e traçou no calvário dos seus maiores sacrifícios (dos varões) em prol da liberdade, o destino dos seus heróicos filhos.*”²¹⁸

De outros intelectuais, F. S. Nascimento lembra a contribuição para as ciências. É o caso do Dr. Marcos Antônio de Macedo que “destacou-se” por suas pesquisas etimológicas, seus estudos sobre as secas, e ainda, por ser um dos colaboradores do *Grande Dicionário Larousse*.

O inventário de outro “especialista” é ainda maior, em relação ao que ele denominou “figuras ilustres do nosso passado”. Na obra *O Crato Intelectual*, Dr. Raimundo de Oliveira Borges, um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri, celebra 166 nomes de pessoas que segundo ele “*conquistaram para a Princesa do Cariri, pelo seu talento e pela sua inteligência, o galardão que condignamente se lhe outorga*”²¹⁹.

Podemos elencar alguns dos intelectuais que Raimundo Borges invocou com suas respectivas produções, veiculadas ao longo do século XIX: Álvaro Bomílcar, cujas obres foram: *O Preconceito de Raça no Brasil*; *Graciosa* (conto); *Lágrimas de Ouro*; *Poemas Sentidos*; *Olhando o Passado*; *A Política no Brasil*; *Farias Brito*; *A Conquista*. Alfredo Bomílcar deu à lume: *Almanak Administrativo e Comercial da Província do Ceará para 1888*. José Carvalho escreveu: *Perfis Sertanejos, Da Bárbara, A Primeira Insurreição Acreana, Etnografia Indígena, O Matuto Cearense e o Caboclo do Pará*. João Brígido dos Santos escreveu *Apontamentos para a História do Cariri; Ceará*,

²¹⁷ *Id. ibid.*, p. 33

²¹⁸ *Id. ibid.*, p. 15

²¹⁹ BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Crato Intelectual*. *Op. cit.*, p. 6

Homens e Fatos e Gênese do Ceará. Gustavo Horácio de Figueiredo desenhou a primeira planta da cidade do Crato – *Descrição Topográfica do Crato*.²²⁰

Os “especialistas” esforçaram-se por serem continuadores desses homens e mulheres que “conquistaram para a Princesa do Cariri o galhardão que se lhe outorga”, no dizer do Dr. Borges. Nesse esforço puderam efetivamente outorgar ao Crato o galhardão de “cidade da cultura”.

É prática também dos “especialistas” o enaltecimento recíproco dos seus próprios pendores intelectuais, com o que demarcam a sua autoridade e nos permitem perceber as sociabilidades intelectuais que perpassam os seus vários campos de atuação social. Permite-nos perceber uma rede de interações, cumplicidades e compromissos consubstanciadores da identidade do grupo, cujo móvel é a utopia de uma cidade civilizada, adiantada e pioneira.

Os sub-capítulos seguintes percorrem os “lugares de memória” forjados a partir dessa representação civilizada, adiantada e pioneira da cidade do Crato.

3.1 - As academias literárias

Em 18 de Outubro de 1953, foi fundado solenemente o *Instituto Cultural do Cariri* (I.C.C.), um espaço privilegiado para produção da crença no adiantamento cultural do Crato, através do qual esse grupo de “especialistas” esmerou-se em “valorizar” a tradição cultural cratense.²²¹

O I.C.C. não foi a primeira academia literária fundada no Crato. Conforme anunciamos na introdução deste trabalho, o fenômeno de Juazeiro estimulou, por contraste, um “entusiasmo contagiante” entre os intelectuais cratenses no sentido de um investimento em instituições da cultura letrada – escolas, imprensa, academias literárias, assim como em espaços de sociabilidade das “boas famílias” cratenses. Falaremos mais amiúde dessas instituições no capítulo seguinte.

Esse “entusiasmo contagiante” pelo cultivo, e por conseguinte pelo “culto” das letras pode ser perceptível na emergência de academias literárias.

Com efeito, ainda nos últimos anos do século XIX, um grupo de intelectuais fundou a primeira academia literária da cidade, o “Clube Romeiros do Porvir”. A

²²⁰ Cf. BORGES, Raimundo de Oliveira. *Op. cit.*, passim

²²¹ Sobre a questão das tradições, *vide*: HOBBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

denominação remete ao sentido da palavra romeiro. É que àquela época, ela estava sendo muito usada para designar aquelas pessoas que se aglomeravam em torno do Padre Cícero em Juazeiro do Norte. Ganhou, nesse caso, o significado de fanático, procedendo-se, conforme já o demonstramos no capítulo anterior, uma patologização das condutas dos devotos.

No Crato surgiu também um grupo de “romeiros”, mas a semântica era outra, contrastante com o significado acima referido. O fanatismo desses romeiros dava-se em torno das letras: cultuavam-nas. Nesse culto, celebrado em reuniões na sede da academia, “cultivava-se o espírito” pelo prazer da leitura e da discussão acalorada do que havia de melhor nas letras do país. Cultivava-se também a produção literária dos próprios clubistas, principalmente no campo da poesia, aprimorada pela crítica dos fiéis da boa escrita.

O porvir da cidade, como de resto do país, deveria ser garantido pelo domínio da cultura letrada. Para isso, os intelectuais cratenses, exercitando-se como “especialistas da produção cultural”, engajavam-se marcando diferenças em relação ao Juazeiro.

Relembrando os “Romeiros do Porvir“, dizia Florival Matos: *“esse clube reunia o que a cidade possuía de mais expressivo, quer em letras, quer em artes, uma coisa porém dizia já de sua pobreza material; o fato de as famílias mandarem suas cadeiras nas noites de encenação de algum drama ou exibição de alguma fita pela Lanterna Mágica.”*²²²

Se faltavam cadeiras para um público que se aglomerava no prédio daquela academia para assistir encenações de dramas ou fitas de um cinema mudo, livros não faltavam. A academia possuía uma biblioteca e, não raro, encontramos avisos nos jornais da cidade em que o responsável pela biblioteca solicitava a devolução de livros pelos leitores: *“O Clube Romeiros do Porvir pede a quem tiver livros pertencentes a esta Biblioteca, o especial favor e obsequio de vir ou mandar entregal-o na mesma. Avisa que a biblioteca esta aberta das sete e meia da manhã às oito da noite) Assina essa nota o bibliotecário João Lima e Silva.”*²²³.

Por outro lado o “Clube Romeiros do Porvir” participava da vida política da cidade, realizando atos cívicos. Já nos referimos no capítulo anterior à reunião popular

²²² Cf. MATOS, Florival. “Crato e o primeiro cinema”; in: Revista *Itaytera*. Crato, nº 1, ano I, p. 148, 1955.

²²³ Cf. “Avisos” in: *Jornal Correio do Cariry*. Crato, 1º de janeiro de 1905, nº 17, p. 3.

promovida por aquele clube por ocasião do aniversário de um ano da “*victória do povo cariryense contra o prepotente regulo José Belém.*”²²⁴

Por volta de 1922, fundou-se outra academia literária no Crato – a “Academia dos Infantes”. Vejamos o que disse sobre ela um dos acadêmicos:

*“De tanto falar em literatura e em literatos, surgiu-nos a idéia da fundação de um cenáculo de letras. Na opinião dos mais comedidos, os nossos conhecimentos ainda eram parcos(...). Outros, (...) mais ousados (...) fizeram ver que a força de vontade que todos revelavam poderia suprir (...) as falhas da nossa cultura. (...). Surgiu, assim, a Academia dos Infantes, cuja instalação solene ocorreu num domingo do mês de julho daquele ano festivo e histórico de 1922. (...) a presidência me fora confiada, passamos ao trabalho de estruturação do sodalício, que teria como modelo a Academia Brasileira de letras. (...) Santino Gomes de Matos, ex-seminarista e professor, era a pessoa naturalmente credenciada para servir de orador da Academia. (...) Passamos a usar o lema **Ad augusta per augusta**. Quanto ao número dos acadêmicos, quarenta pareceu-nos demasiado, como ocorria com a instituição que nos servia de paradigma. Deliberamos reduzir para vinte. (...) foi considerada a diferença (...) entre a cidade do Rio de Janeiro, Capital do Brasil, e (...) o Crato, Capital da região do Cariri... (...) O meu (patrono) foi Augusto dos Anjos, cujas poesias (...) eu recitava de cor (...). A beleza da forma, o ritmo impecável e a excentricidade dos temas exerciam sobre mim uma atração particular. Posso afirmar com segurança que a Academia dos Infantes exerceu influência decisiva na minha total integração ao mundo das letras, do qual nunca mais consegui afastar-me”.*²²⁵

Nas décadas de 30 e 40, o Professor Álvaro Madeira fundou o “Grêmio Literário e Cívico José de Alencar”. Recordando a sua passagem por aquele grêmio, dizia Ulysses Viana, lembrando, alguns anos depois, as sessões e o grupo teatral daquele grêmio:

*“As sessões realizadas no Grêmio Literário e Cívico José de Alencar, (...), constituíam o fulgor e o civismo de meia duzia de estudantes que, bebendo os ensinamentos puros da verdade, preparavam o vôo em demanda do futuro. As declamações de Aderson, revestidas de nervosismo contagiante, provocavam entusiasmos no seio dos presentes. (...) A fundação do Grupo Teatral Castro Alves (...) contou com a ajuda dos melhores intelectuais da terra. Semeou-se, de resto, em terreno fértil, a semente da cultura”*²²⁶

A formação de grêmios literários e cívicos parece ter sido uma prática comum também no interior de quase todas as escolas, mormente nos ginásios e colégios. Mas

²²⁴ Cf. *Jornal Correio do Cariry*. Crato, 29 de maio de 1905, nº 27, p. 2.

²²⁵ MARTINS FILHO, Antônio. *Op. cit.*, pp. 215-216.

²²⁶ VIANA, Ulysses. “O Poeta Aderson Siebra”; in: *Revista Itaytera*. Crato, nº 4, ano IV, pp. 99-100, 1958.

foi, sem dúvida, O Instituto Cultural do Cariri – I.C.C., aquele que, nesse sentido, mais se engajou no movimento de construção do Crato como “cidade da cultura”.

3.2 - O Instituto Cultural do Cariri

Em recente matéria veiculada na Revista *Itaytera*, o então presidente do I.C.C., Dr. Raimundo Borges, assim se refere àquela academia:

“O Instituto Cultural do Cariri é a Academia de Letras da região. Possui patrimônio cultural que conta a história do Cariri (...) não precisa arrepender-se do que não fez. Ele possui um patrimônio precioso de riquezas morais e intelectuais. Sempre defendeu a dignidade das letras. Tem dado às letras do nosso País uma série de publicações que bastariam para justificar o seu quase meio século de existência. (...) Tem ocasionado um verdadeiro rebuliço no campo rico da nossa intelectualidade(...) Sabe-se que a maior glória do Crato e da região repousa na sua maior parte na história de seu amor à liberdade e à cultura intelectual. Pois este patrimônio de grandeza inigualável encontra no ICC o seu maior sustentáculo, merecendo, portanto, o irrestrito e merecido apoio do povo e das autoridades cratenses.”²²⁷

O editorial acima citado faz constatações que merecem comentários: na concepção do Dr. Borges aquela instituição é a academia de letras da região, portanto desconsidera uma possível importância das demais academias existentes em outros municípios da região, ao mesmo tempo em que também valoriza os acadêmicos, identificados como “patrimônio precioso de riquezas morais e intelectuais”. Conclama o apoio do povo e das autoridades cratenses, que, segundo ele, devem reconhecer a contribuição feita por aquela academia às letras do país, através da sua revista e, sobretudo, porque o I.C.C. é o local de produção da história da região.

Isto posto, podemos concluir que o Dr. Borges, assim como os seus pares, patenteia a importância daquela academia como instituição que distingue o Crato no campo da produção intelectual na região - o I.C.C. é a academia de letras da região -, posto tratar-se de uma instituição que ocasiona um “rebuliço” na intelectualidade cratense. Nesse sentido pode-se afirmar que os acadêmicos reconhecem a si próprios como vanguarda da distinção intelectual do Crato.

²²⁷ Cf. “O Instituto Cultural do Cariri”; in: Revista *Itaytera*. Crato, nº 43, pp. 11-13 (Editorial), 1999. Nesse texto o autor usa depoimento do Monsenhor Francisco de Holanda Montenegro sobre o I.C.C.

Por referirmo-nos às suas falas e sobretudo por buscarmos aqui recuperar a trajetória dos intelectuais da academia no cotidiano da cidade, podemos afirmar que o I.C.C. foi um *locus* privilegiado do movimento de construção da “cidade da cultura” e, os seus acadêmicos, se constituíram em vanguarda desse movimento. O Instituto reuniu, assim, em sua diretoria e em suas comissões, os mais arrazoados dentre os “especialistas da produção cultural”.

Com efeito, através de relações estabelecidas com os governantes municipais essa vanguarda, conseguiu não somente promover o “rebuliço” dos intelectuais nas lides literárias, mas ainda imprimir símbolos e emblemas que seriam marcas de distinção da cidade: monumentos, bandeira, festas cívicas, denominações de ruas, com o que sacralizaram o passado de heroísmo, erudição, civilidade e piedade do Crato através de gestos de homenagem aos cratenses, reconhecidos como exemplos ou, ainda, como “filhos ilustres” do Crato.

É bem verdade que, antes da fundação do I.C.C., os intelectuais já cambiavam entre o campo intelectual e o campo político. Todavia o I.C.C. possibilitou a consecução de seus projetos políticos, principalmente aqueles que possibilitassem a demarcação de lugares de memória na cidade.²²⁸

O I.C.C. foi criado em 4 de outubro de 1953, mas sua fundação é “contada” a partir da posse, em sessão magna, ocorrida aos 18 de outubro de 1953, no Salão Nobre do Colégio Diocesano do Crato. A posse fez parte dos festejos do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, festejos nos quais os intelectuais compareceram como organizadores.

²²⁸ Sobre a questão dos “lugares de memória”; *vide*: NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. São Paulo: Revista Projeto História, nº 10, 1993, p. 71-92. Apoiamo-nos nesse historiador para pensar a instituição dos lugares de memória e, ainda, a função das festas no movimento de construção da “cidade da cultura”, posto que naquele movimento houve um esforço de memória em busca da continuidade em relação ao passado, elaborando-se daquele passado uma memória do fausto. Por outro lado a idéia de que vivia-se em “tempos hodiernos” imprime nos “especialistas” a necessidade de instaurar a memória. Sobre a questão assim se expressa Pierre Nora: “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, (...) manter aniversários, organizar celebrações. (...) Sem vigilância comemorativa a história depressa os varreria (...) mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivéssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem eles seriam inúteis” (p.77) O autor se refere ao fim das sociedades-memória ocasionado pela aceleração da história. Pierre Nora diz que os lugares de memória pertencem a dois domínios: simples e ambíguo, naturais e artificiais, oferecidos à experiência sensível e, ao mesmo tempo produto de abstração, são lugares (nos três sentidos da palavra) material, simbólico e funcional, esses sentidos coexistem e somente essa coexistência faz de um lugar ou objeto um lugar de memória.

A diretoria do I.C.C. foi, inicialmente, assim composta: Presidente: Irineu Pinheiro, vice: Padre Antônio Gomes de Araújo, secretário geral: José de Figueiredo Filho, secretário: Antônio Levi Epitácio Pereira, Tesoureiro: Amaro José da Costa. Comissões Parmanentes: Comissão de Sindicância e Finanças: Dr. Raimundo de Oliveira Borges, Antônio Teodorico Barbosa, Joaquim Pinheiro. Comissão de Organização da Revista: José de Figueiredo Filho, Pedro Norões e Francisco S. Nascimento. Comissão de Ciências, Letras e Artes: Dr. Décio Teles Cartaxo, Dr. Alúcio Cavalcante e João Ranulfo Pequeno. Em 1954 o I.C.C. já contava com 43 sócios residentes em Crato, sendo duas mulheres (as professoras Maria de Lourdes e Edméia Arrais de Alencar) e 47 sócios correspondentes.

As cadeiras do I.C.C. tiveram um pequeno acréscimo desde sua fundação. Os patronos dessas cadeiras são: Secção de Letras: 01- Padre José Antônio Maria Ibiapina, 02- Bruno de Menezes, 03 – José Alves de Figueiredo, 04 - Alexandre Arraes de Alencar, 05- Monsenhor Pedro Esmeraldo da Silva, 06- Dr. Irineu Pinheiro, 07- Antônio Barbosa de Freitas, 08 – Álvaro Bomílcar da Cunha, 09- Dom Francisco de Assis Pires, 10- Pe. Emílio Leite Cabral, 11- Raimundo Gomes de Matos, 12- Leandro Bezerra Monteiro, 13- Dr. Otacílio Sampaio de Macêdo, 14- Manoel Rodrigues Monteiro, 15– Leandro Chaves de Melo Ratisbona, 16 Pe. Francisco de Assis Pita, 17- João Brígido dos Santos, 18- Dr. Raimundo Monte Arraes. Até o ano de 1975 haviam 18 cadeiras nesta secção. Em 1995 já eram 21 cadeiras. A de nº 19 tem como patrono José de Figueiredo Filho, nº 20: Senador José Martiniano de Alencar, 21: Monsenhor Pedro Rocha de Oliveira. Na secção de Ciências só há uma cadeira cujo patrono é Barreto Sampaio.

Lembremos que todas essas cadeiras receberam como patronos homens que lidaram no campo das letras no Crato.

O I.C.C. manteve intercâmbio com outras academias existentes em Fortaleza e outras partes do Brasil, valendo-lhe inclusive acolher visitantes ilustres como, por exemplo, o Presidente da Academia Cearense de Letras, o historiador Raimundo Girão, a escritora Raquel de Queiroz e outras personalidades do mundo das letras estadual e nacional.

O Instituto elegeu como sua finalidade “*o estudo das ciências, letras e artes em geral, e, especialmente, da História e da Geografia Política do Cariri.*”²²⁹ Estudar a região foi compreendido pelos acadêmicos como uma necessidade social, segundo o que diz um dos acadêmicos: “*grupo humano, que ignore as próprias raízes étnicas e sociais, convergentes no momento histórico de sua formação, perfila-se qual filho bastardo, alheio, por exemplo, à trama que presidiu seu aparecimento, e a explicação, no presente, das tendências legadas pelos elementos formadores*”²³⁰.

Os acadêmicos do I.C.C. não valorizaram apenas o estudo da história, mas também o da literatura, das artes e da geografia da região. Mas pode-se afirmar que a sua produção privilegiou a história e a memória do Crato, mormente nos seus primeiros anos. Publicaram todos os seus estudos em sua revista, a *Itaytera*, que tem edição anual.

Examinando-se aquela revista percebe-se que uma abertura temática e a incorporação mais expressiva de estudos acerca de outras sociedades da região só seriam contempladas no decorrer dos anos 60 e, nomeadamente nos anos 70. Ademais, a própria composição da academia deixa entrever que se tratava de uma instituição voltada, preferencialmente, para o Crato. Essa parece ter sido também a interpretação prevalente na década de 50. Nesse sentido, um artigo é emblemático, ao afirmar:

*“O primeiro número de Itaytera constitui prova exuberante do potencial intelectual da Princesa do Cariri. Na verdade, Crato já congrega um número crescido de intelectuais que estão dando o maior brilho às letras cearenses. Incontestavelmente Itaytera assinala um ponto alto no desenvolvimento cultural do Crato. A heróica cidade sul cearense reafirma a sua capacidade de liderança através do vigor mental de seus filhos”.*²³¹

Tão logo foi fundado o I.C.C., trataram os acadêmicos de programar atividades que “animassem a cultura e o civismo no Crato”. Nesse sentido, em 1954, iniciaram as atividades que já seriam indicativas do programa daquela academia nos marcos da construção da “cidade da cultura”. Realizaram palestras de cunho histórico e sessões cívicas, compreendidas pelos acadêmicos como sendo de interesse da cidade; cuidaram de estimular leituras oferecendo sugestões - devidamente acatadas - que visavam facilitar, para os sócios, o empréstimo de livros da biblioteca municipal. Dentre essas

²²⁹ Cf. *Estatutos do Instituto Cultural do Cariri*. Crato, 18 de Outubro de 1953. p.1. Arquivo do I.C.C.

²³⁰ Cf. GOMES, Padre Antônio Gomes de. “Raízes Sergipanas (século XVIII)”; in: Revista *Itaytera*. Crato, nº 3, ano III, p. 3, 1957

²³¹ Jornal “Correio do Ceará”, edição de 31 de março de 1955. *Apud*: Revista *Itaytera*. Crato, nº 2, ano 2, p. 266, 1956

sugestões, há, ainda, a de serem criados novos horários para atendimento ao público pela Biblioteca Municipal do Crato; idealizaram a construção de um prédio, na Praça da Sé, para essa biblioteca, inclusive pleiteando bolsa de estudo para a bibliotecária da futura biblioteca; idealizaram a procura do local onde foi morto o “herói” Pinto Madeira e a ereção do monumento aos “heróis de 1817”; tomaram providências no sentido de homenagear-se o Dr. Irineu Pinheiro e o “fundador” do Crato, Frei Carlos Maria de Ferrara, dando os seus nomes a duas ruas do Crato; enviaram uma banda cabaçal aos festejos do 4º Centenário de São Paulo; convidaram Raquel de Queiroz para visitar o Crato; prestaram homenagem póstuma ao primeiro Presidente do I.C.C., Irineu Pinheiro; idealizaram a fundação de um museu na cidade do Crato, o *Museu do Crato*; idealizaram a publicação da revista *Itaytera*.²³²

Como se pode perceber, das atividades supra relacionadas, o programa do I.C.C. pugnou por evocar o passado, rendendo homenagens aos protagonistas daquele passado, que foram identificados como “heróis”. Trata-se de um esforço de inscrever essa “heroização” na memória da cidade através dos textos da revista²³³, e da edificação de monumentos, da demarcação de espaços e, sobretudo da fundação de um museu. Podemos afirmar ainda que era intenção do I.C.C. dar visibilidade ao Crato no restante do país, e talvez no mundo, afinal o I.C.C. costumava enviar números de sua revista para as bibliotecas mais famosas do Brasil e do exterior. Exemplo disso, o regime de permuta que estabeleceu entre a sua revista e a revista da Biblioteca do Congresso de Washington (*The Library of Congress*).

Com efeito, determinaram-se, obstinadamente, na consecução daquele programa. Já em 1955, cuidariam de organizar e instalar a biblioteca e a sede do I.C.C. Naquele ano, em 14 de março, lançaram a campanha pela fundação de uma Faculdade de Filosofia nessa cidade.²³⁴ Determinaram que aquele seria “o ano da batalha pelo museu”, segundo os termos de Figueiredo Filho: “*batalha em que o I.C.C. vai usar de*

²³² Cf. Revista *Itaytera*. Crato, nº 1, ano I, passim, 1955.

²³³ Uma consulta a tipologia das matérias da revista *Itaytera*, em seus 43 números (1955-1999) pudemos constatar a presença numericamente expressiva de textos relacionados aos acontecimentos políticos do século XIX, dos quais o Cariri teria participado através da família Alencar – a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador. Compareceram com frequência os textos do Padre Gomes sobre o movimento de povoamento do Crato, nos quais os desbravadores são também glorificados, principalmente os religiosos responsáveis pela catequização dos índios Cariris

²³⁴ Cf. Revista *Itaytera*. Crato, nº 3, ano III, p. 175, 1957

todo o seu prestígio, de toda a sua força para dotar a cidade de um museu digno do seu passado histórico e de suas tradições de progresso e de cultura”.²³⁵

Poucos anos antes da campanha pelo museu, por ocasião dos festejos do centenário da cidade (1953), Figueiredo Filho, Jósio de Alencar Araripe e Décio Cartaxo introduziram os folguedos populares no programa daquela festa. O I.C.C. associou danças e cantares populares às suas festividades culturais. Mas foi a partir de 1955 que o Instituto incorporou, talvez em decorrência da luta pelo museu, a questão da cultura popular ao seu programa, denominando aquela cultura “folclore”. Na revista *Itaytera* nº IV, Figueiredo Filho dedica o seu editorial à questão do folclore, dizendo que ele “renasceu pujante” pela ação do I.C.C.²³⁶ De fato, aquele instituto encarregou-se de propagar as artes populares locais pelo Brasil afora, mandando inclusive bandas cabaçais aos festejos do centenário de São Paulo.

Foi promovida, assim, a folclorização daquela cultura, na medida em que se impôs o trabalho de resgatá-la, protegê-la, e divulgá-la, tutelando-a.

Tematizando a cultura popular e a sua folclorização Michel de Certeau diz que: “o cuidado folclorista (...) não está isento de segundas intenções: ele deseja localizar, prender, proteger. Seu interesse é como que o inverso de uma censura: uma integração racionalizada.”²³⁷ Nesse sentido, o I.C.C. se esmerou em cultivar “a beleza do morto”²³⁸. Nesse culto esmerou-se Figueiredo Filho. Após a sua morte, o trabalho de proteção e divulgação do folclore local ficou sob os auspícios do radialista (acadêmico) Elói Teles, que, para tanto, fundou a AMA – *Associação dos Amigos da Arte* -, alargando, destarte, o raio de proteção à arte no campo da cultura.

O estado de penúria material que vive, hoje, o I.C.C. é um forte indicador do arrefecimento do movimento de construção da “cidade da cultura” nos últimos anos. Por outro lado, a “teimosia” com que os acadêmicos lutam pela sobrevivência do I.C.C.,

²³⁵ Cf. FIGUEIREDO FILHO, José de. “1955 será caracterizado principalmente pela batalha do Museu”; in: Revista *Itaytera*. Crato, nº 1, ano I, p. 167, 1955.

²³⁶ Cf. “Renasce Pujante o Rico Folclore Caririense”; in: Revista *Itaytera*. Crato, nº 4, ano IV, p. 1, 1958.

²³⁷ Cf. CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas/SP: Papirus, 1995. p. 63

²³⁸ *Id. ibid.* O texto de livro acima citado, no qual nos apoiamos é intitulado “A beleza do morto”, e inicia dizendo que a cultura popular “tornou-se objeto de interesse porque seu perigo foi eliminado.” p. 55. Nesse texto Michel de Certeau fala da tensão manifesta no tratamento da cultura popular pelos homens do século XVIII francês, oscilantes entre a necessidade de busca das origens camponesas dos franceses e o perigo que representava, para a aristocracia e a burguesia, a cultura popular daqueles camponeses.

indica o sentimento que têm de serem “guardiões” de um passado de glórias do Crato, que teima em fugir de seu controle ceifado pelos tempos modernos.

Muitos daqueles acadêmicos vivem os tempos modernos de forma ambígua: são saudosos em relação a um passado no qual o Crato era uma cidadezinha bucólica, mas ao mesmo tempo vigilantes no sentido de capitalizar para o Crato os benefícios da modernidade. Não foi com outra intenção que se engajaram “de corpo e alma”, dentre outros pleitos e campanhas, pela modernização da cidade, na campanha pela eletrificação do Crato (e de todo o Cariri) pela Usina de Paulo Afonso. Apoiando-se nas vitórias daqueles acadêmicos, Raimundo Borges, falou, a posteriori, de seus sentimentos quando do advento da energia de Paulo Afonso no Crato, em 1961:

“Experimentei ontem à noite uma das mais profundas emoções de minha vida (...)sabendo da iluminação fui contemplar o espetáculo que há doze anos vem sendo o sonho e a esperança da laboriosa população do Cariri (...). Detive-me com a alma também iluminada (...). Não somente pelas armas se afirmam os povos, mas, também, pela força indomável do seu espírito, pela sua tenacidade, pelo seu devotamento às causas justas em que se empenham”²³⁹

Com efeito, a pertinácia daqueles acadêmicos, na luta por dotar o Crato do estatuto de “cidade a cultura” e, nesse movimento, dotá-la de uma infra-estrutura compatível com as exigências da modernidade, fez daqueles homens e mulheres - essas em bem menor número - devotados “especialistas da produção cultural”, que nem de longe contemplariam o espetáculo dessa produção, posto que eram os seus diretores.

Não é por acaso que, um dos prefeitos dessa cidade, o Senhor Alexandre Arraes, inscreveu-se na memória social como “o prefeito civilizador”, haja visto a sua sintonia com o desiderato de modernização e embelezamento da cidade que orientou o exercício do seu cargo como prefeito e, ainda, a sua interação com a imprensa e a Diocese no sentido de “civilizar” as condutas dos habitantes da cidade.

3.3 - Espaços culturais e espaços públicos

O museu foi significado pelos intelectuais do I.C.C. como uma instituição que daria caução ao adiantamento do Crato, marco de um pioneirismo no campo cultural e

²³⁹ Cf. BORGES, Raimundo de Oliveira. “Palavra do Pioneiro”; in: Revista *Itaytera*. Crato, nº 7, ano VII, p. 135, 1961.

guardião oficial de uma memória também oficial na medida em que se pretendia sacralizar os faustos do passado protagonizado por uma elite política e “proteger”, pela preservação de artefatos exóticos, a cultura popular da região. O museu constituía-se numa representação muito emblemática do programa do I.C.C. no sentido de promover, através da história e da preservação da memória, o elo de ligação entre passado e futuro, haja vista a sua natureza pedagógica.²⁴⁰ Pelos artefatos e textos expostos, alimentaria, simbolicamente, uma tradição de lutas do povo cratense nos marcos da construção da identidade de um povo que caminhava para o progresso, respeitando essas tradições.

Na verdade, a idéia de um museu já era acalentada havia alguns anos e, nesse sentido, os intelectuais já haviam iniciado, através de jornais e do “corpo a corpo”, a campanha por objetos: *“velhas indumentárias em uso nos tempos passados, instrumentos de guerra, objetos indígenas, fotografias históricas, fósseis, amostra de minerais, tudo enfim que estiver ligado às nossas tradições.”*²⁴¹ Todavia, foi animada pelo I.C.C. que a campanha ganhou força.

Em campanha pela fundação do *Museu do Crato* o acadêmico J. Lindenberg de Aquino argumenta que outras civilizações foram cuidadosas na guarda dos seus monumentos, e mesmo o Brasil *“país do futuro tem cuidado de arquivar e documentar os fatos mais importantes ligados à vida do seu povo, à sua civilização e à sua cultura”*.²⁴² Nesse sentido, argumenta em favor da função pedagógica do Museu:

“... Também o Crato entrará neste ano no quadro das cidades brasileiras de grande movimento intelectual e artístico. Outro não é o sentido do futuro Museu do Crato, que o I.C.C. (...) está organizando, com o intuito de preservar o nosso Patrimônio Histórico e tornar conhecido o Cariri e o Crato em particular pelo que ele possui e possui de mais representativo (...). A nobre missão de que, em nome da cultura cratense, foi incumbido o I.C.C. é por demais espinhosa, porque organizar um Museu numa terra onde nunca existiu entidade semelhante é pioneirismo legítimo (...). E pioneirismo se faz com pioneiros – felizmente há-os bastante. Há pioneiros batalhando incessantemente pela verdade histórica, como o Padre Antônio Gomes e José de Figueiredo Filho, amantes inveterados da nossa terra e das nossas causas, pesquisadores incansáveis dos nossos fatos sociais (...). O museu possui três secções: folclore, histórica e artística. Na Secção Artística se verão (...) exemplares da cerâmica popular (...) que representam a legítima arte cabocla;

²⁴⁰ Para a discussão sobre história e patrimônio cultural, vide: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. “Memória cidadã: história e patrimônio cultural”; in: *Anais do Museu Histórico Nacional*, volume 29. Rio de Janeiro, 1997, p. 36-55;

²⁴¹ Cf. “Museu Histórico do Cariri”; in: *Jornal do Cariri*. Juazeiro do Norte, 12 de novembro de 1950, nº 17, ano I, p. 2

²⁴² Cf. AQUINO, J. Lindenberg. “O Museu do Crato”; in: *Revista Itaytera*. Crato, nº 1, ano I, p. 57, 1955.

numerosas coleções de ex-votos, recolhidos dos templos do Cariri ou adquiridos de colecionadores. São objetos de louça, barro, gesso ou madeira que atestam (...) o espírito de credence dos nossos sertanejos. Na secção folclórica estará (...) enorme quantidade de versos e livros populares e objetos típicos da zona como o chicote do vaqueiro, as suas botinas de couro cru, cachimbos, alpercatas, cinturões, chapéus de palha etc. (...) A Secção histórica – a mais importante do museu – é a que vai ser maior e a que terá tudo quanto se puder conseguir sobre a nossa história. Vasta biografia sobre os fatos mais importantes (...) será arquivada em estantes, junto a mapas, monografias, dados gerais sobre o Crato, objetos que tiveram relação com a nossa história, como mesas, cadeiras, etc. (...) objetos que pertenceram aos mais ilustres personagens da história do Crato, fotografias e descrições com dados sobre os nossos locais históricos, livros dos nossos autores, coleção de velhos jornais e de velhas revistas, recortes, dados, estatísticas (...). Todos nós estamos dispostos a dotar o Crato dessa instituição valiosíssima, que a cultura do nosso meio de há muito reclama (...) O Museu do Crato terá um sentido social de grande alcance – virá ele por a luz onde há trevas (...). Reconstituirá um passado de lutas e glórias, um passado de figuras portentosas como a de Tristão Gonçalves, Martiniano, Bárbara de Alencar, Padre Cícero Romão Batista, Joaquim Pinto Madeira e Lampeão, todas elas intimamente ligadas, cada qual a seu modo, à história do Crato (...). Será o futuro Museu do Crato, por si só, o porta voz da grandeza histórica, moral e material dessa terra abançoada, desta nobre terra que sempre foi guiada por um Ideal superior, baseado nas mais sublimes e nobres causas.”²⁴³

Efetivamente o museu foi inaugurado em dezembro de 1958, denominando-se *Museu Histórico do Crato*, patenteando-se naquela inauguração o prestígio do I.C.C. e da cidade, cumprindo assim uma parte de sua incessante luta no sentido de conjurar do presente a força do esquecimento acerca do passado, reinventando-o e oferecendo uma base identitária ao povo cratense.

A questão da memória fez parte de todo o movimento de construção da “cidade da cultura”. Já em 1906, uma matéria veiculada no jornal *Correio do Cariri* sugeria ao povo cratense que a municipalidade comprasse e conservasse a casa de Bárbara de Alencar e ali afixasse uma inscrição indicando que ali moraram os heróis das revoluções de 1817 e 1824, para que “*fiquem assim à vista de todos que passem exercitando a curiosidade, incitando o patriotismo*”²⁴⁴

A idéia de demarcar nos espaços da cidade os lugares de memória, todavia só seria posta em prática anos mais tarde. Em 1935, foi inaugurado, na Praça da Sé, o busto de D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, primeiro bispo da Diocese do Crato,

²⁴³ Cf. *Art. cit.* pp. 57-60

²⁴⁴ Cf. “Uma idéia patriótica”; in: *Jornal Correio do Cariri*. Crato, 24 de junho de 1906, nº 92, p. 1

sendo orador oficial da cerimônia o Dr. Irineu Pinheiro. A cerimônia, segundo o orador, contou com a “assistência” do bispo diocesano Dom Francisco de Assis Pires, padres e “numeroso concurso de povo”.²⁴⁵

O concurso organizado dos acadêmicos do I.C.C. foi fundamental para a demarcação de lugares de memória no Crato. Em 1955, seria a vez de presentificar na memória da cidade o nome do “fundador” e “evangelizador” - Frei Carlos Maria de Ferrara - conferindo o seu nome ao jardim da Praça da Sé. A idéia foi do Padre Antônio Gomes, que a fez passar pela aprovação dos seus pares do I.C.C. No discurso proferido por ocasião da aposição da placa, dizia o Tenente Coronel Raimundo Teles Pinheiro: *“Nós, que desconhecemos o germe malsão da ingratidão, te entronizaremos no altar pulcro dos nossos hospitaleiros, ardentes e reconhecidos corações. Nós te glorificamos para a eternidade”*²⁴⁶

Cultuar a memória dos fundadores da cidade, representava para o Padre Gomes e seus pares uma expressão de “carinho cívico”, de “gratidão coletiva que confunde-se com a alma de todos os povos civilizados”. O local escolhido para afixar a placa foi exatamente “o lugar onde aquele religioso erigiu o templo a Nossa Senhora da Penha e instalou o povoado indígena – berço social da cidade” e nunca, jamais, uma ponta de rua, diz Raimundo Teles.

Os acadêmicos do I.C.C. conseguiram que a municipalidade erigisse um monumento aos heróis de 1817 cuja pedra fundamental foi lançada durante as comemorações do centenário da elevação do Crato à categoria de cidade (1953). Demarcaram, ainda, o local onde foi fuzilado outro “herói”, Pinto Madeira, para o que o sócio correspondente do I.C.C., José Denizart Macêdo, se prontificou a doar a placa a ser fixada no marco a ser construído.

No movimento de instauração de uma memória identitária, os “especialistas da produção cultural” e, nomeadamente os acadêmicos do I.C.C. – “*homens-memória*”²⁴⁷ -

²⁴⁵ Cf. PINHEIRO, Irineu. *Op. cit.*, p. 218.

²⁴⁶ Cf. PINHEIRO, Raimundo Teles. “Frei Carlos Maria de Ferrara”; *in*: Revista *Itaytera*. Crato, nº 3, ano III, p. 52, 1957.

²⁴⁷ Cf. NORA, Pierre. *Op. cit.* Utilizamos aqui o conceito de Nora, quando fala do processo de subjetivação individual da memória coletiva, que, para ele, é princípio e segredo da identidade. Essa subjetivação é uma “decisão solitária”, que houve uma voz interior lembrando ao sujeito o seu pertencimento. Pensamos ser possível caracterizar “os especialistas da produção cultural” como *homens-memória* por excelência e, nomeadamente, os acadêmicos do I.C.C., não somente pelo saber sobre essa cidade que aqueles acumularam mas ainda pela intento de tecer uma memória identitária através de suas atividades acadêmicas e pessoais. Era comum até bem recentemente o acadêmico J. Lindemberg de

também “ganharam as ruas”. É que, por suas sugestões, mudaram-se os nomes das ruas principais da cidade e foram designadas muitas outras, à medida que iam surgindo. É que as denominações das ruas haviam sido feitas, anteriormente, pelo povo: Rua da Pedra Lavrada, das Laranjeiras, Rua do Comércio, Rua do Fogo, Formosa, da Califórnia, Travessa dos Ourives etc. Tratavam-se de nomes cujas referências eram alheias à “vontade” de nomeá-las como monumento *in memoriam* de indivíduos cujo labor intelectual, político, econômico ou religioso e até artístico deviam ser exemplos para a posteridade.

A cidade cresceu muito na primeira metade do século XX, embora o crescimento mais acelerado se tenha feito a partir da década de sessenta. De cinco ruas existentes no final do século XIX, em 1959 a cidade já se estendia por 59 ruas e em 1968 por 183 ruas. Os laços comunitários do meio rural não se reproduziam com a mesma facilidade. Nesse movimento de crescimento demográfico, “os especialistas” trataram de “familiarizar” velhos e novos habitantes da cidade em torno de nomes de personalidades do cenário político, artístico e literário nacional e estadual, tais como Duque de Caxias, Dr. João Pessoa, Getúlio Vargas, José Rangel, Rodolfo Teófilo, Juarez Távora, Pedro II, Rui Barbosa, etc.. Afinal o Crato era parte de um um todo. Mas foram sobretudo valorizadas as personalidades do mundo intelectual e político cratenses.

Da análise do livro do “especialista” J. Lindemberg de Aquino²⁴⁸, escrito originalmente em 1968, quando, já o dissemos, no Crato contava-se 183 ruas, pode-se verificar que as denominações das ruas privilegiam francamente personagens cratenses: nove ruas têm nomes de santos, vinte e quatro receberam nomes de cidades do sul cearense, três lembram datas consideradas importantes para o Crato e 131 homenageiam intelectuais e alguns políticos cratenses ou que prestaram serviço ao Crato. Ganharam nomes de ruas: Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves, José de Alencar, Irineu Pinheiro, Miguel Limaverde, Carolino Sucupira, Vicente Leite, Teodorico Teles, Coronel Antônio Luiz, Major José Evangelista Gonçalves, José Carvalho, Monsenhor

Aquino, quando da aposição das placas sinalizadoras dos nomes das ruas da cidade, ir pessoalmente, explicar aos moradores da rua porque aquele nome, quem foi em vida a pessoa homenageada, muitas vezes sem qualquer reunião formal. Nesse mesmo sentido, o jornalista e também acadêmico do I.C.C., Huberto Cabral memorizou as efemérides do Crato, por isso mesmo, sua presença é obrigatória nas festas cívicas e religiosas dessa cidade.

²⁴⁸ Vide: AQUINO, João Lindemberg de. *Roteiro Biográfico das Ruas do Crato*. Op. cit., passim. A primeira edição desse livro foi publicada em 1968, foi o 4º volume da Coleção Itaytera, do Instituto Cultural do Cariri

Esmeraldo, Diógenes Frazão, Pedro Felício Cavalcante é nome de avenida, Ossian Araripe dá nome a um bairro da cidade, e assim por diante.

Espaços culturais, tais como escolas, fundações e espaços de lazer também foram “batizados” com nomes de intelectuais, políticos e capitalistas cratenses: Dom Quintino, Teodorico Teles, José Alves de Figueiredo, Alexandre Arraes e Wilson Gonçalves, José de Brito, (escolas). José de Figueiredo Filho deu o nome a uma fundação, que engloba o Museu de Artes Vicente Leite e o Museu Histórico do Crato. Alexandre Arraes ganhou nome do logradouro público onde foi construída, por ocasião das comemorações do Bicentenário do Crato (1964) uma quadra de esportes. O comerciante, exemplo de homem bem sucedido no campo financeiro, Siqueira Campos emprestou seu nome a primeira praça construída na cidade, local onde estacionava seu automóvel, também o primeiro da cidade.

E, assim, os “especialistas da produção cultural” foram marcando os lugares de memória dessa cidade. Todavia não tiveram força política, para impedir que, nos últimos anos, fossem destruídos prédios cujas edificações se deram nos séculos XVIII e XIX.

No intento dessa demarcação, alargaram o seu campo de ação no que diz respeito à questão da memória identitária, imiscuíram-se os “especialistas” no calendário cívico da cidade, propondo feriados e festas cívicas.

3.4 – Tempos festivos

No movimento de construção da “cidade da cultura”, os “especialistas da produção cultural” valeram-se de celebrações cívico-festivas, ou seja, de um calendário festivo de celebração da “cratensidade”, ao qual referimo-nos nos capítulos anteriores. Tomaremos como demonstrativo de uma série de festas cívicas aquela na qual as representações que visavam instaurar a crença e a tradição do Crato como “cidade da cultura” pareceu-nos mais fortes – o Centenário de Elevação do Crato à Categoria de Cidade - em 17 de Outubro de 1953. Esta festa contou, inclusive, com a presença de um convidado nada ordinário no dia-a-dia da cidade: o Presidente da República, João Café

Filho. Examinaremos, ainda, uma outra festa que é usada como símbolo do “adiantamento” da cidade: A Exposição Agro-Pecuária do Crato.

Em todas as festas cívicas e mesmo religiosas, os “especialistas da produção cultural” se esmeraram, e, dentre esses, os acadêmicos do I.C.C.. Na festa do centenário eles tomaram a dianteira, ofereceram os seus saberes e sensibilidades à Prefeitura Municipal, cujo prefeito era Décio Cartaxo, também acadêmico. Naquela festa, como parte do seu programa, conforme já afirmamos, foi fundado o I.C.C.

Nesse sentido, Antônio de Alencar Araripe escreveu uma resenha, veiculada pela imprensa, reportando-se à história político-administrativa da cidade.²⁴⁹ Começa a resenha com a Carta Régia que criou a Vila do Crato, passando pela criação da freguesia e da comarca, chegando à data da elevação do Crato à categoria de cidade (1853). Não se esquece de chamar para sua resenha a saga dos heróis dos movimentos de independência, dizendo que *“Dona Bárbara foi a primeira mulher republicana do Brasil e o Crato tem o primado, no interior do país, na proclamação desse regime político”*. Conclui a resenha dizendo: *“Em 1817, 1823 e 1824 o papel desempenhado pelo Crato é dos de maior realce na história pátria.”*²⁵⁰

Com relação às festividades foi programada uma agenda que constou de atividades sociais (festas), políticas e estritamente cívicas, embora, é óbvio, não se possa separar, de fato, essas atividades. Fizemo-lo por uma questão didática.

As atividades sociais constaram de: exposição Agro-pecuária, feira de amostra, festas populares (danças tradicionais, corrida de cambiteiro, tiro ao alvo, rodeio de animais bravios, música de couro, fandangos etc), concerto de piano da Sociedade de Cultura Artística do Crato e festa dançante. O lado político da festa constou de inaugurações de obras da gestão do então prefeito Décio Cartaxo: a Casa do Velho Pobre, um Posto de Saúde, e algumas escolas.

Mas foi, certamente, o esforço empreendido pelos organizadores da festa no sentido de instaurar/reforçar uma memória instituidora da crença e da tradição, a parte na qual se empenharam mais diretamente “os especialistas da produção cultural”. Foi editado o livro *“Cidade do Crato”* produzido por Irineu Pinheiro e José de Figueiredo Filho; emitido um selo postal alusivo à data; instalado solenemente o I.C.C.; inaugurado o “Obelisco do Centenário” e do Jardim na Praça Juarez Távora; feito o lançamento da

²⁴⁹ Cf. “Centenário da Cidade de Crato, Ceará”; in: Revista *Itaytera*. Crato, nº 4, ano IV, p.175-176, 1958.

²⁵⁰ Resenha citada, p. 177

Pedra Fundamental do Monumento aos Heróis de 1817. Realizaram-se desfile militar e colegial e conferências sobre a história da cidade.²⁵¹

A festa do centenário parece ter sido presidida, principalmente, pelo intento de oferecer uma base identitária ao povo do Crato, fomentar a consciência de pertencimento de seus habitantes e, mais do que isso, de amor em pertencer. Só nessa perspectiva conseguimos compreender a importância que assume a publicação de um livro de história, aliás o primeiro que tem o Crato como objeto específico. Essa obra, conforme veremos adiante, é toda atravessada pela tentativa de instaurar uma memória, para o que os autores, misto de memorialistas, ensaístas e cronistas, esmeraram-se em ir às origens, ao passado, para aportar no presente vivido, quantificando o crescimento da cidade a fim de fornecer uma base de cumplicidade na crença do seu progresso.

Nesse intento podem ser também compreendidos os monumentos inaugurados na festa e, ainda, o material impresso de sua divulgação. Faz-se mister examiná-lo. Ilustram o cartaz as datas 1853-1953, a primeira refere-se ao ano de elevação do Crato à categoria de cidade e a segunda, óbvio, ao centenário que se festejava. O cartaz traz impressas as alegorias daquilo que desejava-se, fosse representativo da cidade: as fotografias da Igreja; de uma página do primeiro jornal editado no Crato, *O Araripe*; da prédio-residencial de Bárbara de Alencar; da Serra do Araripe. Essas ilustrações são cercadas pelos contornos do mapa do Crato. Abaixo dessas alegorias as fotografias de três autoridades: o primeiro bispo da Diocese do Crato, Dom Quintino, o Prefeito Municipal Décio Cartaxo e o bispo atual Dom Francisco de Assis Pires.

Foi ainda no bojo das comemorações do centenário da cidade que foram elaborados outros símbolos, talvez os mais importantes: a bandeira e hino do Crato. A concepção heráldica da bandeira foi do Padre Antônio Gomes de Araújo e o desenho de João Ranulfo Pequeno. O hino foi composto por Martins d'Alvarez, com música do Maestro Joaquim Cruz Neves.

A bandeira foi assim descrita em sua lei de criação: um arco-íris, encimando uma cruz cor rubra, sob campo branco (metade superior) e metade inferior em campo azul claro - inspirada na bandeira de Revolução Pernambucana de 1817.²⁵² O arco-íris representaria a união de todos os povos que contribuíram para a formação de nossa raça;

²⁵¹ Vide: “Festas Comemorativas do 1º Centenário do Crato”; in: Revista *A Província*. Crato, nº 01, ano I, pp. 69-70, 1953.

²⁵² Cf. Art. 7º da Lei 349/55 que cria a bandeira e as armas do município do Crato. Arquivo da Câmara Municipal do Crato.

a cruz, o simbolismo da fé. O branco traduz a pureza e simplicidade da alma boa dos cratenses, o verde simboliza as encostas verdejantes da Serra do Araripe que emoldura a cidade.²⁵³

Posteriormente, já na administração do Prefeito Ossian de Alencar Araripe, em 15 de setembro de 1955 é que seriam criadas oficialmente as Armas do Município (Lei nº 349): escudo gaulês, encimado por um cocar indígena. Essa lei assim se expressa:

“(...) No escudo do Município do Crato nota-se a divergência da bandeira da Revolução de 1817 – a cruz por ser um símbolo espiritual ficou acima do símbolo material que é o sol. (...) Parágrafo único: no centro do escudo existe uma rosácea, em contorno vermelho formada de junção e na extremidade, de quatro CC, que significam, na acepção popular Cidade do Crato, Cabeça de Comarca – com que se marca a fôgo, desde tempos remotos, a criação de animais graúdos deste Município simbolizando a riqueza primitiva de nosso ferro que foi a pecuária – é o símbolo característico do Crato. (...) No centro do escudo a palavra Labore Suportes. Nas laterais do escudo: hastes de cana de açúcar, (...) para recordar a principal riqueza atual do município.”²⁵⁴

Dentre as festas cratenses uma tem importância especial, posto que a partir de 1953 inscreveu-se no calendário festivo da cidade. Trata-se da “Exposição do Crato”, realizada pela primeira vez no período de 4 a 7 de dezembro 1944. Os empreendedores do certame foram: Wilson Gonçalves, então prefeito municipal, e os agro-pecuaristas Filemon Teles, Pedro Felício Cavalcante²⁵⁵, Antonio Pinheiro Gonçalves.

A Exposição do Crato foi organizada com a intenção de se promover a melhoria do rebanho do Crato, bem como da agricultura pela utilização de matrizes de pura raça e de técnicas científicas. Ou, mais além, dotar o Crato de uma bacia leiteira para o Ceará. O certame foi resultado da “vontade sublime de promover o progresso do Crato”. Tratava-se à época de engajar o Crato no esforço de valorização da agricultura capitalista, posto que havia um entendimento no âmbito do governo cearense de que era no campo que estaria a “fonte de salvação coletiva”. Nesse sentido, ao intentar promover a melhoria do rebanho e da agricultura segundo orientações técnicas, diga-se, científicas, o Crato compareceria para a “salvação coletiva”.

²⁵³ Cf. Art. 9º da lei citada.

²⁵⁴ Cf. Lei citada

²⁵⁵ O Professor Pedro Felício Cavalcante “militou” no movimento de construção da “cidade da cultura”, em vários campos: no campo político foi prefeito, líder partidário por muitos anos e membro ativo da diretoria da Associação dos Empregados do Comércio do Crato, sob sua presidência aquela associação construiria o prédio, considerado na época o mais moderno da cidade, onde funcionaria a Escola Técnica de Comércio do Crato; no campo econômico foi banqueiro da Cooperativa de Crédito Caixerl do Crato e agropecuarista; no campo intelectual foi um ativo professor e membro do I.C.C.

A exposição nasce assim com a promessa de melhoria genética e dos métodos de trabalho na faina das atividades agrícolas e criatória. A proposta era instaurar uma mudança de mentalidade agro-pecuária na região, promovendo informações científicas operacionais para a lide na pecuária e na agricultura, irradiando-se sua ação instrutiva por todo o Nordeste.

Criada para ser uma festa anual, todavia sofreu um interregno²⁵⁶. O Crato tinha, àquela época, uma imagem confortável na vida política e econômica da região e do Estado. Essa imagem era, por si, identificada como garantia de que acontecimentos do gênero teriam êxito. Foi com esse argumento que foram retomados os objetivos que motivaram a primeira exposição, e nesse sentido, promovida a sua continuidade. A 2ª Exposição se realizaria de 14 a 17 de outubro, no Parque Municipal por ocasião das comemorações do Centenário da Cidade (1953). Em 1954 passaria a ser realizada no atual Parque de Exposições. Em 1959 passou a constar do calendário de eventos do gênero no Nordeste ganhando a denominação de Exposição Centro Nordestina de Animais e Produtos Derivados, que substituiu a sua denominação inicial - Exposição Regional Agro-Pecuária do Crato.

Desde 1953 vem se realizando anualmente, constituindo-se num espaço de otimização dos negócios do ramo, principalmente ao tempo em que o Banco do Brasil e Banco do Nordeste garantiram o crédito fácil para aquisição de espécimes das raças expostas. Nesse sentido o refrão de uma música-propaganda do evento tornou-se muito popular: *“Venha à exposição do Crato que os bancos asseguram seu contrato”*.

Naquela festa o Crato foi, e ainda é visitado por personalidades dos governos federal e estadual. Mas a exposição não era apenas o espaço dos negócios e das falácias eleitorais, era também espaço de festa, de conagração de pessoas que têm os seus espaços delimitados de acordo com o *status* econômico ou cultural, no recinto do parque. Na verdade, no parque de exposição, os espaços de sociabilidades reproduzem a hierarquização dos extratos sociais a partir de divisões referenciadas na posse de bens econômicos – há espaços de ricos, médios, e de pobres – e ainda referenciadas à condutas – há espaços que são ocupados pelos “adeptos da cachaça com erva”, pelas prostitutas, e pelas pessoas de “boas famílias”.

²⁵⁶ O interregno foi motivado, segundo a explicação oficial, devido à situação econômica de crise do pós-guerra e a reorganização da vida democrática do país após o período da ditadura Vargas. Com efeito, os proponentes do projeto da exposição (calendarizada) eram também homens públicos. A reorganização da democracia exigiu a concentração de seus esforços político-partidários a nível local.

Até a década de 60 a exposição era o lugar do exótico, do incomum, do fantástico, seja nas amostras da produção agrícola, seja na amostra dos animais e do artesanato. A partir de então, o caráter festivo associou-se ao caráter de feira de amostras e de oportunidade de veiculação de saberes técnicos para os agro-pecuaristas. Os instrumentos da lavoura capitalistas passaram a disputar espaços com as rendas de bilro, as rapaduras e aguardentes. A festa foi aos poucos e continuamente tomando o lugar dos negócios agro-pecuários.

O advento da energia de Paulo Afonso (1961) propiciou uma relativa liberação dos costumes e a presença feminina aumentou naquela festa. Com seus vestidos curtos e calças compridas as mulheres puderam permanecer no recinto da exposição por mais tempo nas noites da festa.

A partir da década de 70, ocorreu uma “carnavalização” da exposição, que abandonou a perspectiva de valorização da cultura local, passando a incorporar bens culturais da cultura de massa.

Efetivamente, o Crato creditou-se como uma cidade capaz de promover acontecimentos de grande prestígio no Nordeste, servindo-se da exposição para divulgar o seu nome: a cidade da exposição, talvez por isso mesmo nunca dividiu as responsabilidades do certame com qualquer outro município do Cariri, em que pese a regionalidade que traz em sua denominação. Nenhuma festa no Crato serviu tão bem como mecanismo de reforço da idéia do “adiantamento” do Crato, posto que cria a idéia de que a alegria e a prosperidade são marcas cratenses.²⁵⁷

Enquanto se divulgava a exposição se promovia o Crato, capital da cultura. Nela não deixaram de comparecer os números da *Itaytera*, *IC-Revista* e *Região*. Todos se pretendiam um testemunho material da cultura erudita que vingava no Crato. A partir da segunda exposição as imagens evocadas sobre a exposição confundem-se com as imagens da cidade em seu teor apologético: ambas receberam os adjetivos de “a maior”, “grande”, “a mais festiva”, “a mais rica”, “mais hospitaleira”, “ordeira”, “vigorosa”.

²⁵⁷ Sobre a questão da festa como mecanismo de reforço, *vide*: DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 350 p.

3.5 - A historiografia

Em 1905 o editorial de um jornal do Crato iniciava sua fala dizendo: *“história mesmo, que seria sem a tradição, quando o exemplo de ontem é a lição de hoje e há de ser sempre a experiência de amanhã?”*.

Elaboradores de uma tradição que se fortalecia pela continuidade de uma proposta civilizatória, os intelectuais ressentiam-se do fato de que, àquela altura, o Crato era ainda uma “cidade sem história”. Teria de esperar os anos 30 para ver surgir os primeiros livros de história produzidos por seus filhos. Todavia, esses livros não falaram diretamente sobre o Crato, mas sobre Juazeiro e o Nordeste: *“Renovação”*, história-romance de José de Figueiredo Filho exprime o veio antropológico daquele que era farmacêutico por formação, e que por força do compromisso com o “adiantamento do Crato”; foi historiador e professor. O seu primeiro livro elegeu aspectos da vida social dos sertanejos, na pele de romeiros do Padre Cícero; Irineu Pinheiro, por sua vez, escreveu sobre *“O Padre Cícero e a revolução de 1914”*.

Aqueles historiadores não elegeram o Crato como objeto, todavia o lugar de fala daqueles, foi o Crato. Nesse sentido prestaram um serviço à tradição através da história, ao tempo em que fizeram da história um instrumento poderoso da tradição. Seus olhares sobre o Juazeiro são olhares de homens “cultos e civilizados”.

Com efeito, a sacralização do passado cratense como passado de glória, amor às letras e civilidade, se constituiu em regularidade discursiva do movimento de construção da “cidade da cultura”. Uma das poderosas formas de memorização desse passado foi a transformação da memória em história, operação que não podemos dizer tenha sido dessacralizante da memória porquanto os historiadores amalgamaram suas obras a partir de um regime de historicidade semelhante ao da história-nação. Nesse sentido procederam como memorialistas, ensaístas, cronistas, e etnólogos. Adapando a memória oral, assimilando-a, recriando-a, interpretando-a e, ainda, fazendo a pesquisa erudita das fontes escritas.

O amálgama daquelas perspectivas na historiografia do Crato, e de resto do Cariri produzida pelos principais historiadores - Irineu Pinheiro, Padre Antônio Gomes e José de Figueiredo Filho, principalmente - pode ser percebido em três linhas do programa de

história produzido por eles, guardando-se a especificidade de cada um: a dimensão memorialística expressa no compromisso de contar a história do seu tempo sem que dali se infirisse uma doutrina. Essa dimensão se apóia na descrição dos costumes, privilegiando a lógica de sua evolução na linha da civilização; foram cronistas na medida em que escreveram a história a partir de uma perspectiva literária.

A dimensão ensaística de suas obras pode ser percebida na preocupação dos autores de construir uma análise das cenas narradas. Em Irineu Pinheiro, e sobretudo em Padre Gomes a preocupação etnológica foi levada às últimas consequências. Essa preocupação pode ser observável na crítica das fontes utilizadas e na junção de “dados comprobatórios” de suas teses (quanto melhor quando esses dados fossem fornecidos por fontes oficiais escritas). A fé etnológica com que aquele padre e historiador “escavou” os arquivos, fez com que tivesse certeza de encontrar verdades, e mais do que isso, a certeza de que aquelas verdades eram essenciais para a história.

Aqueles três historiadores estiveram unidos em torno de um mesmo projeto de construção do Crato como “cidade da cultura”, na qual a história se faz necessária à tradição.

Em carta endereçada a Irineu Pinheiro, Padre Antonio Gomes assim se expressa:

*“Prezado amigo Dr. Irineu: O prometido é devido. Remeto-lhe as notas, que colhere para um artigo sobre o ilustre cratense (...).Resolvi não escrever o artigo, preferindo ceder os dados para o seu ainda inédito ‘Efemérides do Cariri’. Trabalhamos, ambos, para o mesmo fim: a exaltação deste rincão, que lateja em nossas veias e vibra em nossas almas (...) Colhi estas notas, pessoalmente, na (...) cidade de Cabrobó, Cartório de Manuel de Sousa Santos (1951), livro de ‘Notas’, 1851-1860. Seu, de sempre, Padre Antonio Gomes.”*²⁵⁸

A camaradagem intelectual vivenciada pelos três historiadores permitiu-lhes não somente a cessão de informações e fontes, mas igualmente partilharem de um mesmo projeto: a exaltação desse rincão. Em que pese a intimidade entre os três, Irineu Pinheiro, foi tratado com deferência pelos outros, pelo fato de ser o iniciador daquele projeto de produção de uma historiografia do Cariri.

Assim, se os três produziram uma historiografia cujo recorte geográfico era denominadamente o Crato— *A Cidade de Frei Carlos*, a *Cidade do Crato* — também procederam a um recorte geográfico mais amplo - o Cariri. Todavia o Cariri foi

²⁵⁸ Cf. ARAÚJO, Padre Antônio Gomes de. *A Cidade de Frei Carlos*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1971. Coleção Estudos e Pesquisas. Vol.V. 108 p. Citação extraída das páginas 38-39.

estudado por eles a partir do Crato. É que aquele projeto nasceu nessa cidade, mas sobretudo porque a maior parte dos dados etnográficos de que lançam mão referem-se a acontecimentos e experiências vivenciadas no Crato e, ainda, pelo entendimento que tiveram os historiadores de que o Crato era o núcleo irradiador do desenvolvimento econômico e, sobretudo, cultural do Cariri.

Essa idéia, conforme já demonstramos anteriormente, vinha sendo patenteada desde a segunda metade XIX, pelo discurso da elite intelectual, veiculado, principalmente, pela imprensa cratense. Os historiadores, apresentam-se como continuadores desse discurso, transfigurando-o e inscrevendo-o como comprovações do adiantamento econômico, político e cultural do Crato na região e, em alguns casos, no Estado. Desta forma, capitalizaram aquele discurso em favor da construção da “cidade da cultura”. Sistematizaram-no e somaram dados etnográficos levantados em fontes primárias e bibliográficas, compondo o conteúdo dos seus escritos. Lutaram pela editoração daqueles escritos, protegendo-o em suportes materiais mais duráveis - os livros - e dando-lhes publicidade.

Percebe-se nas entrelinhas de suas obras, que seus autores foram possuídos por um sentimento de prazer, de deleite, mas não se tratava apenas de um exercício diletante e sim de um exercício proselitista, engajado no enaltecimento desse rincão.

A historiografia do Cariri confunde-se com a própria história do I.C.C.. É que os historiadores foram os fundadores daquele instituto, e também pelo fato de que o I.C.C. estabeleceu uma rede de relações com outras instituições, especialmente com a Faculdade de Filosofia do Crato, somando esforços numa política de pesquisa com a finalidade de produzir-se a história do Cariri e, particularmente do Crato. O resultado disso foi a *Coleção Estudos e Pesquisas*, na qual foram publicadas obras do Padre Gomes e de José de Figueiredo Filho. Por outro lado, a partilha do mesmo projeto com o fundador e reitor por muitos anos da Universidade Federal do Ceará, Dr. Antônio Martins Filho, possibilitou-lhes a editoração de livros e revistas do I.C.C.

As obras produzidas pelo Dr. Irineu Pinheiro são anteriores à existência do I.C.C., embora aquela que é considerada como a mais importante – *Efemérides do Cariri* - tenha sido publicada através do I.C.C, em sua *Coleção Itaytera*.

Na busca de conjurar do presente a força do esquecimento acerca do passado, puseram-se então a inventar o passado. Lendo-o segundo o paradigma iluminista do

progresso inexorável, associado aos pressupostos teórico-metológicos do positivismo, afirmaram a superioridade do Crato na região.

José de Figueiredo Filho, em seu livro *Renovação*, uma história-romance escrita a partir de observação direta, diz: “*Neste despretenso apanhado não estou pregando doutrinas subversivas, baseadas no materialismo histórico, conforme a moda generalizada na presente época. Antes me encaminho por estradas opostas.*”²⁵⁹

Esse projeto de “exaltação desse rincão”, que moveu os historiadores, foi atravessado por algumas preocupações. A principal delas parece ter sido a de forjar uma base de cognição científica sobre o passado da região e, particularmente do Crato, elevando a memória a um estatuto de história coerente com as suas visões de mundo; buscaram as verdades dos fatos que foram por eles elevados ao estatuto de “fatos históricos”. Essas verdades se sustentariam numa crítica erudita das fontes, suposta por eles como contenedoras da verdade, posto que, lidavam com fontes oficiais. Exemplo disso é a carta enviada pelo Padre Gomes, citada anteriormente, na qual além de indicar a fonte para a questão, anexa à carta uma cópia de inventário.

Essa base de cognição científica, proporcionada pela crítica erudita das fontes, parece ter sido uma preocupação maior de Irineu Pinheiro e, sobretudo, do Padre Gomes, posto que Figueiredo Filho foi menos dado ao levantamento de fontes “primárias”. Sua obra é mais compilatória e, sobretudo, mais memorialística. Nesse sentido ele faz a crônica do vivido pela observação direta ou pela memória do que viveu “por tabela”.

Outra preocupação foi a questão da identidade, da “cariridade” e da “cratensidade” dos homens e mulheres que habitavam essas glebas. Recuperar o passado da cidade era a forma de provar os laços identitários dos cratenses e, muito mais, era a forma mais plausível de provar a evolução dessa terra apontando-se o triunfo da cultura letrada, da civilização e do catolicismo na terra dos índios Cariris.

A História foi compreendida pela tríade – Padre Gomes, Irineu Pinheiro e Figueiredo Filho como um lugar privilegiado de sacralização da identidade cratense e da superioridade do Crato. Em livro que escreveram em parceria, *Cidade do Crato*, seus autores assim se expressam: “*Oportuno lançarmos hoje um (...) olhar retrospectivo sobre a história desses cem anos e compararmos, (...) o passado com o presente,*

²⁵⁹ Cf. FIGUEIREDO FILHO, José de. *Renovação*. *Op. cit.*, p. 6

chamando a atenção do leitor para fatos e homens(...). ”²⁶⁰ Após o relato e a análise da rusticidade dos costumes do povo dizem com alívio: “Como diferem nossos costumes de agora dos de cem anos atrás”²⁶¹

Nesse sentido, as obras dos historiadores, principalmente de Figueiredo Filho, ressaltou nuances da identidade cratense, tais como o heroísmo, o altruísmo, a solidariedade, a hospitalidade, o espírito patriótico e ordeiro como traços do caráter do homem cratense. Enfatizaram a evolução dos costumes no rumo da civilização e, sobretudo, da instituição de uma rede material de suporte da cultura letrada.

Oscilantes no conceito de cultura, os historiadores preferiram defini-la como “usos e costumes” todavia ressaltariam nesses o “culto das letras”, das práticas religiosas católicas e das condutas civilizadas no Crato.

Pode-se afirmar que se balizaram nos historiadores da nação brasileira – Capistrano de Abreu, Rocha Pombo, Pandiá Calógeno, Varnhangem, Oliveira Viana, José Honório Rodrigues, O Barão do Rio Branco, as revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Liam também Jules Michelet, August Comte, Leopoldo Von Ranke, Câmara Cascudo, Gilberto Freire. Beneficiaram-se dos dados etnográficos e mesmo das interpretações dos clássicos da historiografia do Ceará –, Thomaz Pompeu Sobrinho, Gustavo Barroso, Antonio Bezerra, João Brígido dos Santos e Raimundo Girão. Com esse último mantiveram constante diálogo.

Intencionavam escrever a narrativa do passado pelo “senso da verdade histórica” e foi nesse sentido, ao que parece, que suas obras foram recebidas pelos leitores: “*ler Dr. Irineu Pinheiro é ter a certeza da verdade. Ao se referir aos fatos mais importantes de nossa vida, S.S. age com a mais completa isenção de ânimo. (...) Minucioso e comedido. Merece por tudo a nossa fé.*”²⁶²

Presos aos seus compromissos empiricistas e cientificistas de fidelidade ao passado, não se dão conta de que o que era significativo para eles era na verdade o resultado de um trabalho de significação de elementos do passado, de invenção do passado.

²⁶⁰ Cf. PINHEIRO, Irineu e FIGUEIREDO FILHO, José de. *Cidade do Crato*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1953, p. 10

²⁶¹ *Id. ibid.*, p. 15.

²⁶² Cf. *Jornal do Cariri*. Juazeiro do Norte, 5 de novembro de 1950, nº 16, ano I, p. 3. Esse artigo diz que o livro de Irineu Pinheiro recebeu elogios de José Lins do Rego e de Raimundo Girão

Canonizaram as periodizações, assim como os “fatos relevantes” para a história do Cariri, seguindo quase a mesma periodização adotada na historiografia tradicional brasileira, cujos cortes recaem na história político-administrativa: Colônia, Império e República.

Recortaram assim aqueles que seriam os marcos peculiares à história político-administrativa do Crato, assim como das outras cidades da região: Cariri indígena, povoamento da região pelos colonizadores, catequese dos índios, a exploração econômica – pecuária, cana de açúcar e a montagem de engenhos de rapadura e aguardente, a experiência malograda da exploração do ouro, o plantio de cafezais, as roças policulturas de subsistência, o algodão, as atividades comerciais -, elevação dos povoados à categoria de vila e depois de cidade, primeiras capelas, criação de freguesias e de comarcas, os governos dos coronéis, as câmaras municipais, os costumes e hábitos dos caririenses, a cultura letrada no Crato. Aqui como alhures, reconheceram, na ação conjugada da Coroa e da Igreja, o advento e o triunfo da civilização sobre a barbárie indígena, também nas terras dos “bravos” índios Cariris.

Dois fenômenos “despertaram” particularmente a atenção dos historiadores: as lutas de independência do Brasil e o fenômeno religioso, social e político em torno do Padre Cícero. Foram os “fatos históricos” que mais se empenharam em compreender e explicar.

Inspirados no evolucionismo social, do qual o positivismo é caudatário, foram fiéis ao “ídolo das origens”, de que nos fala Marc Bloch²⁶³. Para eles, as origens eram naturalmente o começo devendo, portanto, ser o ponto de partida o estudo dos primeiros homens a aportarem na região. Talvez por isto todos eles iniciaram os seus opúsculos falando sobre a Nação Cariri, tribos que aqui foram encontradas pelos “povoadores” oriundos da Bahia, Sergipe e Pernambuco no movimento de adentramento da colonização para o interior da colônia. Mas nas origens estavam também as causas: o triunfo da civilização e do progresso, propiciados pelo domínio dos índios pelos colonizadores, principalmente os evangelizadores, pela montagem de um aparelho político-administrativo e eclesiástico. Nas origens estavam as garantias da evolução dos costumes (civilizados) e do progresso – a participação do Cariri no *quantum* da riqueza material e cultural produzida no Brasil.

²⁶³ Vide: BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 5ª Edição. Port. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987. Coleção Saber nº 59. 179 p

“O Cariri não pode ser considerado um peso morto no desenvolvimento cultural nordestino a aliás de todo o Brasil. O litoral não o conhece porque não o estudou acuradamente. Só agora começa a enxergar-nos, pela evidência dos fatos. Rompeu o Cariri o tabu da civilização do CARANGUEJO, do passado. E assim, coopera com a máxima eficiência, para a valorização do interior, colocando-se em pé de igualdade, nas suas devidas proporções, com o opulento litoral”²⁶⁴

A evolução do Cariri rumo ao progresso e à civilização, de acordo com os historiadores, teve como núcleo o Crato - e nesse sentido foi garantida por ele. Essa inferência pode ser feita com base no exame das páginas dos seus livros de história do Cariri²⁶⁵ dedicadas ao Crato, lugar onde, segundo eles, havia uma floração e uma efervescência no campo intelectual, artístico, médico, educativo.

Por isso ao reclamaram, para o Cariri, um lugar na história do Brasil, o faziam na perspectiva de valorização do Crato:

“Esforcemo-nos os caririenses por conhecer com possíveis minúcias qual tem sido nossa cooperação nos sucessos do história do Ceará e nos da história nacional, quanto mais quanto temos sido infelizes os cearenses com os historiadores gerais (...) Em 1817 foram os caririenses, sobretudo os cratenses, os únicos que na nossa Capitania acompanharam Pernambuco, proclamando a independência e a república, à frente da revolução, entre outros, cousa singular – a primeira mulher republicana, no Brasil, dona Bárbara Pereira de Alencar.”²⁶⁶

Em suas histórias-memórias e histórias-crônicas inspiraram-se também no romantismo: retrataram a beleza e a importância do rio Granjeiro com as tons com que Heródoto retratou o Nilo. Edenizaram a Serra do Araripe, as nascentes e olhos d'água, as plantas nativas, enfim a natureza. Fiéis à escola do determinismo geográfico entenderam a índole benevolente e hospitaleira do Cariri como atributos determinados pelo meio geográfico.

Também idealizaram o índio Cariri, sobre eles projetaram as imagens da bravura, do destemor, da destreza e da astúcia, legado do qual o caririense, e, particularmente, o cratense teria incorporado ao seu patrimônio cultural. Paradoxalmente, não deixaram de ora vê-los como bárbaros, ora lamentarem o seu extermínio pelos conquistadores.

²⁶⁴ Cf. FIGUEIREDO FILHO, José de. História do Cariri. Vol. IV. p. 19

²⁶⁵ Vide: FIGUEIREDO FILHO, José de. *História do Cariri*. Crato, Faculdade de Filosofia do Crato. Coleção Estudos e Pesquisas. 4 v., 1964-1968; PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Op. cit.; ARAÚJO, Padre Antônio Gomes de. *Povoamento do Cariri*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. Coleção Estudos e Pesquisas Vol. 2, 1973. Do mesmo autor *A cidade de Frei Carlos*, op. cit.

²⁶⁶ Cf. PINHEIRO, Irineu. *Op. cit.*, p. 30

Sacralização do passado como um passado de glórias, valorização da cultura letrada, crença no progresso do Crato rumo à civilização, assim como na positividade dos elementos formadores do caráter do homem cratense, foram, pois, os elementos patenteados por essa história da região, e particularmente do Crato. Detenhamo-nos, ainda que sucintamente, nos historiadores, seguindo a ordem cronológica de seus escritos.

3.5.1 - Irineu Pinheiro

Irineu Pinheiro fez seus primeiros estudos no Seminário São José do Crato. Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1910), onde defendeu a tese “*Um Caso de Dexiocardia*”. Veio clinicar no Crato, onde foi recebido com banda de música e espocar de foguetes. Nessa cidade envolveu-se em campanhas higiênicas, dentre as quais a campanha contra a peste bubônica que assolou o Crato em 1936, publicando folheto e proferindo palestra. Foi Inspetor Federal, professor, presidente do Banco do Cariri, um dos fundadores do Rotary Club do Crato e do Instituto Cultural do Cariri. Mas foi como “o homem do fato histórico”, no dizer do seu companheiro de academia Padre Gomes, que o Dr. Irineu Pinheiro melhor contribuiu na construção da “cidade da cultura”.

Escreveu três biografias, duas delas sobre pessoas por ele consideradas como “vultos eminentes” da história do Crato: José Pereira Filgueiras e Joaquim Pinto Madeira. O primeiro deles foi, segundo J. de Figueiredo, “*seu herói principal da história cearense.*”²⁶⁷ A terceira biografia versou sobre o capitão J. da Penha, mas especialmente sobre a sua morte quando, como capitão das forças governistas, foi morto em combate pelos exércitos do Padre Cícero, por ocasião da “revolução” de 1914. Escreveu três compêndios de História: *O Juazeiro do Padre Cícero e a revolução de 1914*, escrito em 1938; *O Cariri seu descobrimento - povoamento – costumes* (1950); *Efemérides do Cariri* (obra póstuma, publicada em 1962, escrita em 1954).

Referindo-se a Irineu Pinheiro, o advogado Duarte Júnior diz que bem poderiam ser suas as palavras com as quais Michelet fechou a História da França: “*em que estreita intimidade, óh minha terra, vivi contigo durante quarenta anos! Se foi preciso para sondar tua vida que o homem se dedicasse inteiramente, passasse e repassasse*

²⁶⁷ Cf. FIGUEIREDO FILHO, José de. *In*: PINHEIRO, Irineu. *Op. cit.* Não paginado (o grifo é nosso)

muitas vezes o rio dos mortos – êsse homem está consolado pelo que fez. E a sua grande pena é... a de te deixar agora”²⁶⁸.

Talvez não somente pela ligação afetiva com o Crato, à semelhança da afeição devotada por Michelet à França, é lícito aproximá-los, mas sobretudo por terem feito da história um lugar de construção da nação.

Continuemos o discurso de Duarte Júnior, designado por ele mesmo como “*um hino e uma elegia para cultuar e enaltecer a memória do Dr. Irineu*”. Sobre os ofícios e as leituras do Dr. Irineu diz: “*O seu pendor literário divorciou-o da medicina. Sobre o esculápio projetou-se o historiador. Às investigações científicas preferiu as escavações históricas. Muito mais Michelet do que Claud Bernard, muito menos Kock e Pasteur do que Ranke e Thierry*”²⁶⁹

Certamente o Dr. Irineu, se vivo estivesse naquela ocasião, diria que a história que produziu era tão científica quanto as investigações da medicina. Afinal, foi também com essa finalidade que escreveu.

3.5.2 - José de Figueiredo Filho

Os primeiros a inventariar a cultura cratense, identificando-a com o cultivo das letras e da civilidade foram Irineu Pinheiro e José de Figueiredo Filho. Na obra em que foram co-autores – *Cidade do Crato* - esses arrazoados “especialistas” argumentam a favor da evolução cultural e moral dessa cidade, patenteando-a na análise quantitativa da instrução escolar e na demonstração argumentativa da evolução dos costumes no Crato desde o século XIX.

A obra fora escrita em 1953 “*para comemorar o centenário de elevação de Crato à categoria de cidade*”, conforme afirmam os autores.

Nela, os autores fazem um levantamento da rede escolar existente por ocasião do aniversário do centenário (do qual nos servimos no capítulo seguinte deste trabalho). A evolução moral dos costumes, segundo eles, teria se beneficiado do “cultivo das letras”, além da imigração de famílias icoenses, das visitas pastorais do Bispo do Ceará (antes da criação do Bispado do Crato), da religiosidade do povo e da ação pastoral do Bispado do Crato.

²⁶⁸ DUARTE JÚNIOR, Antônio. “*In Memoriam*” discurso em honra do Dr. Irineu Pinheiro”; in: Revista *Itaytera*. Crato, nº 1, ano I, p. 61- 71, 1955.

²⁶⁹ *Art. cit.* p 66

Ao tratarem da cultura cratense, operam com o conceito de cultura como sendo os usos e costumes, muitos dos quais preservados do desaparecimento pela ação do I.C.C., no entendimento de Figueiredo Filho. Mas conforme afirmamos há pouco, trabalharam com os dados e a análise da cultura numa perspectiva de idealização da cultura letrada como marca da identidade cratense.

A ideologização da cultura letrada não fez com que a cultura popular deixasse de comparecer na obra dos historiadores ou, mais particularmente, na obra de José de Figueiredo Filho. Em decorrência de uma política do I.C.C. de “valorização do folclore caririense”, aquele historiador despendeu seus esforços de “rememoração do vivido”. Foi ele o único dentre os historiadores a eleger a temática da cultura popular como objeto da história.²⁷⁰ Vejamos como a compreendeu aquele historiador, ao referir-se a uma das expressões artísticas da cultura popular – as bandas cabaçais:

“Na estrondosa festa da recepção em Crato ao Bispo de Fortaleza, D. Manuel Lopes, em 1909, o Major José Gonçalves (...) chegou a juntar mais de trinta bandas cabaçais (...). Com a morte daquele cratense (...), as bandas cabaçais passaram a declinar, embora seu irmão João Evangelista Gonçalves (...) tenha tentado organizá-las. Mas a luta do progresso contra o passado é bem árdua. Meu pai, José Alves de Figueiredo, tentou proibi-las na cidade. Naquele tempo tudo o que não vinha de fora, não estava de acordo com a civilização que começava a penetrar no interior. Não podíamos, de forma alguma, apresentarmos ao visitante, vindo do litoral, com músicos tão bisonhos e primitivos. O estudo do folclore estava bem em seu início. A tradição apresentava-se como inimiga número um do progresso. A mentalidade atual mudou. O que é bom, que nasceu com o povo, deve ficar e ser incorporado ao patrimônio do Brasil. Se não fossem as bandas de música-de-couro, as sanfonas dos pés-de-serra e dos sertões, as violas lânguidas e monótonas, não teríamos dado ao país o popularíssimo baião, que começou a invadir até as terras estranhas.”²⁷¹

Valendo-se da crônica dos costumes, reclamou um lugar na história para as manifestações artísticas, as credices e os costumes do povo. Nesse exercício, a cultura popular compareceu como uma cultura tutelada pelas elites letradas, com a qual aqueles letrados encontravam as origens rústicas, cômicas e curiosas, porém superadas, do Crato. Trata-se de uma idealização de práticas do povo, no passado, que, por isso mesmo não oferece mais nenhuma forma de ameaça.

²⁷⁰ Vide: CERTEAU, Michel de. *Op. cit.*. Apoiamo-nos nesse autor para compreender a inclusão da temática da cultura popular na obra de Figueiredo Filho, principalmente no Capítulo 3 – “A Beleza do Morto” pp. 55-85

²⁷¹ Cf. FIGUEIREDO FILHO, José de. *O folclore no Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. pp. 80-81.

Figueiredo Filho fala, inclusive, da proibição feita por seu pai às apresentações da banda cabaçal. Restrição compreensível. Seu pai viveu intensamente os conflitos entre o Crato e Juazeiro. Nesse sentido, não seria de bom alvitre permitir, no cenário urbano do Crato, práticas “rústicas” dos sertanejos.

Quando Figueiredo Filho ocupou-se da cultura popular, pela primeira vez, em seu livro *Renovação*, adotando uma perspectiva sociológica de análise, comportou-se de forma ambígua: como alguém que denuncia as credices populares como superstição, atraso, mas ao mesmo tempo compreende que elas eram um lenitivo para os sofrimentos causados principalmente pela seca. Política e religiosamente clamou aos poderes públicos pela salvação daqueles sertanejos maltratados.

Mas a folclorização da cultura popular se completaria na obra de Figueiredo Filho com os livros “*O Folclore no Cariri*” (1962) e “*Folgedos infantis*” (1966), “ensaios com caráter de memória”, no seu dizer. É bom lembrar que, àquela década, a patologização e, nesse sentido, o terror causado pelas condutas dos romeiros de Juazeiro já havia cedido lugar a uma rivalidade dessas duas cidades no campo econômico. Portanto, falar de usos e costumes sertanejos (base social dos romeiros) já não representava nenhum perigo de uma possível compreensão de que Figueiredo estaria valorizando e estimulando aqueles usos e costumes. Ademais, aqueles foram tratados como “mortos”, ou em “vias de extinção”: além de não oferecerem perigo à civilização, ao tratar deles Figueiredo fazia o “culto das origens” do povo caririense ou cratense em particular.

Na linha da história dos costumes Figueiredo Filho escreveu “*Engenhos de rapadura*”, entrelaçando aí a memória dos costumes dos atores daquele mundo rural – o engenho – com uma análise do comportamento econômico da produção dos engenhos do Cariri. Ainda no campo memorialístico da história dos costumes produziu “*Meu mundo é uma farmácia*”, na verdade uma autobiografia que se entrelaça com a história da cidade.

Na década de 60, iniciou a produção de sua *História do Cariri*, obra com quatro volumes, posto que faleceu antes de escrever o quinto, tal como pretendia fazê-lo. Compareceram naquela história a invocação do passado de lutas de que o Cariri foi palco (vale dizer, o Crato) no exercício de heroização dos seus protagonistas.

O quarto volume (capítulo XV) foi dedicado à “História cultural do Cariri”. Reafirma e amplia os argumentos em favor da comprovação da evolução cultural do Crato. Inventaria as lides literárias, jornalísticas, educativas (colégio e escolas primárias) dos caririenses, enfatizando a cada página a superioridade do Crato.

Figueiredo Filho deixa claro o seu conceito de cultura, as manifestações eruditas do povo. Desta forma, pode-se dizer que para Figueiredo havia uma “cultura popular” que desmerecia figurar como tema de História, ainda mais porque aquele compêndio foi escrito dentro de uma academia científica: a Faculdade de Filosofia do Crato.

3.5.3 - Padre Gomes

Esse historiador - na verdade mais etnólogo que historiador - foi, talvez, o mais comprometido com a questão da verdade histórica. Esse compromisso muito beneficiou a historiografia, posto que ele, mais do que qualquer outro, garimpou fontes e ofereceu suas indicações aos leitores.

Como historiador, não pôde e não quis desvencilhar-se do seu compromisso com a Igreja Católica, por isso, ao lado da eleição do temática do povoamento e povoadores do Cariri trabalhadas no livro *“Povoamento do Cariri”*, seu trabalho é uma elegia à ação da Igreja na obra da catequese, posto que civilizadora. Essa perspectiva pode ser vista em *“A Cidade de Frei Carlos”*.

Padre Gomes fez uma verdadeira genealogia das famílias que aportaram no Cariri. Esse trabalho genealógico foi condensado nos dois livros acima citados e no livro *“Um civilizador do Cariri”*, a única obra de história do Cariri que não tem o Crato como tema central.

Ao abordar a questão religiosa de Juazeiro, em *“O Apostolado do embuste”*, absolve o Padre Cícero, com base no “exame dos fatos”.

Referindo-se ao Padre Gomes escreveu certa vez Raimundo Girão:

*“em nossa opinião, o trabalho mais penetrante e de valor mais decisivo para a história cearense é a do Padre Antônio Gomes de Araújo sobre o “Padre Pedro Ribeiro da Silva”, o fundador e 1º capelão da hoje rica e próspera cidade de Juazeiro do Norte. As excogitações históricas e genealógicas do Padre Gomes já apanharam fama e respeito, pelo seu beneditismo e o seu poder exegético. O homem cava, aprofunda, mergulha e sai com a gema legítima. Não falseia e veste as suas conclusões com entusiástico vigor, como o entusiasmo de quem, de fato, segurou às mãos a verdade procurada”*²⁷²

²⁷² Cf. Revista *Itaytera*. Crato, nº 5, ano V, p. 134, 1959.

Girão se referia ao texto “O Fundador e o primeiro capelão de Juazeiro do Norte”, escrito por Padre Gomes e publicado na Revista *Itaytera* (nº 4). Afora esse texto, Padre Gomes escreveu muito outros, todos publicados na mesma revista. A maioria foi condensada nos seus livros acima referidos.

Pode-se concluir pela análise da historiografia que, para os três historiadores, o Crato era a “cidade da cultura” porque era habitado por pessoas civilizadas, e ainda porque: *“É sobretudo, sob o ponto de vista cultural que Crato tem seu lugar privilegiado no interior nordestino. É na realidade a capital intelectual de importante trecho da interlândia, compreendendo parte do Ceará, Pernambuco e Piauí.”*²⁷³

²⁷³ *Id. Ibid.* p. 69

3.6 - A crença na cultura

Por terem os “especialistas” buscado fazer do Crato a “cidade da cultura”, construíram a partir daí o seu projeto de vida como cidadãos. Em particular, pela engenhosidade com que teceram esses projetos conjuntos, podemos afirmar que conseguiram imprimir uma *crença* no seu produto.

Dizer isto, não significa que compreendamos que a relação entre produção e consumo culturais é presidida pela simetria hermenêutica, isto é, que exista uma correspondência invariavelmente harmônica entre o ato de recepção, por parte dos consumidores, e o sentido que presidiu a produção. Constitui-se em pressuposto da história cultural, campo no qual esse trabalho se apóia, a premissa de que o consumo dos bens culturais é também produtivo. Ou seja, há entre os historiadores desse campo, uma crítica à idéia de consumo-receptáculo, nomeadamente em Michel de Certeau e Roger Chartier.

O dito chistoso com que abrimos a introdução desse trabalho – “Só no Crato... só no Crato mesmo!” pode ser tomado como uma recepção que ironiza essa produção cultural pautada em padrões civilizados, ou até mesmo como uma irreverência em relação a ela.

Mas essa produção cultural foi também massivamente apropriada, na medida em que os cratenses utilizam-na em suas relações com os habitantes de Juazeiro, conforme já discutimos no capítulo anterior.

A crença no discurso sobre o Crato “cidade da cultura” pode ser rastreada em vários dos jornais editados na cidade, no período em exame (1889-1960). E, o que é mais curioso, em jornais editados em Juazeiro. Vejamos.

Assim se expressam os editores de um jornal, em 1903:

*“foi com certo receio e um pouco vacillantes, que aventuramos a publicação do (jornal) A Liça sem contar com um número seguro de assignantes cujo provento desse para o seu custeio. Mas os nossos patrícios não desmentindo a sua natural inclinação para as cousas alevantadas, o que muito os enobrece, abraçaram com effeito a nossa causa”*²⁷⁴

²⁷⁴ Cf. “Editorial”; in: *Jornal A Liça*. Crato, 15 de Julho de 1903. p. 1

O que nos interessa nesta citação é a idéia de que a uma atitude aventureira, seguiu-se o sentimento de segurança em relação às condições financeiras para a empresa, por serem os patrícios (vale dizer, pessoas de “boas famílias”) dessa cidade inclinados para as “cousas alevantadas”. Nesse sentido havia um público leitor receptivo aos bens culturais.

Sobre o mesmo jornal *A Liça*, um cratense radicado em outro Estado, diz: “*a chave de ouro que abriu a propaganda literária e civilisadora naquela terra talhada para grandiosos cometimentos progressivos, em face da pasmada fecundidade intellectual dos seus filhos*”.²⁷⁵

Veiculando a notícia de que seria publicado, ao final do ano de 1906, o *Almanaque do Crato*, assim se expressa o noticiante de outro jornal editado nessa cidade: “*É digna de aplausos a idéia desses que tomaram a resolução de confeccionar o almanaque dessa cidade que já por seu adiantamento intellectual e material e já por sua importância bem merece ser dotada por tão útil quão vantajoso empreendimento*.”²⁷⁶ Para o autor, o adiantamento intelectual e material era um fato, que entretanto precisava ser demonstrado.

O *Jornal do Cariri*, editado em Juazeiro, veiculava propagandas de lojas existentes no Crato nesses termos: “*grande empório comercial que representa o nível de uma cidade altamente civilizada*”²⁷⁷.

Noutra edição desse mesmo jornal foram veiculadas as impressões de um senhor, por nome Josafá Nascimento, sobre o Crato:

“cidade atraente do ponto de vista de sua bôa organização; maneira fidalga dos cratenses, esmeraldinos no trato e de uma sociabilidade admiravel; amor à limpeza e divinização no asseio. Seu comércio atrai-nos de primeira vista; tudo é ordem, perfeito entendimento, pesando na balança a delicadeza, a fidalguia e a educação aprimorada de cada comerciante deste berço de Bárbara de Alencar”.²⁷⁸

Vê-se que as impressões do Senhor Josafá refletem não somente a imagem que os cratenses tinham de si próprios, mas ainda, nas entrelinhas, aquilo que se dizia sobre o

²⁷⁵ Cf. SUCUPIRA, Edilson; in: *Jornal A Liça*. Crato, 2 de setembro de 1903, nº 09, p. 3.

²⁷⁶ Cf. *Jornal Correio do Cariry*. Crato, 26 de agosto de 1906, nº 101, p.2.

²⁷⁷ Cf. *Jornal do Cariri*. Juazeiro do Norte, 19 de Julho de 1950, nº 40, p. 7.

²⁷⁸ NASCIMENTO, Josafá. “Impressões sobre o Crato”; in: *Jornal do Cariri*. Juazeiro do Norte, 4 de Agosto de 1951, nº 53, p. 3 e 4.

comércio de Juazeiro, levado avante por homens devotos e trabalhadores, mas não menos “espertos” no uso da *balança* e, ademais, rudes.

Nessa mesma linha pode ser tomado o Requerimento nº 336 ao Congresso Nacional, em 1953, com o qual um grupo de Senadores da República consignaram votos de congratulações à população do Crato pelo transcurso do primeiro centenário de elevação desse à categoria de cidade. O documento, assinado por quatorze senadores, dentre eles, Assis Chateaubriand, Onofre Gomes, Plínio Pompeu e outros, demonstra a recepção compatível com a produção discursiva dos intelectuais cratenses, posto que lança mão de elementos caros àquele discurso, qual seja, o passado glorioso de lutas pela independência do Brasil e o ser o Crato o centro, o núcleo civilizatório:

*“por ser a data de elevada significação na vida do município que, no interior do Nordeste brasileiro, pelo desenvolvimento econômico e social, se constitui um dos mais promissores centro da civilização; atendendo a que Crato, pela ação patriótica e varonil de seus filhos, nos movimentos de 1817 e 1824, e na luta contra o insurreto Fidié, destaca-se como viveiro das mais gloriosas tradições cívicas (...)”*²⁷⁹.

3.7 - Os usos da tradição

Mais do que produzir uma crença, um efeito de verdade, a produção simbólica a que vimos nos referindo instaurou uma tradição de pioneirismo e superioridade cultural do Crato na região.

Essa tradição tem, no Seminário São José, uma referência simbólica no discurso de absolutamente todos os “especialistas”. Vejamos o discurso de Figueiredo Filho, posto que sintetiza o pensamento desses últimos sobre o Seminário, nos marcos de uma tradição. Diz, em 1953:

“fundado há 178 anos, serviu para preparar elite de inteligência e de espírito, que desempenhou papel preponderante na transformação do homem da época do cangaceirismo e do coronelismo, no cidadão pacato e mais ou menos instruído dos presentes tempos. O velho educandário que o tempo em vez de destruir fêz foi robustecê-lo, serviu como ponto de partida para a criação de

²⁷⁹ Cf. “Congratulações do Congresso Nacional”, in: Revista *Itaytera*. Crato: nº 1, ano I. p. 60, 1955.

modernas casas de ensino cratenses, que poderiam encher de orgulho a qualquer cidade culta do Brasil”²⁸⁰

Orgulhavam-se “os especialistas” pelo sucesso obtido pelos egressos do Seminário nos centros acadêmicos das grandes cidades; sucessos esses noticiados pela imprensa, ou sustentados na forma de livros impressos. Um desses impressos se tornou muito conhecido: o *Álbum do Seminário*, elaborado pelo Padre Emídio Lemos.

Foi por tomar conhecimento da “história do Crato”, que a Maria Carmelina Feitosa (naquela ocasião adolescente residente em Arneiroz, região dos Inhamuns) despertou para o desejo de estudar no Crato. Nossa depoente, conhecida hoje pelo nome religioso de Madre Feitosa, que chegou ao Crato em 1936, assim se reporta à sua relação com o Crato, mediatizada num primeiro momento pela leitura e pelo “ouvir dizer”:

“através de Monsenhor Feitosa, a gente conhecia muito a história do Crato, porque Monsenhor Feitosa estudava (aqui) no Crato. Era seminarista e passava as férias lá, com a gente. Aquilo para nós era (...) uma vivência espiritual mais forte. E então ele levava sempre livros a respeito do Crato. Aquele Álbum do seminário (...) Então a gente folheava muito, lia muito, esses folhetozinhos a respeito do Crato. Da história daqui e sobretudo os livros do seminário. Via o retrato do Colégio Santa Teresa... Ai eu comecei a sentir aquela vontade de morar no Crato... de estudar no Crato”.²⁸¹

Como se pode inferir desse depoimento, a “cidade da cultura” tornava ordinária a sua tradição de cultura letrada e de “vivência espiritual forte” através de textos e imagens – álbuns, livros, fotografias, folhetos.

Inaugurado no ano de 1875, as portas do seminário permaneceram abertas até hoje, muito embora a instituição tenha sofrido interregnos em suas funções de formação clerical ou de educandário. Conforme já o demonstramos no capítulo 1, aquele educandário foi casa de formação sacerdotal (Seminário Menor e em um curto período foi também Seminário Maior) e funcionou ainda como ginásio – Ginásio Diocesano São José.

Levi Epitácio, por exemplo, diz: “*olhando a cidade do alto do Seminário, ela parece ajoelhada aos pés da gente*”²⁸². Curiosa metáfora usada para descrever a cidade,

²⁸⁰ Cf. FIGUEIREDO FILHO, José de e PINHEIRO, Irineu. *Cidade do Crato. Op. cit.*, pp. 59-60. Este livro valoriza o seminário também nas suas ilustrações.

²⁸¹ Entrevista concedida em 27 de outubro e 16 de novembro de 1999.

²⁸² Cf. EPITÁCIO, Levi. “Crato visto de cima”, in: Revista *Itaytera*. Revista do Instituto Cultural do Cariri. Crato: nº 1, ano I, p. 116-117, 1955.

lançando-lhe um olhar de cima para as suas ruas centrais que ficam na parte baixa. É possível inferir que a palavra “ajoelhada” está longe de ser apenas uma metáfora topográfica, posto que o que os olhos do narrador vêem, afora as casas enfileiradas é o que ele considera serem os pontos principais da cidade: as escolas e as igrejas. Diz Epitácio: “do outro lado, no morro defronte está a igrejinha de São Francisco (...), mais para baixo está o Colégio Diocesano (...), mais à direita está a Catedral (...) um pouco além está o Colégio Santa Teresa, outra instituição educacional que honra a terra cratense. Na outra extremidade avulta a torre de São Vicente (...)”²⁸³

Nesse sentido, a expressão “ajoelhada ao pé” do Seminário é uma apropriação do vocabulário religioso - onde ajoelhar-se significa assumir uma posição de piedade, de reverência, de obediência. Pode ainda indicar a idéia de uma transformação do espaço em lugar, tal como concebe o historiador Michel de Certeau²⁸⁴: o espaço da cidade é transformado num lugar próprio. A cidade é, assim, o lugar que reverencia o Seminário, posto que esse demarcou aquela que seria a sua diferença, o seu próprio: o lugar da cultura letrada e da devoção católica.

Metáfora semelhante invocando a proteção do Seminário sobre a cidade foi elaborada pelo Padre Rubens Lóssio, num texto em que fala sobre a ação da Igreja na formação do Crato, diz ele: “pioneira destemida do progresso e da Civilização (...) pondo nas mãos do povo a Cartilha do evangelho e da Ciência, ensinou a construir o edifício da perfeição interior e o monumento da grandeza pública (...) a glória do Crato desceu do pé do Altar (...) o Seminário montando guarda à cidade.”²⁸⁵

Seja como casa de formação sacerdotal, seja como educandário para rapazes, sem dúvida o Seminário foi o marco fundador da tradição. Cumpriu um papel deveras importante enquanto instituição de suporte da cultura letrada na região. O Crato sendo a sua sede, constituiu-se no núcleo disseminador dessa cultura.

²⁸³ *Id. ibid.*

²⁸⁴ *Vide: CERTEAU, Michel de. Op. Cit. Cap. IX - Relatos de Espaços. pp. 199-217. Discutindo o valor das sintaxes espaciais nas estruturas narrativas, o autor demonstra a distinção operada entre espaço e lugar, diz o autor: “Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência(...) aí impera a lei do próprio (...). Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade” (p.201). Já o espaço é: “o efeito produzido pelas operações que orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais”. (p.202)*

²⁸⁵ Cf. LÓSSIO, Pe. Rubens. “A Igreja na Formação do Crato”, in Revista *Itaytera*. Crato, nº 1 ano I p. 150-153, 1955

Com efeito, no período de 1875 a 1967 estudaram naquele educandário 1.858 alunos, dos quais 139 ordenaram-se, o que representa um percentual de 7,05%. Durante o período em que funcionou como Seminário Maior (1922-1933), foram ordenados mais de 35 padres. O que significava um número expressivo se levarmos em consideração que toda Diocese do Crato contava, quando de sua criação, vinte e uma paróquias, número que evoluiu, até a década de 60, para 24, espalhadas em 30 municípios.

Repetidas vezes a valorização da rede escolar era feita a partir do produto final – os alunos – quantificando-se o seu sucesso em matérias jornalísticas que veiculam suas classificações numa determinada seleção ou que veiculavam notícias de sucessos, pelo Brasil afora, de alunos que passaram pelo crivo das escolas cratenses. Noticiando o vestibular ao qual se submeteram alunos do Ginásio do Crato, diz uma notícia em jornal cujo editor era Bruno de Menezes: “*A segunda turma de propedeutas saiu-se bem nos estabelecimentos de ensino do país: Miguel Arrais, na Escola de Direito do Rio e mais 5 em Recife, 4 em Fortaleza – prova de que o Ginásio do Crato é um modelar estabelecimento de ensino.*”²⁸⁶

A Diocese do Crato foi outra instituição valorizada enquanto marco de uma tradição de superioridade do Crato. Foi criada pela Bula *Catholicoe Ecclesiae*, do Papa Bento XV, em 20 de outubro de 1914, sagrando-se como seu primeiro bispo o padre Quintino Rodrigues de Oliveira, que na qualidade de Vigário Geral da Paróquia do Crato foi obediente aos ditames da Diocese do Ceará e da Santa Sé, em relação à questão dos “fatos extraordinários” de Juazeiro, e a subsequente suspensão dos ordens sacerdotais do Padre Cícero.

A diocese foi objeto de disputa entre o clero cratense e o Padre Cícero, que desejava que fosse criada uma diocese no sul do Ceará, denominada por ele Diocese do Cariry, cuja sede deveria ser o Juazeiro. Para tanto, envidou esforços políticos e financeiros, levantando inclusive o patrimônio exigido para a sua criação. Mas “*deu a Santa Sé a palma da vitória ao Crato, embora se não tivesse, ainda, formado o patrimônio que se exigia*”²⁸⁷, diz Irineu Pinheiro, no seu esforço por sacralizar a superioridade do Crato.

²⁸⁶ Cf. “Ginásio do Crato”, in: *Jornal Gazeta do Cariry*. Crato. 11 de março de 1933, nº 814, ano XVII, p. 3.

²⁸⁷ Cf. PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Op. cit., p. 505

No Bispado do Crato, Dom Quintino marcou sua pastoral no fomento às vocações sacerdotais e na promoção da educação. Reabriu o seminário, fundou dois colégios. Mas foi a sua filha dileta – a Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus - a instituição que contribuiu na tessitura do poder simbólico do Crato, porquanto espalhou os seus serviços no campo da educação feminina para outras cidades e estados, cuidando ainda de idosos.

Criada em 1923, aquela congregação não limitou ao Crato sua ação social nos primeiros anos. Pouco a pouco, foi-se espalhando, e em 1948 já contava com uma rede escolar composta de nove escolas, das quais três no Crato, duas em Iguatu, uma em Icó, uma em Juazeiro do Norte, no Ceará, e uma na cidade paraibana de Santa Luzia. Mais adiante, a Congregação fundaria uma escola no Piauí e uma em São Paulo.

Na década de 60, chegou a ter sob os seus auspícios trinta e três instituições entre noviciado, patronatos, colégios, abrigo para idosos, externato. Diga-se ainda que foi de Dom Quintino a idéia de criação de uma instituição creditícia no Crato: a Cooperativa de Crédito do Cariri. O mesmo Bispo dotaria a Diocese de uma imprensa, através da qual foi publicado o jornal *A Região* e, a partir de 1939, o jornal *A Ação*.

Antes mesmo da criação da Diocese, o Crato já tinha uma posição de liderança no plano institucional religioso, posto que foi a segunda freguesia (de Nossa Senhora da Penha do Crato), do sul do Ceará, criada em 1º de Janeiro de 1768, por desmembramento da freguesia de Missão Velha. Sua jurisdição abarcava uma faixa territorial cujas extremidades iam de Cabrobó, no Pernambuco, até a região do Inhamuns, no centro-sul cearense. Os fregueses e moradores dessa extensa região ficaram na dependência eclesiástica do Crato.

Por outro lado, o Crato foi a cidade-sede do Seminário São José.

Mas foi sem dúvida, a criação da Diocese do Crato, em 1914, que conferiu ao clero cratense as condições eclesiásticas, assim como a infra-estrutura necessárias para exercer o seu poder pastoral, no que diz respeito à produção e à veiculação de saberes que incidiram sobre homens e mulheres, perspectivando-os segundo os cânones da civilidade cristã.

A ação pastoral de Dom Quintino concedeu especial atenção às mulheres. Ainda na qualidade de Vigário Geral da Paróquia de Nossa Senhora da Penha, aquele prelado fundou a “Cruzada Carmelitana” (1914), que associava uma tônica espiritualizante -

seguindo portanto as orientações do catolicismo ultramontano - com uma preocupação em relação à instrução das mulheres. Aquela cruzada teria grande longevidade enquanto apostolado leigo e enquanto espaço de sociabilidade de mulheres que pugnavam por orientar suas condutas como mulheres “instruídas na palavra de Deus e da Igreja e irrepreensíveis na conduta social”.

Contando entre os anos de 1914-1924 com 309 sócias, que anualmente renovavam sua matrícula na associação, terminaria na década de 40 com pouco menos de cem sócias. Mas nem se pense que essa redução drástica seu deu em virtude de uma guinada das mulheres contra a Igreja; pelo contrário, deu-se devido à abertura de novas associações de apostolado leigo, tais como: Apostolado da Oração, Obra das Vocações Sacerdotais, Ação Católica, Filhas de Maria e, sobretudo, Ação Católica, já no bispado do 2º bispo, Dom Francisco de Assis Pires. Presentemente a Diocese conta com dezoito congregações religiosas, sendo que apenas duas dessas missionam no Crato: As Filhas do Coração de Maria e a Congregação das Filhas de Santa Teresa.

Espiritualidade forte e instrução foram compreendidas como instrumentos imprescindíveis para que as mulheres exercessem os seus papéis de esposas, mães, professoras. Esses papéis sociais exigiriam da mulher, fundamentalmente idealizada por Dom Quintino e por Dom Francisco, o conhecimento da doutrina cristã, a piedade, e os conhecimentos científicos. Nessa perspectiva foi criado, ainda, um colégio para formação feminina: o Colégio Santa Teresa de Jesus.

Pode-se afirmar que Dom Quintino viu nas mulheres um importante sujeito social na promoção da igreja e na distinção da sociedade cratense. Por um lado, preocupava-o o fato de que havia um desnível entre rapazes e moças no que diz respeito à instrução, prejudicial à promoção da mulher, à família e à sociedade. Por outro lado, a sua instrução concorreria, evidentemente, para a promoção de cristianismo.

Concebeu o colégio como um lugar privilegiado para a *“harmonia entre a fé e a ciência que criaria um cristianismo perfeito e integral”*, sem deixar de lado a Cruzada Carmelitana, que aliás construiu uma capela onde promoviam suas reuniões sempre muito concorridas até, pelo menos a década de 1940.

Pode-se afirmar que o segundo bispo, Dom Francisco de Assis Pires, deu continuidade à linha de ação pastoral de Dom Quintino, estimulando a formação de um apostolado leigo. Foi naquele bispado que foi instituída, na Diocese do Crato, a *Ação*

Católica (1939) com seus vários setores. Voltou-se ainda para as obras de assistência social. Nesse campo sua obra mais importante foi a fundação do Hospital São Francisco de Assis, para o que contou com o apoio político do Dr. Joaquim Fernandes Teles, então Deputado Federal.

Até o terceiro bispado, de Dom Vicente de Paula Araújo Matos, a Diocese do Crato pautou o seu poder pastoral na linha doutrinária do Catolicismo Ultramontano, ainda que, no que diz respeito à questão da relação capital-trabalho tenha feito uma inflexão da linha espiritualizante, incorporando a disciplina dos trabalhadores segundo as orientações emanadas da *Rerum Novarum*.

O terceiro bispo, Dom Vicente, era, desde 1955, Bispo Auxiliar de Dom Francisco. Sua sagração como bispo se deu em 1961. Aquele bispado pautou a sua ação pastoral por uma nova orientação. Ao assumir, voltou-se inicialmente para uma questão que havia sido secundarizada pelos anteriores: a questão do patrimônio da Diocese, promovendo inclusive a “Campanha pelo Patrimônio”.

No plano pastoral sua ação se pautou numa linha de renovação, de acordo com o espírito que já se prenunciava na Igreja e que teria seu corolário com o Concílio Vaticano II. Nesse sentido, sua ação reflete uma mudança nos discursos e nas práticas da Diocese do Crato, voltando-se para a realidade terrena na linha da “*promoção integral e harmoniosa do homem nordestino*”.²⁸⁸

Para adaptar a Diocese na linha de renovação emanada do Vaticano II, Dom Vicente fundou a Fundação Padre Ibiapina, órgão que centralizou todas as atividades da Diocese; tais como o movimento de cooperativismo e sindicatos, treinamentos e cursos de formação para o trabalho. Estruturou uma Coordenação da Pastoral Diocesana, cujos trabalhos se estenderam em várias pastorais: Pastoral da Catequese, Pastoral Vocacional da Terra, Pastoral de Liturgia, Pastoral da Juventude. No seu bispado as Comunidades Eclesiais de Base exerceram todo um trabalho de organização de vários segmentos sociais, dentre eles a organização tutelada dos trabalhadores rurais, através da Escola de Líderes Rurais – ELIRUR. Foi no bispado de Dom Vicente que foi criada a Rádio Educadora do Cariri. O nome da rádio já nos permite inferir o conteúdo de doutrinação social que foi veiculado pelos seus microfones.

²⁸⁸ Cf. Jornal *A Ação*. Crato, 29 de novembro de 1967, nº 1.212, ano XXVIII, p. 5. (encarte especial dedicado à Diocese).

Pode-se dizer que a ação pastoral de Dom Vicente representou uma descontinuidade no discurso e nas práticas voltadas para a civilidade cristã. Embora não tenha descurado a doutrinação, as preocupações que se impunham para a Igreja Católica para com as questões sociais, orientaram as atenções da Diocese do Crato para dirimir, numa ação preventiva através da educação, os conflitos sociais, seguindo as novas orientações da Igreja que seriam amalgamadas pelo Vaticano II.

Ademais, o Crato já se apresentava como uma sociedade muito mais conflituosa, dado o êxodo rural que se acentuou a partir da década de 60. Se em 1940 o quadro urbano representava 31,2% da população, em 1960 esse percentual já seria de 49,3%. Essa alteração ocorria em todas os município da Diocese.²⁸⁹

A tradição de que o Crato era o berço da cultura letrada na região, foi reforçada com a criação da Faculdade de Filosofia do Crato – F.F.C., em 1959. A idéia fazia parte dos planos de interiorização do ensino superior do então reitor da Universidade Federal do Ceará, Antônio Martins Filho, um dos grandes entusiastas do progresso do Crato neste setor. Dos seus contatos com a Diocese do Crato surgiu o Instituto de Ensino Superior do Cariri, entidade que daria amparo legal à faculdade, sendo sua mantenedora.

Em reunião ocorrida naquele ano, na Rádio Educadora do Cariri, à qual compareceram Antonio Martins Filho, José Newton Alves de Sousa, Dom Vicente de Paula Araújo Matos, Padre Rubens Lóssio, selou-se o compromisso entre a Diocese do Crato e os intelectuais para a instalação da Faculdade de Filosofia do Crato, decidindo-se também naquela ocasião o nome do diretor, indicado pelo I.C.C., o Dr. José Newton Alves de Sousa. O nome agradou à Diocese, posto que se tratava de um intelectual cuja vivência social aliava grande erudição e piedade. Acadêmico do I.C.C., era também um dos “Homens da Ação Católica” e, por várias vezes, representou esse setor do apostolado leigo da diocese em reuniões e congressos do gênero pelo Brasil afora. Foi também professor dos colégios pertencentes à Diocese e, naquele momento, já exercia o magistério superior na Universidade Federal da Bahia e na Católica de Salvador.

A Faculdade de Filosofia nascia, assim, sob a égide da Diocese do Crato. Na ocasião da sua instalação, o discurso proferido pelo diretor amalgama elementos

²⁸⁹ Cf. Censos demográficos de 1940 e de 1960. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE.

construtores da tradição do Crato como “cidade da cultura”, a saber: o desejo da cidade de ser “adiantada” em termos de cultura letrada (a cidade é tratada como uma entidade homogênea, na qual todos os habitantes têm os mesmos desejos que aqueles dos intelectuais); a clarividência, espírito pioneiro e a disponibilidade dos “filhos” do Crato em investir na área da cultura; a ação preferencial da Diocese, que, nessa área, privilegiava o Crato nos seus investimentos à nível de Cariri; a aliança entre intelectuais leigos e a Diocese, como se pode constatar no trecho abaixo:

“Na presente e histórica oportunidade, muito me apraz agradecer ao Instituto de Ensino Superior do Cariri a escolha do meu nome para Diretor da Faculdade de Filosofia do Crato, cuja existência a Cidade longamente desejou e a clarividência e o espírito pioneiro do Magnífico Reitor Martins Filho tornaram realidade (...) É de justiça aqui salientar o papel que (...) coube à Diocese do Crato, promotora e mantenedora das mais antigas e prestigiosas instituições educativas da região, e que encontrou, na santidade pessoal do inolvidável Dom Francisco de Assis Pires, o ambiente propício às atividades irrecusavelmente fecundas do grande Vigário Capitular, (...) Dom Vicente de Paula Araújo Matos.”²⁹⁰

Entre os seus fundadores, figuravam padres – Rubens Lóssio, Antônio Gomes e homens do apostolado leigo, José Figueiredo Filho, José Newton, Raimundo Borges - e, ainda, Sarah Cabral e, é claro, Martins Filho. Esse grupo idealizava construir uma universidade, para o que, a fundação da faculdade seria uma etapa inicial.

Por outro lado, pode-se afirmar que, ao criar uma escola de nível superior particular, os intelectuais do Crato corroboraram com a luta que, iniciada nos anos 20, tornou-se mais forte nas décadas seguintes, e desaguou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024/62. Nesse sentido, é lícito reafirmar o estreito relacionamento entre a grande maioria dos intelectuais cratenses e a Igreja Católica (Diocese do Crato).

A luta foi marcada pelo esforço da Igreja Católica no sentido de recuperar a influência exercida por ela em todo sistema educacional do país, posto que estava ameaçada pelas propostas dos Escolanovistas em torno da laicização e, no limite, da democratização do ensino. Por outro lado, nos anos que antecederam a constituição de 1946, e até a LDB de 62, conflitaram-se as propostas em torno da questão da responsabilidade do Estado para com a educação.

²⁹⁰ SOUSA, José Newton Alves de. *Op. cit.* p. 19

Apropriando-se de teses escolanovistas, um grupo defendia o caráter privatista do aparelho escolar (tanto melhor se fosse laico), enquanto outro defendia a democratização da escola, para o que, a sua gratuidade era condição *sine qua non*. Essas propostas imprimiram-se na Constituição de 1946, posto que essa desenhava uma feição liberal (privatista e laica) para a organização do sistema escolar. Todavia deixou brechas para perpetuar o poder da Igreja Católica no âmbito da educação ao assegurar a opção de educação como um dos “direitos da família”. Pode-se afirmar, mesmo assim, que as ideologias defensoras de uma educação cientificista, laica e privada foram vencedoras na LDBN de 1962.²⁹¹

Porquanto fosse nobre o ideal dos fundadores da F.F.C. – interiorizar o ensino superior - parece não se ter cogitado democratizar o ensino através da gratuidade. Tratava-se de ensino privado, embora seus primeiros diretores - José Newton (1960 - 1971) e Raimundo de Oliveira Borges (1971 - 1976) - tenham sido infensos à exigências de ordem financeira uma vez que a faculdade só ganharia eficiência empresarial sob a direção do Padre Gonçalo Farias Filho (que assumiu em 1976, permanecendo na condição de diretor até sua estatização).

Adotando como o primeiro dos seus fins “*formar intelectuais para o magistério, orientação e administração de escolas e sistemas escolares*”²⁹², bem ao gosto das especializações exigidas pelo modelo econômico, a faculdade estruturou como política acadêmica o ensino e a pesquisa, daí decorrendo os seus programas básicos, posto que, segundo seu primeiro diretor, ela surgia: “*numa fase caracterizada pela multiplicação, em todo o Sul do Estado, de educandários de grau médio, o que veio aumentar a carência de pessoal docente, fato que por si justificaria a fundação desta Escola*”²⁹³.

A F.F.C., pelo fato de pertencer à Diocese e ser conduzida por homens de formação humanista, produziu e veiculou saberes inspirados nos paradigmas

²⁹¹ Sobre os embates em torno da questão da educação no Brasil, *vide*: CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A Escola e a república*. São Paulo: Editora Brasiliense. Coleção Tudo é História nº 127, 1989. 86 p.; NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material escolar, 1974, 1976 reimpressão. 400 p.; ROMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes. Sobre as origens da Faculdade de Filosofia do Crato; *vide*: SOUSA, José Newton Alves de. *Cariri, Nordeste e universidade*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1970. 287 p.; FRANCA, Fernando José Pinto da. *O Curso de história da Faculdade de Filosofia de Crato e da URCA no contexto regional do Cariri*. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino Superior) Universidade Estadual do Ceará, 1991. 37 p.

²⁹² Cf. Estatutos da Faculdade de Filosofia do Crato, publicados no D.O.U. de 22 de dezembro de 1959. Arquivo da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da URCA.

²⁹³ Cf. SOUSA, José Newton Alves de. *Op. cit.*, p. 21

humanistas-cristãos, sem no entanto descuidar a base científica inerente ao seu campo de pertencimento. Com efeito, tomados pelo *habitus* do meio acadêmico, tão logo a faculdade começou a funcionar, os intelectuais fundadores trataram de elaborar saberes científicos sobre a terra e cultura regionais. Num plano de elaboração e/ou ratificação de uma identidade regional, cuja célula mater era o Crato, aqueles intelectuais, em simbiose com o espírito que presidiu a criação do I.C.C. (tratava-se, praticamente, dos mesmos) pretendiam participar do banquete de uma suposta cultura universal, compreendendo-a como o somatório harmônico das partes (regiões e litoral-interior). Nessa linha, se pronuncia o seu primeiro diretor sobre as funções da faculdade:

*“Não se volta de modo exclusivo para o preparo de futuros professores secundários, mas se afirma também no rumo da pesquisa científica e das necessidades culturais correlativas a outros fins, de tal maneira que o regional seja tomado em função do universal, formando o homem ao jeito da paisagem nativa, mas integrando-o simultaneamente, nas grandes linhas do pensamento e da cultura humana”*²⁹⁴

Integrar o homem caririense nas grandes linhas da cultura humana, contribuindo para torná-lo um homem culto, ou um mestre-cristão, nas palavras do Dr. José Newton, passava necessariamente, por reproduzir os axiomas humanistas-cristãos:

*“a cultura que, especificamente, deve embasar, estruturar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras é a que se orienta no sentido do espírito, e do espírito universitário. É a que alarga aprofundando, aprofunda elevando e eleva aperfeiçoando. É a que toma o homem na totalidade de suas dimensões ontológicas e o situa no espaço e no tempo em preparação ao ilimite e à eternidade”*²⁹⁵

Nesse sentido, seguindo a doutrina tomista aliada à perspectiva científicista do programa teórico-metodológico positivista, implementaram um arrojado programa de “Estudos e Pesquisas”, com ênfase na pesquisa histórica. Dele resultou a publicação, por aquela faculdade, das coleções *Cadernos de cultura* e *Cadernos do Cariri*; de grande parte da obra do Padre Antonio Gomes, três livros que enfeixam grande parte de suas pesquisas: *O povoamento do Cariri*, *A cidade de Frei Carlos* e *Um civilizador do Cariri*, e a coleção *História do Cariri*, (quatro volumes) escritos por José de Figueiredo Filho, enfeixados na coleção *Estudos e Pesquisas*. Essas publicações foram suportes didáticos da matéria História do Cariri, componente curricular do Curso de História –

²⁹⁴ *Id. ibid.*, p. 34

²⁹⁵ *Id. ibid.*, p. 32

criado em dezembro de 1959 - que ressentia-se da falta de sistematização das pesquisas históricas já realizadas pelos intelectuais do I.C.C., que originaram destarte as publicações dos dois historiadores acima citados.

A leitura dos discursos elaborados pelos fundadores da F.F.C. nos permite afirmar que, desde a sua instalação, aquela faculdade era pensada como uma etapa de um projeto mais arrojado, conforme já afirmamos: a instalação de uma universidade. Mas podemos inferir que não estava acordado se seria uma universidade católica ou uma universidade pública. Podemos inferir ainda que essa mesma questão representou uma certa clivagem entre os fundadores e dirigentes da F.F.C. quando da criação da URCA. A existência da F.F.C., segundo essa inferência, alimentou, pelo menos para membros da Diocese, a utopia de uma universidade católica.

Uma universidade seria, na concepção dos fundadores da F.F.C., condição *sine qua* para o progresso do Cariri (ou talvez simplesmente do Crato). Com ela se pretendia engajar o Cariri nas linhas do projeto desenvolvimentista do governo Kubitschek, o que representava, de saída, a possibilidade de capitalizar as energias políticas dos programas estatais de desenvolvimento do Nordeste para o Cariri, sem contudo abrir mão da tutela do Crato sobre a região.

Sabemos que aquele foi um momento político no qual as disparidades regionais²⁹⁶ haviam se instaurado como *questão nacional* e, nesse sentido, o discurso regionalista ganhara fôlego no governo Juscelino Kubitschek com a idéia de desenvolvimento regional alavancado pela industrialização.

O Cariri foi beneficiado por projetos financiados pela SUDENE, principalmente pelo projeto Santa Rita. Por outro lado, o economista norte-americano Morris Asimow, em cooperação com a Universidade Federal do Ceará, criou um plano para o desenvolvimento da indústria no Cariri. Pode-se dizer que a partir da década de 60, quando a energia de Paulo Afonso já era uma realidade, incrementou-se um ideal industrialista na região do Cariri e, até mesmo, um incipiente parque industrial de empresas de grande e médio porte.

²⁹⁶ Sobre a “questão nordeste”, vide: MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Série Estudos sobre o Nordeste; v. 4) 170 p. Uma crítica ao modelo de desenvolvimento regional pode ser vista em OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião. Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 4ª Edição. 132 p.

Foi portanto nesse cenário de discussões em torno das possibilidades de superação das disparidades regionais (ancoradas nas teorias do subdesenvolvimento) que os idealizadores da F.F.C. e da URCA encontraram fôlego para a luta, apropriando-se dupla e ambigualmente da questão.

A duplicidade dessa apropriação pode ser aferida no seguinte raciocínio: o Cariri enquanto parte do Nordeste, deveria receber os benefícios programados para encetar o seu desenvolvimento, ou seja, como interior não poderia ficar “esquecido”, já que o “o nordeste é um todo”. “Tem litoral e tem interior”, lembrava Dr. José Newton, reclamando a integração das partes de uma unidade geo-política do Ceará e do Nordeste. Por isto, havia entre eles o consenso de que o desenvolvimento regional não prescindia, antes dependia, de uma universidade: “*depois da Sudene, depois das universidades, o Nordeste brasileiro é, seguramente, uma região em franco desenvolvimento*”²⁹⁷, dizia o Dr. José Newton.

Havia ainda o consenso de que caberia ao Crato a direção desse empreendimento, posto que foram os cratenses os seus idealizadores: “*Em 1968, foi lançada, em Crato, a semente de uma futura Universidade regional (...). Os idealizadores da URCA (Universidade regional do Cariri) (...) quiseram apenas lançar a idéia, preparar o terreno, para oportuna colheita.*”²⁹⁸

A ambiguidade pode ser compreendida na forma como lidaram com a questão regional. À despeito de um suposto regionalismo inscrito na fala dos fundadores - como por exemplo, o dizer-se que “*A Faculdade de Filosofia do Crato, pôsto que localizada nesta cidade, pertence a todo o Cariri e regiões adjacentes*”²⁹⁹ -, este, de fato, se circunscreveu na vigência da F.F.C., à oferta de vagas para alunos dos municípios da região. Isso muito beneficiou a Diocese com a geração das rendas oriundas das mensalidades pagas pelos alunos – e, na produção de pesquisas sobre a região, que, diga-se de passagem, tomaram o Cariri pelo Crato. Nesse sentido, é lícito afirmar que o Crato se beneficiou – e estava pronto para se beneficiar - com mais uma instituição que lhe ratificaria o estatuto de “cidade da cultura”- uma universidade.

Todavia, é lícito também afirmar que a questão regional, e, nesse sentido, a apropriação do discurso do desenvolvimento regional para o plano micro-regional (o

²⁹⁷ SOUSA, José Newton Alves de. *Op. cit.*, p. 13

²⁹⁸ *Id. ibid.*, p. 13

²⁹⁹ *Id. ibid.*, p. 21

Cariri), deslocou um pouco as fronteiras dos municípios no plano das ações políticas, diluindo aos poucos os bairrismos e conclamando o sentimento de pertencimento a uma região. Isso pode ser constatado pelo projeto de criação do Estado do Cariri, no final da década de 50 do século XX, ao qual fizemos referência no primeiro capítulo deste trabalho. Reafirmamos que aquele projeto não descurava o Crato, antes colocava-o como capital do pretendido estado.

Mas o canto à aldeia foi cedendo lugar ao canto à “nação (região) Cariri”, também no plano das expressões artísticas. (Re)Nascia, a partir da década de sessenta e, principalmente nas seguintes, a invenção do Cariri, invenção difícil, considerando-se as resistências nativistas amalgamadas no processo de construção das identidades locais e, nesse sentido, a medição de forças entre as suas mais importantes cidades: Crato e Juazeiro.

Como podemos verificar, a F.F.C. pretendia amparar a demanda de pessoal qualificado para ação docente nos educandários da região. Ao fazê-lo, o Crato marcaria *“outro passo avançado no terreno do pioneirismo do ensino, de toda a região.”*³⁰⁰

Anos depois, o historiador Fernando Pinto da Franca ratificaria esse discurso, entrevendo todavia a sua carga mítica: *“é este poder de ‘amparar’ educacionalmente as demandas escolares de regiões próximas, agora também como o ensino superior, o responsável direto, pela (...) propalação do Crato como ‘cidade da cultura’ dentro do contexto educacional interiorano.”*³⁰¹

Alimentando a tradição, em 1967, um desfile público em comemoração ao dia do município – 21 de Junho – organizado dentre outras pessoas por Sarah Cabral, ostentava faixas e cartazes reivindicando a URCA³⁰². O desfile produziu como resultado a nomeação de uma comissão para estudar a instalação da universidade, pelo então prefeito Humberto Macário.

Pode-se dizer que a partir daí, essa idéia acompanharia a militância, principalmente de Antônio Martins Filho, Sarah Cabral e José Newton Alves de Sousa, e da Diocese. Entre avanços e recuos, a idéia de criação da universidade continuava

³⁰⁰ Cf. “Ensino Superior em Crato”. Revista *Itaytera*, Crato, nº 5, ano V, p. 58, 1959

³⁰¹ FRANCA, Fernando José Pinto da. *Op. cit.*, p. 5

³⁰² Encontram-se no arquivo particular da Prof^a Maria Sarah Esmeraldo Cabral as fotografias daquele desfile. Tivemos acesso a esse arquivo na ocasião em que esta professora nos concedeu uma entrevista, em 15 de janeiro de 2000.

sendo identificada como uma solução para a questão do progresso de toda a região e, particularmente, do Crato.

Essa identificação foi reforçada por um grupo de “especialistas” que resolveu se organizar para discutir e conjugar esforços políticos com vistas a soerguer o Crato: o Grupo de Ação Comunitária, fundado em 1974, segundo a Prof^a Sarah Cabral, por Tomás Osterne de Alencar (rico comerciante), Paulo Cartaxo e Paulo Jairo (profissionais liberais) e ela, Sarah Cabral (professora). Sobre as causas que motivaram a organização do grupo, disse-nos nossa depoente:

“Não sei bem se tinha a idéia do declínio (do desenvolvimento cultural do Crato). Talvez inconscientemente a gente sentisse que a coisa não estava boa. Quando começou a ascensão do Juazeiro (...) começou haver um esvaziamento daqui (do Crato). Coisas que vinham para aqui, (que) não vinham, saíam daqui iam pra Juazeiro, ia pra Barbalha, ia pra qualquer parte... Então nós sentimos que precisava segurar alguma coisa. Segurar a hegemonia, vamos dizer, o prestígio do Crato. Então se começou a ver o que é que se ia fazer, aproveitando esse contexto aí”³⁰³

Até então, comungavam da mesma utopia os intelectuais e a Diocese. Todavia, por ocasião da sessão solene em comemoração aos 25 anos da F.F.C., momento em que Martins Filho deu a notícia de que o Governador Gonzaga Mota havia instituído uma comissão para estudar a possibilidade de uma universidade pública na região, estabeleceu-se, a partir daí, a desconfiança de que a integração da F.F.C. à URCA não seria fácil, posto que, segundo a Prof^a Sarah, *“uns aplaudiram, outros não aplaudiram”*. O gesto – aplaudir – permitiu a alguns presentes inferir que haveria doravante uma clivagem da unidade até então existente entre os intelectuais e a Diocese. Entretanto, na sequência das negociações a Diocese se dispôs a negociar o patrimônio físico e os recursos humanos da F.F.C. tornando possível, pela integração dessa faculdade, a URCA.

Movidos pelo “amor ao Crato” e alimentados pela força da tradição, em 1985 reiniciou-se a luta pela criação da Universidade Regional do Cariri - URCA, que resultaria da estatização da Faculdade de Filosofia, com seus cinco cursos de Licenciatura e da incorporação de dois cursos superiores da Universidade Estadual do Ceará existentes no Crato - os cursos de Economia e de Direito - e dois cursos Técnicos de Nível Superior existentes em Juazeiro. Feitas as negociações e tramitações de ordem

³⁰³ O contexto ao qual a depoente se refere é o do governo do General Ernesto Geisel, do qual fazia parte ocupando um alto cargo, o de Presidente da Caixa Econômica, um cratense – o Dr. Humberto Barreto.

legal, inclusive votando-se a lei que criou a URCA no governo de Gonzaga Mota, coube, por ironia do destino, ao governo de orientação (neo)liberal de Tasso Jereissate cumprir os encargos daquela estatização.

O grupo pró-URCA intensificou os trabalhos, apoiado em Martins Filho, detentor de prestígio político nas esferas governamentais a nível estadual e federal e, ainda, da função exigida pela burocracia do Estado para criação e funcionamento de universidade, (a URCA seria a terceira universidade fundada por ele no Ceará, depois da UFC e da UECE, o que lhe valeu o emblema de “o cratense fundador de universidades”). À Prof^a Sarah e ao Prof. José Newton Alves de Sousa caberiam os encaminhamentos de ordem burocrática, a busca de apoio político e, sobretudo, a articulação e animação de um grupo que foi crescendo à medida que os louros da vitória se prenunciavam.

As reuniões para deliberar as ações de encaminhamento da fundação da URCA eram feitas à calada da noite. Sobre essa questão assim se pronuncia nossa depoente, contrariando o “boato” de que trabalhavam sigilosamente: *“era a hora que todo mundo tinha tempo. Acabavam as aulas da Faculdade, aí se reunia, e como havia muito o que debater, muitos assuntos, ia até muito tarde. Mas não tinha nada de sigiloso”*.

Faz-se mister assinalar que, instaurada a universidade, aquele que era representante direto dos interesses da Diocese, posto que era o diretor da F.F.C., o Padre Gonçalo Farias Filho, empenhou-se, no cargo de Vice-Reitor, em dotar a URCA de uma rotina institucional, prestando para isto, insofismável contribuição, mormente no plano da sua estruturação administrativa.

Valendo-se da força da tradição o Crato se credibilizou para ser a sede da URCA, em meio a sérias disputas com o Juazeiro. O primeiro, contando com um poder simbólico fundado na tradição de que é a “cidade da cultura”, e o segundo com um poder político representado na força do seu colégio eleitoral (2º maior do Estado), que, àquela época, contava com dois deputados na Assembléia Estadual, um na Câmara dos Deputados e um suplente de Senador, enquanto o Crato contava com apenas um deputado na Assembléia Estadual, onde o processo era decidido em última instância.

Lembrando a trajetória percorrida na luta para a fundação da URCA, decorrida principalmente nos anos de 1985-1986, nossa depoente, a Prof^a Sarah, destacou uma das estratégias da luta: sensibilizar a Assembléia Legislativa do Estado. Nesse sentido, comissões animadas principalmente por ela, deslocaram-se algumas vezes àquela

assembléia, em Fortaleza. Uma das questões politicamente muito delicadas no processo era a disputa entre o Crato e o Juazeiro pela sede da futura universidade. Indagada sobre que explicações ela teria para o fato do Crato ter ganho a sede da universidade, disse-nos:

“eu acredito que isso tenha sido possível por alguns motivos. O primeiro é que não havia essa consciência de Universidade em Juazeiro (...). Porque até os cursos de segundo grau que havia no Juazeiro, nessa época, eram precários e poucos. Já tinha ensino superior, que eram os cursos de tecnologia, (...) também muito precários. Não havia por parte da comunidade de Juazeiro uma consciência da importância disso. Havia salas de aulas desses cursos que tinham um ou dois alunos. Então não havia uma valorização da comunidade pelo ensino superior. Então eu vou repetir agora palavras de um dos deputados (do Juazeiro) que me disse depois de uma reunião muito tensa, de muita luta, exatamente para se localizar a Universidade, a reitoria. Disse: olhe não se preocupem porque isso tem de ser no Crato, mesmo porque lá no Juazeiro não sabem nem o que é isso. Essa luta política é porque vai haver eleições”

Embora a Lei Estadual de criação da URCA (nº 11.191 de 09 de Junho de 1986) tenha encontrado uma solução de compatibilidade - estabelecendo-se que a sede da URCA ficará na divisa dos dois municípios – efetivamente, o Crato ganhou a luta, e, por enquanto a sede disputada ficou mesmo no Crato, onde se concentra todo o espectro administrativo e a maior parte dos cursos: inicialmente sete cursos, enquanto Juazeiro contava com dois, atualmente no Crato funcionam nove cursos e três em Juazeiro. Venceu a tradição.

Tradição forte. Ainda hoje nela se apoiam os políticos nas campanhas eleitorais pelo voto dos cratenses. Os candidatos, não raro, se esforçam para instaurar, no inconsciente político do eleitores, a identificação entre eles mesmos e essa tradição, em suas lutas concorrenciais. Nessas lutas, ser de boa família (civilizada, culta, moralmente correta), é um forte capital para credibilizar-se à ascendência aos cargos políticos ou a permanência neles.

Dessa tradição servem-se, ainda, os cratenses contra os “forasteiros”, nas lutas cotidianas, nas quais se reivindicam as posses simbólicas dos espaços e dos saberes sobre a cidade, ou nos embates políticos pela ocupação de cargos públicos. E sobretudo nos embates com o Juazeiro.

4 - A “cidade da cultura” letrada

A partir do fenômeno de Juazeiro em torno da figura do Padre Cícero a valorização de dispositivos civilizatórios e de elementos da cultura letrada podem ser percebidos na tessitura das representações, eivadas de um “entusiasmo contagiante” que, aos poucos, vai tomando conta de intelectuais (clérigos e leigos), políticos (dentre esses, alguns governantes municipais), capitalistas, no sentido de instaurar e/ou capitalizar dispositivos civilizatórios e implantar instituições de suporte da cultura letrada nessa cidade. Esses funcionaram como elementos estruturantes da produção simbólica, ao tempo em que foram também estruturados por essa produção.

4.1 - O “entusiasmo” pela cultura letrada

Fazendo um retrospectiva do ano de 1901, Soriano Albuquerque, diz que aquele foi um ano de glórias para o Crato, não somente devido à estréia do cinema nessa cidade. É bem verdade que ele dá conta de que “o *Cinematografo* agradou a muita gente sendo muito regular a enchente.”³⁰⁴ Mas sua retrospectiva elege outras efemérides. Diz ele que o Crato ganhou um magnífico estabelecimento de instrução – o Colégio Leão XIII; que o aniversário do descobrimento do Crato foi comemorado com serenata; que foi fundada, em 7 de setembro, a prometedora corporação de letras – *Romeiros do Porvir*; e que apareceram mais dois jornais – o *A Cidade do Crato*, e o *A Semana* foi transformado em *Sul do Ceará*. Diz ainda que o Lessa animou os distintos cratenses com seus dramas e comédias e o “Cinematographo” apresentou “vistas”, tais como a *A Parada Alemã*, *O Enterro do Rei Humberto* e *O Beijo*, que produziram verdadeira hilaridade.³⁰⁵

Pode-se conjecturar que a sensibilidade de Soriano para captar efemérides que lhe davam a imagem de uma cidade na qual as letras e as artes “floravam”, e, nesse sentido, o seu entusiasmo, decorresse de contingências ideológicas e pessoais de um moço

³⁰⁴ Cf. ALBUQUERQUE, Soriano. “Estréia do cinematographo”, in: *Jornal Cidade do Crato*. Crato, 29 de dezembro de 1901, nº 10, Ano I, p. 2

³⁰⁵ Cf. ALBUQUERQUE, Soriano. “Como no cinematographo”, in: *Jornal Cidade do Crato*. Crato, 5 de Janeiro de 1902, ano II, nº 11, p.1

intelectual que, como outros naqueles anos, ainda viviam de bem com o regime republicano por identificá-lo como o regime propiciador do triunfo da ciência e das letras. Poderia, ainda, ter imensa satisfação pessoal com o cargo de Juiz Substituto que ocupava. Mas a ação de Soriano também entusiasmou, animou o mundo das letras e das artes no Crato, no início do século. Ao transferir-se para a vizinha cidade de Barbalha, e, na sequência, para Fortaleza, onde seria professor catedrático da Faculdade de Direito, não seria menor o seu entusiasmo com o mundo das ciências e das letras, valendo-lhe naquela capital a deferência dos camaradas intelectuais que batizaram um clube literário com o seu nome - “Recreio Literário Soriano Albuquerque.”

Também os intelectuais cratenses, a posteriori, reconheceriam no trabalho daquele intelectual uma grande contribuição para a cultura no Crato. Diz Raimundo Borges referindo-se à Soriano: *“Fundou colégio, editou jornal em parceria com outros jovens amantes da imprensa e da literatura, organizou grupo teatral, incentivou vocações artísticas (...) despertou, enfim, o interesse da juventude para o cultivo das letras e do aprimoramento intelectual.”*³⁰⁶

Referindo-se aos anos 20 no Crato, Martins Filho fala do seu contato intenso com o mundo das letras nessa cidade, nos encontros com os colegas na residência de Santino Gomes de Matos, onde se reuniam *para discussões de natureza literária*. Reconstituo a ambiência cultural do Crato, diz:

*“Guardadas as proporções, poder-se-ia dizer que se apoderara de todos nós aquele entusiasmo contagiante de que fala Stefan Zweig quando (...) estuda a escola do século passado (...). De certo, seria ridículo estabelecer um paralelo entre o Crato do meu tempo e a decantada Viena, na Áustria (...). Contudo, aquela ânsia de saber demonstrada pelos filhos da chamada burguesia ‘esclarecida’ e o seu interesse por tudo o que se relacionava com a música, a poesia, as letras, as belas artes, enfim também nos empolgavam a nós outros, pobres sertanejos (...).”*³⁰⁷

Referindo-se, em 1958, a um período *“longínquo mais que continua vivo na memória”*, provavelmente os anos 30-40 do século XX, vividos na “terra de Bárbara de Alencar”, Ulisses Viana recorda a amizade com o poeta Aderson Siebra e o “ambiente de camaradagem literária”³⁰⁸ existente no Crato:

³⁰⁶ Cf. BORGES, Raimundo de Oliveira. *Op. cit.*, p. 203

³⁰⁷ MARTINS FILHO, Antônio. *Op. cit.*, pp. 214-215

³⁰⁸ Cf. VIANA, Ulysses. “O Poeta Aderson Siebra”, in: Revista *Itaytera*. Crato, nº 4, ano IV, 1958, pp. 99-102.

“Admirávamos, com sinceridade e carinho, a obra de Castro Alves e tínhamos respeito profundo pela grandeza do Padre Antonio Thomaz, Jorge de Lima, Fagundes Varela, Gonçalves Dias, Casemiro de Abreu (...) e mais outros elementos de valor da literatura poética nacional (...) Quando comparecíamos às festividades sociais as declamações dos sonetos científicos de Augusto de Anjos serviam de complemento indispensável aos goles de cerveja. Ficávamos em transe e a assistência, indiferente e irritada, começava a fugir imperceptivelmente”³⁰⁹

Esse mesmo memorialista fala ainda da simbiose existente entre os intelectuais cratenses (excetuando-se os maçons e os poucos comunistas que havia) e a Igreja Católica: *“Nossos sentimentos religiosos eram idênticos e estávamos sempre presentes à missa dominical, rezada às cinco da manhã pelo abalisado jornalista e sacerdote, Padre Leopoldo Fernandes Pinheiro. Vivíamos tão ligados aos preceitos da Igreja que, erroneamente, cortávamos relações com os maçons e comunistas da localidade”³¹⁰*

Esse entusiasmo é perceptível em vários discursos do período que analisamos. Sobretudo, pode ser traduzido no esforço dos intelectuais e governantes municipais em criar e/ou otimizar, no Crato, várias instituições de suporte da cultura letrada – escolas, imprensa, bibliotecas, academias literárias, teatro, cinema, museu. Foi aquele também um tempo no qual alguns governantes municipais investiram em obras de modernização da cidade identificadas como condição para a civilização, tais como iluminação pública, higienização, ampliação dos meios de comunicação e transporte, embelezamento da cidade.

Nesse período foram criadas associações de ofício, de classes, instituições filantrópicas ou de cunho eminentemente social, além de associações e obras pias inspiradas no catolicismo oficial (romanizado).

Foi ainda nesse período que se instituiu no calendário festivo cratense uma grande festa, a Exposição do Crato, de que já falamos.

Todas essas instituições foram sumamente valorizadas nos discursos elaboradores da superioridade cratense, mormente nos momentos fortes de embate entre Crato e Juazeiro e, ainda, na memória cotidiana da cidade, quando a ascendência econômica de dessa cidade salapou o prestígio econômico do Crato na região.

Aquela ascendência já se prenunciava em 1917: *“Crato, a princesa do sul(...) é uma cidade velha, de ruas tortuosas, cujo progresso tem sido muito lento e até quase*

³⁰⁹. Art. cit., p. 100

³¹⁰ Art. cit., p. 101

absorvido pela sua vizinha irrequieta, a cidade de Juazeiro".³¹¹ Apesar dessa constatação, ao que nos parece, conjecturava-se que o crescimento de Juazeiro sofreria uma solução de descontinuidade com a morte do Patriarca Padre Cícero, em 1934:

*"Decorrido mais de um decênio do seu (Padre Cícero) desaparecimento dentre os vivos, sua obra permanece imutável. A cidade que fundou, cujo desenvolvimento progressivo assistiu contribuindo com a sua cooperação e seu exemplo (...), não sofreu o colapso que muitos esperavam sucedesse após sua morte. Ao contrário, a memória de seu nome venerado pelos sertanejos do Nordeste, tem contribuído para o maior desenvolvimento econômico cultural e social da cidade das pequenas indústrias conhecidas em todo o Brasil. Nenhuma cidade do interior apresenta o movimento da cidade do Pe. Cícero, em crescimento constante (...)"*³¹²

O censo de 1940 mensuraria essa ascendência, conforme demonstramos nos capítulos anteriores. Por essa época, já havia no Crato a consciência de que, no plano econômico, essa cidade não era mais a "capital do Cariri".

Podemos dizer que as energias liberadas, da tensão entre o modelo de sociedade proposto pelas elites cratenses e o modelo instaurado em Juazeiro por ocasião do fenômeno Padre Cícero, no primeiro momento e, na sequência, pela ascendência econômica daquela localidade, provocou uma intensificação dos esforços das elites cratenses no sentido de ratificar o modelo de sociedade que estava no plano de seus desejos e axiomas – uma sociedade civilizada, piedosa (mas obediente aos cânones da Igreja Católica), ordeira, progressista, politicamente liberal-conservadora, e, sobretudo, culta. Era o ser civilizada e culta que a distinguiu de Juazeiro e representava o capital com o qual se tentou assegurar o poder do Crato na região, e, portanto, o poder da elite cratense.

Esses esforços podem ser percebidos nas representações (percepções do social, nas formas de classificação social e nos atos por elas comandados) dos "especialistas da produção cultural" do Crato como "cidade da cultura". Num primeiro momento eles se utilizaram de meios de comunicação escritos, principalmente jornais, para veicular suas idéias. Organizaram-se em instituições de natureza intelectual, religiosa ou artística. A partir da década de 50, alguns iniciaram um esforço de escrita da história do Crato. *Pari*

³¹¹ Cf. SUL, João do. "As duas cidades", in: *Jornal Gazeta do Cariry*. Crato, 12 de julho de 1917, nº 41 ano II p. 1

³¹² Cf. Salve 22 de Julho (Editorial Extraído do Almanaque do Cariri, 1949) in: *Jornal Correio do Cariri*. Juazeiro do Norte, 22 de julho de 1950 – Edição especial comemorativa do aniversário de Juazeiro do Norte, nº 01 ano I p.1

passus, esforçaram-se por dotar o Crato de uma infra-estrutura condizente com as exigências da civilização e da cultura letrada, conforme já afirmamos e, ainda, por demarcar em espaços da cidade, “os lugares de memória.”

Recuperar a historicidade dessa produção referida às representações que os “especialistas” cratenses fizeram de si próprios e da cidade é o exercício que nos propomos nesse capítulo.

Para se ter uma idéia do *quantum*, resultante da produção cultural a que nos referimos, é mister pontuá-lo, afinal, essa produção teve nas representações dos “especialistas” e nas instituições de suporte (material ou não) da cultura letrada e da civilidade a sua própria sustentação.

Algumas instituições ou pessoas foram transformadas, nas representações dos “especialistas”, em símbolos do Crato, referidos à civilidade, espírito cívico, piedade, heroísmo, cultivo das letras, evidência do “adiantamento” do Crato na região. Trata-se dos “filhos ilustres” – pessoas que se teriam destacado no cenário político, militar, econômico e artístico local e/ou nacional. A grande maioria dessas pessoas teve seus nomes inscritos, como monumentos, na cidade, seja em forma de escultura, seja na denominação de ruas, praças etc. As instituições valorizadas foram: o Seminário São José, o Ginásio do Crato, o Colégio Santa Teresa de Jesus, órgãos da imprensa, academias literárias (principalmente o I.C.C.), o Bispado do Crato, e, por último, a Universidade Regional do Cariri .

Essas instituições se constituíram em caução do discurso que enfatizou o caráter pioneiro do Crato na região ou mesmo no interior do Ceará e como garantias da continuidade do “adiantamento” do Crato na região do Cariri. Como já dissemos, a Exposição Agro-Pecuária, evento incorporado ao calendário festivo da cidade, também é identificada como símbolo do poder do Crato na região

4.2 - As instituições de suporte da cultura letrada

Alguns anos depois dos primeiros “fatos extraordinários” de Juazeiro (1889) e durante todo o período da ascensão econômica daquela cidade, pulularam criações de instituições da cultura letrada pela ação direta dos “especialistas”, até, pelo menos, a década de 60 do século XX: órgãos da imprensa, escolas, bibliotecas, teatro, cinema, academias literárias, museu.

A instrução já se constituía num desiderato dos intelectuais cratenses que ideologizavam a educação enquanto condição para a civilização e o progresso, desde meados do século XIX. Esse desiderato intensificou-se no período em que estamos examinando. Destarte, a instrução escolar foi uma bandeira em torno da qual os “especialistas” se congregaram e pela qual engendraram esforços, posto que dever-se-ia “*dar batalha ao inimigo da civilização este monstro hediondo que se chama ignorância.*”³¹³ Ademais compreendiam que “*de todos os factores do progresso o que mais positiva e directamente tem concorrido para elevar a humanidade ao gráo de adiantamento em que se acha na epocha presente indubitavelmente tem sido a instrucção.*”³¹⁴

Desde que os intelectuais cratenses identificaram na “instrução” uma condição para o progresso do espírito humano, segundo os postulados da Ilustração, havia se estruturado no Crato, ainda no século XIX, uma rede de escolas para instruir homens e mulheres, educar as condutas sociais e modelar os espíritos. Dentre elas a mais importante foi, sem dúvida, o Seminário São José, embora, como já afirmamos, esse fizesse parte de uma política específica da Igreja Católica em seu movimento de romanização. O Seminário se constituía, no discurso dos “especialistas”, na evidência de que o Crato era, por tradição, uma cidade vocacionada para a cultura letrada. Essa “tradição” se reproduziu na ampliação da rede escolar e ainda na luta para que essa rede abarcasse todos os extratos sociais.

4.2.1 - A rede escolar

Até 1889, a rede escolar no Crato era modesta: constava de duas “escolas” primárias sendo a primeira, a cadeira pública criada em 1863, cujo titular era o professor Celso Ferreira Lima Verde, seguindo-se da segunda cadeira, entregue ao Padre Antonio de Almeida e à Professora Generosa Candido D’Albuquerque. Havia ainda uma cadeira de Latim cujo lente era Constantino Brígido dos Santos. Na década de 70, foram criados o Seminário São José (1875); o Colégio Venerável Ibiapina, (do Professor José Marrocos, seu pai João Marrocos já era professor de Latim). Na década de 80, foi aberta mais uma escola destinada ao sexo feminino – a de Siá Dulce (que funcionava em sala contígua à sala de Raymundo Duarte, seu irmão), e a de Dona Maria Pia Brígido dos

³¹³ Cf. NUNES, Alfredo. *Jornal Cidade do Crato*. Crato, 12 de Dezembro de 1902, nº 54 p. 3

³¹⁴ Cf. Editorial: “A Instrução”, *in*: *Jornal Cidade do Crato*. Crato, 25 de Janeiro de 1903, nº 66 p. 1

Santos (Marica de Gorgônio),³¹⁵ somando-se às escolas já existentes da professora Maria Senhorinha de Oliveira Castro e a de Dona Adi Fernandes. Outras escolas destinadas ao sexo masculino somaram-se, naquela década, às dos “mestres” Raymundo Duarte Hyacintho de Moura, Jesuíno Brizeno da Silva, Manuel Luiz Alves da Rocha e Belarmino Ferreira Lima Guimarães³¹⁶, foram as escolas de Edilson Sucupira e de Manuel da Penha Carvalho Brito (“seu” Penha). Tratava-se de escolas particulares que funcionavam na própria residência dos “mestres”.

Logo após o fenômeno do Juazeiro, já o dissemos, houve um investimento maior nessa área, no Crato. É bem verdade que aquele fenômeno, coincidiu com o advento da República, o que impõe considerar que o investimento a que estamos aludindo não foi unicamente efeito da relação entre o Crato e Juazeiro. A resposta das elites intelectuais cratenses ao fenômeno do Juazeiro, no sentido de demarcar a diferença e a superioridade do Crato, ocorreu num momento em que o tratamento da questão da educação no Brasil, dentro do novo regime republicano, configurou um espaço de possibilidades para a ação dos intelectuais cratenses.

Aquele foi um momento de “entusiasmo pela educação” também no Brasil, no qual a escola foi, no imaginário republicano, *“reafirmada como arma de que dependia a superação dos entraves que estariam impedindo a marcha do progresso, na nova ordem que se instaurava. Passa, no entanto, a ser considerada ‘arma perigosa’, exigindo a redefinição de seu estatuto como instrumento de dominação”*³¹⁷, segundo postula Marta Carvalho.

Pode-se, portanto, afirmar que o “entusiasmo pela educação” içado pelo regime republicano compôs um campo de possibilidades do qual as elites intelectuais cratenses receberam influxo. Essas elites sintonizaram com aquele “entusiasmo” em torno da crença na necessidade de escolas, porquanto instrumentos do progresso, mas reafirmaram o seu caráter conservador na medida em que, ampliando a rede de escolas, não incorporaram os estratos pobres da sociedade cratense ou da região.

³¹⁵ Em 1917 Dona Maria Pia Brígido ainda ministrava aulas, pois o Jornal Gazeta do Cariry fala de uma comissão de “gentis senhorinhas” da 2ª escola do sexo feminino que visitou o jornal para convidá-los, em nome de sua preceptora D. Maria Pia Brígido Silva, para a sessão solene de término do ano letivo. Cf. *Jornal do Cariry*. Crato, 30 de agosto de 1917, nº 46, ano II, p. 1

³¹⁶ Cf. PINHEIRO, Tenente Coronel Raimundo Teles Pinheiro. “Aspectos administrativos do Crato de 1870”, in: *Revista Itaytera*. Crato, n. 3, Ano III, p. 73-80, 1958

³¹⁷ Cf. CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A Escola e a República*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense. Coleção Tudo é História nº 127, 1989. p. 7.

Com efeito, as escolas gratuitas eram ao final do século apenas duas, a de Raymundo Duarte e de seu Penha, professores que tinham “cadeira” do Estado. Em 1900 surgiu a escola filantrópica da Sociedade São Vicente de Paulo e em 1918 a escola da Associação Artística Beneficente. O Primeiro Grupo Escolar do Crato só seria fundado em 1922. O que hoje se denomina ensino médio, somente em 1947 o Crato ganharia o seu primeiro estabelecimento público. A democratização do aparelho escolar nos marcos da ampliação de uma rede pública de escolas se tornaria realidade somente em meados do século XX.

No decorrer do século XX, “os especialistas da produção cultural” associaram ao nome do Seminário São José, nomes de escolas que compunham a rede escolar, demarcando-se em seus discursos a sua ampliação como referência simbólica da superioridade cultural do Crato.

As elites intelectuais cratenses cadenciavam seus passos aos de outros intelectuais brasileiros colocando, destarte, o Crato nos trilhos de um “progresso” intrinsecamente excludente, ao tempo em que - e isso é o que nos interessa - demarcava sua face civilizatória na região.

Em 1905, o Jornal Correio do Cariry, órgão do Partido Republicano dirigido pelo Coronel Antônio Luiz Alves Pequeno, reivindicava um estabelecimento de instrução secundária para o Crato. Pode-se perceber que tal reivindicação não postulava um ensino público, conforme uma matéria publicada naquele jornal: (a instrução secundária) “*constituir-se-ia o veículo do genio o cofre de tantas esperanças, a alma mater do nosso engrandecimento*”³¹⁸. No mesmo ano, a questão ganharia maior expressividade, sendo matéria de editorial do mesmo jornal:

*“se o progresso da sociedade está no grau de cultivo dos seus membros que são como que a sua poderosa alavanca, esse só poderá encontrar apoio no aperfeiçoamento moral e intelectual dos diversos grupos que nella se representam. A instrução primaria (...) vai sendo ministrada por alguns professores públicos e particulares que bem procuram desempenhar sua ardua e honrosa missão, muitos dos quais, embora de poucos conhecimentos, tentam alargar-os (...) uns recebendo em troca desse serviço diminutos proventos, outros generosamente oferecendo-se sem remuneração alguma.”*³¹⁹

³¹⁸ Cf. “A Instrução secundaria no Cariry”, in: *Jornal Correio do Cariry*. Crato, 21 de maio de 1905, nº 36 p.2. Lembramos que denominava-se educação secundária, aquela época, as séries que correspondem hoje ao Ensino Fundamental (3º e 4º ciclos) e não o ensino médio, cuja denominação era “ensino complementar”

³¹⁹ “Editorial: A Instrução Secundaria no Cariry”, in: *Jornal Correio do Cariry*. Crato, 3 de setembro de 1905, nº 50 p. 1.

A idéia era difundir na mocidade o amor pelas letras, fomentando uma cultura letrada, decepcionados que estavam diante da pequena procura por escolas de nível secundário por parte da mocidade cratense, pois no Ginásio Cratense em alguns períodos do seu primeiro ano letivo (1903) contava apenas cinco alunos, segundo aquele editorial.

Houve dentre os intelectuais aqueles que colocaram a educação dos pobres como objeto de suas preocupações, seja por percebê-los como potencialmente rebeldes, seja por compreender que cabia aos ricos ampliar o raio de suas ações filantrópicas ao campo da educação escolar. De todo modo, na cidade onde o Seminário São José havia plantado a semente da inteligência, os pobres também deveriam cultivar as letras.

Nesse sentido é que, em 1900, a Sociedade São Vicente de Paulo, no Crato, associava às suas práticas de orações e às atividades filantrópicas de distribuição de alimentos aos pobres através do programa “a dispensa dos pobres”, a filantropia no campo educacional. Aquela instituição tentava, segundo Antenor Madeira, “*arrancar do analfabetismo crianças, moços e até velhos*”. Lembrando que a Escola Noturna de São Vicente de Paula, “*vive da caridade do professor (José Philippe) que atende a mocidade pobre e desvalida*”³²⁰, Madeira tentava sensibilizar os ricos: “*uma esmola certa todos os meses ou ao menos todos os anos que dessem os ricos, abrirão caminhos a seus subordinados de sahirem da grassa ignorância que é prejudicial a amo, patrões e servos.*”³²¹

Garantir a manutenção daquela escola de instrução primária, que tinha anualmente, em média, 50 alunos, era para aquele “especialista” um questão de dever cívico, de caridade cristã, medida civilizatória e, ainda, garantia da ordem social.

Todavia, ao adentrar o século XX, talvez por sintonizarem-se com os debates em torno da democratização da educação, postulada em termos de sua universalização e de sua gratuidade, o ensino público foi se constituindo em pleito de intelectuais no Crato, excetuando os clérigos. Assim é que em 1917, um editorial do jornal *Gazeta do Cariry* refletia sobre a questão identificando-a como “o Grande problema”. Nesse sentido,

³²⁰ Cf. MADEIRA, Antenor, *in*: *Jornal Sul do Ceará*. Crato, 1º de Agosto de 1905, nº 54 ano V, p. 2

³²¹ Cf. MADEIRA, Antenor, *art. cit.*, p. 2

conclama povo e autoridades cratenses a se empenharem na difusão da instrução pública, e, nomeadamente na “campanha contra o analfabetismo”³²²

A partir da década de 30, tornaram-se comuns os pleitos por estabelecimentos públicos de ensino secundário no Crato. Reivindicando uma Escola Normal Rural, um editorial deixa entrever a resistência dos intelectuais da zona norte (Sobral) que alegavam o fato do Crato já possuir “ótimo colégio equiparado”. Aquela reivindicação não só contra-argumenta as afirmações dos sobralenses mas, sobretudo, indica a existência de uma consciência de que era necessário estruturar educandários que assegurassem aos extratos inferiores da sociedade a posse de capital cultural exigida para todos os moradores dessa cidade:

“todos os nossos estabelecimentos de ensino excetuando-se o Grupo Escolar, são produtos do esforços particulares (...) Sobral não dispõe de grandes recursos e de homens de iniciativa. Somos os principais produtores do estado (...) Se temos a instrução secundária devemos exclusivamente a iniciativa de particulares, salientando-se entre eles o Sr. Bispo Dom Quintino, o Pe. Francisco Pita e os dirigentes da Associação dos Empregados do Comércio. Referido ensino ainda é um privilégio das classes favorecidas. A população pobre só tem acesso até o grupo escolar, daí por diante a instrução é paga (...). Portanto o Crato pela posição econômica, o seu relevo social e esplendido ambiente intelectual reclama também o ensino gratuito”³²³

Todavia, foi no âmbito de uma educação privada que a rede escolar cratense cresceu nas primeiras décadas do século XX. E, particularmente, sob os auspícios da Diocese do Crato. Reportando-se à aquisição do Ginásio do Crato pela Diocese, diz Padre Rocha:

“Incontestavelmente o bispado encampou, desde o seu início, a obra da educação no sul do estado. Se o Crato desfruta, hoje, do conceito de cidade de maior instrução, depois da capital, dever-se-á à ação da Igreja, na pessoa de seus ilustres antístites e clero (...) Em mãos da Diocese, o Ginásio jamais poderá ser um balcão, onde a educação da juventude venha a ser um negócio ou um meio de locupletação (...) Os benefícios não são tanto para os ricos, como sobretudo as vantagens advindas em favor do meio, beneficiando, mui especialmente, a classe média da sociedade”³²⁴

³²² Cf. “O Grande problema”, in: *Jornal Gazeta do Cariry*. Crato, 19 de Abril de 1917, nº 30 p. 1.

³²³ Cf. “Escola Normal Rural”, in: *Jornal Gazeta do Cariry*. Crato, 20 de maio de 1933, nº 824, p. 1 (o grifo é nosso)

³²⁴ Cf. ROCHA, Padre. “O Ginásio do Crato”- Coluna Alfinetadas nº LXXXVII; in: *Jornal A Ação*. Crato, 1º de Novembro de 1942, nº 110 p. 1

Com efeito, pertenciam à Diocese o Colégio Santa Teresa de Jesus, fundado em 1923, e o Ginásio do Crato, fundado em 1926, respectivamente para o sexo feminino e masculino. Esse ginásio originou-se do Colégio Diocesano, fundado em 1916, quando esse foi entregue ao Padre Francisco Pita, em 1926.

O padre o equiparou, por sua responsabilidade, ao ensino oficial do país com o nome de Ginásio do Crato. Esse retornaria à responsabilidade da Diocese em 1935, mantendo o mesmo nome. Quando do advento do curso colegial, a partir de 1943 passou a ser denominado Colégio Diocesano do Crato³²⁵. Em 1957, a Diocese fundou o Ginásio Madre Ana Couto e em 1962 a Escola Normal com o mesmo nome, fundidos numa só escola, em 1959 criou a Faculdade de Filosofia do Crato, fazendo-a funcionar em 1960.

É lícito afirmar, nesse sentido, que a Diocese do Crato exerceu, até a década de 60, um predomínio sobre a oferta de ensino médio no Crato. A preocupação de clérigos e, nomeadamente, do primeiro bispo Dom Quintino Rodrigues de Oliveira, voltou-se para a questão da oferta de escolas. Dom Quintino, por isso, foi identificado como o bispo que “combate as sombras da ignorância”.

Assim é que, nos últimos anos do século XIX e no início do século XX, por exemplo, vários membros do clero cratense fundaram escolas. O Padre Félix abriu uma escola em sua própria residência, onde aliás funcionava um abrigo para moças. Os Padres Ágio Moreira Maia, José Esmeraldo Sobrinho, Joaquim de Alencar Peixoto juntamente com o médico Antenor Madeira fundaram o Ginásio Cratense (1903).

Referindo-se à inauguração do Ginásio Cratense, ocorrida em 15 de Janeiro de 1903, diz uma nota do Jornal *Cidade do Crato*: “foi aberto em nosso meio um novo estabelecimento de instrução onde a mocidade poderá colher as mimosas flores da sciencia dando homens fortes à Religião e à Patria”³²⁶. Essa inauguração, como em ocasiões semelhantes, contou com a banda de música (do batalhão Tristão Gonçalves),

³²⁵ Na vigência do Estado Novo, o ministro Gustavo Capanema empreendeu reformas do ensino consubstanciadas nas Leis Orgânicas do Ensino. Por essa reforma o ensino secundário foi reestruturado passando a ser constituído de curso ginásial – com duração de quatro anos – e que era a continuidade do curso primário e o curso colegial, com duração de três anos, este dividido em dois cursos paralelos – o clássico e o científico. O Curso colegial substituiu o que até então denominava-se curso complementar. Cf. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo: Editora Moderna, 1996. 2ª ed. rev. e atual. p. 202. Os institutos particulares que tiveram inspeção permanente puderam, por lei, requerer ao Ministério da Educação que lhes fossem autorizado o funcionamento como colégio, assim procedendo o Ginásio do Crato. Cf. “‘Colégio’ no Ginásio do Crato”. Coluna Alfinetadas nº LXXXIX in: *Jornal A Ação*. Crato, 8 de novembro de 1942, nº 111, p. 1

³²⁶ Cf. Gimnasio Cratense, in: *Jornal Cidade do Crato*. Crato, 18 de janeiro de 1903, nº 65 p. 2,3 e 4.

hino nacional e estampido de fogos e girândolas. O ginásio prometia “encarregar-se da edificação intelectual, moral e física da mocidade”, por isso estabelecia em seus estatutos que: “*E expressamente proibido ao estudante interno entreter qualquer vicio, bem como, e a todos os demais, é proibido o uso do fumo e qualquer outro vicio contra a moralidade*” (Art. 9º). E ainda: “*Os alumnos deverão ser vacinados e aquelles que sofrerem de molestia epidêmica não serão admitidos*” (Art. 22).³²⁷

Naquele ginásio ministravam-se os cursos primário e secundário, além dos cursos especiais de filosofia (neo-escolástica) e história natural. O ginásio ocupava o mesmo “edifício” onde havia funcionado o Colégio Leão XIII.

Em 1909, seria a vez da fundação do Colégio Diocesano São José, pelo então reitor do Seminário, Padre José Esmeraldo da Silva. Esse colégio permaneceu aberto apenas por quatro anos. Tratava-se de um colégio equiparado ao Liceu de Fortaleza. Todavia com a desequiparação, devido à Lei Rivadávia, em 1913 o colégio fechou.

Sobre aquele colégio diz Figueiredo Filho: “*Foram quatro anos de bonança. A colheita foi farta. Grupos de jovens esperançosos saíram dali capacitados a vencer nos vestibulares e triunfar na vida*”³²⁸

Em abril de 1916, a “instrução da mocidade encontrou amparo” no bispo Quintino Rodrigues, que então fundou o Colégio Diocesano, no prédio do Seminário, entregando a direção daquele estabelecimento ao então Reitor do Seminário, o Padre José Alves de Lima e na sequência desse ao Monsenhor Vicente Sother. Em 1926, esse colégio passou a funcionar no centro da cidade, em prédio próprio, sob a direção do Padre Francisco de Assis Pita, quando então ganhou o nome de Ginásio do Crato, conforme já o dissemos. Em 1935, passou para a responsabilidade da Diocese, incorporado-se ao seu patrimônio. Até a década de 90 permaneceu sob a administração direta da Diocese.

Dom Quintino Rodrigues, poucos anos depois de assumir o trono episcopal, sagrando-se, em 1915, primeiro bispo da Diocese criada em 1914, cuidou em reabrir o Seminário Menor e criar o Seminário Maior (1922), fazendo ali funcionar os cursos primário, secundário, de Filosofia e de Teologia.

Em 1923, foi a vez de um empreendimento inusitado da Diocese, a fundação de um educandário para formação feminina (cursos primário, secundário e complementar, que correspondem ao que se denomina hoje de ensino fundamental e médio). Segundo a

³²⁷ Cf. “Gimnasio Cratense”, in: *Jornal Cidade do Crato*. Crato, 18 de Janeiro de 1903. p.3.

³²⁸ Cf. FIGUEIREDO FILHO, José de. *Op. cit.*, p. 110

crônica da cidade, aquele educandário foi pioneiro do gênero no interior do Ceará: o Ginásio Santa Teresa de Jesus. De lá saíram as moças diplomadas no Curso Normal. Diploma que lhes daria prestígio social. Detenhamo-nos um pouco no exame dessa escola.

Para a fundação de uma escola confessional era exigência do Direito Canônico fosse ela administrada por uma congregação religiosa. Por não encontrar congregações que se dispusessem a tal empresa, Dom Quintino criou então a Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, como instituição de direito diocesano. No mesmo dia, 4 de Março de 1923, fundou o Colégio Santa Teresa de Jesus, entregando à Madre Ana Couto a direção espiritual da congregação e do colégio e à Professora Ida Bilhar a direção pedagógica do colégio.

O Colégio Santa Teresa que, no plano legal era equiparado à Escola Normal Justianiano de Serpa, logo adquiriu grande importância no cenário educacional do Cariri e estados limítrofes. Funcionava nas modalidades de internato, externato e semi-internato. No seu primeiro ano de funcionamento foram matriculadas sessenta e sete alunas, dez anos depois esse número subiria para 212. Nos anos 60, chegaria a ter mais de mil alunas. Para os padrões da época e do interior pode-se considerar uma escola de grande porte.

Esse colégio logo incorporou às atividades didáticas, outras atividades pedagógicas na vida de suas alunas. Trata-se da formação para o apostolado leigo, para o que o Colégio possuía grupos do Apostolado da Oração, da Obra das Vocações Sacerdotais, da Pia União das Filhas de Maria, a Juventude Estudantil Católica Feminina (JECF). Sobre as práticas espirituais das alunas do Colégio Santa Teresa, relatou-nos nossa depoente Madre Feitosa:

“era uma espiritualidade muito forte. Todas as quartas-feiras Monsenhor Miguel Tavares (...) estava no confessionário do colégio para atender as freiras e as alunas (...), às quintas-feiras estava o Monsenhor Pedro Rocha e aos sábados o Monsenhor Montenegro. E não falava gente nesses confessionários. Afora as práticas confissionais, haviam as reuniões, em dias determinados, dos grupos de apostolado leigo (na matriz ou no próprio colégio). As reuniões da Ação Católica eram semanais, num salão do colégio que (...) superlotava”

As alunas do Curso Normal do colégio imiscuíram-se também na produção de periódicos, a revista Flâmula. Como as demais alunas do Colégio, organizaram-se em

grêmio estudantil (Rodolfo Teófilo, do Curso Normal e o Castro Alves, do Curso Complementar), participaram de aulas extras de canto ofeônico, piano, arte culinária

Sujeitas a um currículo extenso, a exames muito rígidos e a estratégias disciplinares muito austeras, as alunas do Colégio Santa Teresa puderam acumular uma boa erudição e, como militantes do apostolado leigo, foram conduzidas a plasmar o espírito na piedade. A formação de moças cultas e piedosas deveria ser o capital cultural³²⁹ produzido pelo colégio.

Ao produzir esse capital cultural consubstanciado no imenso número de moças educadas (diplomadas), o Colégio Santa Teresa possibilitou a reprodução do capital social das “boas famílias” do Crato, posto que suas alunas foram preparadas intelectual, moral e espiritualmente para exercerem, **modelarmente**³³⁰, papéis sociais de educadoras, fora do lar (nas escolas, nos espaços públicos) e dentro do lar (como mães, esposas, ou simplesmente irmãs, tias). Por isso mesmo o Colégio representou um marco importante na construção simbólica do Crato como “cidade da cultura”, posto que essa cidade não poderia prescindir de moças educadas em suas “boas famílias”.

O Ginásio do Crato e o Colégio Santa Teresa de Jesus atenderam e ampliaram a demanda educacional de uma clientela masculina e feminina pertencente aos estratos altos e medianos do Crato, de toda a região do Cariri e de outros estados do Nordeste³³¹. Por sua longevidade e numeroso corpo discente, o Ginásio foi muito valorizado no discurso dos “especialistas” *“Do Ginásio do Crato têm saído inumeras turmas propedeuticas que vão continuar os seus cursos nas Academias e Universidades do*

³²⁹ Vide: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Organizadores). Pierre Bourdieu Escritos de Educação. *Op. cit.*. Penso especificamente no capital cultural sob a forma de incorporação (de inculcação e assimilação de valores) e sob a forma institucionalizada (titulação) e ainda na questão da reprodução do capital social. Segundo os autores “o capital social é, para Bourdieu, o conjunto de recursos (atuais ou potenciais) que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, em que os agentes se reconhecem como pares ou como vinculados a determinado(s) grupo(s).” Sobre a reprodução do capital social dizem os autores que Bourdieu a concebe como “tributária de instituições que visam favorecer ‘as trocas legítimas e a excluir as trocas ilegítimas, produzindo ocasiões (...), lugares (...) ou práticas que reúnem (...) indivíduos tão homogêneos quanto possível, sob os aspectos pertinentes do ponto de vista da existência e pertinência do grupo” (p.10)

³³⁰ Segundo nossa depoente, Madre Feitosa, as alunas do colégio eram preparadas para ser modelo: “elas tinham que se preparar pra ser modelo (...) umas pessoas que onde passassem dessem um sinal de mulher cristã, (...) deixassem esse ar de santidade (...) isso era cobrado (...) exigia-se uma perfeição muito grande, um cuidado para que fôssemos íntegras, (com) muita moral (...) um conceito de moral às vezes até pesado.”

³³¹ Cf. Livros de Matrículas. Arquivos do Colégio Santa Teresa de Jesus e do Colégio Diocesano do Crato.

país, perpetuando o prestígio da inteligência e criando assim, o renome para a Região e para a cidade do Crato”.³³²

Voltemos a pontuar o investimento na rede escolar que houve no Crato. Em 1948, os padres da Congregação da Sagrada Família fundaram um Seminário e Colégio e, em 1957, seria a vez das Irmãs da Congregação do Coração de Maria fundarem o Externato Pio X.

Compreendemos que a dedicação daqueles clérigos a empresas dessa natureza não pode ser compreendida apenas enquanto motivação de ordem econômica. Deter o controle da oferta de escolas era uma forma de engajar-se na luta da Igreja Católica por exercer o controle sobre os saberes escolares, e sobre o sistema educacional de um modo geral, garantindo-se um importante lugar de sua ação pastoral. Se o movimento de *entusiasmo pela educação*, ocorrido a partir da virada do século XIX, conforme já nos referimos, uniu clérigos e leigos em torno da idéia de que a educação era condição para o progresso e a modernidade do Brasil, já a questão do *otimismo pedagógico* estabeleceu uma clivagem quanto aos paradigmas pedagógicos ideais para garantir-se o progresso.

Naquele embate, de um lado ficou o grupo católico, identificado com a educação tradicional; de outro os escolanovistas, que, apesar de divergências ideológicas comungavam das idéias em torno da defesa de uma educação cientificista, laica. Aquele debate foi particularmente forte a partir de 1920, influenciando os novos rumos da educação, a partir da Constituição de 1934. O movimento de entusiasmo pela educação apontava para a necessidade de interiorização do ensino.

Dito isso, pode-se inferir que os clérigos cratenses marcaram o poder do grupo católico no tocante à questão da educação na região. Ao exercer esse poder, a um só tempo davam provas do “*adiantamento da cidade de Crato na questão da instrução no Estado do Ceará*”³³³; iniciavam a exclusividade que a Diocese teria sobre a rede privada de ensino médio e superior na região do Cariri até pelo menos a década de 40.

Por outro lado, a utopia da civilidade cristã, seguramente mais acesa com a eclosão do fenômeno de Juazeiro, estava na base das motivações dos clérigos, e mesmo da Diocese, para implantação daquelas escolas.

³³² Cf. LEITE, Francisco de. (Diretor do Almanaque do Cariri), in: *Almanaque do Cariri*. Crato: [s. n.], 1949, p. 100.

³³³ Cf. Correspondência recebida. (Carta do Dr. Fernandes Parsifal, de Fortaleza, ao Bispo Dom Quintino)Arquivo do Colégio Santa Teresa de Jesus, Crato.

Tão extensa foi aquela rede que os professores fundaram, em abril de 1933, a União dos Professores Católicos do Crato. Até mesmo porque, católicos eram todos os professores que militavam na educação nessa cidade. Nesse sentido, seguiam orientações que passavam ao largo da valorização do professor pelo embate capital-trabalho. Consideravam-se, certamente, detentores de um capital social e cultural que os distinguia e os hierarquizava no seio da sociedade: eram professores, católicos, de “boas famílias”.³³⁴

Mas não foram somente os clérigos que apostaram na “floração de mentes cultas” surgiram também escolas particulares de pessoas leigas. Em 1901, quando aqui chegou para assumir o cargo de Juiz Substituto o bacharel da Faculdade de Direito do Recife, Soriano Albuquerque abriu, juntamente com o Padre Severiano Vasconcelos, o Colégio Leão XIII (1901). Apesar daquele ginásio ter tido vida efêmera, pois transferiu-se para Barbalha em 1903, parece ter “contagiado” o mundo das letras e das artes no Crato. O colégio ministrava os cursos primário e secundário para meninos.

O colégio manteve uma agremiação literária: Congresso Philomatico. Encenava peças teatrais, para o que fundou o Grupo Teatral de Amadores Cratenses. Ao veicular a sua propaganda nos jornais não deixava de citar as matérias que compunham a grade curricular e ainda de avisar que o “passadio” era “bom e farto”.³³⁵

Nas primeiras décadas do período em exame, o Senhor João Evangelista Gonçalves fundou o Colégio São Luiz Gonzaga, voltado para o ensino elementar e a Professora Maria de Lourdes Esmeraldo fundou e manteve por muitos anos o Colégio Santa Inez (que funcionava em prédio localizado na Praça da Sé).

Embora de menor porte, surgiram ainda escolas que teriam uma vida muito duradoura: as escolas das mestras Dona Chiquinha, Rosa Amélia, Ida Bilhar e Vicência Garrido, que aliás funcionavam nas residências dos próprios professores.

A Associação dos Empregados do Comércio do Crato – A.E.C.C. - criada aos 18 de agosto de 1918, por Isaac Amaral Filho, Ignacio de Loyola Alencar e outros, também logo compreenderam que *“era forçoso que se ministrassem aos caixeiros os conhecimentos indispensáveis à prática comercial e, para isso, a 7 de setembro do*

³³⁴ Cf. “Associação dos Professores Católicos”, in: *Jornal Gazeta do Cariri*. Crato, 29 de abril de 1933, nº 821, p. 1.

³³⁵ Cf. “Colégio leão XIII”, in: *Jornal Cidade do Crato*. Crato, 3 de novembro de 1901, nº 2 p. 2

mesmo ano (1918) era fundada a Escola Prática de Comércio”³³⁶. Em 1936, sob a presidência do Senhor Pedro Felício foi construído um moderno prédio onde viria a funcionar a Escola de Comércio do Crato e demais departamentos da A.E.C.C., inclusive uma policlínica – Dr. Miguel Limaverde. Os nomes do Senhor Pedro Felício, da A.E.C.C e da Escola Técnica de Comércio ficariam indissociados na memória social cratense: “do sonho daqueles moços de agosto de 1918, fêz o Sr. Pedro Felício Cavalcanti a obra monumental que é hoje a AECC”³³⁷.

Em livro de memórias Martins Filho diz que a Associação dos Empregados do Comércio, “transformou por completo os hábitos e costumes dos rapazes comerciários daquela época, infundindo-lhes o gosto pelos estudos, esclarecendo-lhes a inteligência e formando-lhes uma mentalidade profissional e social, equilibrada e, em alguns casos, até mesmo robusta”³³⁸.

Em 1918, seria a vez da Sociedade Artística Beneficente³³⁹ fundar uma escola filantrópica, a Escola 18 de Maio, que ainda existe. Ofertava-se, através dos jornais, opções de escolas na mesma medida em que ofertava-se remédios e mercadorias vindas do Recife à venda nos empórios da cidade. A formação escolar, se não era um ramo rentável (haja visto a efemeridade de grande parte das escolas), parecia, no entanto, ser um produto cultural que os intelectuais da cidade desejavam socializar, isto é, tornar ordinário. Oferta de escolas, ainda que particulares, era o que não faltava.

Assim é que, por exemplo, Rosa Benta Soares de Melo veiculava, através pela imprensa, que abriria uma escola para o ensino das primeiras letras onde as alunas estudariam:

“História Bíblica, História do Brasil, Geografia do Brasil, Gramática, bordado de 30 qualidades e espiguihas de diversas formas, bordados de ouro, de seda, de prata, de conta, de lã, labyrintho de susto, de serzido, bordado em filó de 3 qualidades: lavrado, amara e com combraia, crivos de diversas formas, crochete, tricou, trivolit, lassi-mate, varandas fragas, a mão, sem agulhas e sem alfinete, tapêtes de veludo e de estufo de lavor (para sofá), pé para cadieiro do gaz e de castiçal. Toucas e capotes, meias de diversas formas,

³³⁶ Cf. NASCIMENTO, F.S. “A Associação dos Empregados do Comércio do Crato e o 5 de Julho”, in: Revista *A Província*. Crato: [s. n.], 1954, nº 2, ano II, p. 3

³³⁷ *Art. cit.*, p. 4

³³⁸ Cf. MARTINS FILHO, Antônio. *Op. cit.*, p. 188

³³⁹ A Sociedade Artística Beneficente foi fundada em 18 de maio 1918, por um grupo formado por Loyola Alencar, José Bezerra de Brito, Bruno de Menezes e outro, congregava os ourives, merceneiros, criada inicialmente para congregar os artistas, porém devido o número reduzido desses, “foi preciso criar nos estatutos a faculdade de receber qualquer pessoa, contanto que tivesse idoneidade moral”, diz o senhor Ramiro Maia, um dos presidentes da sociedade.

*fichû para senhoras e crianças, cestinhas de contas de arame de mililam, sapatinhos, colcha de retalhos, pasta para escrever nela, espera para relógio de ouro, ceda, lã, flores de pano, de papel, de pena, de conta, de cabelo, de seda, de lã, de cera, de massa, cachos de laranja, de caju, de qualquer flor para enfeites de sala, marca, desenho, rascunho, cortar roupas para homens meninos e meninas e moda feminina e, basta é impossível dizer tudo pela conta. São 2 escolas: a primeira das letras, de 9 às 2 horas (2\$000 réis por mês); trabalhos: das 3 às 5 e meia”.*³⁴⁰

Em 1906, o Senhor Josias Sisnando de Lima avisava ao público que o Externato Cratense, do qual era diretor, continuava a funcionar. Vendia o seu produto lembrando que: *“nada é mais necessário à mocidade do que a instrução e a educação e que seja a falta dellas a origem de todos os males.”*³⁴¹

Odalina Olympio Fernande, em 1904, anunciava que na sua escola - Nossa Senhora das Graças – as senhorinhas e senhoritas poderiam aprender prendas domésticas (bordados, pontos, flores e tricot) ao preço de 3\$000 por mês, e bandolim pelo preço de 10\$000 por mês.

Em 1933, Estela Cabral avisava que o Externato Santa Inez, situado na Rua da Liberdade nº 218, ministrava o ensino do 1º ao 4º ano primário, preparava os alunos que pretendessem prestar exame de admissão ao curso complementar do ensino normal do Estado, pois o 4º ano compunha-se de todas as matérias necessárias ao referido exame.³⁴²

Isabel de Souza Melo, em 1905 veiculava a propaganda do Colégio Nossa Senhora da Penha:

“com este título será aberto no dia 1º de Março do próximo ano de 1906 um collegio para moças e meninas cujo programa é o seguinte. Dous cursos: primario e secundario. Curso primario: Leitura, escripta, manuscripto, estudo elementar de portuguez, aritmetica, cathecismo, historia do Brazil. Secundario: portugues, francez, arithemetica, geografia, historia geral, algebra, chorographia do Brasil. Para os dous cursos aulas de civilidade e religião. A parte: música e desenho. Modalidades: externas (preço: 15\$000 por cada materia no curso secundario, 6\$000 para o primario por trimestre), semi-internas (60\$000 com direito a casa, luz e estudo, dormindo no collegio), internas (135\$000 – direito a casa, luz, passadio e estudo). No preço se incluem aulas de prendas. Enxoval: rede ou cama, banca, cadeira, um enxoval com alguns objetos (bacia, pó, escova para dentes, pente e tesourinha),

³⁴⁰ Cf. “Avisos”, in: *Jornal Cidade do Crato*. Crato, 16 de março de 1902, nº 21 ano II p. 4

³⁴¹ Cf. “Externato Cratense”, in: *Jornal Correio do Cariry*. Crato, 6 de maio de 1906, nº 85 ano III p. 2.

³⁴² Cf. “Externato Santa Inez”, in: *Jornal Gazeta do Cariry*. Crato, 21 de janeiro de 1933 nº 807 ano XVII p. 3.

uniforme especial para passeios, missas e dias de festa cujo modelo será determinado pela diretora. Obs: as alunas devem ser vacinadas.”³⁴³

Quanto ao ensino público, até o ano de 1947, limitar-se-ia ao primário, conforme já o dissemos. Até a década de 40 o Crato contava apenas com dois grupos escolares, um mantido pelo estado e outro pelo município. O Primeiro Grupo Escolar do Crato, na década de 30 do século XX - passou a ser denominado Grupo Escolar Dom Quintino, cujo corpo docente era formado pelas professoras titulares Djanira Filgueiras, Priscila Pinheiro, Antonia T. Mendes, Cira Esmeraldo, Maria Sá, Isabel de Brito, Maria de Lourdes Esmeraldo, Raimunda Gonçalves, Maria Estela Pita, Maria Uchôa, e pelas substitutas efetivas: Rosa Esmeraldo, Elvira Paraíba e Letícia Figueiredo.³⁴⁴ Alguns anos mais tarde, em 1940, ganharia um segundo grupo escolar estadual, resultado da transformação do Grupo Municipal, que passaria a ser denominado Teodorico Teles.

Em 1933 iniciou-se a campanha dos intelectuais e políticos por uma Escola de Agricultura em Crato, que somente viria a ser fundada em 1947, a Escola Agrotécnica Federal do Crato.

A valorização da rede escolar cratense foi insistentemente posta no discurso dos “especialistas”. A maioria deles exerceu o ofício de professor, e, ao que parece, impressionavam os alunos por sua compostura e erudição. Lembrando os seus professores no Colégio Santa Teresa, entre 1936 e 1944, nossa depoente Madre Feitosa, dizia-nos: *“Eles (...) se vestiam muito bem, de uma maneira assim muito aristocrata (...) os homens de paletó e gravata, as moças geralmente de salto alto, meias, muito elegantes, mangas compridas.”* Na avaliação da depoente, tratavam-se de professores de muita erudição, de um “verbo fácil”, corretos tanto quanto exigentes.

A rede escolar cratense cresceu com maior rapidez nos anos em que se verificava a ascendência econômica do Juazeiro sobre o Crato.

Em 1949, existiam no Crato 50 estabelecimentos escolares, 34 dos quais funcionando na cidade, afora as escolas particulares que funcionavam nas próprias residências das professoras. Já contava com mais um grupo escolar estadual (funcionando um na Praça da Sé e outro na Rua Monsenhor Esmeraldo) e um grupo escolar municipal. O Seminário São José, o Ginásio do Crato e o Colégio Santa Teresa

³⁴³ Cf. “Collégio Nossa Senhora da Penha”, in: *Jornal Correio do Cariry*. Crato, 31 de dezembro de 1905 nº 67 ano II p. 3.

³⁴⁴ Cf. “Grupo Escolar do Crato”. in: *Jornal Gazeta do Cariry*. Crato 21 de outubro de 1933. nº 807 ano XVII p. 3.

de Jesus continuavam firmes, assim como a Escola Técnica de Comércio. Havia ainda uma escola doméstica, quatro de datilografia, duas escolas reunidas estaduais, vinte escolas auxiliares estaduais e vinte escolas municipais distritais.³⁴⁵

Referindo-se à instrução no Crato, Irineu Pinheiro e Figueiredo Filho, em obra escrita em “comemoração ao centenário da elevação do Crato à categoria de cidade” (1953), cultuam as glórias acumuladas por esse município. Escreveram aqueles historiadores que, no século passado, no Crato “*cantavam o a b c e a taboada sentados em bancos de pau d’arco ou em cadeiras de couro meninos e meninas em poucas escolas públicas e particulares.*”³⁴⁶ Mas escreveram também o fausto desse setor, proclamando que o Crato: “*É (...) meio importantíssimo no tocante à dissiminação da instrução entre seus habitantes. E não fica só nisso. Seu papel tem sido de pioneiro em difundir a luz da educação e do ensino através dos sertões de parte importante do interior nordestino.*”³⁴⁷

Para tornar crível o que postulavam, os historiadores procederam a um inventário dos estabelecimentos de instrução do município naquele ano: Seminário São José; Colégio Diocesano do Crato; Colégio Santa Teresa de Jesus; Seminário da Congregação dos Padres da Sagrada Família; Escola de Comércio – da Associação dos Empregados do Comércio do Crato; dois grupos escolares estaduais; Delegacia Regional do Ensino; e os cursos primários mantidos pelas seguintes instituições: União dos Trabalhadores do Cariri, Patronato Padre Ibiapina, União Artística Beneficente, Centro Trabalhista Beneficente e Escola D. Quintino. Compõem ainda o espectro da educação, as escolas para pobres mantidas pelo Círculo Operário de São José e pela Sociedade de São Vicente de Paulo, e, ainda, 54 escolas mantidas pelo Município, espalhadas pelas zonas rural e urbana, e 22 escolas mantidas pelo Estado. Há também 20 escolas supletivas e 15 escolas de particulares. Como se pode ver, os historiadores contabilizaram 125 estabelecimentos de educação escolar,³⁴⁸ para uma população estimada em 54.728 habitantes, dos quais 30.105 residiriam na cidade (zona urbana e suburbana).

³⁴⁵ Cf. LEITE, Francico de Assiz. Almanaque do Cariri. Crato: [s.n.], 1949. p. 93. Um ano depois o Censo Demográfico indicaria que o Crato contava (em 1950) 26.078 habitantes, dos quais 16.030 residiam na zona urbana.

³⁴⁶ Cf. PINHEIRO, Irineu e FIGUEIREDO FILHO, José de. *Cidade do Crato. Op. cit.*, p. 18

³⁴⁷ *Id. ibid.*, p. 59

³⁴⁸ *Id. ibid.*, pp.59-62. Sobre a quantificação dos estabelecimentos escolares no Crato no ano de 1953 vide ainda: SOUSA, Oswaldo Alves de. *Jornal Folha da Semana*. Suplemento Especial comemorativo do 1º Centenário do Crato (nove cadernos). Crato, 17 de Outubro de 1953

Cinco anos depois, viria a público outro inventário dos estabelecimentos de ensino do município do Crato³⁴⁹, contabilizando 51 escolas estaduais: grupos escolares (5), escolas isoladas (25), escolas para alfabetização de adultos (20) e uma escola de curso doméstico; 79 escolas municipais: 1 escola reunida e 78 escolas isoladas, todas para o ensino primário geral; e por fim as escolas particulares: 2 colégios, 2 seminários, 11 escola de comércio, 11 escolas e cursos de ensino primário geral, 2 escolas de datilografia, uma escola de música, e 3 escolas de cursos domésticos. Essa rede escolar compunha-se portanto de 152 escolas, nas quais estavam matriculados 8.448 alunos, dos quais 3.843 eram do sexo masculino e 4.605 do sexo feminino.

No final da década de 50 em diante, a rede de escolas privadas ganharia mais 2 importantes colégios: a Diocese fundou o Colégio Madre Ana Couto (1957)³⁵⁰, e as Irmãs do Sagrado Coração de Maria fundaram o Ginásio Pio X (1957). Foi também fundado o Ginásio Dom Bosco, pelo Professor José Newton Alves de Sousa. O primeiro era voltado para educação feminina e os outros eram escolas mistas³⁵¹.

A rede de escolas públicas também aumentou. A cidade ganhou, em 1947, a sua primeira escola pública de grande porte, com oferta de ensino profissionalizante - a Escola Agrotécnica Federal do Crato. Alguns anos depois, em 1960, a cidade ganharia o Colégio Estadual Wilson Gonçalves com os cursos ginásial e secundário - inclusive o Curso Normal. A esse se seguiriam, em 1963, o Colégio Municipal Pedro Felício Cavalcante.

O Colégio Wilson Gonçalves representou uma vitória para os estudantes pobres e de classe média baixa. Muitos foram os intelectuais e políticos que emprestaram suas energias à causa, dentre eles o então vereador Kleber Callou, o bancário José Figueiredo de Brito Filho e o então Vice-Governador do Estado Wilson Gonçalves.

Em 1955, deu-se início à campanha, lançada pelos intelectuais do Instituto Cultural do Cariri – I.C.C. pela fundação de uma Faculdade de Filosofia nesta cidade. No capítulo anterior examinamos a consecução dessa campanha.

³⁴⁹ Cf. COELHO, Antônio Correia. *Crato em 1957*. Crato: Tipografia Imperial, pp. 11-12.

³⁵⁰ Segundo depoimento de Madre Feitosa, o Colégio Madre Ana Couto foi fundado, pelo esforço do Bispo Auxiliar Dom Vicente, para ser uma escola gratuita e assim permaneceu durante muitos anos. Os professores, a princípio ministravam aulas “como voluntários”. No mesmo pédio do Colégio Ana Couto passou a funcionar também o Patronato Padre Ibiapina (ensino gratuito) e a Faculdade de Filosofia do Crato (ensino pago)

³⁵¹ Esses ginásios não existem mais.

Foi comum dizer-se que nenhuma cidade do interior do Ceará possuía uma rede de colégios tão vasta. Disto orgulhavam-se os “especialistas”, celebrando em suas falas a argamassa de que se utilizavam para construir a “cidade da cultura”.

4.2.2 - Imprensa, impressos e leitores

O Crato possuía, desde 1855, uma imprensa dotada de oficinas gráficas e de intelectuais que, salvo raras exceções, faziam dos jornais os veículos de divulgação de seus ideais de civilidade. Todavia, também nesse caso, a questão com o Juazeiro despertou “os especialistas” para um investimento nesse setor da produção cultural.

“Evangelizar a opinião” era a proposta da imprensa cratense no calor dos “fatos extraordinários” de Juazeiro. Com efeito, pulularam impressos editados no Crato (jornais, folhetins e revistas) a partir daquele fenômeno. Afinal, ele provocou uma inquietação em todo o Cariri e, particularmente no Crato: *“plácida e serena vida necessitava de um jornal que “como uma corrente elétrica (...) viesse (...) manifestar o nosso sentir, o nosso amor pelo progresso, pela civilização”*³⁵²

Por sua vez, o jornal *A Liça*, identificava a Imprensa como *“o mais poderoso factor de progresso, instruindo os povos e combatendo abusos e preconceitos. Evangelizadora itemarata do bem e do dever, que tem congraçado os homens para o alevantamento da sociedade. Nenhuma outra instituição tem tido resultados tão benéficos no impulsionamento das idéias civilisadoras”*³⁵³ À página 2 dessa mesma edição, constatava o intelectual Edilson sucupira: *“de alguns anos para esse o intelecto cratense tem mostrado um desenvolvimento admirável”*.

Evangelizar a opinião, advogar as causas santas, educar o caráter coletivo constituindo em ninho intelectual do serviço ao direito, à moral, à lei e às instituições eram as bandeiras das quais a imprensa cratense proclamava-se defensor, posto que para os intelectuais que militavam nesse campo *“o grão de perfeição intellectual de um povo bem se pode medir pelo desenvolvimento de sua imprensa”*.³⁵⁴

Por ser possuidor de uma imprensa sólida, o Crato demarcava-se pelo seu “adiantamento”, haja vista o número, diversidade e qualidade desse setor.

³⁵² Cf. Editorial: “A Imprensa”, in: *Jornal Cidade do Crato*. Crato 27 de outubro de 1902. nº 53, ano II, P. 2. Esse jornal era editado em tipografia própria à rua do fogo. O encarregado da parte intelectual era Soriano Albuquerque e o diretor era o Coronel José Belém, começou a circular em 1901.

³⁵³ Cf. “A Imprensa”, in: *Jornal A Liça*. Crato, 23 de setembro de 1903, nº 12, p. 1 (Editorial)

³⁵⁴ Cf. *Jornal Correio do Cariry*. Crato, 11 de setembro de 1905, nº 51 pp.1e2.

Destarte fazia-se dos textos impressos em jornais e revistas um *locus* privilegiado no movimento de construção da “cidade da cultura”.

Para análise dos periódicos e de sua função social naquele movimento, nos apoiamos no exame de edições de alguns dos jornais e revistas que foram editados nessa cidade no período em exame (1889-1960). Apoiamo-nos também no inventário feito por F.S. Nascimento³⁵⁵, que exerceu o ofício de escritor, jornalista e crítico literário no Crato nas décadas de 1940 e 50. Esse intelectual elenca 128 jornais, 13 revistas e alguns boletins editados e circulados nessa cidade no período de 1855 a 1960. Alguns desses periódicos tiveram vida muito efêmera, mas diz o autor: “*todavia serviram para registrar a constante ebulição cultural de uma cidade, em que as letras foram sempre uma grande preocupação do gênio criador de sua gente*”³⁵⁶.

Os impressos - principalmente jornais e revistas - postos em circulação representavam *ipse facto* o intento de socializar bens culturais que estimulassem o “cultivo das letras”, ou seja, os seus escritores e editores visavam produzir no Crato comunidades de leitores, fomentando-se a “ebulição cultural”.

A julgar pelo programa de jornalismo daqueles periódicos vê-se que a questão da a lucratividade financeira, não se constituiu em objetivo principal para a maioria dos redatores e editores – o que talvez explique a efemeridade da maioria deles. Dentre eles houve, com circulação gratuita, por exemplo, o *Girumba*, que saiu a lume em 13 de Maio de 1902.

Produzir revistas, folhetins ou jornais e/ou escrever textos para os impressos, ou mesmo para os jornais manuscritos, representou, nessa cidade, uma forma de capitalizar *status*, de fazer-se distinto, em meio aos que, por serem detentores de capital econômico, político ou intelectual, já se faziam por isso diferentes.

Os jornais postos em circulação eram, em sua grande maioria, impressos. Mas também circularam jornais manuscritos. É o caso de *O Grêmio* (1890) manuscrito e confeccionado pelos alunos do Colégio Venerável Ibiapina; *A Liça* (1895) manuscrito pelos alunos do Seminário São José; *O Peitica* (1907), produzido pelo clube

³⁵⁵ Cf. NASCIMENTO, Francisco de Sousa. *Op. cit.*, pp. 119-146. Vale ressaltar que o inventário dos jornais existentes no Crato, que obra citada reproduz, foi originalmente escrito em 1955, para a Revista A Província, dirigida pelo próprio autor, em comemoração ao transcurso do centenário do jornalismo no Crato. Cf. “Subsídios para a história do jornalismo cratense”, in: Revista A Província. Crato, nº 3, pp. 4-14 e 99-112, 7 de julho de 1955

³⁵⁶ *Id. ibid.*, p. 119.

carnavalesco *Água e Cêra*, confeccionado em meia folha de papel almaço; *O Estudante*, que circulou por três anos (1926-29) dirigido por Nair Figueiredo e cujas redatoras eram as alunas do Colégio Santa Teresa de Jesus; em 1939, ano em que circulavam jornais de grande tiragem, Dolores Milfont colocava em circulação, aos domingos, um único exemplar de um jornal manuscrito por ela própria, *O Telengo*. Cada leitor pagava-lhe a quantia de mil réis. Em 1952, José de Paula Bantim e Gualter Loiola ainda manuscreeveram os dois primeiros números de um jornal por eles dirigido, *O Imparcial*. Foi o último jornal manuscrito a circular no Crato.

Nesse afã de distinção e de pôr em circulação um bem cultural, nem as crianças foram infensas. As alunas da 3ª série do Ginásio Santa Teresa, dirigidas pela professora Maria de Lourdes Esmeraldo também colocaram em circulação um jornal manuscrito, redigido em francês, o *Petit Journal*. João Alboíno, também uma criança (12 anos) fez circular, em 1901, um minúsculo jornal, *O Estímulo*. Vejamos o que o pequeno redator diz de si próprio: “no dia 19 do corrente passou o aniversário deste interessante jornalzinho que se publica nesta cidade, tendo como redator-chefe o inteligente estudante João Alboíno, que apesar de criança já revela um grande gosto pelo jornalismo.”³⁵⁷ Em 1954, os menores do Seminário São José puseram em circulação um jornal mimeografado, o *Labor*. Provavelmente também redigido por crianças, foi também publicado o jornal *O Escolar* (1938), dos alunos do grupo Escolar do Crato, editado sob os auspícios da Profª Priscila Pinheiro, auxiliada pelas professoras Sara Cabral, Rosa Saraiva e Zimar Rocha.

Nesse universo de lutas concorrenciais, os jornais impressos passaram a fazer parte das atividades de diversas instituições, tais como colégios, grêmios, clubes esportivos, blocos carnavalescos, associações de classe, associações religiosas ou clubes literários. Em meio a essas lutas, havia alguns jornais que pareciam instrumentalizados para ganhar, posto que se regiam pelas convenções textuais e tipográficas comuns a outros jornais prestigiados das capitais do país. Pode-se dizer que esses formavam um campo de jornalismo profissional no Crato. É o caso dos jornais *Vanguarda* (1887), *O Cratense* (1890), *Correio do Cariri* (1892), *Sul do Ceará* (1901), *A Semana* (1901), *Cidade do Crato* (1901), *Gazeta do Crato* (1ª fase:1904, 2ª fase: 1942, 3ª fase 1946), *Correio do Cariri* (1904, esse era órgão do Partido Republicano Cearense), *O Crato*

³⁵⁷ *Apud*: NASCIMENTO, F.S. *Id. ibid.* p. 126

(1912), *O Pharol* (1912), *A Gazetinha* (1915), *Gazeta do Cariry* (1916), *A Região* (1916), *O Araripe* (1919), *Mensageiro Diocesano* (1925), *Crato-Jornal* (1925), *O Cariri* (1931), *Correio do Crato* (1932), *O Crato* (1935), *A Ação* (1939, jornal com maior tempo de circulação, até 1985), *A Voz do Cariri* (1947), *Ecos da Semana* (1948), *Correio do Cariri* (1951), *Voz do Cariri* (1953), *O Crato* (1954), *Tribuna do Cariri* (1958).

Aqueles eram jornais de grande tiragem, de circulação semanal, bi-semanal ou diária, redigidos e editados por intelectuais que colocavam os seus saberes a serviço do jornalismo e dele recebiam os saberes relacionados às convenções que classificam os espaços legíveis do texto jornalístico. Nesses jornais, vários médicos, engenheiros, professores, advogados, ou intelectuais auto-didatas transmutavam-se em jornalistas. Podemos afirmar que a maioria dos “especialistas da produção cultural” do Crato como “cidade da cultura,” exerceu, num dado momento, o ofício de jornalista.

Eram jornais de cunho político, partidário, religioso, ou que se proclamavam “independentes”. Outros, como o *A Liça*³⁵⁸ eram jornais literários. Muitos desses possuíam suas próprias gráficas.

Quanto às revistas que circularam no Crato, duas merecem particular atenção: *A Província e Itaytera*, sobre esta já discorremos neste trabalho. A primeira circulou por três anos consecutivos, de 1953 a 1955, fase em que foi dirigida por Francisco Sousa do Nascimento e Florival Matos. Em 1993, Jurandy Temóteo e Francisco Norões retomariam a revista ratificando o propósito inicial do seu programa: a valorização da cultura “*universal pelo regional*”. Em que pese a regionalidade evocada nesse programa, é lícito afirmar que, durante a primeira fase, *A Província*, não ultrapassou outro programa maior, aliás motivador da empresa: a valorização do Crato. Pode-se afirmar que essa motivação não foi preterida em sua segunda fase. Do contrário, como se explicaria a pertinácia do seu diretor em levar avante uma empresa que demanda ingentes sacrifícios financeiros?

Todavia a revista ressurgiu no momento em que o Cariri, como um todo impunha-se como objeto de reflexão dos intelectuais; nesse sentido, o programa da revista estendeu-se em busca da identidade caririense.

³⁵⁸ Com esse nome apareceram dois jornais no Crato. A repetição de nomes de jornais foi uma prática comum, decorrido algum tempo de desaparecimento do primeiro.

Para além da função de distinção dos editores, escritores e diretores, os impressos foram um espaço privilegiado para a ação pedagógica dos “especialistas da produção cultural” no movimento de construção da “cidade da cultura”: eram o suporte de veiculação dos ideais dos “especialistas” em relação às condutas dos habitantes do Crato e em relação aos espaços da cidade. Através deles, tentava-se produzir sentidos nos leitores, que deveriam ser referenciais para homens e mulheres, na configuração de seus valores morais e espirituais e na modelação de suas condutas sociais, que deveriam se pautar nos códigos de civilidade. Nesse sentido, promovia-se a distinção dos leitores pelo aprendizado daquelas normas e valores e, por extensão, a distinção da própria cidade.

Aqui impõem-se-nos discutir, ainda que suscintamente, a questão das práticas de leitura. Fazer uma história da leitura prescrutando-se as variações que governam as circunstâncias de efetuação das leituras e, nesse sentido, as interpretações e significações produzidas nos textos pelos leitores, pareceu-nos uma tarefa difícil, como reconhecem os seus próprios proponentes Roger Chartier e Michel de Certeau. Nessa via tentar-se-ia “*discernir o que o leitor diz de suas leituras*”³⁵⁹T

Mas Chartier oferece outra via que pareceu-nos praticável: “*tentar interrogar os objetos lidos eles próprios, em todas as suas estruturas, jogando, de um lado, com os protocolos de leitura inscritos nos próprios textos, e de outro, com as disposições de imprimir uma intenção de manipular a recepção*”³⁶⁰. Ou seja, examinar as formas discursivas e materiais – os espaços legíveis – a partir da compreensão de que os textos

³⁵⁹ Cf. CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de Leitura. Op. cit.* p. 235. Diz Chartier ser essa via difícil, porque “essa confissão insere-se sempre numa situação de comunicação particular: (...) a declaração extorquida (...) ou uma vontade de construir uma identidade e uma história pessoal a partir de lembranças de leituras.” (p. 235)

³⁶⁰ *Id. ibid.*, p. 235-236. As proposições sobre a história do livro e das práticas de leitura são amplamente discutidas por Chartier em sua obra *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary del Priore, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994. 111 p. Nessa obra o autor abordou como questão central compreender “*como entre o fim a Idade Média e o século XVIII, os homens tentaram ordenar o multiplicado número de textos que o livro manuscrito – e depois o impresso – colocou em circulação*” (p. 9). A partir de interlocuções com Michel de Certeau e Pierre Bourdieu e tecendo uma crítica ao *New Criticism e a Bibliografy*, Chartier postula um programa da história cultural para uma história do livro e das práticas de leitura a partir da análise da relação entre o texto o livro e a leitura, ou seja, entre os “espaços legíveis” (formas discursivas e materiais dos textos) e a “efetuação da obra” (uma leitura). Preocupado com a “estética da recepção”, considera que as significações são dependentes das formas materiais, deslocando a preocupação puramente semântica sobre o que é dado a ler, embora concorde com Bourdieu que a intenção de manipulação da leitura pelos produtores dos textos (livros) reside igualmente na ordem semântica com a qual o autor escreve o texto. *Vide* principalmente os capítulos 1, 2 e 3, respectivamente: *A Ordem dos livros, Comunidades de leitores e Figuras do autor* (p. 7 – 65)

são escritos tendo como horizonte um público alvo, uma expectativa de leitura, portanto contando com a presença de um ausente, cuja significação se deseja manipular.

Tentamos seguir essa última orientação na análise dos impressos que se constituem em suportes das representações forjadoras da construção cultural do Crato como “cidade da cultura”.

Vejamos, por exemplo, um desses impressos, o jornal de maior tiragem e de maior longevidade entre todos os outros (circulou de 1939 à 1985, ininterruptamente): o *A Ação* pertencente à Diocese do Crato. Esse jornal foi, a princípio, a folha impressa da Ação Católica dessa diocese. Ele se constituiu em suporte do projeto de civilidade cristã que era um componente daquela construção da “cidade da cultura”

Pode-se afirmar que nenhum jornal da imprensa cratense foi tão enfático na sua função pedagógica. Nenhum se mostrou tão competente na organização dos seus “espaços legíveis” (na semântica dos textos) com vistas a modelação das condutas desejáveis na “cidade da cultura” quanto o jornal *A Ação*, e, nomeadamente a “Coluna Alfinetadas”, escrita pelo Monsenhor Pedro Rocha. Por isso, detenhamo-nos um pouco na análise dessa coluna que sintetizou a perspectiva de uma civilidade-cristã para o Crato. Nos primeiros números do jornal, essa coluna localizava-se na segunda página, logo em seguida passou para a primeira, nela permanecendo até a morte do seu autor.

Aquela coluna trouxe aos seus leitores as mais variadas temáticas relacionados à vida pública e privada, investindo veementemente na correção dos maus costumes que, para seu autor, eram reflexos dos “tempos hodiernos”.

Salvar o Crato da perversão trazida por esse tempo passava por salvaguardá-lo do perigo representado pela presença de “comunistas”, “protestantes”, “maçons”, “ateus”, “prostitutas”, “adúlteras”, “alcóolatrás”, “amaziados” e “jogadores”. Esses eram como “grupos de risco”, uns porque ameaçavam o catolicismo e a Igreja, outros porque representavam ameaça à integridade humana e da família. Não raro os textos de sua coluna promoviam a associação entre comunismo e maçonaria,³⁶¹ assim como promoviam a idéia de que o protestantismo estava a serviço do imperialismo ianque. Esse grupo habitava a “cidade do diabo”, e não poderiam admoestar a “cidade de Deus”, o Crato idealizado. Sugeriam como método para correção dos habitantes da “cidade do diabo” a vigilância dos poderes públicos e, no limite, a punição policial:

³⁶¹ Por exemplo na coluna nº 318, intitulada “O caju e a castanha”, comenta um livro do Padre Antônio Gomes e ratifica um dos postulados do livro, o de que a “maçonaria é o reduto dos comunistas”.

*“onde já se viu que prostitutas pudessem dançar, beber, cantarolar e gritar a noite inteira perto de famílias ou de instituições educativas? (...) Em toda parte há uma cidade de Deus e uma cidade do diabo. De um lado os que defendem os princípios da religião, concretizados na prática dos preceitos de Deus e da Igreja, no zelo pela moralidade pública, no interesse pelo progresso material fundado nos valores espirituais e morais: e do outro os corifeus do satanás, pleiteando e promovendo a título de civilização tudo quanto possa rebaixar a nobreza da personalidade humana.”*³⁶²

Pedro Rocha, explicitava em linguagem persuasiva os métodos para permanecer-se na “cidade de Deus”: a evangelização – para o que o apostolado leigo muito auxiliaria – a vigilância dos pais sobre as crianças e adolescentes, o auto-controle das paixões mundanas, a prática da piedade e das virtudes cristãs.

Aquele Padre era, na avaliação dos seus colegas, profundo conhecedor da Teologia e do Direito Canônico, navegava também em leituras as mais diversas, construindo, por isso, fortes argumentos em relação às temáticas que abordava. Todavia, é claro, orientados pelos cânones da ortodoxia católica romanizada. Por isso mesmo, seus escritos guardam estreita sintonia com a *Pastoral Coletiva de 1915*³⁶³, atualizada em alguns pontos, pelas Conferências Episcopais da Província Eclesiástica do Ceará, ocorrida entre os anos de 1941 a 1953, e pelo Segundo Sínodo da Arquidiocese de Fortaleza, ocorrido em outubro de 1947.

A ordem pública era rigorosamente vigiada por ele. Nesse sentido denunciava os sambas, as jogatinas, os namoros indecentes, a localização de certos meretrícios e tudo mais que, no seu entendimento, eram atentatórios à civilidade cristã. Para isto apelava para que os pais exercessem o poder disciplinador que lhes era devido e que a polícia punisse as infrações contra a moral:

“A vigilância policial sobre namoros luxuriosos não constitui uma intromissão indébita no governo das famílias. Cão sem dono merece coleira. Nem se queira invocar o direito de liberdade. Não pode e nem deve haver liberdade para aquilo que põe em cheque o bem social e moral. Extirpar os cancros morais

³⁶² ROCHA, Pedro. “Amigos da Cidade” Coluna Alfinetadas nº IV, in: *Jornal A Ação*. Crato, 27 de Outubro de 1940, nº 7, ano II, p. 2

³⁶³ *Vide*: PASTORAL COLETIVA DAS PROVÍNCIAS ECLESIASTICAS MERIDIONAIS DO BRASIL, 1915, Rio Grande do Sul. *Nova Edição da Pastoral Coletiva de 1915*. Rio Grande do Sul: Tipografia La Salle, 1950. 538 p. A Pastoral de 1915 foi adotada integralmente pelas Conferências dos Bispos das Províncias Eclesiais do Norte do Brasil. Foi atualizada e adaptada ao Código de Direito Canônico e aos Decretos do Concílio Plenário Brasileiro, ocorrido em 1939 sendo os decretos confirmados pelo papa Pio XII em 1940 e promulgados em 1941, constituindo-se em documento basilar para ação pastoral da Igreja no Brasil, até o Concílio Vaticano II.

que gangrenam o organismo da sociedade é sempre obra de grande proveito.”³⁶⁴

Também reivindicando melhoramentos para a cidade, imiscuía-se nas questões políticas, mormente naquelas relacionadas a questão capital-trabalho, quando então desfraldava a bandeira da *Rerum Novarum* para desconstruir os argumentos dos “comunistas”:

*“há quem julgue que o comunismo é a única doutrina que se bate pela redenção do operário (...) Só a Igreja tem, na sua doutrina, nos seus ensinamentos intangíveis e na experiência multi-secular, o ponto de apoio da sociedade, concretizado nos princípios basilares da harmonia das classes (...) O ensino da concórdia entre as classes, dos deveres da justiça e da caridade do rico para com o pobre, da assistência às classes laboriosas, tudo isso se funda na própria economia das verdades religiosas de que a Igreja é guarda e interprete. (...) A Igreja não açula o pobre contra o rico e ensina a cada um guardar o respeito aos direitos da pessoa humana. (...) A Encíclica Rerum Novarum (...) traçou a linha justa do senhor e dos empregados”*³⁶⁵

Pode-se perceber, no discurso do Monsenhor Rocha, a intenção de manipulação de sentidos quanto à utopia da construção cultural de uma cidade na qual seus habitantes fossem ordeiros, piedosos, conscientes e cumpridores de seus papéis (principalmente as mulheres); harmoniosos em suas relações de trabalho; abominassem as instituições profanas e as doutrinas profanadoras da Igreja, e, sobretudo as condutas desabonadoras da moralidade cristã. Faz-se mister assinalar que o Monsenhor Rocha gozava de muito prestígio junto à população cratense, pois é comum ouvir-se dizer que o maior cortejo fúnebre ocorrido nessa cidade em todos os tempos foi o dele.

A mulher, contraditoriamente identificada no discurso da Igreja como “Eva tentadora” e como “santa”, à imagem de Maria, foi a “inspiração” maior para o discurso pastoral do Monsenhor Rocha na coluna “Alfinetadas”, (ele era, ademais, Orientador Espiritual do setor das Senhoras da *Ação Católica*).

Considerava que a mulher era o edifício da família, e essa o edifício da sociedade. Esforçava-se para que as suas leitoras, assim também se considerassem, para isso, via de regra, usava imagens fortes:

“Nesse século de corrupção, de liberdades, de paganismo, as mães precisam pensar na morte. Cada dia reflitam as genitoras sobre se poderiam

³⁶⁴ ROCHA, Pedro. “Ninhos de Amor” Coluna Alfinetadas nº XLVII, in: *Jornal A Ação*. Crato, 2 de novembro de 1941, nº 59, p. 1

³⁶⁵ ROCHA, Pedro. “Patrões e operários”, Coluna Alfinetadas nº 334, in: *Jornal A Ação*. Crato, 20 de março de 1949, nº 434, p. 1

comparecer tranquilas de consciência diante do tribunal da morte. Como não será angustiosa a agonia das ‘mães modernas’, dessas bonecas de salão, a quem o gozo da vida material impede a reflexão madura sobre os destinos eternos. Que contas irão dar a Deus aquelas que sacrificam, em vida, as sublimes prerrogativas da maternidade, pelos falsos encantos (...), e aquelas que perderam pelas futilidades, pela nociva transigência com as liberdades do século o senso da sacralidade do lar e da família.”³⁶⁶

Tematizando os problemas do dia-adia com os quais as mulheres se deparavam em seus papéis de mães, de esposas, e donas-de-casa, a coluna “Alfinetadas” desenhava a mulher católica modelo para uma cidade cristã e civilizada, que, portanto, teria por base famílias estruturadas por casamento indissolúveis e monogâmicos.

Virulento no ataque, argumentativo na persuasão, profundo na argumentação, o Monsenhor Rocha “ensinava” às mulheres a cuidar do orçamento doméstico de forma racional; tratar os criados com disciplina e bondade; fiscalizar as leituras e as diversões dos filhos; perdoar as “aventuras” dos esposos (embora as reprovasse); cuidar da *toilette* pessoal com decoro. A moda, ao seu ver, exercia uma “ditadura sobre as mulheres”, por isso, dedicou várias colunas a essa temática, afirmando:

“Dois fortes traços de nanquim substituem as sombrancelhas. Um banho artificial tira a alvura do rosto, tornando-o graciosamente moreno. Entesam-se e arqueiam-se as pestanas com rimel. O rouge transforma as faces em dois tinteiros encarnados. A tarrafa acaba com o chapéu. O lenço fantasiado inutiliza o véu (...) Bonecas amarradas exibem braços e pernas. Em matéria de moral são profanações do corpo humano pela violência das paixões. Do ponto de vista econômico: falências dos maridos. (...) Pela moda arrisca-se a saúde, põe-se em jogo a salvação, sacrifica-se a economia”³⁶⁷

Naquele discurso o corpo da mulher deveria refletir a inculcação da modéstia, posto que ele é a morada da alma. Essa dimensão privada do corpo, era vigiada por outros meios, por exemplo o hábito de tomar banho vestida com um camisão de tecido de algodão não muito fino.³⁶⁸

Mas há ainda que se considerar que o corpo tinha uma dimensão pública, que circulava na cidade e que por isso nunca deveria prescindir da descência para não ultrajar a moral pública. Por isso, lamentava o Monsenhor Rocha que “senhoras

³⁶⁶ Cf. ROCHA, Pedro. “Triunfo sobre a morte” Coluna Alfinetadas nº XCII in: *Jornal A Ação*. Crato, 15 de novembro de 1942, nº 112, p. 1

³⁶⁷ ROCHA, Pedro. “Tocando em moribondo”. Coluna Alfinetadas nº III, in: *Jornal A Ação*. Crato, 20 de outubro de 1940, nº 6, ano II, p. 1.

³⁶⁸ Essa era uma prática obrigatório das alunas internas do Colégio Santa Teresa de Jesus, abandonada, ao que parece, apenas no final da década de quarenta naquele colégio. Manter-se-ia como hábito de muitas mulheres mesmo fora do colégio.

católicas” incidissem numa *toilette* imodesta, como se fossem “escravas do mundo e amigas do satanás”, dificultando o trabalho paroquial:

“As dificuldades se tornam cruces pesadíssimas, sobretudo quando senhoras, inscritas em diversas associações religiosas persistem obstinadamente no culto da deusa moda (...) É lamentável que senhoras (...) muitas de fitas ao pescoço, criem dificuldades à ação paroquial (...) faltosas às determinações pontificiais e diocesanas sobre o assunto (...) Não será ultramontanismo censurar esses trajes (...) As senhoras casadas devem dar o bom exemplo às moças. Nada mais ridículo do que uma dama cristã com vestidos apenas à altura dos joelhos, de mangas curtas, decotados, transparentes e demasiadamente ajustados ao corpo. Há nisso uma perda de dignidade mesmo”³⁶⁹

Na verdade, o Padre Rocha não agia sozinho nessa campanha pela “libertação” das mulheres da “ditadura” de uma moda ofensiva à Deus, à moral pública e, por conseguinte, às próprias mulheres. Essa era uma questão de todo o clero romano. Em 1940, o Bispo Dom Francisco, através da Carta Pastoral, colocou como ação disciplinar da Diocese o combate aos excessos da moda feminina:

“Porque a moda feminina excede, cada vez mais, os limites da honestidade cristã, consideramos de nosso dever dirigir um apêlo à consciencia de nossos filhos em N.S. Jesus-Cristo, no sentido de acatarem as decisões da Santa Sé sobre a modestia no vestir. E fazemo-lo, ainda, em necessária e franca união de vista com o nosso venerando metropolitano que, em oportuníssima Circular aos fiéis da Arquidiocese de Fortaleza, acaba de abordar, em justos conceitos, o momentoso assunto. Entre nós, os exageros injustificáveis da moda paganizada penetram visivelmente os ambientes católicos, arrancando dos lares cristãos os mais nobres sentimentos do decôro, em todos os tempos a grande salvaguarda da dignidade humana. Pastor de vossas almas, responsavel diante de Deus por vossa salvação, julgamo-nos no direito de advertir-vos com a nossa palavra paternal”³⁷⁰

Pode-se dizer que sua coluna também enfatizava os patamares de embaraço instituídos pela civilização, na medida em que ensinava as mulheres a se comportarem em público. O desregramento no vestir, no falar, no comer, e, no limite, no lidar com a sua sexualidade foi um tema recorrente nos textos do Padre Rocha e nas prédicas de todo o clero. Compreendia-se que a honra dos homens - pais, irmãos ou esposos - era, em larga medida, atribuída pela boa conduta das mulheres - irmãs, filhas esposas.

³⁶⁹ Cf. “Entre o encanto e o pecado” Coluna Alfinetadas nº LXXXVI, in: *Jornal A Ação*. Crato, 18 de outubro de 1942, nº 108, ano IV, p. 1

³⁷⁰ Cf. PIRES, Dom Francisco de Assis. *Excessos da Moda. Carta Pastoral*. Crato, [s/d], 4 de Abril de 1940

O jornal *A Ação* não foi o único a se voltar para o público leitor feminino. Alguns outros veicularam matérias na forma literária de folhetins, crônicas, poesias, máximas, com um forte teor pedagógico. Seus textos em quase nada diferiam da tônica moralizante do *A Ação*. Vejamos alguns desses textos, que se voltava para a questão da resignação, qualidade da mulher piedosa:

*“Devera haver um livro sobre a sciencia da vida, que ensinasse a toda a gente, sem excepção de fortuna ou de classe, a maneira de ser pobre (...) E esse livro consolador e amargo os paes o dariam á sua filha como um dote previdente e util. Ella entraria assim na vida de esposa e mãe, fortalecida para a lucta e consciente de seus deveres de companheira consoladora e amiga, e de conselheira desvelada e meiga. Desse modo, se o braço do marido fraqueasse (...) em vez de lamentações, queixas e ralhos ella daria aos filhos o belo exemplo da resignação e do trabalho. Felismente isto é comum (...) contudo há muitos casos ainda completamente oppostos”.*³⁷¹

Outros conferiam poder às mulheres, no reino de seus lares, lugar onde deveriam governar não só os criados mas sobretudo os filhos, educando-os:

*“não há melhor mestre nem melhor educador do que uma boa mãe porque ninguém melhor do que ella conhece os modos e costumes do povo com quem convive”. Ela é o odem sagrado da vida humana, o elemento constitutivo da sociedade, a perola valorrosa do lar (...) em que se apoia todo peso de uma família”*³⁷²

Outros, ainda, tentavam fornecer aos homens pistas para descobrir a índole da mulher:

“mulher que não perde festa/ é tola para pouco presta/ mulher que só lê novela/ muito cuidado com ela/ mulher de muita gordura/ traz perfumes com fatura/ mulher muito tagarella não se dá nada por ela/ mulher que tem pé pequeno/ tem sempre genio sereno/ mulher de nariz torcido/ bate logo no marido.

Poucos daqueles textos veiculados pela imprensa foram escritos por mulheres. Naqueles discursos, principalmente, podemos identificar uma violência simbólica justificadora do domínio do homem baseado na diferença sexual e nos saberes que

³⁷¹Cf. ALMEIDA, Julia Lopes de. “Saber ser pobre”; in: *Jornal Cidade do Crato*. Crato, 15 de dezembro de 1901, nº 8, ano I, p.1.

³⁷² Cf. GOMES, Raimundo. “Bôa mãe”; in: *Jornal Cidade do Crato*. Crato, 22 de dezembro de 1901, nº 09, ano I, p. 2 .

fizeram dessa diferença a justificativa ideológica, científica e, portanto, simbólica de uma dominação masculina.³⁷³

Dotados de um conteúdo pedagógico-disciplinar sobre o que é, ou deveria ser, os atributos “naturais” das mulheres”, muitas vezes recorria-se à estratégia da impactação para demonstrar-se o “destino” das mulheres que se desviavam da condição feminina desenhada por esse projeto civilizador-cristão.

Nesse sentido, podemos dizer que esse discurso legitimador da dominação masculina veiculado nos textos escritos, nos sermões, na memória repassada pela tradição oral, nas demarcações de espaços sociais próprios de cada sexo – constituíram os papéis sociais para mulheres, isto é, construíram o feminino, na cidade do Crato. Construção que o Colégio Santa Teresa reproduziria em sua pedagogia pela formação de mulheres **piedosas e cultas**, posto que assim deveriam ser as mulheres das “boas famílias” na “cidade da cultura”

Nessa cidade onde circulavam tantos impressos, a difusão da leitura enquanto prática dos habitantes de uma “cidade culta” era estimulada pelos “especialistas da produção cultural”, mas não descurava-se da questão do que se deveria ler:

*“A Lei Natural proíbe a leitura destas revistas e jornais desprezíveis e imundos. Atenção toda pessoa que compra ou recebe revistas ou jornais heréticos ou imorais está diretamente contribuindo para o avanço do Protestantismo – Espiritismo – Comunismo – Anarquismo em nossa terra. Da mesma forma os que se deleitam com leituras atentatórias aos bons costumes estão em perigo de perder não só a esperança e a caridade, mas também a fé”*³⁷⁴

A nota supra citada relaciona revistas e jornais considerados “suspeitos” ou “indecentes”, e, ainda, as editoras “suspeitas”.

Nesse sentido, o livreiro Ramiro Maia cooperava, selecionando o que vender a quem. Sobre a questão do mercado de livros ouvimos o depoimento do senhor Ramiro Maia (94 anos, livreiro na cidade do Crato desde 1928 até hoje). Dizia-nos sobre os alunos do Seminário “No dia que o seminário descia, nesse dia era um dia de feira para nós. (risos) a gente fazia a feira! Compravam livros, postais, revistas (...).

³⁷³ Sobre a questão da dominação masculina pensada como violência simbólica, vide: BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 160p.

³⁷⁴ “Imprensa que envenena”, in: *Jornal A Ação*. Crato, 21 de Maio de 1950, nº 496, ano XI, p. 3.

Na Livraria Ramiro havia livros para todos os gostos, e o livreiro conhecia bem a freguesia: “*Para não se perder a freguesia, ninguém soltava livros que eles não pudessem ler.*” Por serem os fregueses do Senhor Ramiro, como ele, cidadãos pacatos, aquele livreiro sabia exatamente o que vender ao público leitor cratense: revistas (*Fonfon, Careta, A noite ilustrada*), livros didáticos adotados pelas escolas, livros de Ciências e de História, romances de Madame Dally para as moças que muito os apreciavam (chamavam-nos até de “coleção das moças”, diz o senhor Ramiro).

Todavia, havia naquela livraria livros que o seu proprietário não vendia aos “cidadãos pacatos”, aos estudantes do Seminário ou de qualquer outro colégio ou às moças. Para não provocar-lhes a curiosidade não os mantinha nas prateleiras ou mostruários. Eram, por exemplo, os livros de magia negra, de espiritismo ou mesmo livros de escritores agnósticos que “*a gente vendia ocultamente, quando o freguês vinha comprar a gente entrava para o interior do prédio para mostrar o livro*”, segundo relatou-nos aquele senhor, católico praticante que pertence ainda hoje à Irmandade do Santíssimo, e que fez parte ainda dos “Homens da Ação Católica” e da Associação Artística Beneficente.

Segundo o nosso depoente, aquelas leituras não eram apreciadas por ele. E, se lia Guerra Junqueiro, era muito mais pela lição de vida que teria dado aquele escritor que, “*antes de morrer apostatou*”. Dessa fase de Junqueiro, o senhor Ramiro lembra-se particularmente das poesias *Subindo ao Céu* e *O Fiel*. Gosto igual tinha o povo cratense, segundo o Senhor Ramiro: “*o povo tinha índole de não querer livros assim que não fossem de religião, de assuntos importantes*”.

No imaginário cratense, a figura do Senhor Ramiro se tornou sinônimo de amor pelos livros e a Livraria Ramiro foi também um elemento valorizado na produção do Crato como “cidade da cultura”:

*“O Crato, com justa razão, é considerada a 2ª cidade cearense do ponto de vista educacional. E o bom gosto do nosso povo pelas letras não se resume nos estudos nos estabelecimentos de ensino. Os cratenses lêem muito. E para prová-lo aí está a Livraria Ramiro, considerada uma das mais completas do Nordeste (...) para satisfazer a curiosidade e o bom gosto de seus fregueses, mantêm relações com as principais editoras do Brasil e de Portugal, expondo em suas vitrines semanalmente as novidades literárias, científicas, jurídicas.”*³⁷⁵

³⁷⁵ Cf. “Uma livraria que se recomenda” in *Jornal Gazeta do Cariry*. Crato, 06 de maio de 1933, nº 822. p. 2. Em que pese o tom de propaganda, a matéria em apreço não ocupava os espaços destinados a esse fim.

Com efeito, somente sobre o tema “revolução”, a Livraria Ramiro dispunha, naquele ano, de 21 títulos diferentes.³⁷⁶ Aquela livraria viveu tempos áureos, mesmo quando a sua exclusividade foi quebrada na cidade pela livraria do Senhor José do Vale Feitosa, houve meses em que vendeu até mil livros.

Fomentando o gosto pela leitura o jornal *Gazeta do Cariry* manteve por alguns anos uma coluna intitulada *Bibliographia* onde eram comentadas as obras recebidas no Crato (pelo jornal). Os redatores consideravam que os livros eram “*importantes para o Crato seja porque conta sua história, seja para cultivar o espírito e a inteligência*”

Se não foi através da Livraria Ramiro, é lícito todavia afirmar que os vários públicos-leitores cratenses tiveram acesso à impressos condenáveis, principalmente livros. A condenação era feita pelo setor da Juventude Estudantil Católica Feminina – JECF, sob a supervisão do seu instrutor espiritual, cujo núcleo funcionava no Colégio Santa Teresa.

Os impressos condenados como “livros maus”, eram, via de regra, aqueles cujos textos escritos ou ilustrações eram identificados como suportes para uma “má leitura”. Entendia-se por “má leitura” o manuseio de textos que atentassem contra a fé em Deus e na Igreja Católica e contra os bons costumes, isto é, textos que veiculassem idéias agnósticas, comunistas, espíritas, protestantes, maçônicas, laicizantes com relação à educação. Havia aqueles que eram considerados textos “perigosos”; os romances incluíam-se nessa categoria, porque “*tratam de coisas desonestas e de amores lúbricos (...) excitam com grande ardor o coração da mocidade. O fôgo da concupiscência e os deleites pecaminosos*”.³⁷⁷

Eram sumariamente condenadas os livros de Jorge Amado (“comunista e pornográfico”), Humberto de Campos (“agnóstico”), Anísio Teixeira (“propositor de teses laicizantes para o ensino”), dentre outros. Ao se definir a má leitura, definia-se, por contraste a boa leitura: livros de formação moral e espiritual. A partir dessa classificação foi promovida uma campanha que duraria alguns anos: a “Queima dos Livros Maus”.

³⁷⁶ Cf. *Bibliographia*. Jornal *Gazeta do Cariry*. Crato, 10 de junho de 1933, nº 827, p. 2

³⁷⁷ Cf. ROCHA, Pedro. “Leituras”, coluna Alfinetadas nº XCVII, in: *Jornal A Ação*. Crato, 17 de janeiro de 1943, nº 121, p. 1

Condenados a arder no fogo, na praça pública – Praça da Sé - os “livros maus” eram coletados numa campanha na qual entravam em disputa por maior arrecadação de livros “partidos” formados por crianças e adolescentes – o *Aspirantado* e o *Benjaminato* da *Ação Católica* e pela *Juventude Estudantil Católica Feminina* – JECF. Esse era um setor da *Juventude Católica*, que por sua vez era um dos setores da *Ação Católica*.

Em sua militância de apostolado leigo, a *Ação Católica*, em todos os seus setores, principalmente no setor juvenil, voltou-se com insistência, dentre outras questões, para a questão da circulação e da leitura dos “livros bons”. A *Ação Católica* foi instalada no Brasil em 1935, não tardaria a chegar no Crato (1939), com seus vários setores: o setor dos homens, o das mulheres e o da juventude. Esse último dividia-se em *Juventude Estudantil Católica* (JEC) e *Juventude Estudantil Católica Feminina* (JECF) e, ainda, em *Juventude Universitária Católica* (JUC).

Noticiando uma das queimas de livros diz um texto do jornal *A Ação*:

*“Domingo, dia 21, o Aspirantado e Benjaminato da Ação Católica realizou a célebre fogueira de livros maus. Como nos anos anteriores a Campanha foi animada e teve seus resultados bem proveitosos. A criançada porfiou-se na conquista da bandeira (...). Houve animada disputa que muito concorreu para o êxito da campanha. Ao lado da campanha contra o ‘Livro Mau’ também se fez um movimento de difusão da boa leitura, pela propaganda das Boas Revistas. (...) Em torno da fogueira agruparam-se todos os Aspirantes e Benjamins, Escoteiros e Alunas do Ginásio Santa Teresa cantando o estribilho: ‘Livro mau não se compra/ livro mau não se dá/ livro mau só diverte/ no fogo a queimar’. E realmente foi um bom divertimento para os pequenos os 532 volumes queimados na fogueira deste ano.”*³⁷⁸

A coibição à má leitura já se constituía em preocupação do primeiro Bispo, Dom Quintino, que antes mesmo de sua sagração fundou a Cruzada Carmelitana, uma associação leiga de mulheres. É bem verdade que aquela cruzada não se limitava a combater a má leitura, mas os seus estatutos já prescreviam dentre outros, esse dever:

*“A Cruzada Carmelitana (...) tem por fim primário o aperfeiçoamento intelectual e religioso das associadas, para que possam cumprir melhor os seus deveres na família e na sociedade; e por fim secundário a sua efetiva colaboração nas obras eminentemente cristãs e sociaes da educação da infância pobre e da propagação da boa imprensa para combater por meio de leituras sãs e proveitosas o efeito pernicioso da má imprensa”*³⁷⁹

³⁷⁸ Cf. “Queima de livros maus”, in: *Jornal A Ação*. Crato, 5 de dezembro de 1948, p. 2

³⁷⁹ Cf. Estatutos da Cruzada Carmelitana. Crato: Tipografia *A Ação*, 1944. p. 3. Desse estatuto encontram-se cópias no Arquivo da Sala Histórica da “Casa Mãe” da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus. Crato.

A valorização de “livros bons”, enganosamente identificados como garantia de “boas leituras”, andou de par com a valorização do Seminário São José e de toda a rede escolar no discurso dos “especialistas”.

4.2.3 - Rádios e Cinemas

Nessa cidade onde, dizia-se, “cultivava-se as letras” e que os impressos visavam imprimir nos seus leitores sentidos que os levassem a valorizar a cultura letrada e a civilidade, principalmente a civilidade cristã, outros meios de comunicação se instalariam, na década de 50, o que reforçaria a propalada idéia de “pioneirismo do Crato” no movimento da construção da “cidade da cultura”: as rádios. Dizia-se àquela época: *“a ninguém é dado desconhecer o grande fator de desenvolvimento que no aprimoramento cultural de um povo, pelos meios educativos que dele emanam, o regular funcionamento de uma rediofônica”*.³⁸⁰

Em 28 de Agosto de 1951 foi inaugurada a Rádio Araripe do Crato – “a líder do Cariri”, pertencente a cadeia de “Diários e Rádios Associados”. Referindo-se a essa rádio, diz uma matéria da Revista Itaytera:

*“aquela semente plantada pelo ‘bandeirante do rádio brasileiro’ Dr. João Calmon(...) haveria de vingar. (...) seus frutos servem a toda a região.” (...) E para nós ela tem um significado todo maior porque assinala mais um pioneirismo de nossa cidade. A Rádio Araripe foi a primeira emissora do interior do Ceará e o Crato foi uma das primeiras cidades do interior do Nordeste a possuir uma emissora”*³⁸¹

Em 1956, houve uma inovação na Rádio Araripe que foi “festejada”: ela entraria em cadeia com a Tupi de São Paulo para a retransmissão de seu jornal, “o que permitiu ao povo do Crato se informar logo ao amanhecer com os acontecimentos do Brasil e do mundo”

Em 1959, a Diocese do Crato inaugurou a sua rádio com o sugestivo nome de “Rádio Educadora do Cariri”. Anexo a essa rádio, por meio de pequenos aparelhos

³⁸⁰ Cf. NUNES, Jurandir de Oliveira. “A Primeira emissora do interior cearense”, in: *Jornal do Cariri*. Juazeiro do Norte, 22 de julho de 1950, p. 7

³⁸¹ Cf. “Rádio Araripe do Crato. A líder do Cariri”, in: *Revista Itaytera*. Crato, nº 4 ano IV, p.169, 1958

rádio-transmissores cativos a ela, entrou em funcionamento a Organização Diocesana de Escolas Radiofônicas, com o objetivo de alfabetizar adultos à distância.³⁸²

Ao finalizar a década de 50, a revista *Itaytera* (1959) inventariava os órgãos da imprensa nessa cidade: um jornal - o *A Ação*; duas rádios – A Educadora do Cariri e a Araripe do Crato, enquanto o Juazeiro possuía uma rádio - A Iracema de Juazeiro.

Na hierarquização dos objetos simbólicos que fez parte do movimento de construção da “cidade da cultura” o cinema e o teatro foram também valorizados.³⁸³

Nos primeiros anos do século XX, o Crato ganhou os seus primeiros cinemas. O *Cinematógrafo*, em 1901, de que nos fala Soriano de Albuquerque. Anos depois, era a vez de outro cinema, chamado *O Bioscópio*, que funcionava na Rua Grande nº 25 (hoje Dr. Miguel Limaverde). Em seguida veio o *Lanterna Mágica*, que funcionou no prédio da Academia *Romeiros do Porvir*. Seguindo-se o relato de Florival Matos, pode-se inferir que o cinema era um espaço de distração e um lugar de distinção dos cratenses: “*ponto obrigatório dos cratenses de bom gosto, nas noites de função. À sua sombra cupido armou sua tenda, fazendo pulsar em descompasso o coração das jovens casadoiras.*”³⁸⁴ *A novidade, porém, em breve perdia o seu encanto. Após 7 ou oito anos reaparece o Lanterna Mágica.*”

Mas “cinema mesmo, em prédio apropriado, com dia determinado para sessão, em suma, como divertimento coletivo” escreveu o Senhor Florival, somente de 1911 para cá, quando o empresário Dimaio inaugurou o *Cinema Paraíso* estreando com o filme “Borboletas Domadas”.

Em 1920,³⁸⁵ fundar-se-ia outro cinema, em prédio próprio: o *Cassino Sul Americano*, que tinha também a seção de bilhares e um bar, “*era o melhor cinema de quantos existia no Cariri*”, diz Martins Filho.

Sobre os cinemas do Crato, relatou-nos o Senhor Ramiro Maia: “*com a instalação do segundo, o Cassino Sulamericano - mais frequentado pela elite - o Cinema Paraíso*

³⁸² Vide: ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. *Op. cit.*. Segundo este sociólogo as escolas Radiofônicas faziam parte de uma tentativa da Diocese do Crato de sistematizar a educação de adultos na Região do Cariri com vistas a impedir a organização dos trabalhadores de esquerda.

³⁸³ Pode-se pensar, com Bourdieu que o cinema e o teatro constituem-se em lugar de reprodução do capital social. Vide. NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. *Op. cit.*, p. 67-69.

³⁸⁴ Cf. MATOS, Florival. “Crato e seu primeiro cinema”, in: Revista *Itaytera*, Crato, nº 1, ano I, pp. 148-149, 1955

³⁸⁵ Cf. MARTINS FILHO, Antônio. *Op. cit.*, p. 227

passou a ser frequentado pelo povo, pela plebe, a maioria de açougueiros, que faziam uma zoada infernal”.

Esse segundo cinema fecharia na década de trinta. Mas outros cinemas somar-se-iam ao Cassino, já na década de 50 - o Cine-Educadora, pertencente à Diocese do Crato e o Cinema Moderno. Nesse setor, Juazeiro, àquela época, estava à frente, possuía quatro cinemas.

Afora o cinema, o teatro³⁸⁶ constituiu-se também em meio de reprodução social de uma sociedade orientada para a sua produção social nos marcos da valorização dos capitais culturais.

Nesse sentido, também houve investimento nas artes cênicas no Crato, podendo-se afirmar que essa prática se iniciou-se ainda em 1900, quando Soriano Albuquerque colocou em cena a revista de costumes *Crato de alto abaixo*. Tratava-se naturalmente de teatro amador. Soriano estimularia ainda a arte teatral ao criar um grupo no colégio que fundou, em 1901. Esse grupo levou à cena a revista de costumes colegiais *Apenas um Gato*.

Ainda em 1901, Gonçalves Lessa colocou em cartaz no Crato espetáculos teatrais dirigidos por aquela companhia.³⁸⁷ Outros emprestariam seus pendores artísticos para a arte teatral no Crato, dentre essas Joaquim Tavares Campos, que dirigiu as peça *Filho Desesperado* (1902); a opereta *Gorge, o Grumete*; o drama *Os Dois Sargentos*; a revista de costumes *Travessura*.

Em 1903, formou-se o Grupo Dramático Cratense que encenou os dramas *Um Erro Judicial*, *Antônio Conselheiro* e *O cego da Catalunha*.

A arte cênica no Crato sofreu uma descontinuidade, ou no mínimo perdeu a visibilidade (já muito pouca) que tinha na imprensa. Em 1950, todavia, foi fundada a Sociedade de Cultura Artística do Crato – S.C.A.C., com a finalidade de desenvolver a cultura da música e da pintura. Na seqüência, reinstalaria a arte cênica ao fundar o Teatro Raquel de Queiroz, como parte do seu programa de educação artística.

Escolas, impressos, rádios, cinemas e teatro constituíram-se em ocasiões, lugares e meios de reprodução social de pessoas distintas e da diferenciação, nos termos de

³⁸⁶ Para a análise do teatro no Crato, apoiamo-nos, principalmnete, em dados de: NASCIMENTO, F.S. *Op. cit.*, pp. 113-117.

³⁸⁷ “Aviso: peça teatral em cartaz”; in: *Jornal Cidade do Crato*. Crato 3 de novembro de 1901, nº 2, p. 2.

uma superioridade, do Crato na região no movimento de sua construção como “cidade da cultura”.

Conclusão

Este trabalho buscou analisar uma idéia corrente na Região do Cariri, e sem dúvida no restante do Ceará, de que o Crato é uma cidade de cultura. Procedemos a essa análise partindo do pressuposto de que se tratava, efetivamente, de uma construção cultural.

Identificamos, através de um exame exaustivo de fontes - escritas, orais, iconográficas - que essa construção foi empreendida por um grupo de pessoas de “boas famílias” cratenses, que assim se reconheciam e eram reconhecidas na cidade, visto que detinham a posse de capitais econômicos, e, sobretudo, a posse de capitais intelectuais e morais. Suas condutas e concepções de mundo orientaram-se pela valorização de normas de civilidade, da cultura letrada e de práticas religiosas do catolicismo ultramontano.

Esse grupo distinguiu-se do restante dos habitantes da cidade não somente por adotar esses valores, mas sobretudo por um esforço dantesco no sentido de imprimi-los à toda a cidade, num movimento incessante de construção do Crato como “cidade da cultura”, iniciado a partir de 1889, quando ocorreram os “fatos extraordinários” em Juazeiro do Norte.

Naquele momento, e por toda a primeira metade do século seguinte, as práticas sociais dos seguidores e devotos do Padre Cícero, identificadas pelos intelectuais cratenses como “fanáticas”, os assustaram e, em alguns momentos mais fortes, os aterrorizaram. É o caso, por exemplo, dos “milagres” (a suposta transformação de hóstias em sangue), que causaram, no clero cearense, o repúdio da propagação daqueles “fatos” como milagrosos e o temor de um cisma dentro da Igreja. Por ter o clero cratense incumbências de reprimir a crença nos milagres e disciplinar as práticas religiosas dos devotos, de acordo com as orientações da política ultramontana, estabeleceu-se a partir daí uma forte tensão entre as duas localidades.

Esse movimento sócio-religioso aterrorizou os intelectuais cratenses, posto que foi compreendido como uma ameaça à civilização e à ordem. Esse terror espalhou-se para os habitantes da cidade quando exércitos do Padre Cícero invadiram o Crato, onde se aquartelaram forças militares do Governo Rabelo, por ocasião da Sedição de Juazeiro, em 1914. Aprofundou-se o fosso existente entre as duas cidades, sendo que no campo

político já estavam minadas as concórdias diante da questão político-administrativa de 1911, quando o Juazeiro reivindicou a sua emancipação política.

O movimento sócio-religioso de Juazeiro teve como desdobramento a formação de uma comunidade liderada pelo beato José Lourenço, devoto do Padre Cícero, numa área localizada no município do Crato. A destruição daquela comunidade após a morte do Padre, pelas forças militares do Governo, foi compreendida por intelectuais cratenses como o triunfo da civilização na região.

Todavia, o assassinato do Monsenhor Juvinião Barreto - nomeado pela Diocese do Crato como Vigário-geral de Juazeiro, no intuito de ali empreender-se a disciplinarização das práticas religiosas dos devotos - por um homem identificado como “fanático” do Padre Cícero, trouxe à tona, pela última vez, o terror diante daquelas práticas religiosas.

A mudança na política da Diocese, pautada na tolerância em relação às práticas religiosas dos devotos do Padre Cícero, e, sobretudo, a inflexão produzida pelas determinações do Concílio Vaticano II, promovidas nessa Diocese pelo seu terceiro bispo, Dom Vicente de Paula Araújo Matos, puseram a questão daquelas práticas religiosas sob novos parâmetros de ação pastoral.

Contudo, as rixas envolvendo representantes do clero, políticos e intelectuais cratenses e a comunidade de seguidores e adeptos do Padre Cícero cavaram um fosso entre as duas cidades, transformando a relação entre elas numa rivalidade que foi alimentada pelo rápido crescimento econômico de Juazeiro, solapando assim o prestígio econômico que o Crato havia desfrutado na região.

Podemos afirmar que a detração das condutas dos devotos do Padre Cícero foi determinada por uma configuração social na qual se estruturou um projeto civilizador, na cidade do Crato, desde a segunda metade do século XIX. Esse projeto, intentado por intelectuais residentes nessa cidade, orientou-se no sentido de estruturar um aparelho judicial e policial na cidade que exercesse o monopólio do controle da violência, assim como de normatizar as condutas sociais segundo o modelo de civilidade - mormente de civilidade-cristã de acordo com as normas emanadas do catolicismo ultramontano - e promover a instrução. Essas foram identificadas, no discurso dos intelectuais, como condições essenciais para que fosse possível manter a ordem, “ilustrar o espírito” e “polir as condutas” dos cratenses.

Diante daqueles desideratos que se colocaram para os intelectuais cratenses, e o intercâmbio com o campo político, colocou-se a necessidade de criação da Província do Cariri, da qual o Crato seria “naturalmente” a capital, dada a primazia que essa cidade tinha nas áreas econômica, política, eclesiástica e jurídica na região.

Aquele pleito foi motivado pela idéia de que, sendo sede de governo provincial, o Crato seria aparelhado, administrativa e politicamente, para alavancar a civilização posto que adviria com o governo a disseminação da instrução, a animação do progresso econômico e cessariam os crimes, uma vez que a cidade seria melhor servida, como as capitais do litoral, por um aparelho judicial e policial que exerceria o controle da violência.

Essa reivindicação apoiava-se em argumentos calcados na rememoração das lutas sociais do início do século XIX, nas quais membros da família Alencar participaram. Esses revolucionários passaram a compor um *panthéon* de heróis cratenses. Desse mesmo exercício de rememoração, serviu-se o projeto de criação do Estado do Cariri, já no período republicano. Dessa feita, o governo não foi concebido como um “animador” dos negócios. A questão econômica foi tratada como reivindicação de que as rendas geradas no Cariri, aqui ficassem.

Na década de 50 do século XX o pleito de criação do Estado do Cariri, voltaria a exigir a ação do governo, posto que o Cariri foi identificado, naquele discurso, como uma região “enteada” do governo do Estado do Ceará. Naquela ocasião, a capital do Cariri ainda seria, “naturalmente” o Crato. Recentemente, ao retomar-se a questão, intelectuais e políticos de Juazeiro deslocaram, em seu pleito, a capital para o Juazeiro.

Constituiu-se numa das preocupações do projeto civilizador cratense, vivenciado no século XIX, a questão da higienização dos corpos e dos espaços das cidades, haja visto que o projeto teve como modelo o litoral. Nesse sentido, ações higiênicas foram desenvolvidas com vistas à profilaxia de surtos epidêmicos, cemitérios foram construídos e campanhas de limpeza da cidade foram desenvolvidas.

Cientificismo, ilustração, liberalismo, nacionalismo, romantismo e catolicismo ultramontano foram as bases axiológicas de sustentação daquele projeto. Daí ser possível compreender-se a concepção de mundo que presidiu o olhar dos intelectuais cratenses sobre as condutas dos seguidores do Padre Cícero, assim como as noções de

civilidade que deveriam presidir as condutas, os sentimentos e as relações interpessoais de homens e mulheres na cidade do Crato.

Foi com base nesses paradigmas que, numa operação de rememoração, de “heroização” dos “revolucionários” cratenses que participaram dos movimentos liberais da primeira metade do século, e numa tentativa de inculcação de condutas presididas pela civilidade, iniciou-se a construção da identidade cratense, para o que a imprensa, as escolas e o clero concorreram.

Esse processo operou a instituição de um calendário cívico e consagração do poder da cidade nos festejos das datas “memoráveis”, posto que comemorativas das lutas dos cratenses pelos ideais liberais.

Mas, a face política liberal dos cratenses não excluiu a sua dimensão conservadora. Nesse sentido a ordem foi concebida como condição da civilização. A construção da identidade sublinhou, portanto, o caráter liberal, patriótico, heróico, civilizado e obediente à Deus e a Igreja Católica como faces da identidade cratense.

A tentativa de modelar as condutas esteve presente nas páginas dos jornais imprimindo noções de honra, vergonha através de artigos, crônicas, obras de ficção. Nesse sentido, os jornais exerceram, ao lado do clero, uma ação pedagógica na medida em que tentaram inculcar os papéis que cabiam aos vários atores sociais na teia da interdependência social daquela configuração social. As noções de direitos e deveres foram informadas pelo respeito à propriedade privada e pelos princípios da caridade cristã.

Nessa configuração social a fundação do Seminário São José, erigido como parte do programa da romanização, foi identificada como uma conquista da civilização, na qual “o adiantamento intelectual andava de braços com a religião”.

Isto posto, podemos afirmar, como fizemos desde o início deste trabalho, que o movimento de construção do Crato como “cidade da cultura” foi presidido por duas lógicas: uma herança civilizatória, que os “especialistas da produção cultural” adotaram como solução de continuidade, e uma lógica de contraste em relação às condutas dos habitantes de Juazeiro. Esses elementos formaram as disposições duráveis das representações e práticas sociais que informaram aquele movimento.

Nesse sentido, a construção da “cidade da cultura”, pautou-se no esforço de manter o Crato nos trilhos da civilização e do adiantamento frente a outras cidades da

região e, sobretudo, no esforço de consagrar essa cidade como uma cidade culta, através de representações e práticas sociais criadoras de uma distinção e de uma superioridade cultural do Crato na região.

Todo esse esforço pôde ser visto neste trabalho, através da identificação da fixação de datas cívicas da cidade. Ao calendário cívico elaborado no século XIX, foram incorporadas outras datas memoráveis. Uma delas, foi aquela identificada no discurso dos republicanos cratenses, como um “novo tempo” do Crato: a deposição de Coronel Belém, em 1904, representada naquele discurso como a regeneração política do Crato, que, assim, entrava em sintonia com o ideário republicano.

As comemorações das datas cívicas tiveram seu auge no Centenário de Elevação do Crato à Categoria de Cidade, em 1953, posto que intelectuais, principalmente aqueles que fundariam, como parte do programa daquelas comemorações, o *Instituto Cultural do Cariri*, associaram-se às autoridades governamentais na promoção do evento. Naquelas comemorações foram produzidos dois símbolos da cidade: a bandeira e o hino.

A um tempo festivo, somaram-se, no esforço de construção de uma base identitária dos cratenses, a construção de “lugares de memória”. Nesse sentido foram empreendidas várias ações, dentre as quais a fundação de academias, o museu da cidade, a produção da historiografia do Cariri, e, particularmente do Crato, monumentos em honra aos “heróis” e “benfeitores” cratenses, re-denominações das ruas da cidade e mesmo o batismo com nomes daqueles “heróis” e “benfeitores” nas ruas que surgiram nesse processo. A valorização da cultura letrada pôde ser perfeitamente percebida na construção desses “lugares de memória”.

Pode-se concluir que o esforço de produção de uma memória e de uma identidade levou ao auto-reconhecimento dos cratenses como um povo culto e civilizado. Mas, mais do que isso, ao evocar o passado e otimizar no presente a cultura letrada nessa cidade, os “especialistas da produção cultural” fundaram a tradição do Crato como a “cidade da cultura”. A fundação e os usos dessa tradição permitiram aos cratenses produzir uma representação da superioridade do Crato, perfeitamente perceptível no processo de criação da Universidade Regional do Cariri. Lembremos, ainda, que a criação da Diocese representou também uma marca do poder do Crato servindo para consagrar a sua superioridade.

Mas a construção da “cidade da cultura” não foi feita apenas da instituição de um tempo festivo e da construção de “lugares de memória”. O movimento capitalizou a cultura letrada, a civilidade e a piedade cristã também através da fundação de instituições de suporte da cultura e da civilização: uma vasta rede de escolas, da editoração e circulação de muitos impressos (jornais, revistas, folhetins), cinemas, teatro, rádios, associações religiosas.

Compreendemos que a valorização da cultura letrada obedeceu a motivações específicas da cidade, posto que a partir de 1889, pulularam, no Crato, escolas e jornais, num movimento crescente até, pelo menos, a década de 60. Mas empreendemos também a articulação daquela valorização com as questões mais gerais colocadas pelo modelo republicano acerca da educação, assim como pelos embates em torno do movimento que a historiografia da educação identificou como “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”.

Ao acionar os dispositivos de valorização da cultura letrada, da civilização e da piedade cristã, o movimento que examinamos promoveu a “distinção” de cratenses cultos, civilizados e piedosos e a “distinção” da própria cidade também como estratégia.

Dispostas as nossas deduções acerca do movimento aqui analisado, destacamos que o que consideramos importante neste trabalho foi a originalidade do modo como trabalhamos o universo empírico e o esforço da pesquisa. Acreditamos que o efeito criador deste trabalho pode ser visto como o esforço de renovação teórico-metodológico da historiografia local e regional. Isso foi possível graças a importantes deslocamentos teóricos como por exemplo, a possibilidade de perceber a questão central em termos de uma construção cultural. E aqui reside outro efeito criador: oferecer uma possibilidade de inteligibilidade às ações, às concepções de mundo e aos sentimentos de um grupo dessa cidade, espalhados no tempo.

Estamos certos de que não colocamos a última palavra na lógica do entendimento da questão que levantamos. Outros olhares podem, evidentemente, ser lançados sobre a questão, ou ampliar as dimensões deste trabalho - por exemplo, procurando dar conta da recepção da produção cultural aqui analisada por outros grupos da cidade do Crato e mesmo de Juazeiro.

O farto material empírico existente nos arquivos dessa cidade - embora nem todos bem organizados - pode ainda ser utilizado em pesquisas que tenham por objeto a “questão da região”. Nesse sentido o arquivo do *Instituto Cultural do Cariri*, ou simplesmente a revista daquele instituto, a *Itaytera*, poderão constituir-se em ricas fontes. Identificamos nos artigos dessa revista um importante deslocamento de seus objetos. Até a década de 60 eles se centraram no culto à memória do Crato, passando, a partir daí, a incorporar uma importante reflexão sobre o Cariri.

A condição feminina nessa cidade poderá ser, ainda, um tema amplamente explorado. Nesse sentido, o discurso sustentado pelo jornal *A Ação*, e a análise da cultura escolar no Colégio Santa Teresa poderão subsidiar um trabalho que se volte mais exclusivamente para temáticas da história das mulheres.

São esses, dentre tantos outros, possíveis trabalhos a serem ainda escritos sobre o Crato e o Cariri.

